



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES  
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

**RAMAYANA E SILVA COSTA**

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E SUAS IMPLICAÇÕES  
PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO**

Salvador  
2021

**RAMAYANA E SILVA COSTA**

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E SUAS IMPLICAÇÕES  
PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestra.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador  
2021

---

Costa, Ramayana e Silva  
C837 O Movimento Escola sem Partido e suas implicações para os estudos de gênero. /  
Ramayana e Silva Costa. – 2021.  
164 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Lina Maria Brandão de Aras  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas, Salvador, 2021.

1. Ideologia. 2. Identidade de gênero. 3. Identidade de gênero na educação. 4.  
Educação e Estado. I. Aras, Lina Maria Brandão. II. Universidade Federal da Bahia.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 306.43

---

**RAMAYANA E SILVA COSTA**

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E SUAS IMPLICAÇÕES  
PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra.

Aprovada em 28 de junho de 2021.

Banca Examinadora:

**Lina Maria Brandão de Aras** (Orientadora) \_\_\_\_\_  
Doutora em História Social Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Angela Maria Freire de Lima e Souza** (Examinadora Interna) \_\_\_\_\_  
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil. Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Gisele Oliveira de Lima** (Examinadora Externa) \_\_\_\_\_  
Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil. Instituto Federal de Educação Tecnológica de Alagoas. (IFAL)

A

Todas/os as/os professoras/es que fazem da sala de aula um espaço possível de transgressão e liberdade.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que durante toda a nossa trajetória somos feitas e refeitas com e pela coletividade. O processo que me levou a escrever esse trabalho, a querer estar em um espaço acadêmico feminista para fazer essa discussão específica, foi e é resultado de diferentes espaços em que estive inserida e das trocas coletivas que realizei ao longo do caminho.

Nesse percurso, agradeço imensamente à minha mãe e ao meu pai, que impulsionaram espaços de reflexões sobre diferentes questões da vida e do mundo e continuam me lembrando a todo tempo, com muito amor, que é preciso lutarmos pela defesa de um mundo mais justo, e que isso exige muita responsabilidade, mas, ao mesmo tempo, leveza. Obrigada por tantos ensinamentos e tanto amor. Ressalto que esse trabalho é muito dedicado a eles, mas especialmente à minha mãe, que é professora e que foi minha professora no ensino fundamental, uma das que mais me fizeram questionar a realidade social a partir de suas aulas transformadoras: “educando para a liberdade”.

Ao meu irmão, pela lealdade e cumplicidade de todo dia, e pelas trocas, sempre muito acaloradas, mas cheias de afeto, que me levam a refletir lacunas existentes na discussão teórica que tenho feito, mas, e principalmente, me ensinam muito sobre a minha prática afetiva.

A Dan, minha companheira de e da vida, pela escuta, incentivo, por acreditar em mim, me estimulando à criatividade e me apoiando em todos os momentos. Agradeço especialmente pela compreensão em relação a minha dificuldade com o tempo, se não fosse você tudo teria sido muito mais difícil.

Agradeço à minha família, de sangue e de coração, pela confiança e incentivo, em especial a Danilo, meu primo de trocas e risos diários, a May, pela amizade de sempre, às minhas cunhadas, Lia, Mai e Barti por tanto carinho e cuidado. Como diz uma velha canção “Sonho que se sonha junto é realidade”.

A Ana Livia, tia Isnaia e João Victor, agradeço imensamente por toda a acolhida especial e paciência: muito obrigada, vocês foram essenciais nessa caminhada.

À equipe da Escola Nossa Senhora das Mercês e a equipe do curso de graduação de Serviço Social da UFBA (2009.1) as quais tiveram grande relevância em minha vida, principalmente as professoras e amigas/os/ues que pude conhecer nesses espaços de aprendizado.

Agradeço muito à equipe do NUGASST – CDP – PROGEP, da UFRB, esta equipe com quem construo cotidianamente o meu fazer profissional e que me propicia muita reflexão e

muito afeto sempre. Vocês são parte fundamental dessa caminhada, muito obrigada por tanta compreensão e incentivo!

Agradeço demais às companheiras do PPGNEIM, especialmente à turma de 2019: companheiras de saberes, de risos, de choros, de partilhas, com quem aprendi e aprendo tanto a construir uma práxis feminista comprometida com uma sociedade radicalmente livre. Destas companheiras, agradeço especialmente à Flavia, Ana (novamente e sempre), Dai e Paulinha.

Agradeço especialmente à minha orientadora Lina Maria Brandão de Aras que me trouxe de volta à paixão da pesquisa, me acolhendo com muito carinho, me ajudando a lidar com minhas inseguranças, de forma tão certa e tão disponível. Muito obrigada!

Agradeço também às professoras Ângela Freire e Gisele Oliveira Lima que trouxeram reflexões fundamentais para a realização desta pesquisa a partir da qualificação, me tirando de determinada zona de conforto e me apresentando saberes pelos quais não havia adentrado anteriormente.

Por fim, agradeço muito aos e às Professoras/es que atuam para manutenção e alargamento de direitos e as militantes progressistas (especialmente do campo da esquerda) que vem sendo perseguidas, retaliadas e mortas nesse país que sangra tanto, muitas das quais diretamente não conheço, mas que reforçaram e reforçam em mim a importância de continuarmos na luta por uma sociedade justa, livre de todas as formas de opressão: apesar de muito difícil e dos tempos duros, continuamos firmes.

COSTA, Ramayana e Silva. **O Movimento Escola sem Partido e suas implicações para os estudos de gênero**. Orientadora: Lina Maria Brandão de Aras. 2021. 164 f. il. Dissertação. (Mestrado Acadêmico no Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

### RESUMO:

À medida que questionam as opressões legitimadas historicamente pela ciência ocidental enquanto verdades absolutas, os estudos de gênero têm se apresentado como uma ameaça à manutenção da ordem dominante, o que tem feito com que tais estudos venham sofrendo inúmeros ataques, especialmente a partir da difusão da chamada “ideologia de gênero”. Tal discurso começa a ganhar maior destaque com as Conferências Mundiais da ONU e tem, inicialmente, a ala ultraconservadora da Igreja Católica enquanto principal propagadora. No Brasil, tem maior destaque com as discussões do Plano Nacional de Educação, a partir de 2010. Nesse período também ganha maior visibilidade o Movimento Escola sem Partido, a partir de ataques às posições político-ideológicas que envolvem os Estudos de Gênero. É, com o objetivo de **analisar os ataques realizados pelo Movimento Escola sem Partido, fundamentados no que denomina “ideologia de gênero”, aos estudos de gênero**, que este trabalho surge. Para tanto pretendeu-se: discutir o conceito de “ideologia de gênero” construído/apropriado pelos fundamentalistas, em oposição ao conceito presente nos Estudos Feministas sobre a ideologia de gênero; identificar de que forma e em qual cenário mundial é construída a ideia ou o discurso acerca da “ideologia de gênero”; mapear como o Movimento Escola sem Partido surge, se apropria e difunde tal discurso no Brasil; e, por fim, analisar de que maneira os ataques em torno da “ideologia de gênero” pelo Escola sem Partido se manifestam contra os estudos de gênero e suas consequências. A partir das categorias analíticas *Gênero*, *Ideologia* e *Moral*, fincada nas epistemologias feministas, a partir da teoria do “ponto de vista feminista”, realizou-se uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, utilizando-se elementos da Análise de Discurso Crítica. Os resultados dessa pesquisa apontam para uma vasta produção acerca da temática, indicando que o fenômeno da agenda anti-gênero tem mobilizado diferentes frentes de reflexão e de atuação. Identificou-se que tais ataques são parte de um fenômeno transnacional e que a Educação se torna um espaço de interesse desses “cruzados” por ser um espaço de disputa ideológica e epistemológica importante para a manutenção e/ou tensionamento do *status quo*. No Brasil, o ESP se torna um dos principais agentes articuladores e mobilizadores da agenda anti-gênero nas escolas e universidades – a partir, principalmente, dos Projetos de Lei do Programa Escola Sem Partido, de cunho moralizante e conservador. Identificou-se que por conta da perseguição e das ameaças geradas, especialmente a partir de tais PLs, cria-se uma insegurança em torno da possibilidade dos/as professores/as em discutirem temáticas em torno dos estudos de gênero em sala de aula. Para além disso, tais discursos e propostas anti-democráticas ajudaram a eleger Jair Bolsonaro que tem transformado o Escola sem Partido e, especialmente a agenda anti-gênero, em suas mais diferentes frentes, em proposta de governo. Apesar da tentativa de censura e dos ataques, também foi possível perceber que os movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracistas e progressistas têm criado estratégias de resistência.

Palavras-chave: “Ideologia de gênero”; Gênero; Escola sem Partido



COSTA, Ramayana e Silva. **The School Movement Without Party and its implications for Gender Studies**. Thesis Advisor: Lina Maria Brandão de Aras, 2021. 164 f. ill. Thesis. (Academic Master in the Interdisciplinary Studies Program on Women, Gender and Feminism) – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre as Mulheres, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

## ABSTRACT

As they question the oppressions historically legitimized by western science as absolute truths, gender studies have presented themselves as a threat to the maintenance of order and dominant privilege, which has caused such studies to suffer numerous attacks, especially from the spread of the so-called "gender ideology". This speech begins to gain greater prominence with the UN World Conferences and initially has the ultraconservative wing of the Catholic Church as the main propagator. In Brazil, it has greater prominence with the discussions of the National Education Plan, from 2010. In this period also gains visibility the School without Party Movement, from attacks on political-ideological positions involving gender studies. It is, with the objective of **analyzing the attacks based on the "gender ideology" carried out by the School without Party to gender studies**, that this work arises. For this purpose, it was intended: to discuss the concept of "gender ideology" constructed/appropriated by fundamentalists, as opposed to the concept present in the Feminist Study on gender ideology; identify how and in what world scenario is constructed the idea or discourse about "gender ideology"; map how the School Without Party Movement emerges, appropriates and disseminates such discourse in Brazil; and, finally, to analyze how attacks around "gender ideology" by the School without Party are manifested against gender studies and their consequences. From the analytical categories *Gender*, *Ideology* and *Moral*, based on feminist epistemologies, from the "standpoint theory", a bibliographic review was carried out, with a qualitative approach, using elements of Critical Discourse Analysis. The results of this research point to a vast production on the theme, indicating that the phenomenon of the anti-gender agenda has mobilized different fronts of reflection and action. It was identified that such attacks are part of a transnational phenomenon and that Education becomes a space of interest of these "crusaders" because it is a space of ideological and epistemological dispute important for the maintenance and/or tensioning of the *status quo*. In Brazil, ESP becomes one of the main articulating and mobilizing agents of the anti-gender agenda in schools and universities – mainly from the School Without Party Program Bill, moralizing and conservative. It was identified that because of the persecution and threats generated, especially from these PLs, an insecurity is created around the possibility of teachers to discuss themes around gender studies in the classroom. In addition, such anti-democratic speeches and proposals helped elect Jair Bolsonaro who has transformed the School without Party and, especially the anti-gender agenda, on its most different fronts, into a government proposal. Despite the attempt at censorship and attacks, it was also possible to realize that feminist, LGBTQIA+, anti-racist and progressive movements have created resistance strategies.

Keyword: Gender Ideology; Gender; School without Party Movement

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
1.1	TECENDO UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO, PROPONDO ENFRENTAMENTOS	14
1.2	CONCEITOS/CATEGORIAS PARA O ESTUDO	17
<b>2</b>	<b>A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: UMA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA</b>	<b>24</b>
2.1	CONFERÊNCIAS DO CAIRO E DE PEQUIM: AMEAÇAS À MORAL CRISTÃ	29
2.2	A IGREJA CATÓLICA E O DISCURSO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	37
2.3	O AVANÇAR DA CRUZADA: DE APARECIDA AO PAPADO DE FRANCISCO	49
<b>3</b>	<b>“IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A ASCENSÃO DO ESCOLA SEM PARTIDO</b>	<b>66</b>
3.1	TRAJETÓRIA DA INVESTIDA “ANTI-GÊNERO” NA AMÉRICA LATINA	67
3.2	AVANÇOS DEMOCRÁTICOS E A ESCALADA ULTRACONSERVADORA NO BRASIL	80
3.3	AS AÇÕES FUNDAMENTADAS DIRIGIDAS AOS ESTUDOS DE GÊNERO	81
<b>4</b>	<b>RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE ULTRACONSERVADORISMO</b>	<b>100</b>
4.1	PROJETOS DE LEI: ENTRE ONDAS CRESCENTES E ESTAGNAÇÃO	102
4.2	BOLSONARISMO E ESCOLA SEM PARTIDO NA CRUZADA ANTIGENERO	117
4.3	FEMINISMOS: NENHUM MINUTO DE SILÊNCIO FRENTE AOS ATAQUES E RETROCESSOS	132
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS	150

## 1 INTRODUÇÃO

O objeto da presente dissertação surgiu a partir da minha participação no curso de especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social<sup>1</sup>. Nesse curso, tive acesso ao Projeto de Lei (PL) 867/15 – Programa Escola sem Partido, o que me permitiu realizar em meu trabalho de conclusão de curso (TCC) uma análise acerca do papel da Escola no PL 867/15 – Programa Escola sem Partido.

Durante os estudos para a realização do TCC o que me chamou a atenção, enquanto mulher, assistente social, lésbica, negra (de pele clara) e feminista, foi a grande defesa do Movimento Escola sem Partido (MESP) no combate ao que eles denominam “ideologia de gênero”. Tal combate se dá através do discurso da neutralidade e da moral, utilizando-se da estratégia de ataques aos direitos humanos e aos estudos e pesquisadoras/es de gênero e a efetivação dos retrocessos que interligam as categorias de gênero, raça e sexualidades.

Ao ter a possibilidade de analisar o papel da Escola no Projeto de Lei 867/15 Programa Escola Sem Partido, através dos materiais produzidos pelo MESP – Movimento Escola sem Partido e de oposição a este, comecei a refletir para qual cenário estamos caminhando enquanto sociedade brasileira e, principalmente, de que maneira as propostas do Movimento Escola sem Partido tocam a vida das mulheres e da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgênero, Queer, Intersexo, ... (LGBTQI+).

Nesse processo, diversas inquietações e questionamentos surgiram, dentre eles: em qual contexto surge o discurso da “ideologia de gênero”? Quem são seus principais atores? O que está por trás desse discurso? De que forma as mulheres e a população LGBTQI+ são atingidas pela ideia da “ideologia de gênero”? Como tal discurso chega e/ou se difunde no Brasil? Qual o papel do Movimento Escola sem Partido em tal difusão? E, finalmente, de que forma, os Estudos de gênero vêm sendo atacados pelo Movimento Escola sem Partido? Para responder a essas questões é importante compreender que a difusão da “ideologia de gênero” tem se dado de forma transnacional e, evidentemente, a emergência/reforço deste discurso pelo MESP no Brasil não está dissociada da realidade brasileira atual.

O Brasil vem vivendo momentos de retrocessos referentes às políticas sociais, que se intensificam especialmente após 31 de agosto de 2016, com a destituição da então presidenta da República – Dilma Rousseff – que sofreu impeachment, ou seja, perdeu o mandato da

---

<sup>1</sup> Curso de Especialização realizado pela Faculdade Educação da Universidade Federal da Bahia entre os anos 2016-2017.

presidência, com a justificativa de que a mesma havia autorizado as chamadas “pedaladas fiscais”. A decisão se deu por meio de votações de parlamentares, onde se obteve, no Senado Federal, 61 votos a favor do impeachment e 20 contrários, assumindo a presidência o vice-presidente Michel Temer.<sup>2</sup>

No dia da votação chamou bastante atenção a motivação dos votos favoráveis, cujos parlamentares explicitavam que seus votos estavam vinculados à defesa da família, em nome de Deus e pela moral. No entanto, a motivação “real” do julgamento – pedaladas fiscais – basicamente não foi citada. Ficou – e fica -, cada vez mais evidente, que se tratou de golpe orquestrado pela elite brasileira que não tinha mais nenhum interesse em manter a continuidade do governo petista no poder, mas colocar um representante que atendesse diretamente aos seus interesses e a manutenção de seus privilégios e abriu espaço para a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições gerais de 2018.

O discurso da “ideologia de gênero” começou a ganhar corpo e visibilidade no Brasil, bem antes do golpe de 2016, com a discussão do Plano Nacional de Educação, apresentada em 2010 na Câmara dos Deputados. Segundo Toni Reis e Edla Eggert (2017),

Em 17 de dezembro de 2013, o Plenário do Senado aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei, no qual retirou da redação do inciso III do artigo 2º a frase “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (...) Também suprimiu, em todo o texto, a flexão de gênero, adotando a forma genérica masculina ( ...)  
De volta na Câmara dos Deputados, aflorou-se de vez nas audiências e debates sobre o Projeto de Lei o fenômeno da “ideologia de gênero”, com calorosas manifestações pró e contra, até sua sanção presidencial em 25 de junho de 2014, com flexão de gênero, porém sem especificação de formas de discriminação(...). (REIS; EGGERT, 2017, p. 15)

Nesse processo, é possível identificar através de textos do Movimento Escola sem Partido, que o papel do Movimento no combate à “ideologia de gênero” tem sido a difusão de tal discurso para além da arena estritamente deliberativa. Tal Movimento tem utilizado meios de comunicação, especialmente as redes sociais e sua própria página eletrônica, para criar uma espécie de perseguição aos sujeitos que defendem os estudos de gênero e os direitos das mulheres e da população de LGBTQI+, sob o discurso da necessidade de combate a tal “ideologia”. Para Marlise Matos (2008),

O campo dos estudos de gênero tem nos revelado que o que se tem tomado como característica do universal, nas ciências, de uma forma geral, é “uma propriedade paroquial da cultura dominante, e que a ‘universalidade’ é indissociável da expansão colonialista”. O pensamento e a ciência como corolário deste são atividades/ações

<sup>2</sup> Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472665844\\_695837.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472665844_695837.html)> . Acesso: 27 de novembro de 2017.

sobre o mundo e enquanto tais podem postular emancipatoriamente *outros universais* que, por sua vez, não tenham a postura colonialista. Ou seja, cabe-nos o desafio da proposição concreta de repensar a universalidade em termos de um ato constitutivo, construtivo e sempre tenso de tradução multicultural muito mais do que de tradição, dominação ou colonização. A isso tem se dedicado parte substantiva – direta ou indiretamente – dos estudos sob a rubrica de gênero. (MATOS, 2008, p. 345-346)

Nesse sentido, na medida em que questionam as opressões existentes e legitimadas historicamente pela ciência ocidental, enquanto verdades absolutas e/ou única forma possível de sociabilidade, os estudos de gênero tem se apresentado como uma ameaça à manutenção da ordem e dos privilégios dominantes.

Em 2015, Miguel Nagib, coordenador do Movimento Escola sem Partido até agosto de 2020, publicou um artigo, disponível na página do Movimento, intitulado “A ideologia de gênero no banco dos réus” no qual afirma:

A obsessão dessa turma, como se sabe, é a chamada teoria (ou ideologia) de gênero. Indiferente às decisões soberanas do Congresso Nacional e da imensa maioria das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores – que se negaram a incluir a ideologia de gênero nos seus respectivos planos de educação –, a burocracia do ensino continua utilizando a máquina do Estado para promover suas próprias convicções, induzindo professores desavisados a violar o direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos.

Ao cair nessa conversa, e tratar seus alunos como cobaias da teoria de gênero, esses professores estão correndo um altíssimo risco. Refiro-me à possibilidade de os pais dos estudantes entenderem que essa prática pedagógica implica algum tipo de dano aos seus filhos ou ao seu direito de dar a eles a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções – direito previsto no art. 12, IV, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Se isso acontecer, os professores poderão vir a ser processados por danos morais pelos pais dos seus alunos. Ser réu numa única ação judicial já é motivo de dor-de-cabeça. Imagine figurar como réu em dezenas de processos ajuizados por dezenas de pais! (NAGIB, 2015, *n.p.*)

Nessa direção, a Escola, mas também as Universidades, se tornam espaços possíveis de iniciar as perseguições aos estudos de gênero, mas, efetivamente, esse discurso de retaliação vem avançando para além da instituição escolar. Tal difusão de discurso têm causado ameaças tanto às/ aos profissionais que se dedicam aos mesmos, quanto aos próprios estudos.

Em outubro de 2017 a filósofa norte-americana feminista Judith Butler sofreu ataques verbais ao vir ao Brasil dialogar sobre democracia. Sob o discurso de luta contra a “ideologia de gênero” – presente em muitos textos do Movimento Escola Sem Partido – grupos se organizaram para tentar impedir a palestra de Butler. Como ela mesma afirmou em carta escrita após os ataques, provavelmente por acreditarem que a sua fala representa uma ameaça à família, à moral e à própria nação.

Ainda, no mesmo ano (2017), em Salvador/BA, uma docente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Universidade Federal da Bahia, foi ameaçada de morte por realizar pesquisa, fazendo com que o próprio Núcleo de Estudos se manifestasse publicamente afirmando em Nota Pública (2017, *n.p.*) que “não podemos aceitar esse cerceamento à liberdade de pensamento. Devemos somar forças para defendermos o nosso campo de estudos e de manifestações políticas.”

Partindo-se desta perspectiva, propõe-se com esse trabalho **analisar os ataques realizados pelo Movimento Escola sem Partido, fundamentados no que denomina “ideologia de gênero”, aos estudos de gênero**. Temos como objetivos específicos: discutir o conceito de “ideologia de gênero” construído/apropriado pelos fundamentalistas, em oposição ao conceito presente nos Estudos Feministas sobre a ideologia de gênero; identificar de que forma e em qual cenário mundial é construída a ideia ou o discurso acerca da “ideologia de gênero”; mapear como o Movimento Escola sem Partido surge, se apropria e difunde tal discurso no Brasil; e, por fim, analisar de que maneira os ataques em torno da “ideologia de gênero” pelo Escola sem Partido se manifestam contra os estudos de gênero e suas consequências.

De antemão, sinalizo que utilizarei aspas ao me referir à “ideologia de gênero” utilizada pelos setores conservadores e ultraconservadores e, quando me referir à ideológica de gênero, enquanto conceito, a partir dos Estudos Feministas, as aspas não serão utilizadas. Tal escolha corrobora com a distinção reforçada por Cynthia Lins Hamlin (2020, p. 1002, *tradução nossa*) entre “ideologia de gênero” (entre aspas) – como “parte do projeto anti-feminista” - e ideologia de gênero (sem aspas) - enquanto “parte do projeto feminista”.

Assim, no intuito de sistematizar o material pesquisado e as análises realizadas, esta dissertação foi dividida em 04 seções. A primeira seção corresponde à presente Introdução onde apresento meus caminhos para elaboração da dissertação.

Na segunda seção, organizo uma arqueologia da “ideologia de gênero”, numa tentativa de reconstrução da sua gênese, a partir da discussão do conceito presente nos Estudos Feministas em oposição à sua apropriação pelos fundamentalistas, mais especificamente fundamentalistas católicos, para discutir de que forma e em qual cenário mundial é construída a ideia ou o discurso acerca da “ideologia de gênero” nos preparativos para as Conferências do Cairo e de Pequim, situando-a, segundo as fontes utilizadas, nos segmentos mais conservadores da Igreja Católica, num percurso que vai do início dos anos 1990 até os dias atuais, mais especificamente, até o papado de Francisco I.

Na terceira seção, mapeei como o Escola sem Partido surge, se apropria e difunde a “ideologia de gênero” no Brasil. Para isso, subdividi a seção de forma a apresentar o início da difusão da “ideologia de gênero” na América Latina; como esse fenômeno se configura na conjuntura política e econômica do Brasil, apresentando a estreita relação do país com a Igreja Católica e a ascensão das Igrejas Evangélicas, em especial as pentecostais e neopentecostais, no território nacional e suas alianças estratégicas e; de que forma o Escola sem Partido ingressa nesse cenário e cresce ao incorporar a “ideologia de gênero” em seu discurso.

Na quarta seção, analisei de que maneira os ataques em torno da “ideologia de gênero” pelo Escola sem Partido se manifestam contra os estudos de gênero. Nessa direção, apresentei inicialmente como esses ataques tem se organizado em torno de Projetos de Lei que visam a censura em sala de aula no que tange aos estudos de gênero; apresentei como, apesar de o MESP vir perdendo visibilidade enquanto Movimento, o bolsonarismo tem colocado na pauta os ataques aos estudos de gênero, às mulheres e populações LGBTQIA+, sob o discurso de combate à “ideologia de gênero”; e, por fim, mas não menos importante, busquei apresentar algumas estratégias de resistência que vem sendo construídas pelos movimentos feministas frente os inúmeros retrocessos no Brasil.

A partir das reflexões realizadas, apresento ao final as minhas considerações acerca do que foi identificado com a pesquisa, trazendo também novas inquietações, ressaltando que essa pesquisa não encerra a temática proposta, mas sim, tenta contribuir para as discussões em torno dela, bem como se propõe a trazer outras provocações para pesquisas futuras.

## **1.1.TECENDO UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO, PROPONDO ENFRENTAMENTOS**

Conforme sinalizado anteriormente, pretendo com este trabalho analisar os ataques realizados pelo Movimento Escola sem Partido, fundamentados no que denomina “ideologia de gênero”, aos estudos de gênero. Para tanto, inicialmente realizei uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, uma vez que, segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2002),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p.21-22)

A pesquisa bibliográfica é o “ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto” (LUDWIG, 2009, p. 51). Nesse sentido, entendo que ela é indispensável para a realização deste trabalho, uma vez que apresenta as bases dos fundamentos teóricos - políticos em que está ancorada a “ideologia de gênero” e, portanto, nos ajuda a compreender o porquê dos ataques aos estudos de gênero, bem como o que vem sendo discutido pelas/os estudiosas/os de gênero que apresentam gênero numa perspectiva histórica e analítica completamente diferente do que vem sendo difundido por setores ultra-conservadores, incluindo o Escola sem Partido.

Para contribuir de forma mais objetiva com essa revisão bibliográfica foram sendo levantados e refletidos artigos acadêmicos publicados no site *Scielo*, entrevistas e textos publicados na página eletrônica do Escola sem Partido ([www.escolasempartido.org](http://www.escolasempartido.org)). Na referida página eletrônica pode-se/podia-se encontrar muito material que sustenta e “embasa” o discurso de combate à “ideologia de gênero”. Busco, ainda, em suas redes sociais (Facebook, Instagram), em livros sobre as temáticas Escola sem Partido e Gênero, e em textos publicados na página eletrônica do movimento social Frente Escola sem Mordança, dos/as Professores contra o Escola sem Partido (PCESP), além da SPW - *Sexuality Policy Watch*, dentre outros, informações/dados sobre a temática. Por tratar-se de um grupo de oposição ao Programa Escola Sem Partido, a página eletrônica das/os Professoras/es contra o Escola sem Partido (<https://profscontraoesp.org/>) é fonte de textos que apresentam contrapontos ao Movimento Escola sem Partido.

Para além dessas páginas principais, destaco que os documentos e textos utilizados nessa pesquisa, em cada seção, não sugerem escolhas aleatórias. Priorizei textos e documentos produzidos por autoras e autores que vêm construindo uma militância ativa no campo da desconstrução da “ideologia de gênero”, apontando esta enquanto uma criação/um sintagma/um estratagema criado inicialmente pela Igreja Católica, mas incorporado, apropriado e difundido por outros atores religiosos ou não, mas majoritariamente de alas ultra-conservadoras para barrar os avanços que vinham ocorrendo mundialmente em torno dos direitos das mulheres (em especial dos direitos sexuais e reprodutivos) e da população LGBTQI+.

Os textos de Rogério Junqueira, Sônia Corrêa, Richard Miskolci, Flávia Biroli, Raniery Parra Teixeira, Luis Felipe Miguel e Fernando Penna aparecem como produções que me serviram como bases centrais de reflexão. Vale ressaltar que o meu acesso a tais autoras/es partiu, majoritariamente, do acesso à página das/os professoras/es contra o ESP e, a cada leitura, fui me deparando com outras referências.



Ressalto ainda que, quando já estava mais avançada no trabalho, foi lançado o livro *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia* (2020), por Flavia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Vaggione, bem como foi publicado pela SPW - Sexuality Policy Watch o Projeto *Gênero e Política na América Latina* (2020), uma coletânea de e-books mapeando e refletindo a escalada da cruzada anti-gênero em diferentes países do continente latino americano; e, ainda, no final de 2020 foi publicado o Relatório *6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar*, pela Frente Nacional Escola Sem Mordação, elaborado por Fernanda Pereira de Moura e Renata da C. A. da Silva. Estes documentos e livros foram fundamentais para o aprofundamento desta pesquisa, me fazendo revisá-la completamente e contribuindo para identificar e/ou reforçar quais categorias analíticas me seriam mais importantes para essa pesquisa.

Para analisar os documentos apresentados, compreendendo as especificidades da pesquisa proposta, utilizei elementos da Análise de Discurso Crítica, (ADC), uma vez que

A ADC compreende que a representação por meio da linguagem significa uma forma de práxis e não apenas um modo de refletir a realidade (Fairclough, 2001). O processo de representação da realidade, segundo essa perspectiva de estudo, é visto como uma atividade construída no próprio processo discursivo [na interação entre os (as) usuários (as) da língua], ou seja, faz referência à realidade, ao mesmo tempo que a constitui (Fairclough, 2003). Assim, para a ADC, o mundo não nos é dado, mas o formulamos num fluxo das nossas interações sociais, que formam, através de práticas discursivas, versões da realidade que se realizam *na* linguagem, e não *a partir* dela. Por conta disso, essa abordagem teórica da linguística contemporânea funciona como um imprescindível instrumental de investigação do discurso para entender as muitas desigualdades sociais materializadas em práticas de discriminação social, preconceito, abuso de poder e violência simbólica (Fairclough; Wodak, 1997; Ramalho, Resende, 2001 Apud MELO (2018), p. 23-24. *Grifos do autor*).

Nessa perspectiva, a ADC, ao considerar que o discurso é parte constitutiva e constituinte das relações sociais, explicita a inexistência da neutralidade para a análise, exigindo de quem a realiza que esta afirme sua posição, exigindo que esta esteja posta ao se realizar uma descrição da realidade. Assim, “ela sempre se posiciona criticamente” (BATISTA Jr.; SATO; MELO, 2018, p. 13).

Para me posicionar criticamente então, as discussões partem, ou melhor, se sustentam nas epistemologias feministas, a partir da teoria do “ponto de vista feminista”, segundo a qual mulheres e homens possuem experiências distintas as quais influenciam diretamente na forma como se construiu e se constrói o conhecimento historicamente, sendo que as experiências das mulheres, por serem estas sujeitos subalternizados, possibilitam o questionamento da

naturalização das relações sociais e, ao mesmo tempo, permite a construção de conhecimento que seja útil às mulheres (HARDING, 1987, p.31-33).

Ressalto que ao me sustentar na teoria do ponto de vista, não posso deixar de sinalizar as críticas feitas por parte das feministas negras, como Patricia Hill Collins (2019) e da feministas decoloniais, como Yuderkis Espinosa Miñoso (2020) e Ochy Curiel (2020), de como essa teoria foi construída inicialmente partindo de uma universalidade de experiências de mulheres que desconsiderava, em certa medida, as questões de raça, classe, território e outros marcadores que não apenas demonstram as diferenciações dentro do grupo “mulheres”, como também podem questionar a dicotomia estabelecida entre “mulheres e homens”.

Dessa forma, também a partir da compreensão de Donna Haraway (1995) acerca dos saberes localizados, situo que produzo a partir da experiência de uma mulher negra, trabalhadora, feminista, lésbica, latino-americana, brasileira, nordestina, estudante de Universidade Pública, dentre tantos atravessamentos que me localizam na construção desta pesquisa. Como afirma Darlane Andrade (2015, p.46)

A proposta da perspectiva do standpoint na/para a ciência feminista, com suas bases marxistas, o reconhecimento da corporeidade do sujeito cognoscente e as rupturas com os universalismos e relativismos positivistas, permitem a reflexão e a postura de um/a pesquisador/a responsável pela sua produção. Da mesma forma, permite o reconhecimento das relações de poder dentro da ciência feminista que vai apontar quem, para quem, em que língua, e como o conhecimento será construído. Neste movimento, nós que estamos abaixo da linha do Equador, temos o compromisso de mostrar o quanto o feminismo é plural e como as diferenças devem ser discutidas, consideradas e afirmadas, para o fortalecimento de produções científicas feministas mais democráticas e acessíveis para todo o globo. (ANDRADE, 2015, p.46)

Situando o meu saber, com a utilização da ADC neste trabalho e a partir das leituras realizadas, identifiquei e utilizei as seguintes categorias analíticas para a reflexão proposta: Gênero, Ideologia e Moral, por considerar serem estas as que podem contribuir na reflexão, análise e discussão em torno dos ataques fundamentados na “ideologia de gênero” realizados pelo Escola sem Partido aos estudos de gênero e os seus alcances a tais estudos, as quais me debruçarei a seguir.

## **1.2 CONCEITOS/CATEGORIAS PARA O ESTUDO**

A literatura aponta que os estudos feministas em torno da discussão de Gênero são evidenciados a partir do final do século XX. Joan Scott (1995) sinaliza que

Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido. Esta falta poderia explicar em parte a dificuldade que as feministas contemporâneas têm tido de integrar o termo gênero em conjuntos teóricos pré-existentes e em convencer os adeptos de uma ou de outra escola teórica que o gênero faz parte do seu vocabulário. O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. (SCOTT, 1995, p.85)

Dentro dos estudos feministas, tais reflexões são recentes e resultado de construções e esforços teóricos e políticos acerca da realidade socialmente construída. Nessa perspectiva, cabe apontar de antemão que “Gênero” enquanto categoria analítica não apresenta uma única conceituação na literatura.

Joan Scott (2019) é uma das autoras cuja conceituação de gênero é muito difundida nos estudos feministas, uma vez que é uma das pioneiras na sistematização teórica (explícita) de gênero enquanto categoria de análise, a partir do texto *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Para a autora, a definição de gênero “tem duas partes e várias subpartes”,

Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 2019, p.67)

Dessa forma, enquanto “constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” a autora apresenta “quatro aspectos relacionados entre si”, sendo eles: “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias), Eva e Maria, como exemplo [...]”; o segundo ela apresenta como

[...]conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma, de forma categórica e sem equívoco, o sentido do masculino e do feminino (SCOTT, 2019, p.67)

O terceiro aspecto trata da necessidade de “incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais”, fazendo-se necessária “uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco” como o mercado de trabalho, educação e sistema

político; O quarto aspecto do gênero apresentado por Scott é a “identidade subjetiva”: como são construídas historicamente as identidades de gênero” (SCOTT, 2019, p.68)

Assim, ao articular esses 04 aspectos do gênero, a autora nos convida a desnaturalizar a lógica binária homem e mulher, apresentando-a enquanto um construto social que envolve o simbólico, as normas e dogmas, o político e as subjetividades. No entanto, todos esses aspectos articulados estão intrinsecamente relacionados à “forma primeira de significar as relações de poder”. (SCOTT, 2019, p.67)

Dessa forma, ela apresenta que “o gênero, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 2019, p.70) Com isso, a autora nos propõe compreender como “gênero”, apesar de não ser a única, é uma das categorias que nos possibilita desvelar a realidade social.

Além desse conceito amplamente difundido de gênero, uma autora que trabalha com essa categoria e que é uma das principais vítimas de ataques organizados pelos que combatem a “ideologia de gênero” é Judith Butler. Butler ficou bastante conhecida a partir do seu livro *Problemas de gênero: Feminismo e Subversão das identidades* (2003) no qual ela problematiza a relação sexo-gênero-desejo desconstruindo as normas e as naturalizações que perpassam tais categorias especialmente a partir da heterossexualidade compulsória.

O referido livro teve diferentes repercussões dentro de alguns campos dos estudos feministas, especialmente por deixar algumas lacunas no campo da materialidade das opressões. No entanto, isso não diminui a sua importância, especialmente no que tange ao convite à problematização de categorias até então pouco questionadas/desconstruídas pelo próprio feminismo. No texto *Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista* a autora apresenta que

[...] um gênero nunca é de forma alguma uma identidade estável do qual diferentes ações acontecem, nem seu lugar de agência; mas uma identidade tenuamente constituída no tempo – identidade instituída por meio de uma *repetição estilizada de certos atos*. Os gêneros são instituídos pela estilização do corpo e, por isso, precisam ser entendidos como o processo ordinário pelo qual gestos corporais, movimentos e ações de vários tipos formam a ilusão de um Eu atribuído de gênero imemorial. Essa formulação retira a produção do gênero de um modelo essencial de identidade e a coloca em relação a uma determinada *temporalidade social*. Se os gêneros são instituídos por atos descontínuos, essa ilusão de essência não é nada mais além de uma ilusão, uma identidade construída, uma performance em que as pessoas comuns, incluindo os próprios atores sociais que as executam, passam a acreditar e performar um modelo de crenças. Se a base da identidade de gênero é a contínua repetição estilizada de certos atos, e não uma identidade aparentemente harmoniosa, as possibilidades de transformação dos gêneros estão na relação arbitrária desses atos, na possibilidade de um padrão diferente de repetição, na quebra ou subversão da repetição do estilo mobilizado. (BUTLER, 2019, p.213, *grifos da autora*)

Desta forma, a autora apresenta que gênero é uma construção que se dá a partir da naturalização de atos performáticos de gêneros. No entanto, a autora vai além dessa conceituação, desconstruindo também a ideia biológica/natural de sexo. Para ela sexo e gênero não são coisas distintas, ou seja, ambos são construções que se relacionam com a naturalização/expectativa de certas performances esperadas/atribuídas aos corpos. (BUTLER, 2019, p.219-220) Complementa ainda que a heterossexualidade é compulsória e também é parte desse constructo. Ou seja, ela é naturalizada e atribuída aos corpos de forma compulsória. Assim, Butler questiona uma ordem socialmente imposta sobre os corpos e sobre as relações binárias e hierárquicas de poder que articulam sexo-gênero-desejo de forma a apresentá-los enquanto normas e padrões inalteráveis.

Importa destacar que esses não são os únicos conceitos de “gênero” produzidos pelos estudos feministas de gênero e sexualidades. Ao longo deste trabalho apresentarei outras conceituações, a partir das reflexões realizadas. No entanto, a escolha em apresentar essas duas perspectivas de forma mais detalhada não foi aleatória: a categorização de Joan Scott é o meu ponto de partida para a construção das análises deste trabalho e Judith Butler é uma das autoras vivas mais atacadas pelos cruzados anti-gênero. Acredito que tais ataques se devem à radicalidade das suas desconstruções no que tange aos corpos, ao sexo, gênero e desejos, de modo que as suas conceituações são indispensáveis para entendermos o que tais cruzados constroem/reforçam em torno da naturalização dos papéis sociais.

Para a reflexão teórica sobre “Ideologia”, utilizo como referências centrais Terry Eagleton (2019) e Maria Lucia Barroco (2010). Barroco apresenta em seu livro *Ética: fundamentos sócio-históricos* (2010) que,

Entendida a partir de sua função social e tratada no âmbito da sociedade de classes, *a ideologia é um conjunto de ideias e de valores que desempenha funções na luta de classes*; nesse sentido, configura-se como instrumento de luta de classes. Como instrumento de legitimação das classes dominantes, funciona como modo de pensar e valorar a realidade sob a ótica da burguesia e das relações mercantis, contribuindo para a reprodução de uma cultura fortalecedora das relações sociais capitalistas. Como instrumento de luta social, comporta formas de oposição a essas ideias e valores: negações adquirem funções ideológicas na medida em que expressam ideias e projetos representativos das classes sociais que se opõem à dominação: as classes trabalhadoras e seus aliados. (BARROCO, 2010, p. 162)

A autora parte das relações sociais no modo de produção capitalista para pensar a ideologia, de forma que ao apresentar contradições permanentes em torno da construção de ideias e valores a serem legitimados nos possibilita compreender que não existe apenas uma ideologia, mas sim ideologias em disputa.

Eagleton em seu livro “Ideologia: uma introdução” (2019) nos chama atenção que existem diferentes – e até mesmo antagônicos – conceitos de Ideologia, bem como diferentes significados em momentos históricos distintos. Ele apresenta que, mesmo nos anos 1980, com um boom de movimentos ideológicos no mundo, houve uma construção em torno do descrédito da “questão da ideologia”. Eagleton aponta que

A atual supressão do conceito de ideologia é, em certo aspecto, uma reciclagem da chamada época do “fim da ideologia”, que sucedeu a Segunda Guerra Mundial; mas, enquanto esse Movimento podia ser explicado, ao menos em parte, como uma reação traumatizada aos crimes do fascismo e do stalinismo, nenhuma fundamentação política escora a aversão contemporânea à crítica ideológica. (EAGLETON, 2019, p. 12)

Assim, a aversão à Ideologia apresentada nos tempos atuais tem sido acionada para a construção do sintagma “Ideologia de gênero”, conforme veremos nas seções deste trabalho. O discurso de neutralidade ideológica para combater “a” ideologia, nos traz, no mínimo, suspeitas de que existe algo sendo omitido nesse discurso. Nessa perspectiva, Eagleton nos chama atenção ainda que “Não se pode decidir se um enunciado é ideológico ou não examinando-o isoladamente de seu contexto discursivo”. Ele afirma:

A ideologia tem mais a ver com uma questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento. Não se trata de negar a existência de “idiomas” ideológicos específicos: a linguagem do fascismo, por exemplo. O fascismo tende a ter seu próprio léxico característico (*Lebensraum*, sacrifício, sangue e pátria), mas o que há de mais ideológico quanto a esses termos são os interesses de poder a quem servem e os efeitos políticos que geram. O fato então é que o mesmo fragmento de linguagem pode ser ideológico em um contexto e não em outro; a ideologia é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social. (EAGLETON, 2019, p. 25-26)

Nessa direção,

(...) A ideologia antes contribui para a constituição de interesses sociais do que reflete passiva posições dadas previamente, mas, apesar disso, legisla a existência de tais posições por sua própria onipotência discursiva.

A ideologia é antes uma questão de “discurso” que de “linguagem” – mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal. Representa os pontos em que o poder tem impacto sobre certas enunciações e inscreve-se tacitamente dentro delas. Mas não deve, portanto, ser igualada a nenhuma forma de partidarismo discursivo, discurso interessado ou viés “retórico”; antes, o conceito de ideologia tem como objetivo revelar algo entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade, quando essas condições de possibilidade são vistas à luz de certas lutas de poder centrais para a reprodução (ou, para algumas teorias, a contestação) de toda uma forma da vida social. (EAGLETON, 2019, p. 235)

Por isso, nos interessa compreender os efeitos desses ataques aos estudos de gênero, apesar de ele ser construído em torno de uma “retórica antifeminista”, acredito que ele não se encerra nisso, sendo, portanto, ideológico. Dessa forma, Barroco (2010) traz que

As ideologias originam-se de teorias ou filosofias, isto é, de elaborações teóricas que, ao explicitar os fundamentos da sociedade e do homem, sob uma determinada perspectiva de classe – se transformam em instrumento de luta social, de enfrentamento de antagonismos. Isto porque a luta social não visa apenas a transformação da sociedade; pode objetivar também a sua manutenção e legitimação. (BARROCO, 2010, p. 162)

Ou seja, as ideologias têm bases materiais e, elas, em seus processos de disputas têm servido pelo menos a dois propósitos: manutenção da ordem socialmente posta ou a transformação da sociedade.

A principal referência que utilizei para refletir, ao longo deste trabalho, a moral, também é Maria Lucia Barroco (2011), através do livro *Ética: fundamentos sócio-históricos*. Acredito que Barroco tem muito a contribuir com as análises propostas neste trabalho pelo fato dela produzir conhecimento a partir da contextualização histórica, numa perspectiva política. Para a autora (2010, p. 161), “Na sociedade de classes, a moral participa de uma função ideológica precisa: *contribui para a veiculação de modos de ser e de valores que favorecem a legitimação da ordem social dominante*” (*grifos da autora*).

Nesse sentido, a autora parte da construção da moral, não como algo estanque, mas de uma moral produzida no modo de produção capitalista. Para ela,

[...]a moral atende às necessidades de integração social através do processo de socialização primária do indivíduo singular e de sua reprodução social realizada no âmbito da vida cotidiana. Nesse nível, a moral se reproduz fundamentalmente como sistema normativo: conjunto de valores e normas que representam um determinado modo de ser dominante e que devem ser assimilados através do hábito para se transformar em deveres. Ora, para que essa integração funcione, é preciso que as ideias, valores e princípios que compõem esse *ethos* sejam universais – uma vez que devem ser aplicáveis a toda a sociedade. Para isso, conta-se com os princípios unívocos abstratos que fazem parte do sistema moral[...] (BARROCO, 2010, p. 163, *grifo da autora*)

Dessa forma, Barroco apresenta que a moral é construída, ou seja, ela não é natural, mas representa uma construção que corresponde a determinado período histórico. No entanto, esse processo de naturalização constitui-se a partir das normatizações, a partir de princípios universais. Assim,

Através do senso comum, constroem-se estereótipos que mecanicamente funcionam como juízos de valor sobre a realidade; a desigualdade, tratada como determinação natural, possibilita a culpabilização dos indivíduos por sua condição social. A discriminação se reproduz, portanto, através de um quadro de valores morais, em que “virtudes” e “vícios” conjugam-se a determinados padrões de comportamento tidos como corretos/incorretos. (BARROCO, 2010, p. 170)

A normatização e a regulação dos corpos, a partir de uma natureza “divina” e, portanto, “imutável” tem sido amplamente questionada pelos estudos de gênero e sexualidades, a “ciência universal” e as instituições “inquestionáveis” também tem sido colocada em xeque por tais estudos. Ainda para a autora,

A família é um dos alicerces morais do conservadorismo e sua função é a manutenção da propriedade. A mulher exerce o papel de agente socializador responsável pela educação moral dos filhos; por isso, essa perspectiva é radicalmente contrária aos movimentos femininos, entendendo-os como elementos de desintegração familiar. A moral adquire, no conservadorismo, um sentido moralizador. É porque faz parte das propostas conservadoras buscar reformar a sociedade, entendendo que a *questão social* decorre de *problemas morais*. É assim que se apresentam sob diferentes enfoques e tendências, objetivando a restauração da ordem e da autoridade, do papel da família dos valores morais e dos costumes tradicionais. (BARROCO, 2010, p. 163, *grifos da autora*)

Desta forma, os ataques aos estudos de gênero ocorrem em nome da moral, da manutenção da família e de Deus. Por isso, reforço que a escolha das categorias analíticas apresentadas não é aleatória: ela parte de eixos que, para mim, foram sendo identificados enquanto centrais para a compreensão do que tange aos ataques aos estudos de gênero pelo Escola sem Partido, sob o sintagma da “ideologia de gênero”.

Importa dizer que, apesar de partir dessas categorias, em todo o trajeto também reflito, individual e coletivamente, sobre as minhas escolhas e utilizações das mesmas, considerando e concordando com Sandra Harding (2019) quando ela afirma que

A vida social que é nosso objeto de estudo, dentro da qual se formam e se testam nossas categorias analítica, está em fervilhante transformação. A razão, a força de vontade, a revisão dos dados e até mesmo a luta política em nada poderão reduzir o ritmo das mudanças de uma maneira que encha de júbilo nossos feminismos. Não passa de delírios imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma de “ciência normal” com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. As categorias analíticas feministas *devem* ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais. (HARDING, 2019, p. 99 – grifo da autora)

Por isso, neste percurso, posiciono-me assim na defesa de uma pesquisa que se afirma não neutra, com um propósito político que vai além da investigação em si, mas que pretende também contribuir para a construção de estratégias de enfrentamento ao conservadorismo e aos ataques aos estudos de gênero. Com isso, espera-se que esta pesquisa sirva também como instrumento de luta.



## 2 A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: UMA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Os estudos de gênero põem em questionamento a ordem socialmente construída, uma vez que ajudam a descortinar o que está por trás da biologização de determinados papéis e lugares sociais, apontando que tal naturalização é um constructo que serve para a manutenção de privilégios e a uma ordem social muito bem estabelecida, organizada a partir do patriarcado, heteronormatividade, classista e racista.

Desta foram, segundo Scott (2019), gênero enquanto categoria de análise, serve para pensarmos, antes de qualquer coisa, as relações de poder. O gênero, enquanto uma categoria de análise, questiona a perspectiva biologizante, uma vez que tal perspectiva desconsidera (ou considera e se utiliza) que a biologia, enquanto disciplina, também é um constructo social e pode atender à ordem socialmente estabelecida.

Ao falar em perspectiva biologizante não estou desconsiderando que os corpos, independente de genitálias, apresentam diferenciações “orgânicas”. O que estou apontando – que já vem sendo questionado pelos movimentos feministas há muitas décadas – é a utilização da biologia para a construção de hierarquias, valorações e demarcação fixada dos corpos e das suas sexualidades. (BEAUVOIR, 2016; HARDING, 2019)

Com isso, apesar de já existir uma certa discussão sobre o fim do patriarcado, considero que este permanece existindo e se reconfigurando no modo de produção capitalista. Silvia Federici, em *Calibã e a Bruxa* (2017), nos apresenta que na transição do feudalismo para o capitalismo, especialmente a partir do final do século XV, quando ocorreu a tentativa de adestramento/ajustamento dos corpos para o trabalho assalariado pelo próprio capitalismo.

As mulheres, ao longo da história, sofreram inúmeras perseguições e extermínios (em nome especialmente da caça às bruxas) com o propósito de confiná-las à “atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores”, cabendo a essas mulheres, “contra a sua vontade”, a função procriadora. Além disso, houve “a redução das mulheres a não trabalhadoras”. (FEDERICI, 2017, p. 182)

Assim, a divisão entre trabalho produtivo – aquele desenvolvido majoritariamente pelos homens (considerados trabalhadores) – e trabalho reprodutivo (o não-trabalho desenvolvido pelas mulheres) se torna central para a manutenção do Capital, num processo de retroalimentação entre produção-reprodução.

Dessa forma, a partir de uma aliança entre “artesãos e autoridades das cidades, junto com a contínua privatização da terra” foi realizado um novo “contrato social” o qual, a partir

de uma nova divisão sexual do trabalho, “definia as mulheres em termo – mães, esposas, filhas, viúvas - que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e trabalhos de seus filhos” (FEDERICI, 2017, p. 191) Ao processo de sujeição das mulheres pelos homens a partir da nova divisão sexual do trabalho, com a realização de um trabalho não pago (trabalho reprodutivo) – denominado de *amor* -, Silvia Federici chama de patriarcado do salário.

Em direção semelhante, Flavia Biroli (2018, p. 28) apresenta que

O fato de a industrialização ter transferido parte da produção realizada no espaço doméstico para as fábricas não restringiu a casa a espaço *reprodutivo*. A responsabilização desigual de mulheres e homens por um trabalho que se define, assim, como *produtivo e não remunerado* seria a base do sistema patriarcal no capitalismo.

O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua forma de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema.” (BIROLI, 2018, p. 28. *Grifos da autora*)

Desta forma, capitalismo torna o patriarcado uma das suas bases, de forma a garantir a reprodução da vida social a partir do controle e da exploração do corpo, do trabalho, mas também das subjetividades das mulheres.

Além do patriarcado, como sinalizado anteriormente, os estudos de gênero também questionam a ordem heteronormativa, classista e racista. Para Richard Miskolci (2009) a “heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade.” (p. 156 ) O autor complementa que

[...]a heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade.( MISKOLCI, 2009, p.157)

No que tange à sociedade de classes, esta divide-se em duas classes antagônicas: as/os que sobrevivem da sua força de trabalho e, portanto, precisam vendê-la transformando-a em mercadoria (classe trabalhadora) e as/os que possuem os meios de produção e, portanto, exploram os que não os tem (burguesia).

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas. No entanto, a nossa época, a da burguesia, possui uma característica: simplificou o antagonismo de

classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX; ENGELS, 2006, p. 84-85)

Friedrich Engels complementa:

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem. (p.84)

Existe um discurso que tenta invisibilizar tal exploração e naturalizar a sociedade do Capital como se esse momento fosse o ápice do desenvolvimento da humanidade. No entanto, evidencia-se a precarização das condições de trabalho e das relações sociais, demonstrando que não só a exploração de classes está posta, como a discussão acerca do capitalismo é fundamental. Porém, tal exploração não pode ser pensada desconsiderando outras opressões, como, além das já apresentadas, as de raça.

Conforme apresenta Kabengele Munanga (2003, *n.p*):

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas.

De forma que, ao dividir a humanidade em raças e hierarquizá-las, o branco (o homem branco heterossexual e burguês) se “afirma” como “o” superior, enquanto as demais são inferiorizadas e, historicamente marcadas e violentadas enquanto não humanas, sendo as mulheres negras e indígenas lésbicas, sejam elas cisgênero, mas especialmente as transsexuais, as que estão na base dessa hierarquização que intercala gênero, raça, classe, sexualidades e outros marcadores construídos socialmente.

Os estudos de gênero, em suas diferentes vertentes, põem em questionamento tais ordens socialmente construídas. É, a partir dos anos 1980, que as discussões de gênero começam a ganhar impulso, chegando à década de 1990 com grande expressividade,

culminando no reconhecimento internacional da importância do seu significado e utilização em 1995, na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, que aconteceu na cidade de Pequim, China.

Como apresentam Claudia Mayorga, Alba Coura, Nerea Miralles e Vivane Martins Cunha (2013),

O gênero ganhará força nos meios acadêmicos; será utilizado pelas feministas como uma ferramenta para as análises de estruturas sociais na tentativa de rejeitar as explicações biologicistas sobre os elementos que estruturam e fundamentam as desigualdades entre homens e mulheres. É na década de 1980 que o gênero ganha um alcance e uma aceitação mais amplos, fato que possibilitou uma melhor acolhida e legitimidade das feministas dentro de alguns espaços, tais como a academia e instituições governamentais, nas quais as perspectivas feministas tinham sido recebidas, até então, como estridentes. (MAYROGA et. al., 2013, p. 468)

Apesar da *melhor acolhida e legitimidade*, o reconhecimento do “gênero” enquanto uma das categorias centrais para refletir e propor ações na realidade social, bem como a sua utilização em documentos de organizações internacionais não ocorreu de forma pacífica: trata-se de uma categoria em constante disputa para afirmar-se até a atualidade.

Nessa perspectiva, nos anos de 1990 iniciou-se no mundo o que vem sendo denominado por algumas teóricas de Cruzada anti-gênero: uma onda crescente de ataques aos estudos e às estudiosas de gênero, aos movimentos feministas e à população LGBT, sob um discurso de combate à “ideologia de gênero” (*grifos nossos*).

Como apontam Sarah Bracke e David Paternotte (2018),

Essa reação contra o gênero assume diferentes formas e modos, alguns dos quais são mais sutis e insidiosos e podem depender do uso continuado do gênero, enquanto outros rejeitam completamente a própria noção de gênero. As visões e ativismos anti-gênero que se reúnem em torno do termo “ideologia de gênero” são expressões desta última. Nesse contexto, o termo “ideologia” desempenha um papel retórico específico, porque invoca uma visão na qual os campos de crenças e idéias são separados do campo da realidade, e o gênero estaria localizado no primeiro, portanto, a produção de conhecimento e as reivindicações sobre a realidade de décadas de pesquisa em estudos de gênero são prejudicadas. Como tal, essas oposições ao gênero podem ser lidas como projetos alternativos de produção de conhecimento. (BRACKE; PATERNOTTE, 2018, p. 9-10. *Tradução nossa*)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Esta reacción contra el género adquiere diferentes formas y modos, algunos de los cuales son más sutiles e insidiosos y pueden depender en un uso continuo del género al tiempo que otros rechazan de plano la noción misma de género. Las miradas y activismos antigénero que se reúnen en torno al término “ideología de género” son expresiones de esto último. En este contexto, el término “ideología” cumple un rol retórico específico, porque invoca una visión en la cual los ámbitos de las creencias y las ideas están separados del ámbito de la realidad, y el género estaría ubicado en los primeros, por lo tanto se socava la producción de conocimiento y las afirmaciones sobre la realidad de varias décadas de investigación en estudios de género. Como tales, estas oposiciones al género pueden ser leídas como proyectos de producción alternativa de conocimientos. (BRACKE; PATERNOTTE, 2018, p. 9-10)

As autoras apontam ainda que uma das sustentações contrárias a gênero é a “resistência ao politicamente correto”, bem como as “novas formas de totalitarismo” (BRACKE; PATERNOTTE, 2018, p. 9-10). Em outras palavras, o que se cria é uma ideia de que a “ideologia de gênero” é um mal a ser combatido em nome da moral, da manutenção da espécie e da família. Como também afirmam as autoras, constrói-se a ideia de que tanto tal “ideologia”, como suas/seus “propagadoras/es”, são inimigas/os que precisam ser combatidas/os.

A família toma forma em instituições, normas, valores e práticas cotidianas. Sua realidade não é da ordem do espontâneo, mas, sim, dos processos sociais, da interação entre o institucional, o simbólico e o material. Ganha sentido em contextos históricos específicos e modifica-se no tempo e em diferentes ambientes culturais, mas corresponde a uma pluralidade de arranjos em um mesmo local e tempo. (BIROLI, 2018, p. 91)

Destaca-se que os setores ultraconservadores da Igreja Católica tem se apresentado enquanto agente central de tal cruzada anti-gênero - apesar de resistências de sujeitos e organizações progressistas católicas como as Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) - utilizando-se enquanto Instituição de um discurso contra o que intitulam “feministas do gênero” para a “demonização” daqueles que defendem, por exemplo, o direito ao aborto, os direitos da população LGBT, a despatologização dos corpos e a radical desnaturalização das relações e papéis sociais.

Como aponta Rogerio Diniz Junqueira (2017), levando em consideração os documentos produzidos nas Conferências de 1994 e 1995, “dezenas de “especialistas” foram convocados pelo Vaticano para pôr em marcha uma contraofensiva para reafirmar a doutrina católica e a naturalização da ordem sexual”. Importa destacar que, no entanto,

Em tal cenário, não há por parte desses alarmados cruzados nenhum interesse pelo confronto acadêmico. O seu público-alvo, os atores cujas mentes e corações eles anseiam alcançar, seduzir e arrancar adesão, são principalmente gestores públicos, parlamentares, juristas, jornalistas, dirigentes escolares, eleitores. (JUNQUEIRA, 2017, p.30)

Trata -se, portanto, de um confronto no campo da disputa de narrativas/discursos e de poder, para a manutenção da ordem societária em voga, mais especificamente, de novas estratégias de perpetuação de um regime de biopoder. Poder aqui está sendo compreendido enquanto:

[...]primeiro, como a multiplicidade de correlação de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias, sistemas, ou ao

contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias. (FOUCAULT, 2017, p.100-101)

E mais:

O conceito de Biopoder é “(...) usado por Foucault em sua História da Sexualidade, Volume I: A vontade de saber (1978) para descrever a passagem de uma forma autoritária de governo para uma mais descentralizada, baseada no “fomento do poder da vida” na Europa durante o século XIX. O termo “biopoder” expressa crescente preocupação, em nível estatal, pelo controle sanitário, sexual e penal dos corpos dos indivíduos, assim como a preocupação com o crescimento e os movimentos populacionais e sua inserção no âmbito econômico. De acordo com esse paradigma, a emergência do biopoder apareceu com a ascensão do liberalismo e marcou o fim do Estado jurídico e monárquico”. (FEDERICI, 2017, p. 169).

Nessa perspectiva, a construção de um discurso acerca da “ideologia de gênero” tem sido um “fenômeno transnacional” e, para compreendermos como ele vem sendo difundido, faz-se fundamental uma breve apresentação histórica desse processo.

## 2.1 CONFERÊNCIAS DO CAIRO E DE PEQUIM: AMEAÇAS À MORAL CRISTÃ

Apesar de não haver consenso acerca de em qual evento específico os ataques aos estudos de gênero, é possível identificar que eles se iniciam e se fortalecem no processo de organização para as Conferências Mundiais, no início da década de 1990.

Nesse sentido, a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento, que ocorreu no Cairo em 1994 e a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, em 1995, aparecem na literatura como marcadores importantes para a compreensão desse fenômeno.

Sonia Corrêa (2018) sinaliza que

(...) há várias discrepâncias quanto à cronologia de gestação dos ataques ao gênero. Predomina a versão de que os ataques a gênero se deram no processo da IV CMM, mas há quem identifique a Conferência do Cairo ou a ECO 92 como sendo o momento inicial dessa saga. Isso decorre de que essas conferências se deram numa sequência intensa, na qual as definições sobre reprodução, gênero e sexualidade foram condensadas de maneira cumulativa, suscitando a cada etapa novos movimentos reativos e não é fácil rastrear esses meandros sem ter estado neles. (CORREA, 2018, *n.p*)

As Conferências Internacionais “para discutir questões relacionadas à população e desenvolvimento” são organizadas pelas Nações Unidas, a cada dez anos (desde 1974) (VOZES CATÓLICAS, 2004, p. 8). Em 1994, na cidade do Cairo, no Egito, ocorreu a Conferência de Cairo intitulada “Conferência Internacional sobre população e Desenvolvimento” - CIPD.

Segundo Tânia Patriota, na apresentação do Relatório da Conferência de 1994,

(...) Contribuíram para seu êxito e impacto os conhecimentos especializados e a força mobilizadora de 11 mil participantes, representantes de governos, das Nações Unidas, e de organizações não-governamentais, além dos meios de comunicação. A partir da CIPD, as políticas e os programas de população deixaram de centrar-se no controle do crescimento populacional como condição para a melhoria da situação econômica e social dos países, e passaram a reconhecer o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como fatores determinantes da qualidade de vida dos indivíduos. Nesta perspectiva, delegados de todas as regiões e culturas concordaram que a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de gênero. (PATRIOTA, 20??, p. 34)

Nessa perspectiva, importa destacar que a Conferência do Cairo provocou mudanças de paradigmas internacionais ao propor uma agenda que contemplasse, dentre outras coisas, um conjunto de ações para o desenvolvimento das mulheres no mundo. Tratou-se, também, como aponta Sueli Carneiro (2019, p. 317) de um espaço de forte articulação das mulheres negras, em especial as chamadas “terceiro mundistas”, que evidenciaram a urgência do combate ao racismo através de uma perspectiva antirracista.

Os avanços registrados não propunham uma mudança radical no que tange à estrutura das relações de exploração de classe, gênero e raça ao modo capitalista, no entanto, a pauta em voga e as propostas aprovadas, como bem apresenta Carneiro (2019, p. 318), “se tornaram espaços importantes no processo de reorganização global depois da queda do muro de Berlim (...)”.

Segundo documento elaborado pelas Vozes Católicas (Catholics Voice) intitulado *A Igreja Católica e a Conferência do Cairo: uma linguagem comum* (2004),

No Cairo, os governos presentes estabeleceram um conjunto de propostas de ação para o futuro – essas propostas estão no Programa de Ação. O Programa de Ação possui mais de 100 páginas e compõe-se de 16 capítulos. Os capítulos 3 a 16 tratam dos objetivos qualitativos e quantitativos. E o capítulo 2 trata de assuntos de particular interesse para os católicos e pessoas de outras crenças, apresentando os fundamentos éticos das decisões tomadas no Cairo em relação à população e desenvolvimento. (VOZES CATÓLICAS, 2004, p.8)

O capítulo 02 a que se referem, dispõe sobre os princípios da Conferência, relacionados ao compromisso dos países e representações no processo de participação no Cairo. Tratam-se de 15 princípios, mas, dentre eles, importa destacar os princípios quatro, oito, nove e dez. O princípio quatro refere-se à igualdade e equidade dos sexos e a emancipação da mulher, sinalizando que:

Os direitos humanos da mulher e da menina são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena e igual participação da mulher na vida civil, cultural, econômica, política e social, nos âmbitos nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional.(CAIRO, 1994, p. 43);

O princípio oitavo se refere ao direito à saúde, trata deste enquanto direito de todos, e, enquanto responsabilidade do Estado: este deve garantir o acesso universal a todos os serviços “na base da igualdade de homens e mulheres”, incluindo aí os serviços relacionados à saúde reprodutiva, “sem qualquer forma de coerção”, destacando que “Todo casal e indivíduo têm o direito básico de decidir livre e responsavelmente sobre o número e o espaçamento de seus filhos e ter informação, educação e meios de o fazer”.

O princípio nono aponta a família como “unidade básica da sociedade”, mas considera que “Em diferentes sistemas culturais, políticos e sociais, há várias formas de família. O casamento deve ser nelas incluídos com o livre consentimento dos futuros cônjuges, e marido e esposa devem ser parceiros iguais”; e o princípio dez, trata do direito à educação para todas as pessoas, com “particular atenção à mulher e à menina, ressaltando que “A educação deve visar o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, inclusive as referentes a população e desenvolvimento”. Ou seja, dentre outras questões, os princípios tratam das discussões sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, bem como sobre as definições de família.

Tais questões atraíram olhares da Igreja Católica (representada pela Santa Sé) e de outras instituições religiosas e/ou representantes religiosos, numa perspectiva de oposição. Segundo o documento das Vozes Católicas (2004, p. 11),

Há uma distinção entre a Igreja Católica e suas tradições como um todo (i.e. o grupo de fiéis) e a administração desta igreja nas Nações Unidas, como a Santa Sé. É importante ter em mente essa distinção porque o laicato, teólogos e bispos, em sua maioria, não tem voz ativa na escolha do Papa e nas políticas da Santa Sé.

Importa destacar, conforme sinaliza o mesmo documento que,

Algo único entre as organizações religiosas no mundo, a Igreja Católica goza de um status privilegiado como um Estado Não-Membro e Observador Permanente nas Nações Unidas por meio de sua entidade governamental, a Santa Sé. Nessa condição, a Santa Sé participa das conferências das Nações Unidas e pode exercer, como o fez no Cairo, o direito de voto. (VOZES CATÓLICAS, 2004, p.11)



Desta forma, no Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Plataforma de Cairo, ganhou destaque os posicionamentos da Santa Sé, uma vez que esta “*expressou sua reserva geral*” em relação a oito capítulos, sendo estes: VII - Direitos de Reprodução e Saúde Reprodutiva; VIII – Saúde, Morbidade e Morbimortalidade; XI – População, Desenvolvimento e Educação; XII – Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento; XIII – Ação Nacional; XIV – Cooperação Internacional; XV – Parceria com o setor não governamental; XVI – Acompanhamento da Conferência; ou seja: apesar de ter havido majoritariamente consenso nas decisões as quais a Santa Sé também não se opôs, mais da metade dos capítulos em que são propostas ações diretas durante a Conferência tiveram reservas desta representação religiosa.

No que tange às reservas, estas foram justificadas basicamente a partir da manutenção do posicionamento da Igreja em relação à aspectos relacionados ao aborto, ao uso de preservativo, enquanto método contraceptivo e de prevenção ao HIV/AIDS e a questões relacionadas à diversidade de constituições familiares (entenda-se: do não reconhecimento de famílias homossexuais e outras configurações não heteronormativas).

Dessa forma, baseando-se em alegações morais, a Santa Sé elogiou a Conferência de Cairo, apontou avanços referentes ao documento, em especial ao trazer em seus princípios a família enquanto unidade base da sociedade, mas afirmava que:

[...] a vida humana começa no momento da concepção. Que a vida deve ser defendida e protegida. A Santa Sé, por conseguinte, não pode jamais condescender com o aborto ou políticas que o favoreçam. [...] Os capítulos contêm também referências que poderiam ser vistas como uma aceitação de atividade sexual extraconjugal, especialmente entre adolescentes. Pareceriam afirmar que serviços de aborto fazem parte da assistência primária à saúde como um método opcional. [...] Nada que a Santa Sé tenha feito neste processo de consenso deve ser entendido ou interpretado como um endosso de conceitos que não pode aceitar por razões morais. Especialmente, nada deve ser entendido implicar que a Santa Sé endosse o aborto ou tenha de alguma forma, mudado sua posição moral com relação ao aborto ou a anticoncepcionais ou esterilização ou sobre o uso de camisinhas em programas de prevenção do HIV/AIDS. [...] (CAIRO, 1994, p. 132)

Assim, além da Igreja Católica demarcar sua perspectiva na Conferência do Cairo, apontando para a manutenção da sua posição histórica anti-aborto, à lógica de família e a não utilização de métodos contraceptivos – que implica diretamente no controle das mulheres sobre seus próprios corpos, bem como o descaso – contraditoriamente, em nome da vida – à questões de saúde como o HIV/AIDS, apresenta também a sua posição heteronormativa - apresentando enquanto casais, apenas aqueles “casados e o homem e a mulher individual que constituem o casal” (CAIRO, 1994, p.132) .

Tal posição é resultado da teologia moral que perpassa a existência da Igreja Católica. Conforme aponta Uta Ranke - Heinemann no livro *Eunucos pelo Reino de Deus: Mulheres, Sexualidades e a Igreja Católica* (1996, p. 140), “a história do Cristianismo é quase a história de como as mulheres foram silenciadas e privadas de seus direitos”; ainda, “a sexualidade é uma esfera da vida humana que em grande parte caiu vítima de uma forma altamente especializada da disciplina da teologia ou poderíamos dizer de uma excrescência peculiar desse campo, a teologia moral” (p. 343). A teologia moral criada e aprimorada ao longo dos séculos pela Igreja Católica criou mecanismos de submissão e repulsa às mulheres, bem como perpetuou o ódio ao prazer e, nesse sentido, qualquer possibilidade da realização do sexo que não para a procriação.

Importa sinalizar que, apesar de a palavra “gênero” não ser utilizada no Relatório Final da Conferência de Cairo, a compreensão da desigualdade e das relações de poder que perpassam as relações entre as pessoas, conforme aponta Scott (2019), se fazem presentes nas justificativas para as ações propostas no documento final, bem como nas justificativas apresentadas pela Igreja Católica em suas reservas a tais ações/eixos.

A primeira, que tange às justificativas para as ações propostas no documento final, na tentativa de ruptura com as normativas de gênero estabelecidas, apesar de reforçar contraditoriamente a ideia da família heteronormativa ao mesmo tempo em que afirma a diversidade das relações familiares, enquanto a segunda, apresentadas pela Igreja, no sentido de manter as relações de poder historicamente construídas, bem como de negar a perspectiva de gênero.

Com isso, no intuito de tentar deslegitimar determinadas posições postas na Conferência de Cairo, o “Vaticano alegou que o Programa de Ação não possuía uma (*sic*) fundamento ético e foi produto de feministas radicais do ocidente”. (VOZES CATÓLICAS, 2004, p.17). Essa discussão acerca de uma tomada dos Organismos Internacionais pelas feministas radicais pautada especialmente pela Igreja Católica em suas “altas” representações será reforçada nas preparações para Conferência de Pequim (1995).

Segundo Sonia Corrêa, foi na preparação para a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher (Conferência de Pequim) que os ataques ao gênero se expressaram de forma mais incisiva. A autora sinaliza ter tido a informação que circulou um panfleto “contra gênero”

[...] que havia sido distribuído, uns dias antes, aos delegados (especialmente do Sul global) por uma organização da direita católica norte-americana: a Coalizão das Mulheres pela Família, liderada pela jornalista Dale O’Leary (autora do livro *A agenda de gênero*, publicado em 1997). O panfleto adulterava um artigo clássico de

Anna Fausto Sterling sobre intersexualidade (Fausto-Sterling, 1993:20-25) para argumentar que, ao usar o termo gênero, as feministas (“em geral homossexuais”, segundo o texto), reivindicavam a existência de cinco gêneros. (CORRÊA, 2018, *n.p*)

Evidencia-se, então, que o documento não só distorcia a ideia relacionada ao termo gênero, como o adulterava propositalmente, difundindo um conceito equivocado e, em certa medida, assustador para quem não conhecia o debate. A autora sinaliza, ainda, que o tema das sexualidades ganhara certa centralidade nas discussões relacionadas à campanha anti-gênero, fazendo com que a Conferência de Pequim fosse marcada pela necessidade de definição da categoria *gênero* por parte dos movimentos feministas que defendiam a sua utilização.

A Conferência de Pequim, intitulada “Ação pela Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz” foi a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, aconteceu em Pequim, na China, em 1995. Antes delas já haviam sido realizadas as Conferências sobre a Mulher, em Nairobi (1985); Copenhague (1980); e México (1975).

Na Conferência de Pequim, como aponta Maria Luiza Ribeiro Viotti (2006), na Apresentação da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher-Pequim, 1995, foram identificadas

[...] doze áreas de preocupação prioritária, a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina. (VIOTTI, 2006, p. 148-149)

Além dessas identificações, ainda como aponta Viotti (2006), a Conferência de Pequim foi inovadora em relação às demais, pois “consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade”. (p. 149) Destaque-se que o conceito e da utilização do termo “empoderamento” pelos movimentos feministas, parte das divergências e até críticas, pois entendem/percebem um esvaziamento do significado do conceito, bem como a sua utilização dentro de uma perspectiva liberal – que acaba por perpetuar os sistemas de opressões sobre os quais vivemos.

A partir de Joice Berth (2019) e Cecilia Sardenberg (2006) entendo por empoderamento os processos de construção coletiva que visam, a partir do fortalecimento e “conscientização” individual e coletivos de sujeitos historicamente oprimidos, a ruptura, a superação dos sistemas estruturais de opressão: racismo, patriarcado, classismo e outros. Nesse sentido, a IV Conferência Mundial sobre a mulher traz o conceito de gênero para a centralidade das políticas, programas e ações a serem implementados pelos governos mundiais para combater as desigualdades existentes.

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995) apontam que para que se alcance a igualdade, tanto de direitos, quanto de oportunidades e acesso aos recursos, faz-se necessária a “divisão equitativa das responsabilidades familiares e a parceria harmoniosa entre mulheres e homens” para a consolidação da democracia e, ainda, reconhece que é direito das mulheres o controle acerca da sua saúde e da sua fertilidade.

Diferente das Conferências anteriores, como afirmam Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017)

Esta quarta conferência caracterizou-se por substituir o termo “mulher” (que havia sido o principal sujeito nas primeiras três conferências) pelo conceito de gênero, estabelecendo que:  
[...] todas as políticas e instituições econômicas [dos governos e da comunidade internacional], assim como aqueles encarregados de conceder recursos devem adotar uma perspectiva de gênero (Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, 1995: 265). Dessa forma, nessa conferência se reconheceu que a desigualdade da mulher é um problema estrutural e só pode ser abordada de uma perspectiva integral de gênero. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 727)

Apesar dos avanços, importa destacar que, como bem aponta Tathiana Haddad Guarnieri (2010), a adoção da perspectiva de gênero não foi consensual: houve tensionamento no processo de disputa por tal utilização.

A valorização da perspectiva de gênero sobre a de sexo gerou inúmeras controvérsias desde o processo preparatório para Beijing, fazendo com que fossem apostos no projeto da Plataforma de Ação inúmeros colchetes. Apesar das resistências por parte da Igreja Católica e de países muçumanos, particularmente no tocante à saúde reprodutiva, conseguiram-se evitar retrocessos com relação às conquistas alcançadas na Conferência do Cairo, em 1994. (GUARNIERI, 2010, p.21)

Sonia Corrêa (2018) aponta ainda que, apesar dos diversos tensionamentos, a Santa Sé, na Conferência de Pequim, não focou muito nas discussões em torno de gênero, uma vez que tinham outras pautas que eram consideradas prioritárias pela mesma, relacionadas, especialmente, às questões dos direitos sexuais e reprodutivos - o que a faz acreditar que

naquele momento ainda não se tinha uma compreensão tão amadurecida do que se tratavam tais discussões.

Ainda assim, a representação da Igreja Católica solicitou a ressalva de que o uso do termo gênero deveria ser “compreendido como estando ancorado na identidade sexual biológica”. Ou seja: por mais que a definição de gênero tenha sido apresentada inúmeras vezes no decorrer da Conferência, a Igreja Católica persistiu em não afastar as discussões de uma perspectiva biologizante, o que demonstra a intencionalidade de não ruptura com a lógica de naturalização das relações sociais.

É possível identificar então que, apesar das críticas realizadas pelo próprio movimento feminista à forma como as Conferências organizadas pelas agências de desenvolvimento, em especial à Organização das Nações Unidas (ONU), se deram, bem como à própria organização/inserção das mulheres nestes eventos, tanto a Conferência do Cairo – 1994, quanto a Conferência de Pequim – 1995, trouxeram avanços no que tange às propostas políticas, especialmente referentes às mulheres, frutos do avanço dos movimentos feministas, bem como do avanço dos estudos de gênero e sexualidades a nível global. (ALVAREZ, 2014; FRASER, 2019)

A inserção de “gênero” contrapondo a ideia fixa de sexo biológico produziu uma ruptura no campo das propostas políticas internacionais. Apesar de tal ruptura, importa dizer que, nesse cenário das Conferências Mundiais, existe uma forte crítica de que o conceito de gênero, por vezes, foi utilizado de forma esvaziada, no que tange ao real e radical questionamento da ordem e dos sistemas de poder os quais a categoria pretende dar conta, sendo utilizado numa perspectiva quase que de “neutralidade” ou em simples substituição ao termo “mulheres”.

Evidencia-se, ainda, que em ambas as Conferências, as discussões que envolvem as relações de poder que perpassam “gênero” e o marcador “gênero” em si confrontam as defesas/princípios morais defendidos pela Igreja Católica, no que tange às suas representações administrativas, uma vez que questionam e contrariam a lógica das relações sociais/sexuais naturalizadas, pondo em xeque, dentre outras coisas, a “lei natural” aclamada por tal Igreja, cuja relação se dá entre homem e mulher (estes definidos pela compreensão estritamente biológica/anatômica de sexo), no intuito de procriação e cujo papel central da mulher encontra-se no cuidado à família. Ainda, tal “lei natural” baseia-se numa lógica heteronormativa, de desprezo e condenação das orientações sexuais que fogem à norma. Nessa direção, Maribel Blázquez-Rodríguez, Mónica Cornejo-Valle e José I. Pichardo-Galán (2018) apresentam que

Conforme se relata na crônica de Doris E. Buss (1998), em 1994, a reunião do Cairo sobre a população serviu para orquestrar uma oposição crescente entre certos grupos católicos e muçulmanos contra possíveis acordos internacionais em questões relacionadas com a família. Como estratégia, o Vaticano obstaculizou constantemente as discussões e os acordos ao negar-se a aceitar conceitos como gênero ou "famílias" no plural. Assim, no Cairo, Dale O'Leary divulga um relatório "Gênero, a desconstrução de mulheres", que será a semente do livro que ela publica posteriormente, *A agenda de gênero. Redefinindo a igualdade* (O'Leary, 1997). (BLÁZQUEZ-RODRÍGUEZ *et.al.* p. 50. *Tradução nossa.*)<sup>4</sup>

O'Leary é uma das principais referências para uma série de outras iniciativas que se iniciam – ou fortalecem (?) - ao que algumas autoras denominam de Cruzada anti-gênero ou Cruzada contra a “ideologia de gênero”. Em meio a esse cenário, minimamente, questiono: a quem serve esta “Cruzada”?

## 2.2 A IGREJA CATÓLICA E O DISCURSO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Conforme aponta Rogério Diniz Junqueira (2019, p. 136), existe um consenso na literatura de que “ideologia de gênero”, é uma criação católica. No entanto, como bem aponta o mesmo autor,

[...] antes de eclodirem as polêmicas e os enfrentamentos [...], o conceito sociológico de ideologia de gênero já tinha sido elaborado, visando identificar, compreender e criticar os processos de naturalização das relações de gênero, a subordinação das mulheres, a assimetria de poder e de acesso aos recursos por parte das mulheres em relação aos homens (Kroska, 2007; Lorber, 1994; Spanier, 1995). Segundo tal entendimento, são manifestações de ideologias de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, o heterossexismo, a transfobia, assim como a pugna religioso-moralista e antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero nas políticas sociais, entre outras coisas. (JUNQUEIRA, 2018, p. 453)

Cynthia Lins Hamlins (2020) chama a atenção para o fato de que a maioria das pesquisas que discutem os ataques anti-gênero a partir da “ideologia de gênero” formulada pela Igreja Católica tendem a desconsiderar a produção sociológica feminista acerca da ideologia de gênero, o que, para ela, faz com que tal silêncio pareça injustificado, de modo que

A desqualificação sistemática do discurso acadêmico é parte de uma disputa pela hegemonia que certamente não sugere um bom prognóstico para a academia se sua principal estratégia consistir em aceitar que os termos do debate são baseados na

---

<sup>4</sup> “Como se relata en la crónica de Doris E. Buss (1998), en 1994, la reunión de El Cairo sobre población sirvió para orquestrar una oposición creciente entre ciertos grupos católicos y musulmanes contra posibles acuerdos internacionales en cuestiones relacionadas con la familia. Como estrategia, el Vaticano obstaculizó constantemente las discusiones y los acuerdos al negarse a aceptar conceptos como género o «familias» en plural. Así en El Cairo, Dale O'Leary difunde un informe «Gender, the deconstruction of women» que será la semilla del libro que publica posteriormente, *The gender agenda. Redefining equality* (O'Leary 1997)”. (BLÁZQUEZ-RODRÍGUEZ *et.al.* p. 50.)

distorção sistemática e / ou apagamento de seus próprios conceitos<sup>5</sup>. (HAMLINS, 2020, p. 1002 – *Tradução nossa*)

Nessa direção, a autora apresenta que, existem diferentes termos utilizados nos estudos que envolvem a ideologia de gênero, que compreendem as próprias distinções conceituais entre os campos teóricos – especialmente por conta da “polissemia do conceito da própria ideologia” (HAMLINS, 2020, p. 1005).

A partir dos conceitos de Ideologia apresentados na Seção 1, destaco como exemplo de construções acerca da ideologia de gênero aquele elaborado por Heleieth Saffioti (2011, p. 53-54), que associa tal ideologia ao patriarcado, como um sistema de opressões/ hierarquias, “estrutura de poder” que “contaminam toda a sociedade” e o de Teresa de Lauretis (2019, p. 124) que apresenta que gênero, enquanto representação construída historicamente, “vem se efetuando no mesmo ritmo de tempos passados” e continua ocorrendo nos denominados, a partir de Althusser, “aparelhos ideológicos de Estado”, mas também em espaços como a academia e, inclusive, dentro do próprio feminismo.

Assim, “paradoxalmente, portanto, a construção de gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa.” (LAURETIS, 2019, p. 124) Sendo então, para a autora, a ideologia de gênero àquela que tem como efeito a constituição de “indivíduos concretos em homens e mulheres”. (LAURETIS, 2019, p. 127)

Diferentemente do conceito sociológico utilizado por algumas feministas, a criação da Igreja Católica não é conceitual, mas sim, como apresentado por Junqueira (2019), trata-se de uma “retórica antifeminista”, de modo que

[...] em termos sociológicos o discurso anti-gênero é uma autêntica expressão da ideologia de gênero. Algo que, no entanto, é elidido por uma manobra de inversão por meio da qual o discurso anti-gênero objetiva como ideologia aquilo que é, precisamente, a sua crítica e seu enfrentamento. (JUNQUEIRA, 2018, p. 453)

Assim, Rogério Junqueira (2019, p. 136) sinaliza que a criação da “ideologia de gênero” data de meados de 1990 e início do ano 2000, “no bojo da formulação de uma retórica antifeminista sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła, o papa João Paulo II”, cujo papado durou de 1978 a 2005. Nesse período o papado teve um discurso radical da

---

<sup>5</sup> The systematic disqualification of academic discourse is part of a dispute for hegemony that certainly does not suggest a good prognosis for academia if its main strategy consists of accepting that the terms of the debate are based on the systematic distortion and/or erasure of its own concepts. (HAMLINS, 2020, p. 1002)

Santa Sé acerca da moralidade sexual. Foi também nesse período que o papa João Paulo II produziu a Teologia do Corpo, “cujos postulados situam a heterossexualidade na origem da sociedade, e definem a complementaridade entre homens e mulheres no casamento como fundamento da harmonia social”, muito presente na Carta às Famílias, de 1994.

Segundo Sara Garbagnoli, em 1995, meses antes da Conferência de Pequim, o papa João Paulo II solicitou que fosse criado um “*novo feminismo*”

Esse novo feminismo é baseado em um sistema de disposições diferentes e complementares (o que o Vaticano chama de "gênio feminino" e "masculino") que liga dois grupos considerados naturais. [...] Embora essa divisão entre um “feminismo de gênero” e um “novo feminismo” seja nova em termos específicos, significado e relevância política, continua uma distinção mais antiga entre feminismo “bom” e “ruim”, que já havia sido estabelecido pelo Vaticano e provenientes do período pós-Segunda Guerra Mundial. Do papado de Pio XII (1939-1958) a João Paulo II (1978-2005), o Vaticano produziu uma renovação radical de seu discurso sobre a natureza das mulheres em resposta a movimentos feministas e mudanças sociais, políticas e jurídicas que estes promoveram. Nesta nova perspectiva, homens e mulheres são vistos como "iguais em dignidade", mas diferentes e complementares em natureza. Esse argumento de "igualdade dentro da diferença" substituiu gradualmente a visão anterior do Vaticano de que as mulheres são subordinadas aos homens. Consequentemente, o Vaticano começou a distinguir e se opor a uma "emancipação" verdadeira "e" falsa "(Pio XII), bem como a um feminismo " genuíno "e" extremo "(Paulo VI). (GARBAGNOLI, 2018, p.57 -58. *Tradução nossa*.)<sup>6</sup>

Essa discussão sobre o feminismo real e o “extremo”, que traz a feminilidade natural em sua base, nos remete à tão questionada ideia/construção de “mulher”, questionada fortemente pelos feminismos negros – e antes dele, em 1851, pelo discurso de Sojourner Truth (2014) “E não sou uma mulher?” – para afirmar que essa ideia de “mulher” é racializada e, portanto, excludente, e a discussão de Monique Wittig (2019, p.83) em torno das mulheres lésbicas não serem vistas enquanto “mulheres de verdade” ao afirmar enfaticamente que “Por sua própria existência, a sociedade lésbica destrói o fato (social) artificial que constitui as

---

<sup>6</sup> Este nuevo feminismo está basado en un sistema de disposiciones diferentes y complementarias (lo que el Vaticano llama “genio femenino” y “masculino”) que vincula a dos grupos que son considerados naturales. [...] Aunque esta escisión entre un “feminismo de género” y un “nuevo feminismo” es nueva en sus términos específicos, su significado y su relevancia política, continúa una distinción más antigua entre “buen” y “mal” feminismo, que ya había sido establecida por el Vaticano y que viene del período posterior a la Segunda Guerra Mundial. Desde el papado de Pío XII (1939-1958) hasta Juan Pablo II (1978-2005), el Vaticano produjo una renovación radical de su discurso sobre la naturaleza de las mujeres como respuesta a los movimientos feministas y a los cambios sociales, políticos y jurídicos que éstos promovieron. En esta nueva mirada, los hombres y las mujeres son vistos como “iguales en dignidad” pero diferentes y complementarios en naturaleza. Este argumento de la “igualdad dentro de la diferencia” fue reemplazando gradualmente la visión anterior del Vaticano, de las mujeres como subordinadas a los hombres. Por consiguiente, el Vaticano comenzó a distinguir y a poner en oposición una “verdadera” y una “falsa emancipación” (Pío XII), así como un feminismo “auténtico” y uno “extremo” (Pablo VI). El primero celebra la diferencia ontológica entre los sexos y su complementariedad armoniosa, el último analiza las relaciones entre los sexos en términos de antagonismo. (GARBAGNOLI, 2018, p.57 -58)



mulheres como um “grupo natural” e, evidentemente, pela célebre frase, a partir de profunda análise, de Simone de Beauvoir (2016,p.11) “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

A ideia de uma natureza feminina, de uma “mulher de verdade” ou de um feminismo “real” é, no fim das contas, a mesma: uma construção ideológica para controle e dominação dos nossos corpos, dos nossos fazeres e das nossas lutas para adaptação, ajustamento, à lógica patriarcal de dominação.

Nesse sentido, a teoria da complementariedade tenta aproximar a Igreja de um discurso mais “atual”, mas, sem perder sua estrutura patriarcal ditada sob as normas da heterossexualidade. Tal teoria foi bastante importante para a construção e difusão do que vem a ser denominado posteriormente como “*ideologia do gênero*”, uma vez que, como afirma Agnieszka Graff (2018, p. 85), ao comentar o artigo de Mary Anne Case sobre a teoria da complementariedade, apresenta que a autora “(...)termina mostrando que é uma invenção recente sem fundamentos bíblicos: é um desenvolvimento político e não teológico, uma instrumentalização da religião na luta pelo poder.”<sup>7</sup> (*Tradução nossa*).

Segundo Junqueira já em 1997,

[...] o monsenhor Michel Schooyans publicou o livro *L'Évangile face au désordre mondial* (1997), com prefácio escrito pelo cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Este religioso belga se destacava pelas críticas ao aborto e ao uso de contraceptivos e por ter sido o primeiro a acusar os organismos internacionais de estarem à deriva do interesse de minorias subversivas promotoras de uma cultura antifamília, do “colonialismo sexual” e da “ideologia da morte”. Suas contribuições foram centrais na formulação da ideia de um complô da “ideologia de gênero” por parte das “ultra-feministas”. Neste livro, ele dedicou amplo espaço à denúncia da “ideologia de gênero”. E esta é possivelmente uma das primeiras obras – se não for a primeira – em que o sintagma foi empregado.

Em abril de 1998, o sintagma “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez em um documento eclesiástico. Tratava-se de uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, produzida pelo ultraconservador monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, marianista, Bispo Auxiliar de Lima. Baseado em um artigo de O’Leary (1995) redigido para subsidiar os trabalhos preparatórios dos grupos pró-vida e pró-família para a Conferência de Pequim, o documento tornou-se uma referência. (JUNQUEIRA, 2017, p. 32-33)

É levando em consideração a sinalização do autor que este tópico propõe a apresentação de dois documentos chaves para compreender a construção da “ideologia de gênero”: o livro de Schooyans, em especial o prefácio deste documento escrito pelo cardeal Joseph Ratzinger, e a nota da Conferência Episcopal do Peru, produzida pelo monsenhor Oscar Alzamora Revoredo.

---

<sup>7</sup> “(...)termina mostrando que es una invención reciente sin fundamentos bíblicos: es un desarrollo político más que teológico, una instrumentalización de la religión en la lucha por el poder”. (GRAFF, 2018, p. 85)

Michel Schooyans (2000) trata de uma espécie de “denúncia” em relação ao que ele chama de “ideologia da morte” que vem sendo difundida pelos ideólogos antivida. Tais ideólogos, segundo o autor, tem utilizado os organismos internacionais – em destaque a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde para legitimar a sua ideologia. A “ideologia da morte” age no processo de destruição das famílias, em nome de uma “liberdade” que não é, segundo o autor, real.

Para tanto, difunde-se, dentre outras propostas, a legalização do aborto, a contracepção, a esterilização, a eutanásia, sendo estas fruto de uma moral hedonista, que segundo Schooyans (2000, p. 50), é a “moral que faz do prazer —aqui, sexual —o bem por excelência do homem” e, com isso, gera um afastamento dos homens em relação a Deus, que “os criou” segundo sua “imagem e semelhança”. Por isso, cabe à Igreja católica convocar os fiéis para retomarem à “moral natural”, defender as famílias, a maternidade e a vida.

Como já sinalizado, Uta Ranke- Heineman (1996) apontou que a “moral natural” está relacionada à hostilidade ao prazer difundida pela Igreja Católica ao longo dos séculos. Importa destacar que a hostilidade ao prazer é parte de um projeto de controle sobre os corpos realizado especialmente pela Igreja Católica – mas também pela protestante, posteriormente – que se intensifica na passagem do feudalismo para o capitalismo – com o propósito central de disciplinamento para as novas configurações de trabalho -, com o apoio do Estado e das “elites” europeias.

Silvia Federici apresenta o seguinte argumento:

Desde tempos muito antigos (depois que o cristianismo se tornou a religião estatal no século IV), o clero reconheceu o poder que o desejo sexual conferia às mulheres sobre os homens e tentou persistentemente exorcizá-lo, identificando o sagrado com a prática de evitar as mulheres e o sexo. Expulsar as mulheres de qualquer momento da liturgia e do ministério dos sacramentos; tentar roubar os poderes mágicos das mulheres de dar vida ao adotar trajes femininos; e fazer da sexualidade um objeto de vergonha – esses foram os meios pelos quais uma casta patriarcal tentou quebrar o poder das mulheres e de sua atração erótica. Neste processo, “a sexualidade foi investida de um novo significado [...] Transformou-se num tema de confissão, no qual os mais ínfimos detalhes das funções corporais mais íntimas se transformaram em temas de discussão” e “os diferentes aspectos do sexo foram divididos no pensamento, na palavra, na intenção, nas vontades involuntárias e nos fatos reais do sexo para conformar uma ciência da sexualidade” (CONDREN, 1989, pp.86-7). (FEDERICI, 2017, p.80).

A autora sinaliza que é a partir do século XII que as práticas de “supervisão sexual” ganham maior impulso: com os concílios de Litrão (1123 e 1139) que “lançaram uma nova cruzada contra a prática corrente do casamento e do concubinato entre os clérigos, e declararam

o matrimônio como um sacramento cujos votos não podiam ser dissolvidos por nenhum poder temporal” (p. 81); e, em 1179, com o terceiro Concílio de Latrão, quando

[...] a Igreja intensificou seus ataques contra a “sodomia”, dirigindo-os, simultaneamente, aos homossexuais e ao sexo não procriador (Boswell, 1981, pp.277-86), e pela primeira vez condenou a homossexualidade, “a incontidência que vai contra a natureza” (Spencer, 1995a, p.114).

Com a adoção desta legislação repressiva, a sexualidade foi completamente politizada. Todavia, não vemos ainda a obsessão mórbida com que a Igreja Católica abordaria depois questões sexuais. Porém, já no século XII, podemos ver a Igreja não somente espiando os dormitórios de seu rebanho, como também fazendo da sexualidade uma questão de Estado. (FEDERICI, 2017, p. 82)

Em 1997, Schooyans reforça a ideia da “moral natural” - com isso, não quero sinalizar que a Igreja busca um retorno à antiguidade, mas sim, apresento que existem novas configurações para práticas e discursos antigos por parte da mesma. O monsenhor sinaliza que, diferentemente do que propõe a “moral natural”, dentre os ideólogos antivida destacam-se as feministas radicais ou ultra-feministas que seriam as principais atrizes da chamada “ideologia de gênero”. Segundo ele,

[...] Essa corrente distingue, por um lado, as diferenças sexuais inscritas na biologia (sexo) e, por outro lado, os papéis atribuídos pela sociedade ao homem e à mulher (gênero, gender). De acordo com esta corrente, as diferenças entre os gêneros humanos não são *naturais*; surgem no decurso da História e são construídas pela sociedade; são *culturais*.

A influência do estruturalismo francês é neste ponto muito sensível. Não se trata já - prosseguem os ideólogos do *gender*- de falar de uma natureza humana. De agora em diante, o homem é um objecto de ciência; é uma estrutura, um conjunto de «elementos tais que uma modificação qualquer de um de entre eles traz consigo uma modificação de todos os outras». (SCHOOPYANS, 2.000, p.56-57. *Grifos do autor*)

Para tal construção Schooyans afirma que a “ideologia de gênero/gender” se baseia em Marx e Engels, sendo uma releitura socialista no que tange à divisão da sociedade em classes, mas relaciona-se também a uma perspectiva liberal pautada no prazer da liberdade individual. Para o autor, tal ideologia pode trazer consequências desastrosas, uma vez que foge da ideia da natureza humana e pode levar - ou levará com certeza (?) - ao fim da humanidade, das famílias e, portanto, da própria sociedade.

A ideia de fim da humanidade, da “antivida” que permeia esse discurso também não é recente. A condenação ao aborto, sob a justificativa de preservação da vida humana, em especial de seres inocentes – as crianças, o feto – perpassa a história da própria Igreja Católica. Uta Ranke - Heinemann (1996), aponta que o aborto na Antiguidade já era visto como assassinato e, posteriormente, a contracepção foi igualada à prática de assassinato, uma vez que ambas, pelas justificativas da Igreja, são práticas que ferem a lei natural e, portanto, a vida. É dessa

lógica de assassinato e de prática antinatural que também a instituição apresenta restrições relacionadas ao uso de preservativos, ainda na atualidade, mesmo que alguém no casamento possua alguma doença sexualmente transmissível. Como sinaliza a autora, “a moralidade sexual católica transformou-se numa moralidade de horror” (p.316).

Apesar de tratar-se de um discurso/ uma condenação antiga, Flavia Biroli (2014) nos lembra que

No início do século XXI, as posições “pró-vida”, vinculadas principalmente à Igreja Católica, e “pró-escolha”, ligadas aos movimentos feministas, são parte das clivagens nas disputas eleitorais e político-partidárias. Enquanto os argumentos “pró-escolha” são centrados nos direitos das mulheres, os argumentos “pró-vida” destacam, sobretudo, o valor da vida do feto de uma perspectiva religiosa. (BIROLI, 2014, p. 125)

Tal discurso não foge da lógica da moral natural, pelo contrário, a reproduz e coloca os homens e mulheres em lugares/papeis imutáveis e estabelecidos divinamente e, nessas posições, cabe à mulher o auxílio ao homem, em especial ao seu marido, afinal, como aponta Uta Ranke-Heinemann (1996, p.24), “Eva foi feta para ajudar Adão, e não vice-versa”.

É nessa perspectiva que o prefácio do livro de Schooyans, produzido pelo então cardeal Joseph Ratzinger – que tornou-se Papa Bento XVI (cujo papado durou de 2005 a 2013) – tenta estabelecer uma relação entre o Progresso do século XIX e o do século XX. Para sinalizar o perigo que o Progresso atual representa para a humanidade, em contraponto a proposta de melhora do mundo que veio com o Progresso do século XIX, Ratzinger sinaliza que o Progresso atual assume um caráter político inicialmente pautado na ideologia marxista, mas, posteriormente pautado nas tradições liberais da “Nova Ordem Mundial”. Aponta que

Por um lado, houve os sistemas de orientação marxista que prometiam que o desejado reino do homem seria alcançado por via da política traçada pela sua ideologia marxista - tentativa que manifestamente fracassou. Por outro lado, vemos, para construir o futuro, as tentativas que mergulham, de modo mais ou menos profundo, nas fontes das tradições liberais. Sob o título de Nova Ordem Mundial, tais tentativas tomam uma configuração cada vez mais definida; referem-se cada vez mais caracterizadamente à ONU e suas Conferências internacionais, em particular as do Cairo e de Pequim, que deixam transparecer uma filosofia do homem novo e do mundo novo, ao quererem traçar os caminhos que aí conduzam. (SCHOOYANS, 2000, p. 7-8)

Continua sua explanação sinalizando que a “Nova Ordem Mundial” é pautada numa nova antropologia, cuja chave encontra-se manifesta na “imagem da mulher”, no que ele chama de “ideologia do empoderamento feminino” (“Women's empowerment”). Contrapondo a proposta de “empoderamento feminino” da Declaração da Conferência de Pequim, Ratzinger

apresenta que este traria uma espécie de perda da “essência feminina”, uma vez que ao empoderar-se a mulher criaria certo medo da maternidade. (SCHOOYANS, 2000, p. 8-9)

Historicamente, a “essência feminina” é vista pela Igreja Católica enquanto aquela destinada “naturalmente” ao cuidado – entenda-se: aos homens e aos filhos. Nessa perspectiva, importa destacar que a sua sexualidade, no que tange à satisfação dos desejos, deve ser nula: mais uma vez, o sexo deve servir para a procriação.

Nesse sentido, da forma como o cardeal apresenta, a ideia o empoderamento feminino, pautada na equidade e igualdade de gênero, faria com que não houvesse mais “a” mulher, mas um ser sem essência, indefinido. Essa lógica, segundo ele, coloca em xeque a “filosofia do amor”, uma vez que pauta-se numa “filosofia do egoísmo”, que tem sido posta em forma de “ideologia”. Segundo Joseph Ratzinger,

Como haviam de ser respeitados e promovidos os direitos dos mais humildes, quando a nossa concepção do homem tantas vezes tem por fundo, como diz o Autor, «a inveja, a angústia, o medo, e até o ódio?

Como é que uma ideologia lúgubre, que recomenda, como preço de um pansexualismo desenfreado, a esterilização, o aborto, a contracepção sistemática, e a própria eutanásia, havia de poder dar aos homens a alegria de viver e de amar?» (SCHOOYANS, 2000, p. 9-10)

Explicita-se, assim, uma ideia inicial que neste primeiro momento poderia ser chamada de “ideologia do empoderamento feminino”. Ela é composta por alguns elementos de oposição às proposições do Cairo e de Pequim: basicamente, o cardeal apresenta/reforça a ideia de que a mulher, tem em sua “essência” o prazer em servir, tendo com uma espécie de dom a maternidade; chama de “pansexualismo desenfreado” o que suponho ser a promoção e respeito à diversidade sexual e as várias formas de família; condena o aborto e as forma de contracepção, colocando em xeque a autonomia da mulher e seu poder de decidir sobre seu corpo – tão destacados nas Conferências supracitadas.

Uma ideia de empoderamento que rompa com esses padrões e papéis sociais se apresenta enquanto uma ameaça real ao lugar em que as mulheres deveriam estar. Este lugar, como aparece no decorrer do livro de Schooyans e é difundido historicamente pela Igreja Católica é o lugar do cuidado, da maternidade. Michel Schooyans (2000, p. 316) chega a afirmar que “O mundo actual tem, pois, necessidade de um feminismo autêntico, que reafirme a especificidade feminina e de à mulher o papel inalienável que lhe cabe na formação da família e da sociedade”.

Importa destacar ainda, que ao final do prefácio, o então cardeal Ratzinger convoca os cristãos, mas “não apenas eles”, a protestarem contra o que ele chama de “ideologia das

construções “pós-modernas” do futuro”, criando assim, e reforçando o que propõe Schooyans, “os traços essenciais da imagem cristã do homem” para que se tenha uma “civilização do amor”. No entanto, como sinalizado anteriormente pela própria Santa Sé, o amor aqui é apenas entre homem e mulher.

Além do prefácio publicado em 1997, no mesmo ano, conforme aponta Miskolci e Campana (2017, p.726), Ratzinger chegou a produzir outros documentos para o que viria a ser denominado “ideologia de gênero”. Apresentam o seguinte trecho:

Atualmente se considera a mulher como um ser oprimido; assim que a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. Se distingue então o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “gender”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico. Se opõe, em seu extremo último, a ser criatura. O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele “serei como deuses”: tem que ser como Deus (RATZINGER, 1997: 142 Apud. MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p.726).

Reforçando então o apresentado no prefácio, tal documento apresenta gênero (“gender”) como uma revolução que, através da libertação da mulher (no singular), se opõe à biologia dos sexos e da sexualidade (no singular): como algo que acabaria com a humanidade, com a criatura semelhante a Deus. Com isso, a luta contra o “gender” se torna uma luta pela própria sobrevivência da humanidade, da natureza e, em última instância, em seu sentido mais radical, a sobrevivência de um único Deus – e da Igreja.

Seguindo esta mesma perspectiva, em 1998, o monsenhor Oscar Alzamorra Revoredo, apresenta um documento na Conferência Episcopal Peruana, intitulado “A ideologia de gênero: Seus perigos e Alcances”, que apresenta logo em sua introdução o que pretende tal “ideologia”: “modificar o pensamento dos seres humanos acerca da estrutura bipolar”, a partir da desnaturalização da fixação das “óbvias diferença anatômicas” entre homens e mulheres. Assim, continua

Querem se rebelar contra isto e deixar à liberdade de cada um o tipo de “gênero” a que quer pertencer, todos igualmente válidos. Isto faz com que homens e mulheres heterossexuais, os homossexuais, as lésbicas e os bissexuais sejam apenas modos de comportamento sexual produto da escolha de cada pessoa, liberdade que todos os demais devem respeitar. (REVOREDO, 1998, p.1–2)

Desta forma, baseando-se numa perspectiva biologizante, pautada na “natureza” e “capital genético” do homem e da mulher, o monsenhor Revoredo descarta os estudos que tratam das construções sociais e dos papéis socialmente construídos em diferentes períodos históricos, apontando que para as pessoas que propõem tal “ideologia”, além de não haver uma natureza fixa, agora todos teriam que respeitar a “liberdade de cada um”, inclusive as suas “liberdades” sexuais. Mais que isso, aponta e condena tal perspectiva, sinalizando que esta ataca a moral e a religião, à medida que o indivíduo passa a tomar decisões por conta própria, desconsiderando a ideia do que é pecado (o que é proibido) e do que não o é (o que é permitido), afastando-se da lei natural e, conseqüentemente, da lei divina.

Reforça-se assim, a ideia de um medo ou pânico moral, através do discurso de que os propositores da “ideologia de gênero” pretendem uma “revolução” e podem se “infiltrar” e converter os sujeitos a “pensar como eles”. A partir disso, convida uma tomada de posição contra a “ideologia de gênero”, o que segue a mesma direção de Ratzinger.

Na continuidade do texto, que, conforme apresentado por Junqueira (2017) e como sinaliza o próprio documento em toda a sua leitura, baseia-se completamente no trabalho de Dale O’Leary, intitulado “A desconstrução da mulher”, de 1995, são descontextualizados e distorcidos alguns trechos de autoras feministas para dar conta da ideia de que o “problema do gênero” foi construído por feministas radicais, identificadas enquanto “feministas do gênero”, que escolheram o cenário da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher para difundir as suas ideias, alcançando assim não só os países desenvolvidos, como também os países em desenvolvimento.

Assim, destacam-se trechos de obras e discursos de Judith Butler (*Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, 1990), Bella Abzug (*Discurso na Conferência de Pequim, s.d.*), Shulamith Firestone (*The Dialectic of Sex*, 1970), Ann Ferguson e Nancy Folbre (*The Unhappy Marriage of Patriarch and Capitalism: Women and Revolution, s.d.*), Heidi Hartmann (*The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Women and Revolution*, 1981), Susan Moller Okin (“Change the Family, Change the World”, 1990), dentre outras. O que estas autoras têm em comum - que pode ser identificado no documento - é o fato delas defenderem a “ideologia de gênero”, neste sentido, todas as autoras, cujas obras são retiradas de contexto para dar conta do que se pretende apresentar, estariam na categoria “feministas do gênero”. No entanto, diferentemente destas, existem as “feministas da igualdade”. Mas, o que difere as “feministas do gênero” das “feministas da igualdade”?

A questão central é elas serem feministas, as que eles chamam de “feministas radicais” ou “feministas do gênero”, criando a ideia deste feminismo ser um dos principais inimigos da família, etc. Em relação às obras, Butler, tem a obra citada explicitamente, mas, excetuando as que eles citam os discursos em eventos ou entrevistas, são apresentados os nomes e trechos específicos com uma numeração que encaminha para as referências. No caso de Bella Abzug citam no documento o discurso na conferência de Pequim, mas ela não aparece nas referências.

O documento em questão apresenta que tal termo “feministas do gênero” aparece pela primeira vez no livro de Christina Hoff Sommers, (“Quem Roubou o Feminismo?”). Para a autora, segundo Revoredo (1998), o “feminismo de ideologia radical” surge no fim da década de 1960 em contraponto ao “movimento feminista anterior, que visava a igualdade”. Para Sommers:

O feminismo de igualdade é simplesmente a crença na igualdade legal e moral dos sexos. Uma feminista de igualdade quer para a mulher o que quer para todos: tratamento justo, ausência de discriminação. Pelo contrário, o feminismo do ‘gênero’ é uma ideologia que pretende abranger tudo, segundo a qual a mulher norte-americana está presa em um sistema patriarcal opressivo. A feminista de igualdade opina que as coisas melhoraram muito para a mulher; a feminista do ‘gênero’ pensa que pioraram; enxergam sinais de patriarcado onde quer que estejam e pensam que a situação ficará ainda pior. Entretanto, isto carece de fundamento na realidade norte-americana. As coisas nunca estiveram melhores para a mulher; hoje 55% dos estudantes universitários são mulheres, enquanto que a diferença salarial continua caindo. (SOMMERS (1994) APUD REVOREDO, 1998, p. 5-6)

Vale sinalizar ainda, que, segundo O’Leary, supracitada no documento em questão, as “feministas do gênero” se baseiam numa perspectiva neo-marxista da história que tem início com a ideia de Marx acerca da divisão da sociedade em classes sociais e tem suas bases na obra “A Origem da família, da Propriedade e do Estado”, de Engels. No entanto, mais que o fim da sociedade de classes, apresentando um trecho do pensamento de Firestone, tais feministas identificam a necessidade em destruir a “diferença dos sexos”. É nessa direção que o documento aponta que “para esta nova perspectiva de gênero, a realidade da natureza incomoda, atrapalha e, assim, deve desaparecer” (REVOREDO, 1998, p.7).

É com base ainda em O’Leary, que o texto apresenta que as “feministas do gênero” querem “separar a mulher do homem e destruir a identificação de seus interesses para com os de suas famílias”, visando, com a revolução de classe e sexo/gênero “impulsionar a agenda homossexual-lésbica-bissexual-transexual e não os interesses das mulheres comuns e correntes” (REVOREDO, 1998, p.10). Nesse sentido, o “feminismo do gênero” tem como objetivo central desconstruir a sociedade, atacando especialmente a família e religião.



No que tange à família, vale destacar a posição do documento contra os direitos sexuais e reprodutivos e contra o aborto – que as “feministas do gênero”, segundo apresentado, querem transformar em “estilo de vida”. Ainda, sinaliza que as feministas do gênero querem promover a homossexualidade, o “lesbianismo” e “qualquer outra forma de sexualidade fora do matrimônio”, questionando, especialmente a função da mulher na família. Referente à religião, esta encontra-se sendo atacada pelas “feministas do gênero” pelo fato delas entenderem a religião enquanto principal causa da opressão da mulher.

A partir da construção desse percurso, aponta para a necessidade de combater tais feminista e tal feminismo, uma vez que já se identifica o “feminismo do gênero” nas universidades e colégios dos Estados Unidos, estando tal debate inserido no “centro da corrente cultural norte-americana” (REVOREDO, 1998, p. 20) Assim, o documento apresenta as seguintes conclusões:

Se considerarmos que o avanço das tecnologias tem conseguido com que tais programas, com toda uma nova “perspectiva de gênero”, alcancem diariamente os países em desenvolvimento, principalmente através da TV a cabo, sem excluir muitos outros meios que existem em nosso tempo, isto nos coloca diante de um novo desafio que deve ser enfrentado o quanto antes para evitar as graves conseqüências que já está trazendo ao Primeiro Mundo. Principalmente porque – segundo palavras de O’Leary – a “desconstrução” da família e o ataque à religião, à tradição e aos valores culturais que as “feministas do gênero” promovem nos países em desenvolvimento afeta o mundo inteiro. (REVOREDO, 1998, p. 20-21)

Dessa forma, ao desqualificar uma produção científica ampla e vasta dos estudos de gênero, colocando-a basicamente como argumentos infundados de mulheres “falsas(?)” – o que me remeteu de imediato, para além de tudo que foi apresentado até aqui, à construção e reprodução social em torno da suposta rivalidade feminina -, este documento apresenta as escolas, os meios de comunicação, as Universidades enquanto Instituições / Veículos que precisam estar sob uma espécie de atenção (em processo de constante vigilância) para que as “feministas do gênero” não consigam se “infiltrar” e, com isso, “desconstruir” as relações de poder estabelecidas/construídas historicamente.

Nesse sentido, retorno à provocação trazida inicialmente por Cynthia Lins Hamlin sobre a criação da “ideologia de gênero” no processo de desconstrução dos conceitos feministas de e sobre ideologia de gênero – estes últimos em apagamento dentro das próprias pesquisas que discutem a temática. Como afirma a autora, trata-se uma disputa epistemológica “isto é, sobre

a produção do que conta como conhecimento e verdade<sup>8</sup>” (HAMLIN, 2020, p. 1013), cujo aspecto de destaque da epistemologia da direita global tem sido, o que, a partir de diferentes áreas do conhecimento, apresenta como “agnotologia”, ou seja “a produção social da ignorância a partir do apagamento, esquecimento ou distorção de certas formas de conhecimento, frequentemente para fins econômicos e / ou políticos<sup>9</sup> (PROCTOR, 2008 apud HAMLIN, 2020, p. 1013).

Importa sinalizar que diferentes autores/as que vem discutindo e analisando a construção/difusão da “ideologia de gênero” no mundo, como Junqueira (2017), Blázquez-Rodríguez; Cornejo-Valle; Pichardo-Galán (2018), Maricel Mena-Lopez e Fidel Ramirez (2018) apontam que depois desses documentos de 1997 e 1998, cujo teor foi apresentado brevemente neste tópico, vários outros documentos foram produzidos pela Igreja Católica. Dentre os principais documentos citam: Curia Romana (2000); Lexicon (2003); Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo (2004).

Neste cenário, não se pode negar a relevância do Prefácio produzido pelo então cardeal Joseph Ratzinger, em 1997, e da nota da Conferência Episcopal do Peru, produzida pelo monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, em 1998. Estes foram documentos que contribuíram na construção da ideia de “ideologia de gênero”, bem como convocaram e impulsionaram a ofensiva contra tal “ideologia” a partir de um discurso ultraconservador que tem atravessado grande parte do globo terrestre.

É nessa direção que, apesar de o documento do monsenhor Revoredo ter sido produzido na Conferência Episcopal do Peru, conforme aponta Miskolci e Campana (2017), é com o “Documento de Aparecida”, produzido em 2007, que a Igreja Católica efetivamente inicia sua cruzada contra a “ideologia de gênero” em toda a América Latina.

### **2.3 O AVANÇAR DA CRUZADA: DE APARECIDA AO PAPADO DE FRANCISCO**

O documento de Aparecida foi produzido em 2007 como resultado da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizada em Aparecida, no Brasil, onde estiveram reunidos os bispos da América e o papa à época Bento XVI.

---

<sup>8</sup> “In this specific sense, it amounts to a narrative about epistemology – that is, about the production of what counts as knowledge and truth.” (HAMLIN, 2020, p. 1013)

<sup>9</sup> “This constitutes a very particular gesture of what philosophers, historians and sociologists of science have characterized as “agnotology”: the social production of ignorance based on the erasure, forgetting or distortion of certain forms of knowledge, frequently for economic and/or political ends (Proctor, 2008)” (HAMLIN, 2020, p. 1013)

Esta V Conferência se propõe “a grande tarefa de proteger e alimentar a fé do povo de Deus e recordar também aos fiéis deste Continente que, em virtude de seu batismo, são chamados a ser discípulos e missionários de Jesus Cristo”. Com desafios e exigências, abre-se a passagem para um novo período da história, caracterizado pela desordem generalizada que se propaga por novas turbulências sociais e políticas, pela difusão de uma cultura distante e hostil à tradição cristã e pela emergência de variadas ofertas religiosas que tratam de responder, à sua maneira, à sede de Deus que nossos povos manifestam. (CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO, 2007, p. 12)

O Documento é muito próximo do exposto no livro *O Evangelho perante à Desordem Mundial*, de Schooyans, utilizando-se de conceitos e leituras aproximadas ao autor para apontar a necessidade de mudança da Igreja Católica para uma perspectiva mais “carismática”, ao mesmo tempo reflete a história da Igreja Católica na América Latina, suas aproximações com os movimentos de esquerda no período das ditaduras militares, especialmente a sua relação com o campesinato.

O documento apresenta uma vasta análise acerca da situação econômica e política da América Latina e, apesar do reconhecimento de alguns avanços no campo social, apresenta um forte discurso acerca da corrupção dos governos no continente e da ideia de governos autoritários, que não representam verdadeiramente a democracia, apesar de eleitos democraticamente.

Importa destacar que no ano de 2007 o continente latino-americano estava marcado por governos progressistas em diferentes países, no entanto, especialmente sob o discurso ou do autoritarismo de determinados agentes, ou de acabar com a corrupção, a partir de 2009 esse cenário começa a se alterar. Entretanto, aponta para a necessidade de articulação da Igreja com setores políticos para contribuir com o fortalecimento do Estado para a Justiça Social, no que diz respeito à missão da Igreja que, segundo o texto, afasta-se da política.

O Documento de Aparecida apresenta também que os novos tempos tem trazido grandes e rápidas mudanças em escala global, estimuladas e/ou induzidas principalmente pelos meios de comunicação de massa, que tem apresentado impactos em vários aspectos da vida, inclusive em âmbito religioso, afastando a humanidade de Deus. Tal fenômeno, segundo explicita, tem gerado alterações culturais, fazendo com que as tradições já não sejam passadas de geração em geração, o que impacta na reprodução também dos valores religiosos entre as famílias, uma vez que estas já se encontram em ameaça. Assim, o documento traz que

40. Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade

do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO, 2007, p. 30)

Apesar de este ser o único trecho onde aparece “ideologia de gênero”, explicita-se aí, bem como em diversas passagens, estratégias que devem ser adotadas para o cuidado junto às famílias, o reforço do que vem a ser família, bem como as ameaças que essas vem sofrendo na América Latina. Dessa forma, o então Papa Bento XVI apresenta que

A família é “patrimônio da humanidade”, constitui um dos tesouros mais importantes dos povos latino-americanos. Ela foi e é escola da fé, palestra de valores humanos e cívicos, lar em que a vida humana nasce e é acolhida generosa e responsabilmente. No entanto, na atualidade sofre situações provocadas pelo secularismo e pelo relativismo ético, pelos diversos fluxos migratórios internos e externos, pela pobreza, pela instabilidade social e por legislações civis contrárias ao matrimônio que, ao favorecer os anticoncepcionais e o aborto, ameaçam o futuro dos povos. (CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO, 2007, p.279-280)

No texto apresenta-se a necessidade de atenção junto às crianças e adolescentes, com foco especial às sexualidades deles/as (principalmente das crianças), bem como os espaços onde se tornam mais urgentes intervenções católicas e familiares para levarem a “verdade”, os ensinamentos de Jesus. A escola, ou melhor, o campo da educação ganha certo destaque quanto a esses espaços.

328. A América Latina e o Caribe vivem uma particular e delicada emergência educativa. Na verdade, as novas formas educacionais de nosso continente, impulsionadas para se adaptar às novas exigências que se vão criando com a mudança global, aparecem centradas prioritariamente na aquisição de conhecimentos e habilidades e denotam claro reducionismo antropológico, visto que concebem a educação preponderantemente em função da produção, da competitividade e do mercado. Por outro lado, com frequência, elas propiciam a inclusão de fatores contrários à vida, à família e a uma sadia sexualidade. [...] (CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO, 2007, p. 149)

Ao discutir este trecho específico do Documento, Rogério Junqueira (2018, p. 476-477) chama a atenção para a “relevância política e de caráter norteador para o ativismo católico” do Documento de Aparecida na América Latina. Assim afirma que, “ao acionar nitidamente a gramática e o léxico anti-gênero” a Igreja Católica mobiliza suas investidas em relação ao campo dos “direitos sexuais, notadamente nos terrenos da educação e da saúde, em nome da defesa da família tradicional e da moralidade sexual cristã.” (JUNQUEIRA, 2018, p. 476-477)

Com isso, a Instituição reproduz o que já havia sido posto por Schooyans (2000), bem como em outros documentos próprios: uma convocatória para a evangelização e combate “às sombras e a cultura da morte”, com destaque para o aborto e a contracepção, que se apresentam com a tentativa de destruição de determinados grupos à família e a vida, mas nesse caso

específico, no continente Latino Americano. Tal escolha continental não se dá de forma aleatória. O próprio Documento explicita isso ao sinalizar que a América Latina historicamente é um continente católico, no entanto, nos últimos anos a Igreja tem identificado uma perda no que tange aos seus fiéis<sup>10</sup>.

Além disso, a América Latina vinha se destacando mundialmente por suas políticas progressistas desde o início do ano 2000, especialmente no que tange aos direitos das mulheres e da população LGBTQI+. Como apontam Miskolci e Campana (2017),

Em uma região como a América Latina, essa batalha tem relevância especial já que nos últimos anos se deram avanços, em alguns países, em matérias de direitos sexuais e reprodutivos (como a descriminalização do aborto, o reconhecimento de casais do mesmo sexo ou a inclusão da educação sexual nas escolas) ao mesmo tempo que diversas pesquisas mostram um paulatino distanciamento de católicos e católicas em relação às normas de moral sexual impostas pelo Vaticano. É também por isso que para autores como Vaggione (2013) a eleição de Bergoglio como papa pode ser lida como um gesto em direção à América Latina [...] (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p.728-729)

Apesar de apresentar aspectos progressistas quando comparado com o anterior papa Bento XVI, mas, como o mesmo, defendendo a luta contra a “ideologia de gênero”, Jorge Bergoglio, assume o papado em 2013 e torna-se o Papa Francisco, o primeiro papa latino-americano da Igreja Católica. Antes do papado Jorge Bergoglio foi presidente da Conferência Episcopal Argentina (CEA) durante os anos de 2005 a 2011, tendo participado de forma significativa de espaços de discussões e decisões relacionadas às políticas sexuais no país. (VAGGIONE, 2018, p.98).

Vaggione destaca que enquanto presidente da CEA, Bergoglio se apresentou contrário às reivindicações dos movimentos feministas e às reivindicações relacionadas à diversidade sexual, fortalecendo o discurso de enfrentamento à “ideologia de gênero”, tendo participado ativamente durante a V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (CELAM), em 2007, na qual o mesmo foi presidente da comissão de redação do documento conclusivo: o “Documento de Aparecida”.

O novo papa também gera expectativas sobre a posição do Vaticano em relação à sexualidade. Após a defesa rígida de uma moral sexual longe dos crentes e dos escândalos (incluindo crimes) que geraram uma forte crise institucional, Francisco I parece iniciar uma reforma. Várias declarações do pontífice, multiplicadas pela mídia, ressoam como indicadores de uma futura mudança na moralidade e na política sexual defendida pelo Vaticano; de um distanciamento do mecanismo político construído por seus antecessores. O momento de maior impacto da mídia a esse respeito foi quando, durante uma conferência de imprensa em 2013, o Papa afirmou "Se uma pessoa é gay

<sup>10</sup> Ver matéria publicada no El PAÍS intitulada Igreja Católica busca fiéis na África e na Ásia para atenuar declínio no Ocidente. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/14/actualidad/1563113403\\_732211.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/14/actualidad/1563113403_732211.html) >

e busca o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la?" Embora a atenção estivesse voltada para a pergunta "quem sou eu para julgá-la?", Foi o uso do termo "gay" por um papa que é particularmente impressionante. Uma das principais estratégias para enfrentar a ideologia de gênero é evitar o uso de termos que de alguma forma reconheçam (e inscrevam) uma distância entre biologia e cultura. Um papa usando a palavra gay poderia ser visto como disposto a superar o antagonismo registrado por seus antecessores em relação às perspectivas e teorias do gênero. (VAGGIONE, 2018, p.94-96. *Tradução nossa*)<sup>11</sup>

O que foi evidenciado ao longo do papado é que, apesar de se apresentar progressista em algumas temáticas, no que tange à cruzada contra a “ideologia de gênero”, o Papa Francisco tem dado continuidade a este projeto, jogando com as palavras, de forma a se contradizer diversas vezes, como foi o caso do que aconteceu com esse discurso de 2013, o qual, como acrescenta o próprio Vaggione (2018), logo em seguida foi modificado pelo papa, substituindo a palavra “gay” por “homossexuais” e apontando que “não disse nada que a doutrina católica não afirme”.

Nessa perspectiva, Sonia Correa, David Paternotte e Roman Kuhar (2018) fazem o seguinte alerta:

A “ideologia de gênero” não é apenas uma lente para analisar o que aconteceu na ONU nos anos 1900, mas também uma estratégia de ação política católica. Baseada na teoria do filósofo e político Antonio Gramsci sobre hegemonia cultural, essa moldura propaga a interpretação alternativa do Vaticano sobre gênero usando meios que subvertem as noções às quais essa instituição se opõe. Embora João Paulo II e Benedito XVI tenham concebido esse projeto, o Papa Francisco tem apoiado repetidamente esse empreendimento, descrevendo gênero como uma forma de “colonização ideológica”. (CORREA; PATERNOTTE; KUHAR, 2018, *n.p.*)

É possível demarcar que tal apoio e/ou continuidade de projeto anti-gênero se fortalece a partir de 2015, mas em 2016 passa a ganhar maior destaque, quando da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* e com a viagem do papa Francisco à Geórgia e ao Azerbaijão, gerando os documentos “Conferência de imprensa do Santo Padre durante o vôo Baku-Roma”

---

<sup>11</sup> El nuevo Papa también genera expectativas sobre el posicionamiento del Vaticano hacia la sexualidad. Luego de la rígida defensa de una moral sexual alejada de los creyentes y de los ¡Habemus Género! La Iglesia Católica y Ideología de Género 96 Comentarios escándalos (incluso crímenes) que generaron una fuerte crisis institucional, Francisco I parece iniciar una renovación. Diversas declaraciones del pontífice, multiplicadas por los medios de comunicación, resuenan como indicadores de un futuro cambio en la moral y en la política sexual defendida desde el Vaticano; de un distanciamiento respecto a la maquinaria política construida por sus antecesores. El momento de mayor impacto mediático en este sentido fue cuando, durante una conferencia de prensa en el 2013, el Papa afirmó “Si una persona es gay y busca al Señor y tiene buena voluntad, ¿quién soy yo para juzgarla?”. Aunque la atención estuvo puesta sobre la pregunta “quién soy yo para juzgarla?”, fue la utilización del término “gay” por parte de un Papa lo que resulta particularmente llamativo. Una de las principales estrategias para confrontar la ideología de género es evitar el uso de términos que, reconozcan (e inscriban) de algún modo una distancia entre biología y cultura. Un Papa utilizando la palabra gay podría pensarse como dispuesto a superar el antagonismo inscripto por sus antecesores respecto a las perspectivas y teorías del género. (VAGGIONE, 2018, p.94-96)

e “Encontro com os sacerdotes, religiosos, religiosas, seminaristas e agentes da pastoral: discurso do Santo Padre”.

A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* foi realizada em 2016 pelo Papa Francisco, voltada para os bispos, presbíteros, diáconos, “às pessoas consagradas, aos esposos cristãos e a todos os fiéis leigos”, cujo tema ao qual se dedica é o “amor na família”. Trata-se, portanto, de um documento cuja centralidade encontra-se no papel da família, bem como em como a Igreja deve pensar estratégias para fortalecê-la e, em especial, fortalecer o matrimônio. Com isso, é possível identificar que a família a qual se destina também é a heteronormativa:

13. Deste encontro, que cura a solidão, surge a geração e a família. Este é um segundo detalhe, que podemos evidenciar: Adão, que é também o homem de todos os tempos e de todas as regiões do nosso planeta, juntamente com a sua esposa dá origem a uma nova família, como afirma Jesus citando o Génesis: «Unir-se-á à sua mulher e serão os dois um só» (Mt 19, 5; cf. Gn 2, 24). No original hebraico, o verbo « unir-se » indica uma estreita sintonia, uma adesão física e interior, a ponto de se utilizar para descrever a união com Deus, como canta o orante: «A minha alma está unida a Ti» (Sl 63/62, 9). Deste modo, evoca-se a união matrimonial não apenas na sua dimensão sexual e corpórea, mas também na sua doação voluntária de amor. O fruto desta união é «tornar-se uma só carne », quer no abraço físico, quer na união dos corações e das vidas e, porventura, no filho que nascerá dos dois e, em si mesmo, há-de levar as duas « carnes», unindo-as genética e espiritualmente. (FRANCISCO, 2016, p. 13; 15-16)

Nesse sentido, explicita-se que a família, inicialmente, é formada pelo pai e mãe que geram crias. No entanto, Francisco aponta que a função do matrimônio não é exclusivamente a procriação, especialmente levando em consideração casais que não conseguem ter filhos e a função da maternidade que, segundo o mesmo, não se restringe apenas aos aspectos biológicos. Ele também aponta para a existência de mães que cuidam sozinha dos filhos e da família alargada: aquela composta pelas relações consanguíneas, mas também de amizade.

Importa ampliar a perspectiva, pois o Papa apela para um repensar da postura da Igreja em relação ao seu papel frente às famílias – postura muitas vezes rígidas, as quais ele afirma entender, mas pondera - mas, ao mesmo tempo, também fica evidente que, para além da perpetuação da espécie humana, a família exerce um papel central para a Igreja que é a perpetuação da evangelização. Não podemos deixar de observar que essa ampliação aparenta um progresso no que tange ao discurso institucional Católico, no entanto, ele não rompe com a lógica masculina e patriarcal de família, de modo que, como afirma Biroli (2018, p.95) “É de uma perspectiva masculina e heterossexual que família e maternidade podem ser idealizadas e mesmo santificadas, enquanto continuam sendo definidas de um modo que onera as mulheres e as torna vulneráveis”. É possível afirmar, portanto, que “a família”, ao passar de geração a

geração os valores da Igreja, contribui para a perpetuação da mesma. Por isso, inclusive - ou principalmente – “a família” ocupa o lugar central de disputa pela Instituição.

Semelhante aos documentos apresentados anteriormente, o Papa Francisco traz no “*Amoris laetitia*” questões voltadas aos desafios da atualidade, marcada por uma “mudança antropológica-cultural” que afeta a vida das famílias, bem como uma sociedade na qual é possível identificar um individualismo exacerbado. Ao passo em que aponta isso, no documento o papa também sinaliza a necessidade de a Igreja se aproximar mais da juventude e rever algumas posturas que as vezes afastam mais os fiéis do que os aproximam.

No “*Amoris laetitia*” também pode-se identificar que a juventude e o matrimônio se tornam alvo privilegiado de acompanhamento da Instituição. A juventude, em especial, para o matrimônio, uma vez que a cultura do individualismo segundo o papa, os repele. Podemos entender que o fim ou a redução do matrimônio implica em um fim ou redução do poder da Igreja, uma vez que a sua “mensagem” não se reproduz.

É nesse sentido, portanto, que o Papa sinaliza que a família “natural do matrimônio” encontra-se ameaçada, apontando que

53. [...] Em vários países, a legislação facilita o avanço de várias alternativas, de modo que um matrimônio com as características de exclusividade, indissolubilidade e abertura à vida acaba por aparecer como mais uma proposta antiquada entre muitas outras. Avança, em muitos países, uma desconstrução jurídica da família, que tende a adoptar formas baseadas quase exclusivamente no paradigma da autonomia da vontade. Embora seja legítimo e justo rejeitar velhas formas de família «tradicional», caracterizadas pelo autoritarismo e inclusive pela violência, todavia isso não deveria levar ao desprezo do matrimônio, mas à redescoberta do seu verdadeiro sentido e à sua renovação. (...) (FRANCISCO, 2016, p.45-47)

Continua sua reflexão apresentando-se favorável ao avanço dos direitos das mulheres no mundo e contextualizando a necessidade de um avanço ainda maior no que tange às questões de violências contra as mulheres, no entanto, numa sociedade marcada pela violência que, segundo ele “contradiz a própria natureza da união conjugal”. Ele afirma ainda que “A história carrega os vestígios dos excessos das culturas patriarcais” e que é contrário à lógica de que alguns apresentam-se contrários à emancipação da mulher, sendo tal lógica “uma forma de machismo”, devendo haver “reciprocidade no matrimônio”. No entanto, apresenta que “Se aparecem formas de feminismo que não podemos considerar adequadas, de igual modo admiramos a obra do Espírito no reconhecimento mais claro da dignidade da mulher e dos seus direitos”. (FRANCISCO, 2016, p.45-47)



A partir do reconhecimento da existência do patriarcado, do machismo, da violência contra “a” mulher, bem como de um reforço da necessidade de emancipação e avanço dos direitos “da” mulher - que tal discurso pode aparentar uma ruptura com estruturas de opressão seculares da Igreja. No entanto, cabe observar que esse movimento discursivo não implica tal ruptura. Em outras palavras, entendo que esse discurso “progressista”, ao permanecer no singular e insinuar qual feminismo é real – sem usar essas palavras - camufla o real intuito do que está posto nas práticas anti-aborto, anti-relações homoafetivos, anti-práticas de saúde sexual e reprodutiva, dentre outras, a reforçar: a perpetuação do patriarcado – base da Igreja.

É nesse sentido que o feminismo, considerado inadequado pelo Papa, apresenta, dentre outras coisas, perigo à Igreja, uma vez que, segundo este, ameaça a família através da “ideologia de gênero”. Todavia, o termo *ideologia do gender*, como em muitos documentos da Igreja, quase não aparece no texto, no entanto, o conteúdo exposto durante todo o documento reflete a “preocupação” com esta temática. Assim, afirma Francisco:

56. [...] Preocupa o facto de algumas ideologias deste tipo, que pretendem dar resposta a certas aspirações por vezes compreensíveis, procurarem impor-se como pensamento único que determina até mesmo a educação das crianças. É preciso não esquecer que «sexo biológico (*sex*) e função sociocultural do sexo (*gender*) podem-se distinguir, mas não separar». Por outro lado, « a revolução biotecnológica no campo da procriação humana introduziu a possibilidade de manipular o acto generativo, tornando-o independente da relação sexual entre homem e mulher. Assim, a vida humana bem como a paternidade e a maternidade tornaram-se realidades componíveis e decomponíveis, sujeitas de modo prevalecente aos desejos dos indivíduos ou dos casais». Uma coisa é compreender a fragilidade humana ou a complexidade da vida, e outra é aceitar ideologias que pretendem dividir em dois os aspectos inseparáveis da realidade. Não caímos no pecado de pretender substituir-nos ao Criador. [...]. (FRANCISCO, 2016, p. 48-49)

A partir desse trecho é possível formular uma pergunta que tem sido recorrente à medida que leio os documentos da Igreja: há uma ruptura entre o discurso de Francisco e os apresentados pelos Papas João Paulo II e Bento XVI? Referente ao combate à “ideologia de gênero”, para mim, parece não haver tal ruptura. Pelo contrário: há perpetuação e aprofundamento, uma vez que o Papa Francisco, diferente de Bento XVI, apresenta uma imagem mais acessível, tem uma imagem mais humilde e, importa destacar, busca uma aproximação grande com a juventude, numa tentativa, já apontada, de atrair novos fiéis e levar a Igreja Católica a ampliar novamente seu poder, especialmente na América Latina.

Nesse cenário, a educação se torna o campo privilegiado para atuação da Igreja Católica, o campo que tem recebido o que chamamos de “atenção especial”. Não apenas a educação realizada no âmbito familiar, mas a educação formal tem um lugar central na disputa de discurso, de “valores”. Chamo a atenção para a aproximação, quase que idêntica, ao discurso

base da defesa do Movimento Escola sem Partido, que trata do “direito” dos pais em terem seus filhos educados de acordo com os seus valores morais, familiares. Isso é possível identificar no seguinte trecho:

Mas parece-me muito importante lembrar que a educação integral dos filhos é, simultaneamente, «dever gravíssimo» e «direito primário» dos pais. Não é apenas um encargo ou um peso, mas também um direito essencial e insubstituível que estão chamados a defender e que ninguém deveria pretender tirar-lhes. O Estado oferece um serviço educativo de maneira subsidiária, acompanhando a função não-delegável dos pais, que têm direito de poder escolher livremente o tipo de educação – acessível e de qualidade – que querem dar aos seus filhos, de acordo com as suas convicções. A escola não substitui os pais; serve-lhes de complemento. Este é um princípio básico: « qualquer outro participante no processo educativo não pode operar senão em nome dos pais, com o seu consenso e, em certa medida, até mesmo por seu encargo». Infelizmente, « abriu-se uma fenda entre família e sociedade, entre família e escola; hoje, o pacto educativo quebrou-se; e, assim, a aliança educativa da sociedade com a família entrou em crise ». (FRANCISCO, 2016, p. 69-70)

A partir disso, Francisco afirma ser favorável à educação sexual, mas em que moldes? Voltando-se ao Concílio Vaticano II que, segundo o mesmo, trazia em seu escopo a “necessidade de « uma educação sexual positiva e prudente » oferecida às crianças e adolescentes « à medida que vão crescendo » e « tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didáctica »”, a educação sexual deve cuidar de um “são pudor”, de “aceitação do próprio corpo” – do jeito que ele é -, com “valorização das diferenças”, entendendo a “multiplicidade de elementos” relacionados ao “modo de ser – feminino ou masculino”, no entanto, essa multiplicidade está muito voltada ao desempenho de funções, mais especificamente no matrimônio.

O documento referido norteia outros documentos e pronunciamentos realizados por Francisco até o presente momento quando o mesmo quer se referir às questões relacionadas à “ideologia de gênero”, sexualidades e saúde reprodutiva. Nele estão as bases para os documentos “Conferência de imprensa do Santo Padre durante o voo Baku-Roma” e “Encontro com os sacerdotes, religiosos, religiosas, seminaristas e agentes da pastoral”, e, mais recentemente, para o documento intitulado “*Homem e Mulher Os Criou*”: *Para uma via de diálogo sobre a Questão do Gender na Educação* (2019).

A Conferência de imprensa do Santo Padre durante o voo Baku-Roma, é uma coletiva de imprensa, realizada em 2016, decorrente da viagem do papa Francisco à Geórgia e ao Azerbaijão. Essa conferência de imprensa teve ampla repercussão midiática por trazer questões dogmáticas da Igreja. Nessa Conferência o Papa reafirma que todo o seu discurso durante o Sínodo é pautado na Exortação *Amoris laetitia*, onde reforça a importância do matrimônio e

que existe uma “guerra mundial” contra este, a partir dos divórcios sucessivos e diversos “casamentos” vivenciados pela mesma pessoa. Ainda, reforçou que “Quando se fala do matrimônio como união do homem e da mulher, como Deus o fez, como imagem de Deus, é homem e mulher”. No entanto, a questão central foi a do jornalista Joshua McElwee, do jornal americano *National Catholic Reporter*. Seguem pergunta e resposta realizada na Conferência:

**Joshua McElwee**

Naquele mesmo discurso de ontem na Geórgia, falou, como em muitos outros países, da teoria do «género» (*gender*), dizendo que é o grande inimigo, uma ameaça contra o matrimônio. Mas gostaria de perguntar: Que diria a uma pessoa que sofreu durante anos com a sua sexualidade e sente verdadeiramente que tem um problema biológico, que o seu aspeto físico não corresponde àquilo que ele ou ela considera a sua própria identidade sexual? O Santo Padre, enquanto pastor e ministro, como acompanharia estas pessoas?

**Papa Francisco:**

Antes de mais nada, acompanhei na minha vida de sacerdote, de bispo – também de Papa – acompanhei pessoas com tendência homossexual e também com práticas homossexuais. Acompanhei-as, aproximei-as do Senhor, alguns não podem, mas eu acompanhei-as e nunca abandonei ninguém. Isto é o que se deve fazer. As pessoas devem ser acompanhadas como as acompanha Jesus. Quando chega diante de Jesus uma pessoa que tem esta condição, com toda a certeza Jesus não lhe dirá: «Vai-te embora porque és homossexual». Isto não. Aquilo que eu disse tem a ver com o mal que hoje se faz com o ensino da teoria do *gender*. Contava-me um pai francês que, à mesa, estavam a falar com os filhos – ele católico, a esposa católica, os filhos católicos, descomprometidos mas católicos – e perguntou ao filho de dez anos: «E tu que queres fazer quando fores grande?» – «A menina». E então o pai deu-se conta de que, nos livros escolares, se ensinava a teoria do *gender*. Ora isto é contra as coisas naturais. Uma coisa é que a pessoa tenha esta tendência, esta opção, e há também aqueles que mudam de sexo; e outra coisa é ministrar o ensino nas escolas nesta linha, para mudar a mentalidade. A isto chamo-lhe «colonizações ideológicas». (CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO SANTO PADRE DURANTE O VOO BAKU-ROMA, 2016, *n.p*)

Francisco continua a sua resposta contando a história de “uma jovem” que “fisicamente era uma menina”, mas que “se sentia rapaz”, e que fez a operação cirúrgica, após falecimento da mãe, conforme pedido da mesma. Este jovem enviou uma carta ao papa apresentando a sua história e pediu para encontrar com Francisco. Assim ele o fez, recebeu o jovem e a esposa. Ao contar a história, o papa fala do acolhimento às pessoas para a permanência na Igreja, para a permanência em Comunhão. Isso fica explícito quando ele afirma que ele não santificará os transsexuais, que tal situação – a transexualidade - trata-se de um problema de moral, “e deve-se resolver como se puder, sempre com a misericórdia de Deus, com a verdade, como dissemos no caso do matrimônio, lendo toda a *Amoris laetitia*, mas sempre assim, sempre com o coração

aberto.” (CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO SANTO PADRE DURANTE O VOO BAKU-ROMA, 2016, *n.p*)

Sem dúvida, trata-se de uma fala diferenciada advinda da autoridade maior da Instituição, aparentemente a Igreja estaria de “braços abertos” para receber esses/as pecadores/as com “tendências homoafetivas” e transsexuais. No entanto, a Exortação *Amoris laetitia* deixa bem evidente que relações homoafetivas são relações precárias. O que fica evidente no seguinte trecho da exortação:

52. [...] Devemos reconhecer a grande variedade de situações familiares que podem fornecer uma certa regra de vida, mas as uniões de facto ou entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, não podem ser simplistamente equiparadas ao matrimónio. Nenhuma união precária ou fechada à transmissão da vida garante o futuro da sociedade. [...] (FRANCISCO, 2016, p.45)

Nesse sentido, realmente é importante verificar um discurso diferente da total condenação da homossexualidade e da transexualidade, no entanto, não se deve perder de vista que estes permanecem em pecado e é pela “educação moral” que as famílias e Igreja podem “ajudar” esses sujeitos a se aproximarem de Deus.

O ataque à “ideologia de gênero” está presente no discurso. Importa trazer o que foi apresentado na Georgia pelo Papa Francisco – citado pelo jornalista -, retratado no documento “Encontro com os sacerdotes, religiosos, religiosas, seminaristas e agentes da pastoral”, de 2016. O discurso também versou sobre o matrimônio e a família e este apresenta o seguinte trecho:

Tu, Irina, mencionaste um grande inimigo atual do casamento: a teoria do gender. Hoje está em ato uma guerra mundial para destruir o casamento. Hoje existem colonizações ideológicas que o destroem, não com as armas, mas com as ideias. Por isso, é preciso defender-se das colonizações ideológicas. [...] (ENCONTRO COM OS SACERDOTES, RELIGIOSOS, RELIGIOSAS, SEMINARISTAS E AGENTES DA PASTORAL DISCURSO DO SANTO PADRE, 2016, *n.p*)

“Colonizações ideológicas” ou posta no singular quando se pretende tratar da “ideologia de gênero” é um termo que, segundo apontam Sarah Bracke e David Paternotte (2018), é parte de uma Igreja Pós-colonial, a qual o papa Francisco, bem como um cardeal guineense Robert Sarah representam (de formas distintas), e tal terminologia “tem uma longa genealogia dentro da Igreja Católica e assinala uma disputa epistemológica em torno da definição de realidade social” (p. 18). Bracke e Paternotte (2018), apontam

Esse projeto epistemológico depende de uma concepção da realidade como algo não afetado pelas idéias ou estruturas humanas, às quais a Igreja tem acesso privilegiado. É nessa genealogia que se ancora o atual aumento da “colonização ideológica” na Igreja, enquanto está ligado às realidades históricas da colonização e do imperialismo

no Ocidente em geral e na Europa em particular. O Papa Francisco, que trouxe a expressão colonização ideológica para a frente dos discursos do Vaticano, é o primeiro papa no sul global e, mais especificamente, em uma região geopolítica onde as teorias e políticas de descolonização prosperaram. (...)

Mais especificamente, aqui a colonização ideológica se refere a como o Ocidente (que das hierarquias mais altas da Igreja é frequentemente considerado em um estado de declínio espiritual) continua a se lançar na colonização opressiva por meio de pressões financeiras e políticas sobre os países da Sul global para aceitar posições liberais ocidentais sobre aborto, contracepção, esterilização, homossexualidade e igualdade para o casamento. Francisco observou (notavelmente em *Amoris Laetitia*) que a disseminação de gênero como conceito tem sido obra de países ricos e que é inaceitável “que as igrejas locais estejam sob pressão sobre essas questões e que organismos internacionais determinem a ajuda financeira aos países pobres para estabelecer leis sobre 'casamento' entre pessoas do mesmo sexo” (Papa Francisco 2016a: 251). (BRACKE; PATERNOTTE, 2018, p. 18-19. *Tradução nossa*)<sup>12</sup>

Nesse aspecto, apesar de se tratar de um projeto transnacional, é importante notar a centralidade que a América Latina, bem como a África, vem ganhando nessa disputa epistemológica e, obviamente, de poder. Importa lembrar que a Igreja Católica participou/participa de diferentes projetos colonizadores, sendo uma das Instituições que mais contribuiu com os processos de dominação das monarquias europeias que já existiu na história da humanidade. Não é à toa que a defesa permanente e constante da Igreja pelo não controle das mulheres sobre seus corpos, bem como da repressão às sexualidades que fogem à normatividade imposta e dos relacionamentos que não servem à procriação, permanece atual. (LUGONES, 2019, p. 357-377)

A colonização dos territórios perpassa o controle dos corpos e engana-se quem acredita que este projeto religioso está afastado do modelo de produção capitalista que vivemos. Como bem apontam a/o autor/a,

Em resumo, a ênfase do Vaticano na colonização ideológica baseia-se, na melhor das hipóteses, em uma perspectiva muito parcial da colonização, enquanto reproduz

---

<sup>12</sup> Este proyecto epistemológico depende de una concepción de la realidad como algo no afectado por las ideas o estructuras humanas, a la cual la Iglesia tiene acceso privilegiado. Es en esta genealogía que está anclado el actual auge de la “colonización ideológica” en la Iglesia, al tiempo que se vincula con las realidades históricas de la colonización y el imperialismo de Occidente en general y de Europa en particular. El Papa Francisco, que ha llevado la expresión colonización ideológica a la primera plana de los discursos vaticanos, es el primer papa del sur global y más específicamente de una región geopolítica donde han prosperado las teorías y políticas de decolonización. (...) Más específicamente, aquí la colonización ideológica se refiere a cómo el Occidente (que desde las jerarquías superiores de la Iglesia a menudo es considerado en estado de decadencia espiritual) sigue lanzándose a la colonización opresiva a través de la presión financiera y política sobre los países del sur global para que acepten las posiciones liberales occidentales acerca del aborto, la anticoncepción, la esterilización, la homosexualidad y la igualdad para contraer matrimonio. Francisco ha remarcado (de forma muy notable en *Amoris Laetitia*) que la difusión del género como concepto ha sido obra de los países ricos y que es inaceptable “que las Iglesias locales deban estar sometidas a presión en estos temas y que los órganos internacionales condicionen la ayuda financiera a los países pobres a que estos establezcan leyes de ‘matrimonio’ entre personas del mismo sexo” (Papa Francisco 2016a: 251). (BRACKE; PATERNOTTE, 2018, p. 18-19.)

profundamente concepções coloniais de relações de gênero, sexualidade e formação de família. (BRACKE; PATERNOTTE, 2018, p.20. *Tradução nossa*)<sup>13</sup>

Utilizando-se então dessa terminologia, no intuito de defender as famílias, o casamento, das “colonizações ideológicas” que trazem perigo à humanidade, na perspectiva do que já vinha sendo dito por Francisco, em 2019, a Santa Sé se posiciona explicitamente – ou mais explicitamente – em relação à temática divulgando um documento cujo único foco é a discussão em torno da “ideologia de gênero”. Intitulado “*Homem e Mulher Os Criou*”: *Para uma via de diálogo sobre a Questão do Gender na Educação*, o jornal *El País*, em matéria publicada em junho de 2019 por Daniel Verdú, sinaliza que “O documento não tem valor doutrinário e reúne de forma geral as teorias já esboçadas publicamente pelo Papa Francisco (...)”.

A produção desse documento em si evidencia a centralidade da Educação para a difusão do combate à “ideologia do gênero”, que antecede o papado de Francisco, mas que, ao contrário das expectativas de ruptura, vai se fortalecendo na atualidade. Apesar de ser um documento que pode ser considerado curto, por tratar especificamente da “ideologia de gênero” é um documento que apresenta a forma como o Vaticano entende tal “ideologia” de forma mais aprofundada. Mais uma vez, não se usa a terminologia gênero no documento, mas sim, *gender* – termo do “projeto de colonização ideológica ocidental”.

O texto de “*Homem e Mulher Os Criou*”: *Para uma via de diálogo sobre a Questão do Gender na Educação* divide-se em alguns percursos metodológicos os quais chamam de “três atitudes”, a saber: “de *escutar*, de *analisar* e de *proponer*”. Assim, no processo de “teorizar” gênero, apresentam:

3. Para empreender a via do diálogo sobre a questão do gender na educação é necessário ter presente a diferença entre a ideologia do gender e as diversas investigações sobre gender realizadas pelas ciências humanas. Enquanto a ideologia pretende, como afirma o Papa Francisco, « dar resposta a certas aspirações por vezes compreensíveis », mas procura « impor-se como pensamento único que determina até mesmo a educação das crianças » e portanto exclui o encontro, não faltam investigações sobre o gender que procuram aprofundar adequadamente o modo em que se vive, nas diversas culturas, a diferença sexual entre homem e mulher. É em relação a estas investigações que é possível abrir-se à escuta, à análise e à proposta. (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2019, p. 4-5)

Apresenta-se então mais uma vez a distinção ou confusão – proposital - entre *investigações sobre gênero* e a “*ideologia do gênero*” em si, sendo a última demonizada, apontada como a que tenta se impor enquanto pensamento único, sendo a primeira aquelas

---

<sup>13</sup> En resumen, el énfasis del Vaticano en la colonización ideológica está basado, en el mejor de los casos, en una perspectiva muy parcial sobre la colonización, al tiempo que reproduce concepciones profundamente coloniales de las relaciones de género, la sexualidad y la formación de la familia. (BRACKE; PATERNOTTE, 2018, p.20)

investigações que reforçariam o binarismo natural entre homem e mulher, apesar das suas multiplicidades.

O documento traz gênero – *gender* – apontando para algo que surge no século XX, mas especificamente em meados de tal século, fruto de, por um lado, uma leitura puramente sociológica da diferenciação sexual e por outro, de influência da liberdade individual; que pretende demonstrar que “a identidade sexual derivava mais de uma construção social do que de um dado natural ou biológico”; que nega o dom natural, ameaça às famílias - colocam em xeque a procriação, o matrimônio e a dualidade do casal (com os “poli-amores”); cria distinções entre gênero e sexo, sobrepondo o primeiro sobre o segundo; contrapõe natureza e cultura, confluindo no *queer*, flexibilizando as possibilidades de orientações sexuais.

11. Neste *contexto cultural*, compreende-se muito bem que *sexo* e *gênero* já não são sinônimos e, portanto, conceitos intercambiáveis, na medida que descrevem duas entidades diversas. O sexo define a nossa pertença a uma das duas categorias biológicas derivadas da díade original, feminina e masculina. O gênero, por sua vez, é o modo como se vive em cada cultura a diferença entre os dois sexos. O problema não está na distinção por si só, a qual pode ser interpretada retamente, mas numa separação entre sexo e *gender*. Esta separação tem como consequência a diferenciação de diversas “orientações sexuais” que já não se apresentam definidas pela diferença sexual entre masculino e feminino, mas podem assumir outras formas, determinadas somente pelo indivíduo radicalmente autónomo. Para além disso, o próprio conceito de *gender* depende da atitude subjetiva da pessoa, que pode escolher um gênero que não corresponde à sua sexualidade biológica e, portanto, com o modo como os outros o consideram (*transgender*). (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2019, p.8)

Além dessas questões, para afirmar a natureza da dualidade masculino/feminino o texto apela à medicina, à biologia e também para uma “análise” filosófica sobre a diferença sexual masculino/feminino; a pessoa humana/homem-mulher; a construção da identidade e a importância da família heteronormativa para tal; a complementariedade fisiológica – e divina – entre homem e mulher.

A partir disso, apresenta que “[...] educar para a sexualidade e para a afetividade significa aprender « com perseverança e coerência [...] qual é o significado de corpo » em toda a verdade original da masculinidade e da feminilidade”. (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2019, p.19) Para realizar tal empreitada educacional, o documento sinaliza, conforme anteriormente apontado pelo Papa Francisco em outros documentos – em especial o *Amoris Laetitia* – a necessidade da ação educativa da família unir-se à escola. Tal união cabe às escolas católicas, mas também aos “educadores cristãos, que vivem a sua vocação na escola não católica”, apontando então que “a relevante urgência do desafio formativo pode

constituir hoje um forte estímulo para reconstruir *a aliança educativa entre família, escola e sociedade.*” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2019, p.23)

Para tanto, finaliza apresentando a necessidade de se investir na formação dos formadores, que devem considerar “na sua formação, para além do aspectos profissionais, também aqueles de ordem cultural e espiritual.”. Nesse sentido, esse novo documento reforça tudo que foi apresentado nesta seção que vem sendo construído e difundido pela Igreja Católica, agora com novos elementos e categorias apresentadas pelo Papa Francisco.

A partir disso, é importante sinalizar algumas contradições estratégicas do discurso e prática de Francisco. Ao mesmo tempo que tem acontecido em seu papado uma espécie de “protagonismo” de mulheres, maior visibilidade destas e participação em espaços antes mais restritos, fica evidente também a sua posição de demonização à “ideologia de gênero”.

Segundo matéria publicada pelo Esquerda Diário<sup>14</sup>, em 26 de fevereiro de 2019, em uma reunião para tratar sobre os abusos de crianças por padres “Depois da intervenção de Linda Ghisoni, subsecretária do Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, que foi a primeira mulher a falar nessa reunião da alta hierarquia da Igreja, o Papa disse que "convidar uma mulher para falar não é entrar na modalidade de um feminismo eclesiástico, porque no fim das contas todo feminismo termina sendo um machismo de saia". Continuou afirmando que se deve adotar o "estilo" de uma "mulher, esposa e mãe".

Nos dias posteriores, após negativa repercussão, o Papa pediu desculpas pela fala e sinalizou ter se equivocado, afirmando que ela foi decorrente de um momento de muita intensidade. Entendo essa estratégia como uma outra forma de afirmar o apresentado anteriormente como feminismo real – Francisco já chegou até em um determinado momento se afirmar um pouco feminista – distinguindo este do feminismo condenável: aquele que questiona às normatividades.

Judith Butler (2019) ao tratar sobre a demonização que vem tendo continuidade nesse papado em relação à temática, questiona e apresenta que

O gênero é então um campo de estudo destrutivo, diabólico ou doutrinário? Os teóricos de gênero que afirmam igualdade de gênero e liberdade sexual não estão comprometidos com uma visão de “construção social” hiper-voluntarista, modelada pelo poder divino. Nem procuram impor seus pontos de vista sobre os outros por meio da educação de gênero. De qualquer forma, a idéia de gênero se expande para uma

---

<sup>14</sup> Disponível em:

<[http://www.esquerdadiario.com.br/Papa-Francisco-contras-as-mulheres-Todo-feminismo-termina-sendo-um-machismo-de-saia?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Newsletter](http://www.esquerdadiario.com.br/Papa-Francisco-contras-as-mulheres-Todo-feminismo-termina-sendo-um-machismo-de-saia?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter)> Acessado em 09 de maio de 2020.



forma de liberdade política que permitiria às pessoas viver com o seu gênero "designado" ou "escolhido" sem discriminação ou medo.

Negar essas liberdades políticas, como costumam fazer o Papa e muitos evangélicos, tem conseqüências terríveis: aqueles que desejam abortar serão impedidos de exercer essa liberdade; Pessoas gays e lésbicas que desejassem se casar teriam negada a opção de realizar esse desejo; e aqueles que desejam adotar um gênero diferente do sexo que lhes foi atribuído no nascimento seriam proibidos de fazê-lo [...] <sup>15</sup> (2019, *n.p. Tradução nossa*)

Nessa perspectiva, concordando com Butler, acredito que é necessário atentarmos às manobras realizadas pela Igreja Católica nessa Cruzada. Cabe uma reflexão apontada por Agnieszka Graff (2018, p.90): Existe – ou qual seria – “a relação entre a cruzada anti-gênero e as crises resultantes dos escândalos de pedofilia”? (*Tradução nossa*) <sup>16</sup> Nos últimos anos vem se aprofundando as denúncias e pedidos de investigação da Igreja Católica em relação ao tema da pedofilia.

Após muita pressão por parte dos movimentos sociais, em especial por parte de vítimas de abusos e estupros de membros da Igreja Católica, o Papa Francisco, no final de 2019, removeu o segredo pontifício referente aos casos de pedofilia e, em 2020, anunciou que haveria uma alteração na Lei Canônica referente ao assunto. Apesar de ser um avanço, cabe aguardar a condução de tais sinalizações.

Nessa direção, é importante destacar, como diversas autoras e autores apontam, a forma como a Igreja Católica vem conduzindo essa Cruzada, por vezes, acabam camuflando-a frente a diversos atores que se agregam nessa frente. Como bem aponta Junqueira (2017),

Em que pese o caráter retrógrado e anticidadão de tais posicionamentos, ao fazer das questões de gênero e sexualidade uma controvérsia sobre o “humano” e a sobrevivência da sociedade, os setores mais conservadores da Igreja Católica, seus sequazes e outros grupos que aderiram a esse discurso, parecem ter encontrado um meio eficiente de afirmar e disseminar seus valores, recuperar espaços políticos e angariar mais apoio. Afinal, na esteira dessa controvérsia, aliada à promoção de alarme social e pânico moral, a matriz religiosa do movimento anti-gênero pode ficar menos evidente. E isso, em alguns contextos, contribui para que grupos não explicitamente religiosos, políticos e gestores públicos, entre outros, possam somar-se às hostes da defesa da ordem sexual e da “família natural” e agir orientados, aparentemente, a partir de princípios legais, técnicos, em favor do interesse público, na luta contra a “teoria/ideologia do *gender*”. No entanto, em todos os casos, mesmo

---

15 ¿Es entonces el género un campo de estudio destructivo, diabólico o adoctrinador? Les teóriques del género que reclaman la igualdad de género y la libertad sexual no están comprometidos con una visión de la “construcción social” hiper-voluntarista modelada por el poder divino. Tampoco buscan imponer sus puntos de vista a los demás a través de la educación en género. En todo caso, la idea de género se expande hacia una forma de libertad política que permitiría a las personas vivir con su género “asignado” o “elegido” sin discriminación ni temor.

Negar estas libertades políticas, como suelen hacer el Papa y muchos evangélicos, conlleva terribles consecuencias: a les que desean abortar se les impediría ejercer esa libertad; a las personas gays y lesbianas que quisieran casarse se les negaría la opción de concretar ese deseo; y les que deseen adoptar un género distinto del sexo que se les asignó al nacer tendrían prohibido hacerlo.[...] (BUTLER, 2019, *n.p.*)

<sup>16</sup> También me quedan una serie de preguntas sin respuesta. Un tema que esperaba que fuera investigado es la relación entre la cruzada antigénero y la crisis resultante de los escándalos de pedofilia. (Graff, 2018, p.90)

quando não explicitamente em cena, a matriz religiosa do discurso continua a soprar os papéis. (JUNQUEIRA, 2017, p.45).

Desta forma, apesar de a Igreja não ser o único agente por trás de tal Cruzada, ela cumpre o papel central em sua formulação e difusão inicial, acionando diferentes atores que se coadunam com suas propostas. Pode-se compreender, portanto, que se trata de uma articulação estratégica e isso precisa ser ressaltado.

### 3. “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A ASCENSÃO DO ESCOLA SEM PARTIDO

O conceito de ideologia de gênero, conforme apresentado anteriormente, é utilizado por algumas teóricas feministas. Teresa de Lauretis (2019), por exemplo, ao discutir gênero, a partir da construção acerca da ideologia em Althusser, afirma o seguinte:

(...) continuando a ler Althusser, encontra-se a enfática afirmação de que “toda ideologia tem a função (que a define) de constituir indivíduos concretos em sujeitos”. Se substituirmos a palavra ideologia pela palavra gênero, a afirmação ainda funciona, com uma leve mudança dos termos: o gênero tem a função (que o define) de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres. É exatamente nessa mudança que a relação entre gênero e ideologia pode ser vista, também como efeito da ideologia de gênero. (...) (LAURETIS, 2019, p. 127)

Tal conceito, portanto, serve para refletir a construção das relações sociais, desvelar as normatividades impostas e propor alterações, no que tange à naturalização binária das realidades construídas. No entanto, a construção realizada pela Igreja Católica não passa por tal construção conceitual como já apresentado anteriormente.

A utilização da aversão que se tem difundido em torno da *ideologia* apresentada por Eagleton (2019), tão presente em nossos dias, é acionada na formulação da “ideologia de gênero” construída pela Instituição para trazê-la enquanto uma ameaça: ao acionar o discurso da “Ideologia”, e mais, ao associar à “ideologia de gênero” ao marxismo - não à toa - aquele velho discurso de combate ao comunismo agrega-se ao novo inimigo que precisa ser combatido.

Isso posto, esse sintagma não só inverte o conceito de ideologia de gênero, como a reforça em sua materialidade: a partir do sintagma “ideologia de gênero” tenta-se naturalizar e universalizar a noção binária de gênero e de heterossexualidade. Nessa perspectiva, ao entendermos o contexto em que a “ideologia de gênero” foi construída enquanto sintagma (conforme apresentado na Seção 2) , fica evidente que tratava-se de um período de grandes avanços em relação às políticas e as discussões de gênero, raça, LGBTQI+, a discussão em torno do reconhecimento de novas configurações familiares, avanços no âmbito das políticas sexuais e reprodutivas, articulação de movimentos de mulheres em âmbito internacional, enfim.

Paralelo a isso, é importante frisar também que, do ponto de vista das relações de classes sociais, o capitalismo se apresentava com uma feição mais “inclusiva”, muitos países – em especial na América Latina – estavam saindo de longos períodos ditatoriais, vivenciando a chamada “abertura democrática” no início dos anos 1990. Dessa forma, a construção em torno

do combate à “ideologia de gênero” vai ganhando força, se estruturando da forma mais adequada para cada local do mundo, sendo incorporada em articulações com novos e velhos aliados de quem a elaborou – a Igreja Católica - à medida em que setores considerados progressistas ganham amplo destaque mundial.

Diferentes autoras, em especial Flavia Biroli (2018), tem refletido que esse discurso, essa construção e essas alianças se colocam como uma possibilidade de resposta a uma agenda progressista que vinha se constituindo ao longo dos últimos anos. De modo que, a partir disso, entendo que a retórica antifeminista, anti-gênero, não é apenas uma retórica: ela relaciona diretamente “uma elocução com seu contexto social”, conforme apresenta Eagleton (2019) na sua discussão sobre ideologia.

O que estou afirmando, apesar de parecer óbvio e já estar presente na literatura, é a importância de destacar que a “ideologia de gênero” é uma também uma construção ideológica; ou melhor formulando, serve para reforçar exatamente a ideologia de gênero questionada pelo conceito apresentado e pela categoria de análise “gênero”, na qual, “o gênero tem a função (que o define) de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres. É exatamente nessa mudança que a relação entre gênero e ideologia pode ser vista, também como efeito da ideologia de gênero.” (LAURETIS, 2019, p. 127)

Para trazer maiores elementos em torno disso e, também, reforçando a impossibilidade de descolar a ideologia da realidade material, também como uma forma possível de entender a ascensão do Movimento Escola sem Partido, a partir da incorporação do discurso da “ideologia de gênero”, trago um apanhado de como a investida anti-gênero se dá na América Latina; a escalada ultra-conservadora no Brasil; e, finalmente, o surgimento e o avanço do Escola sem Partido no território brasileiro.

### **3.1 TRAJETÓRIA DA INVESTIDA ANTI-GÊNERO NA AMÉRICA LATINA**

A relação da América Latina com a Igreja Católica remete ao período de exploração colonial realizado, especialmente, por portugueses e espanhóis nestes territórios, com profundos reflexos impostos especialmente aos corpos, símbolos e culturas indígenas e, posteriormente, africanos.

Na atualidade, segundo Pedro Oro e Marcela Ureta (2007, p. 300), “Do ponto de vista legal (...) não há um único modelo que rege as relações entre religião e política, Igrejas e Estado,

na América Latina”. Para além da legalidade, os aspectos culturais e políticos neste continente também se apresentam complexos e não podem ser analisados de forma homogênea, de modo que o que apresentarei aqui parte de uma análise mais geral, de fenômenos que se assemelham por se relacionarem diretamente ao discurso em torno da “ideologia de gênero”, o que nos indica, de antemão que, apesar das mudanças ocorridas no decorrer da história no que tange à relação dos Estados com a Igreja, esta ainda não foi superada.

Flavia Biroli (2018) aponta que

Nos países ocidentais, tem sido importante a narrativa da superação histórica da fusão entre Igreja e Estado no processo de construção do Estado de direito e das democracias na modernidade, sendo essa uma referência para balizar a construção de fronteiras e avançar na garantia de direitos em contextos plurais. Mas, na maior parte dos casos, o processo de secularização não levou à divisão estrita entre crenças privadas e esfera pública política. Em muitos países, é porosa a fronteira entre o Estado e a atuação institucional das igrejas para fazer valer posições baseadas em doutrinas e crenças, e essa realidade tem implicações específicas ao se considerarem os países latino-americanos. Mesmo quando a laicidade existe formalmente, sua independência em relação a crenças de um ou outro grupo religioso é questão em permanente disputa (...) (BIROLI, 2018, p.147-148)

A secularização, conforme apresenta Oro e Ureta (2007, p. 300-302), tem sido vastamente compreendida enquanto “processo pelo qual o pensamento, práticas e instituições, religiosas perdem seu significado para a operação do sistema social”. No entanto, a partir de uma leitura de Danièle Hervieu-Léger (1999), para as/os autoras/es, corroborando com o exposto por Biroli, na América Latina, a complexidade e os tensionamentos desse processo, demonstram que é possível identificar, de forma mútua, a existência da secularização e da dessecularização “nas relações entre religião e política, religião e Estado, religião e sociedade”. (ORO e URETA , 2007, p. 301) Tal contradição tem relação intrínseca com as configurações das laicidades no continente, uma vez que, para Cesar A. Ranquetat Jr (2008, *n.p*) “a laicidade é sobretudo um fenômeno político e não um problema religioso, ou seja, ela deriva do Estado e não da religião”. Para Cesar A. Ranquetat Jr (2008, *n.p*), a laicidade;

Sucintamente pode ser compreendida como a exclusão ou ausência da religião da esfera pública. A laicidade implica a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Esta neutralidade apresenta dois sentidos diferentes, o primeiro [...]: exclusão da religião do Estado e da esfera pública. Pode-se falar, então, de neutralidade-exclusão. O segundo sentido refere-se à imparcialidade do Estado com respeito às religiões, o que resulta na necessidade do Estado em tratar com igualdade as religiões. Trata-se neste caso da neutralidade-imparcialidade (BARBIER, 2005). A laicidade não se confunde com a liberdade religiosa, o pluralismo e a tolerância. (RANQUETAT JR., 2008, *n.p*)

Apesar da importante distinção, é importante registrar que a própria noção de neutralidade, é questionável por si, podendo nos levar a perguntas como: *quem e o que define o que é neutro?*, por exemplo. No entanto, tensionando ou não essa questão, o que temos visto no território colonizado com as marcas cristãs, é que a laicidade, mesmo em seus processos distintos, continua em disputa.

Na América Latina essas disputas ganharam maior destaque a partir dos anos 1970, com a ascensão das igrejas neopentecostais.

O termo neopentecostal, apesar de consagrado, dá margem a certas confusões. Nem todas as centenas de novas denominações pentecostais que surgem são neopentecostais. O “neo” se refere à forma de ser pentecostal, e não ao tempo em que surgiu a Igreja. Devido ao sucesso, ao profissionalismo de sua aplicação e, especialmente, à crise da modernidade, práticas neopentecostais, como “declaração” de vitória e prosperidade, cânticos triunfalistas, segmentação de “mercado”, especialização litúrgica em torno de determinados temas como casamento, trabalho e doenças, estão presentes em qualquer tipo de igreja evangélica e, até mesmo em algumas católicas. (LOPES JUNIOR, 2012, p. 37)

O avanço do pentecostalismo, em especial do neopentecostalismo, no continente latino-americano se dá em diferentes regiões e é acompanhado, dentre outras coisas, por um crescente ingresso na política por parte desses segmentos. Tal avanço impactou o quase que exclusivo domínio do catolicismo na América Latina, fazendo com que houvesse perda expressiva de fiéis em alguns países, como é o caso do Brasil (que veremos a diante).

Muito desse avanço pentecostal, é apresentado por Pedro Oro (2008, p. 13) por conta, dentre outros aspectos, da relação muito próxima das igrejas a comunidades mais vulnerabilizadas, propondo enquanto estratégia de “produção da eficácia terapêutica, sobretudo a superação do alcoolismo, a abertura do caminho para sair da pobreza, alguma mudança nas relações de gênero e um novo estilo de sociabilidade”. Cumprindo, desta forma, em certa medida, lacunas que o Estado não preenche, através da promessa de “cura e libertação”.

O autor aponta também para as “transformações associadas às relações de gênero e sua repercussão na vida familiar” (ORO, 2008, p. 14). Este ponto é bastante controverso, mas é fato que muitas mulheres latino-americanas foram convertidas a religiões pentecostais e neopentecostais. Assim, sinaliza que

Seja como for, existe hoje no pentecostalismo latino-americano ao menos uma tensão entre um discurso religioso que legitima a existência de “uma hierarquia definitiva entre homens e mulheres, na qual cabe ao homem a posição de “cabeça” da família e à mulher a de “ajudadora”, conforme ensinamento Paulino, amplamente pregado pelos líderes das igrejas evangélicas” (Francisco, 2002: 23), e outro discurso que aponta para uma ação feminina não-conformista à ordem hierárquica predominante na cultura

machista, mesmo que ele não seja explicitado de maneira totalmente consciente (Machado, 1996: 197), e que ele ocorra enquanto consequência não intencional do trabalho feminino no âmbito pentecostal (Francisco, 2002: 37 apud ORO, 2008, p. 15).

Esse tensionamento, apesar de importante, não implica afirmar que o questionamento – mesmo que não totalmente consciente – da ordem hierárquica machista por parte de algumas mulheres pentecostais, se desdobram em uma defesa feminista de enfrentamento e superação de tal ordem. Conforme veremos na seção 4, hoje, dentro das tradições pentecostais e neopentecostais não é possível afirmar que existem movimentos feministas.

A expansão das religiões evangélicas é apresentada por Maria das Dores Campos Machado (2020, p.83), a partir de dados do Latinobarômetro de 2018, os quais apontam que Honduras, Guatemala, Nicarágua e El Salvador são os países que mais apresentaram “um trânsito maior de fiéis do catolicismo para os setores evangélicos”. No entanto, ela também afirma, a partir ainda do Latinobarômetro (2018), que existem variações no “ritmo dessas transformações”.

Biroli (2018) apresenta que

O pentecostalismo, movimento surgido nos Estados Unidos nos primeiros anos do século XX e que desde então vem se estabelecendo na América Latina também teria novas características a partir dos anos 1970. São dessa fase o chamado neopentecostalismo, a maior inserção dos pentecostais na política e na mídia, assim como “as teologias da prosperidade e da guerra espiritual”. (BIROLI, 2018, p.150)

A teologia da prosperidade, vale ressaltar, tem sido utilizada estrategicamente também como uma forma de atrair – ainda mais – fiéis pauperizados – mas não apenas. O sucesso de tal teologia pode ser atrelado a um discurso voltado ao acesso a bens materiais ainda em vida, bem como a salvação terrena atrelados à fé. Conforme veremos mais especificamente ao tratar do Brasil na seção seguinte, Ricardo Mariano (1996, p. 26-33) aponta que a Teologia da Prosperidade, atrela, em certa medida a pobreza à falta de fé. De modo que a prosperidade e a ascensão social basicamente passam a depender do esforço pessoal – a partir da fé (ou melhor, de uma fé específica), podendo ser considerada uma espécie de meritocracia durante a vida: discurso que casa muito bem, nesse aspecto meritocrático, com a lógica liberal do Estado capitalista.

Nesse cenário, Milskolci e Campana (2017), destacam que a Igreja Católica teve uma relação de proximidade junto aos movimentos de esquerda em alguns países da América Latina em contextos de ditadura militar a partir da difusão da Teologia da Libertação. Na medida em

que as ditaduras foram se findando no continente, mais especificamente no final dos anos de 1970 com o papado de João Paulo II, a Igreja Católica iniciou um processo de afastamento dos setores mais progressistas. Tal movimento é parte também de uma investida contrária à Teologia da Libertação e do avanço da denominada Renovação Carismática Católica que é resultado, dentre outros fatores, da perda de fiéis do catolicismo no continente latino-americano para as igrejas evangélicas neopentecostais.

Nesse mesmo período, Miskolci e Campana (2017) apontam também que as pautas voltadas para os direitos sexuais e reprodutivos ganharam amplo destaque no território latino americano, bem como o avanço dos direitos da população LGBTQI+. Além das conquistas resultantes das reivindicações dos movimentos feministas e dos movimentos das diversidades sexuais, na América Latina, a partir da década de 1980, tem se ampliado as discussões e estudos de gênero, bem como acesso – em alguma medida – a estes. Nesse cenário de avanços no continente, a cruzada contra a “ideologia de gênero” ganhou maior destaque.

Para Ari Pedro Oro e Daniel Alves (2013, p. 122) a Renovação Carismática Católica inicialmente teria o propósito de ser um movimento contrário à expansão pentecostal, uma vez que a Igreja estava perdendo fiéis. No entanto, acreditam que, no continente latino americano, a partir, especialmente, dos anos 2000, o movimento tem servido para “estabelecer um espaço privilegiado de aproximação e de encontro entre católicos e evangélicos (especialmente pentecostais), visando superar as fronteiras construídas entre si”. (ORO; ALVES, 2013, p. 122) De modo que tal aproximação se amplia para articulação da propagação dos valores morais, em especial no campo da política, utilizando-se estrategicamente dos espaços midiáticos.

F. Sofiati destaca que ambos os movimentos religiosos mostram-se interessados em atuarem no âmbito político institucional para combaterem os projetos de leis que: Segundo seus ideais religiosos são contrários aos preceitos divinos, como a descriminalização do aborto e o casamento entre homossexuais. Por isso, o(s) movimento(s) têm trabalhado intensamente no combate ao aborto e na defesa de que a homossexualidade é uma doença que precisa ser curada (Sofiati 2009:103). A condenação do aborto, da homossexualidade, do alcoolismo e do uso de drogas em ambos os grupos religiosos são também sublinhados por Prandi (1997). (ORO; ALVES, 2013, p.125-126)

Apesar desse interesse no âmbito político institucional de ambos os movimentos, vale ressaltar que, a Igreja Católica, apesar de não ter como principal estratégia no momento “as agremiações partidárias confessionais”, acessa com facilidade governantes conservadores e progressistas em todo o continente Latino Americano. Isso difere da estratégia dos evangélicos, que tem criado, com prioridade, partidos políticos em diferentes países neste território,



conseguindo, apesar de algumas derrotas, se organizar em “frentes parlamentares confessionais”. (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 33-34) Sobre essa estratégia priorizada por setores evangélicos, cabe destacar que

[...] a influência da agenda cultural dos cristãos estadunidenses nos pentecostais latino-americanos aumentou e que as trocas entre líderes cristãos regionais, movimentos “pró-vida” e associações “pró-família” de natureza transnacional estão se tornando cada vez mais vigorosas. A partir de 2017, a organização Capitol Ministries, fundado pelo pastor estadunidense Ralph Drollinger com o objetivo de “criar discípulos de Jesus Cristo na arena política do mundo”, abriu ministérios em seis países da América Latina: México, Honduras, Paraguai, Costa Rica, Uruguai e Brasil. Contando com o apoio financeiro e logístico do vice presidente Mike Pence e do secretário de Estado do governo de Donald Trump, Mike Pompeo, Capitol Ministries também realizou dois grandes eventos de treinamento para liderança empresarial, promovidos pelo Global Leadership Summit, outra organização evangélica estadunidense. O objetivo é recrutar políticos profissionais e pastores de outras nações. (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 33-34)

Nesse cenário de articulação é que ganha força a Cruzada em nome do combate à “ideologia de gênero” na América Latina. Como destacam, dentre outros/as autores/as, Flavia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione, no livro *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e retrocessos na América Latina* (2020) estas não são as únicas Instituições a pautar tal disputa. No entanto, esse movimento articulatório foi um dos principais expoentes para tentar entender o que vem se configurando no continente.

Nessa perspectiva, Biroli (2018), Correa e Parker (2020) e Ramirez (2020) apresentam que esta investida anti-gênero é também um processo de desdemocratização, o qual, como apontam Sonia Corrêa e Richard Parker (2020),

(...) diferentemente dos processos de mudanças autoritárias de regime que conhecemos no passado, não é um golpe de estado clássico e não implica, necessariamente, a suspensão de procedimentos formais das democracias. É antes uma erosão gradual do tecido democrático da política que potencialmente transforma a arquitetura institucional de regimes democráticos em simulacros<sup>17</sup> (CORRÊA; PARKER, 2020, p.5-6, tradução nossa)

Com isso, apesar dessa agenda ganhar força/impulso na América Latina a partir do século XXI, é importante lembrar que participaram da formulação de tal sintagma representantes eclesiais latino-americanos, conforme apresentado na Seção 2 deste trabalho. É importante apontar isso por, pelo menos, duas razões: a primeira, apesar de a “ideologia de

---

<sup>17</sup> (...)a diferencia los procesos de cambio autoritarios de régimen que conocimos en el pasado, no es un golpe de estado clásico y no implica, necesariamente, la suspensión de procedimientos formales de las democracias. Es más bien una erosión gradual del tejido democrático de la política que potencialmente transforma la arquitectura institucional de regímenes democráticos en simulacros. (RAMIREZ, 2020, p.5-6).

gênero” se apresentar com maior força no continente latino-americano a partir deste século, ela o antecede, sendo um projeto transnacional; e, segundo, conforme afirma Rogério Junqueira (2020), as/os teóricos/as da Europa que tem estudado o fenômeno da “ideologia de gênero” no mundo, tendem a desconsiderar o papel central que teólogos e padres latino-americanos tiveram na criação/formulação do sintagma, não fugindo da lógica eurocêntrica comum e naturalizada das ciências, mesmo quando construídas por feministas europeias.

Nessa direção, apesar de tais investidas terem ganhado força em diferentes períodos nos diferentes países da América Latina, importa destacar que, ao realizarem uma genealogia do termo “ideologia de gênero”, Miskolci e Campana (2017) identificaram

três elementos comuns às diferentes realidades nacionais em que tais debates ganharam relevância:

1. todas ocorreram a partir da virada do milênio;
2. emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda; e
3. deflagraram-se em torno de reformas educacionais e legais. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, P.734)

Estes autores identificam que o livro de Jorge Scala<sup>18</sup> intitulado *La ideología del género. O el género como herramienta de poder* foi bastante influente na propagação da “ideologia de gênero” na América Latina, sendo tal “gramática político-moral” sido” iniciada na Argentina e no Brasil” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, P.726) No entanto, apresentam que o primeiro registro de tensão entre a Igreja Católica e o Estado se deu na Venezuela, ainda sob o governo de Hugo Chávez, logo no primeiro ano do século XXI, mas estes se evidenciam na Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Brasil.

Para Sonia Corrêa, David Paternotte e Roman Kuhar (2018, *n. p.*), no que tange a utilização da terminologia “gênero”, apontam que “Um primeiro lampejo foi registrado em 2011 no Paraguai, quando o termo “gênero” foi contestado pela direita católica durante as discussões sobre o plano nacional de educação”. Essas tensões e contestações intensificaram-se ao longo desse século, sendo marcadas por diversas manifestações de rua pró-família (cisheteronormativa), contra o aborto, contra os casamentos de pessoas LGBTQI+, contra documentos/ legislações educação sexual e de gênero, nos diferentes países latino-americanos.

---

<sup>18</sup> “[...]Jorge Scala, advogado católico pró-vida, ligado à Opus Dei [...] em 2001 ele publicou *Género y Derechos Humanos* (Scala, 2001) pela editora Promesa – mesmo ano e editora em que Jutta Burggraf (2001) publicou o texto “¿Qué quiere decir género? En torno a un nuevo modo de hablar”. O livro de Scala teve outras edições. Em seguida, o advogado manteve uma rotina de viagens, conferências, entrevistas e publicações. Em 2010, ano em que a Argentina aprovou o “casamento igualitário”, ele publicou *Ideología de género o el género como herramienta de poder* (Scala, 2010). O livro saiu em português em outubro de 2011 pela editora Katechesis, municiando as hostes contrárias à adoção de medidas de equidade de gênero e de enfrentamento à homotransfobia nas escolas e favoráveis à “cura gay””. (JUNQUEIRA, 2018, p. 477)

Flavia Biroli (2018) apresenta que

As iniciativas contra a chamada “ideologia de gênero” pipocaram simultaneamente em diferentes países da América do Sul a partir de 2014, compartilhando a mesma terminologia e, em alguns casos, as mesmas imagens e os mesmos documentos. Essa investida, que ganha corpo nos anos recentes, incorporada em propostas legislativas e ativada para bloquear políticas, remonta aos anos 1990. Os embates entre movimentos feministas e setores religiosos conservadores sobre a categoria gênero ocorreram inicialmente no contexto da Conferência de Pequim, em 1995. (BIROLI, 2018, p. 193)

Essas manifestações, resultado de articulações especialmente religiosas, demonstram na América Latina a forte articulação entre setores antes de impossível ou quase nula articulação: Evangélicos (especialmente neopentecostais) e Católicos em sua ala mais conservadora. Neste território, os evangélicos têm mais posto de destaque, especialmente político e midiático, o que, como nos alertam Corrêa, Paternotte e Kuhar (2018, *n.p.*), “muitas vezes obscurece o papel intelectual da hierarquia e grupos católicos nessas cruzadas”. No entanto, como elas/es mesmas/os afirmam “As campanhas anti-gênero são eficientes precisamente porque amalgamam atores que normalmente não atuariam juntos”.

Apesar dos ataques anti-gênero partirem, majoritariamente, dos setores ultraconservadores, Sônia Correa e Marco Aurélio Maximo Prado (2018, p.444.) chamam a atenção que, na América Latina, também temos setores ditos de esquerda promovendo/fortalecendo essa cruzada. Um exemplo é o caso do Equador, no qual, segundo elas, em 2013, “o presidente do Equador, Rafael Correa, ícone da esquerda, em um de seus programas televisivos semanais, denunciou a “ideologia de gênero” como um instrumento destinado a destruir as famílias.” (CORREA; PRADO, 2018, p.444.)

No Peru, conforme apresenta o documentário “Gênero sob ataque” (2018), dirigido por Jerónimo Centurión Aguirre, uma proposta de alteração no currículo escolar para incluir a discussão da equidade de gênero, no intuito de reduzir as violências, especialmente contra as mulheres, gerou manifestações contrárias e censurou a um Ministro e, posteriormente, a uma Ministra da Educação.

Um dos motes principais da campanha realizada no país foi: “Con mis hijos no te metas - CMHNTM” (Com meus filhos não ti metas), campanha que surgiu no país em 2016 e se fortaleceu e alastrou rapidamente por diferentes países da América Latina, imbuído de tons ameaçadores acerca do papel da família na educação das crianças, bem como a reprodução quase que incontestável de seus valores que, para eles, sofriam a forte ameaça da “colonização ideológica homossexual”.

Conforme apresenta Viviane da S. Araujo (2020),

Em entrevista concedida em fevereiro de 2019 para o periódico digital espanhol *Actual* o fundador e porta-voz do movimento no Peru, Christian Rosas, explica que o coletivo nasceu a partir da reação de um grupo de cidadãos fartos de ver o avanço ao enfoque de gênero nos planos educativos impostos pelo Estado sem uma contestação à altura. É enfático ao afirmar que “diante da deterioração moral da política e da maioria dos seus atores que observam passiva e covardemente à implementação da mentira” o CMHNTM surge para “formular uma resposta social de impacto político e alcance global, buscando transcender as barreiras de idioma e as fronteiras territoriais” a fim de levantar contra uma “mentira orquestrada globalmente”. Afinal, até mesmo organismos internacionais como a ONU e a OEA que, em suas palavras “em vez de servir aos cidadãos defendendo seus direitos frente ao abuso estatal paulatinamente vêm tomando partido pelo lado do opressor”, colaborando para a imposição de uma agenda de cima para baixo e tentando destruir “a democracia que se desenvolve de baixo para cima” (CÁRDENAS, 2019). (ARAUJO, 2020, p. 96)

No Peru também foi constituído um grupo, uma organização, intitulada “Pais em Ação” para “monitorar” os currículos e os professores nas escolas, para que eles não propagassem a “ideologia de gênero”, contrariando os seus valores, reforçando o exposto por Miskolci e Campana (2017) acerca da campanha em torno das reformas educacionais.

Na Colômbia, Camila Esguerra Muelle (2017, *tradução nossa*) e o documentário “Gênero sob ataque” (AGUIRRE, 2018) apresentam que após mais de 50 anos de conflitos armados do Estado com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em 2016, o governo finalmente poderia ter estabelecido uma negociação para findar tais conflitos, mas os setores ultraconservadores colombianos, com forte apoio da Igreja Católica, fizeram uma ampla campanha de oposição para o plebiscito que decidiria se esse acordo seria firmado ou não.

A campanha do “não”, segundo a autora, foi baseada no discurso de combate à “ideologia de gênero”, que teve grande impulso a partir da tentativa da Ministra de Educação, Gina Parody, de implementação de cartilhas educativas contra as violências de gênero dois meses antes. Ainda, como a proposta foi a realização do acordo em Cuba, a ideia do fantasma do comunismo, atrelada à pedofilia fez parte de imediato do discurso de enfrentamento à “ideologia de gênero”.

Assim, a partir de mentiras em torno das cartilhas e sob o discurso que assinalava que o acordo de paz era contra a família, pró-aborto, que iria “homossexualizar todo o país”, a favor da “ideologia de gênero”, quando do plebiscito realizado em 02 de outubro de 2016, a pergunta “Você apoia o acordo final para o término do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?” foi respondida majoritariamente com um não. Apesar de o presidente à época - Juan Manuel Santos - ter assinado o acordo mesmo assim, o seu sucessor, atual presidente Iván Duque, já apresentou diversas divergências acerca do documento.

Tal situação em relação à sucessão presidencial, contribui para explicitar que, nessa cruzada as disputas em torno dos cargos políticos não estão distantes destas articulações, levando a cargos de destaque – inclusive presidenciais – sujeitos historicamente antidemocráticos, com discursos e práticas que se aproximam do fascismo, evidenciado no próprio documentário “Gênero sob ataque” (AGUIRRE, 2018).

O Uruguai, segundo apresentam Nicolás Iglesias, Stefanie Kreher, Lilián Abracinkas e Santiago Puyol (2020), é “um país fortemente secularizado, encontrando os números mais baixos de prática religiosa da América Latina: 41% da população católica, 38% de atea e agnóstica, 13% de outras religiões e 8% de evangélica (*Latinobarómetro*, 2014)<sup>19</sup>” (IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 19 *Tradução nossa*) No entanto, apontam que apesar disso, é possível identificar o crescimento de setores e agentes religiosos, especialmente de matrizes católicas e evangélicas neopentecostais, em forte articulação nas campanhas anti-gênero e em campanhas eleitorais, especialmente a partir de 2009.

Dentre o avançar das campanhas anti-gênero no país, as/os autoras/es apontam que é a partir de 2016 que “as violações do caráter laico do Estado uruguaio começam a se registrar” (CORREA; IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 9. *Tradução nossa*). À época, cujo presidente era Tabaré Vasquez, eleito a partir de uma coalizão de esquerdas,

[...]as várias organizações político-religiosas consolidam sua aliança sob um acordo conservador de re-cristianização. Alguns deles adotam os mesmos nomes (ou variações) de organizações andinas semelhantes: “Con mis hijos no te metas” ou “A mis hijos no los tocan”, são eles os grupos de núcleos de pais que se opõem à educação sexual; e “SOS papá” para aqueles que exigem a posse de crianças e questionam políticas que apoiam as mulheres em situações de violência doméstica. A partir desses espaços, manifestam sua “batalha à ideologia de gênero”, slogan adotado pelos grupos mais políticos e explicitamente religiosos. Enquanto isso, a Igreja Católica não pode esconder ou impedir o escândalo público mundial de alegações de abuso sexual infantil por padres uruguaios.<sup>20</sup> (CORREA; IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 9. *Tradução nossa*).

<sup>19</sup> Uruguay es un país fuertemente secularizado, encontrándose los guarismos de práctica religiosa más bajos de América Latina: 41% de población católica, 38% de atea y agnóstica, 13% de otras religiones y 8% de evangélica (*Larinobarómetro*, 2014). (IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 19)

<sup>20</sup> En este contexto las diversas organizaciones político-religiosas consolidan su alianza bajo un acuerdo conservador de recristianización. Algunas de ellas adoptan los mismos nombres (o variaciones) de organizaciones andinas semejantes: “Con mis hijos no te metas” o “A mis hijos no los tocan”, son las que nuclean a grupos de padres opuestos a la educación sexual; y “SOS papá” para los que reclaman la tenencia de los hijos y cuestionan las políticas que amparan a las mujeres por situaciones de violencia intrafamiliar. Desde esos espacios manifiestan su “batalla a la ideología de género”, consigna que es adoptada tanto por los grupos más políticos como los explícitamente religiosos. Entre tanto, la Iglesia Católica no puede ocultar ni evitar el escándalo público a nivel mundial de las denuncias por abuso sexual infantil por parte de sacerdotes uruguayos. (CORREA; IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 9)

No entanto, para os/as supracitados/as autores/as é a partir de 2017 que, “abre uma nova etapa da política anti-gênero no Uruguai: a de discursos hostis e mais virulentos que caracterizam campanhas de "ideologia anti-gênero", apelando ao preconceito e ao medo das pessoas e incentivando atitudes de ódio e discriminação.”<sup>21</sup>(CORREA; IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 10. *Tradução nossa*).

Atribuem a essa nova etapa a publicação do livro intitulado *El libro negro de la nueva izquierda*, de Nicolás Márquez y Agustín Laje<sup>22</sup>, argentinos, cujo lançamento foi “realizado como uma das atividades do Acampamento Beraca, organizado pela Igreja Missão Vida do pastor Márquez”, figura atrelada às campanhas pró-vida no país<sup>23</sup>.

Também no campo neopentecostal, o uso do discurso pseudocientífico e acadêmico é adotado para apoiar a rejeição de toda a agenda de novos direitos. Seguidos por outros porta-vozes líderes "no combate à ideologia de gênero" internacionalmente, são replicados ataques difamatórios contra movimentos feministas, organizações de aborto e grupos de diversidade sexual.<sup>24</sup> (CORREA; IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 9. *Tradução nossa*).

Em meio a esse avanço, muitas investidas antidemocráticas e, principalmente, tentativas de re-cristianização vem ocorrendo. No entanto, importa sinalizar que o Uruguai ainda tem conseguido construir uma forte resistência frente aos ataques, destacando-se na América Latina como um país de referência na luta e implementação de políticas sexuais e reprodutivas, da chamada *nova agenda de direitos*, “incorporando normativos que possibilitam a mudança do sexo em registro para pessoas trans, casamento entre pessoas do mesmo sexo, extensão da contracepção e avanços na legislação sobre aborto, entre outros.”<sup>25</sup> (CORREA; IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 2 *Tradução nossa*).

21 “[...]inaugura una nueva etapa de la política antigénero en Uruguay: la de los discursos hostiles y más virulentos que caracterizan las campañas “contra la ideología de género”, apelando al prejuicio y miedo de las personas e incentivando actitudes de odio y discriminación”. (CORREA; IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 10)

22 “[...] estão entre os principais difusores da agenda anti-gênero na América Latina, proferindo palestras e dando entrevistas em diversos países da região [...]. Seus argumentos têm caráter laico e são apresentados na linguagem da ciência e dos direitos” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 39)

23 “realizada como una de las actividades durante el Campamento Beraca, organizado por la Iglesia Misión Vida del pastor Márquez”. (CORREA; IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 10)

24 También en el ámbito neopentecostal se adopta el uso de un discurso pseudocientífico y académico con el que sustentan el rechazo a toda la nueva agenda de derechos. Seguidos por otros voceros líderes “en el combate a la ideología de género” a nivel internacional, se replican los ataques difamatorios hacia los movimientos feministas, organizaciones que proveen servicios de aborto y grupos de la diversidad sexual. (IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p. 10)

25 “[...]incorporando normativas que habilitan el cambio de sexo registral para personas trans, el matrimonio entre personas del mismo sexo, la extensión de la anticoncepción y avances en materia de legislación sobre aborto, entre otros”. (IGLESIAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020, p.2)

A Costa Rica também vivenciou/tem vivenciado a escalada dos ataques anti-gênero, também destacada no documentário “Gênero sob ataque” dirigido por Jerónimo Centurión Aguirre (2018). O documentário apresenta como o país que se apresenta enquanto um destacado território latino-americano no que tange à qualidade de vida, teve as eleições de 2018 marcada pelo avanço da extrema direita fundamentalista nas campanhas presidenciais.

Viviane da S. Araujo (2020), apresenta que

[...] o rechaço ao programa Educación para afectividad y sexualidad integral, lançado pelo Ministério de Educação Pública em 2017, e ao parecer favorável à adoção do casamento homoafetivo no país pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em janeiro de 2018 mudou o cenário das eleições presidenciais daquele ano. O candidato ultraconservador Fabricio Alvarado, que terminava o seu primeiro mandato como deputado federal, mas era mais conhecido nacionalmente como cantor de música evangélica, aparecia em 6º lugar em pesquisa divulgada em novembro de 2017 (ENCUESTA, 2017), mas após a onda de manifestações contra a decisão da CIDH passou a crescer a cada nova pesquisa, terminando o primeiro turno das eleições em primeiro lugar. (ARAUJO, 2020, p. 88- 89)

O candidato não obteve êxito no segundo turno das eleições, tendo perdido para Carlos Alvarado Quesada – candidato do campo mais progressista. No entanto, vale ressaltar que durante a campanha, Ricardo Alvarado apresentava, dentre outras questões, em seu plano de governo,

[...]a intenção de “eliminar todo vestígio da ideologia de gênero na educação e das instituições públicas do país, por ser contrária à idiosincrasia judaico-cristã costarriquenha e por abordar o problema da discriminação de uma maneira fragmentária e parcial” (PRN, 2018) (ARAUJO, 2020, p. 89)

Na Argentina, temos visto as conquistas em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, mais especificamente no que tange à legalização e descriminalização do aborto, resultante da luta histórica dos movimentos feministas engajados no país e referências não apenas para a América Latina, como para todo o mundo. No entanto, isso não significa dizer que não houve/há ataques anti-gênero no país.

Miskolci e Campana (2017) destacam que “entre 2004 e 2005, o ministro da saúde peronista avançou com um projeto de implementação de educação sexual nas escolas privadas e públicas, assim como a distribuição de contraceptivos para menores, causando o primeiro conflito entre um governo argentino e a Igreja Católica em décadas” (HAGOPIAN, 2006: 5, apud MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 735), a ponto de um bispo (Antonio Baseotto) afirmar que “o ministro devia ser jogado ao oceano com uma pedra amarrada ao pescoço: uma referência bíblica que evocava para muitos argentinos memórias nefastas da violência de Estado durante a última ditadura militar.” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 735). No entanto, tal

posicionamento do bispo foi rechaçado pelo então presidente Néstor Kirchner, aumentando ainda mais a tensão com a Igreja que fez críticas ao governo. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 735-736).

Os autores apontam que, em 2010, sob o governo da presidenta Cristina Kirchner, quando da discussão sobre a legalização do casamento entre pessoas homossexuais, o então arcebispo de Buenos Aires Jorge Bergoglio,

[...] escreveu uma carta em que se referia a esse projeto de lei como “um gesto do pai da mentira que pretende confundir e enganar aos filhos de Deus”, acrescentando que “esta guerra não é sua, mas de Deus” e pedindo que “acompanhem essa guerra”.

O ex-presidente, e então senador Néstor Kirchner acusou Bergoglio de estar pressionando o Senado e disse que sua posição era obscurantista. A pressão aumentou de ambos os lados. Vários senadores oficialistas que estavam em dúvida se alinharam [...], se votassem contra a lei seriam traidores. O debate já era outro (Bimbi, 2010: 496).

Junto com o debate legislativo, houve uma importante mobilização por parte de setores que se opunham à modificação legal do matrimônio civil. [...] Ainda que a lei tenha sido finalmente aprovada, e a aprovação foi considerada politicamente como uma derrota da Igreja Católica na Argentina, para autores como Jones e Carbonelli (2015), durante essas mobilizações setores evangélicos obtiveram importante atenção midiática legitimando-se como atores políticos na Argentina. (MISKOLCI E CAMPANA, 2017, p. 735-736)

Apesar da perda, os ataques continuaram. No entanto, vale destacar a ampla resistência que vem sendo criada na Argentina, bem como os êxitos dos movimentos feministas em meio aos ataques, conforme apontado anteriormente. Ainda, destaca-se a vitória presidencial de Alberto Fernández sobre o ex-presidente Mauricio Macri, em 2019, cuja campanha foi em prol do respeito à diversidade e a favor da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo a legalização do aborto.

O Brasil, especialmente a partir do golpe contra Dilma Rousseff (2016) e das eleições de Jair Messias Bolsonaro (2018), se apresenta como mais um desses casos. Os debates em torno das questões de gênero e sexualidades, bem como a Cruzada contra a “ideologia de gênero” também apresenta as suas especificidades. Importa sinalizar que

Investigar o caminho e os efeitos das políticas anti-gênero no Brasil é mais do que desafiador. Assim como no resto da região e na Europa, a erupção de cruzadas anti-gênero no país ocorreu nos últimos cinco anos, mas seu surgimento e significado precisam ser colocados em relação aos processos históricos mais longos, dimensões estruturais e multiplicidade de atores e processos. Isso não é trivial, se considerarmos a complexidade, tamanho e heterogeneidade do país. (CORRÊA; KALIL, 2020, p. 11 *tradução nossa*)<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Investigar el recorrido y los efectos de las políticas antigénero en Brasil es más que desafiante. Así como en el resto de la región y en Europa, la erupción de las cruzadas antigénero en el país ocurrió en los últimos cinco años, pero su



Trata-se, portanto, de um país de dimensão continental, marcado por inúmeras contradições, violências, que tem vivenciado desde o início desse século, em uma velocidade atroz, a ascensão de um governo progressista, um golpe, a ascensão do ultra-conservadorismo e a eleição de um presidente com elementos neofascistas.

Para Luiz Filgueiras e Graça Druck (2019), apesar de apresentar diferenciações do “fascismo histórico”, o neofascismo apresenta alguns elementos em comuns com ele. Destes, identificam os seguintes: “1- o apelo ao autoritarismo e contra o “sistema” e o Estado de Direito; 2- o uso da legalidade democrática e de suas instituições para constituição de um Estado de Exceção, por dentro da ordem democrática; 3- o ataque raivoso a todas as tendências de esquerda (comunistas, socialistas e socialdemocratas); 4- a defesa do nacionalismo (real ou apenas retórico) xenófobo, com a negação da existência de classes e conflitos de classe no interior da nação; 5- a desqualificação e, no limite, destruição das organizações dos trabalhadores (Partidos, sindicatos, associações etc.); 6- a escolha de algum “outro” como causador e bode expiatório de todos os males, fobias e ressentimentos; 7- o exercício de uma “guerra cultural-ideológica” permanente, na qual se destaca a adoção de narrativas e explicações de caráter místico-religioso e de natureza anti-intelectual, uma espécie de anti-iluminismo que agride a razão, e que procura desacreditar o conhecimento científico, histórico e cultural acumulados durante mais de cinco séculos, desde a época do “Renascimento”; <sup>27</sup>8- a exploração das emoções e afetos regressivos, com o estímulo e uso da violência, brutalidade e grosseria; 9- e, por fim, como instrumento de difusão e implementação deste “programa”, a mobilização política de massa, com a constituição de um movimento ativo, agressivo e, no limite, violento”. (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019, *n.p.*)

Em meio a tudo isso, vemos avançar o discurso da “ideologia de gênero” e o desmonte de uma recente democracia que, não podemos negar, já apresentava muitas limitações.

---

emergencia y significado necesitan situarse en su relación con los procesos históricos más largos, dimensiones estructurales y una multiplicidad de actores y procesos. Eso no es trivial, si consideramos la complejidad, tamaño y heterogeneidad del país. (CORRÊA e KALIL, 2020, p. 11)

<sup>27</sup> Apesar da importância desses elementos apresentados pela autora e pelo autor, apresentamos apenas uma ressalva ao sétimo elemento no que tange à descrença do conhecimento “científico, histórico e cultural acumulados durante mais de cinco séculos, desde a época do “Renascimento”, levando em consideração que o marco do renascimento acaba por desconsiderar a produção de outros saberes constituídos para além da Europa e que, com o projeto de modernização colonial vem sendo apagados historicamente, sob a ideia de sobreposição da razão sobre a emoção, e de que uma razão historicamente datada e vinculada ao “sujeito moderno”- homem, branco, europeu. Walter Mignolo (2017) assinala que o marco do Renascimento está atrelado à colonialidade do tempo, uma vez que, ao “inventar a Idade Média e a Antiguidade”, se colocou “no presente inevitável da história e preparando o terreno para a Europa se tornar o centro do espaço.” (MIGNOLO, 2017, p. 13)

### 3.2 AVANÇOS DEMOCRÁTICOS E A ESCALADA ULTRACONSERVADORA NO BRASIL

Como já apresentado anteriormente, a laicidade se apresenta como um tema muito caro na América Latina, especificamente no Brasil. Tal princípio só apareceu em documento Constitucional em 1891. Porém isso não significou que houve uma ruptura, de fato, entre “instituições políticas e religiosas”. (BIROLI, 2018, p. 148) Nessa direção, a relação do Estado, especialmente com a Igreja Católica é histórica e, apesar das tentativas de ruptura, o que se apresenta efetivamente é uma trajetória com poucos abalos, pelo menos até o final dos anos 1970 e início dos anos de 1980 desta Igreja no que tange à hegemonia no país, quando se apresenta o crescimento do neopentecostalismo.

Ricardo Mariano (1996, p. 25) aponta que o neopentecostalismo seria a terceira onda do pentecostalismo brasileiro – sendo a primeira “chamada de *pentecostalismo clássico* e abrange o período de 1910 a 1950”; a segunda que ele nomeia como “*pentecostalismo neoclássica*, teve início na década de 50 com a chegada em São Paulo de dois missionários norte-americanos da International Church of The Foursquare Gospel” e a terceira que seria a *neopentecostal*. Assim,

A terceira onda, que designo de *neopentecostal*, vertente que mais cresceu na última década, começa na segunda metade dos anos 70, cresce e se fortalece no decorrer dos anos 80 e 90. Universal do Reino de Deus (1977, Rio de Janeiro), Internacional da Graça de Deus (1980, Rio de Janeiro), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976, Goiás) e Renascer em Cristo (1986, São Paulo), fundadas por pregadores brasileiros, constituem as principais igrejas neopentecostais. Todas apresentam poucos traços de seita, forte tendência de acomodação ao mundo, participam da política partidária e utilizam intensamente a mídia eletrônica. Caracterizam-se por: (1) pregar e difundir a Teologia da Prosperidade, defensora do polêmico e desvirtuado adágio franciscano “é dando que se recebe” e da crença nada franciscana de que o cristão está destinado a ser próspero materialmente, saudável, feliz e vitorioso em todos os seus empreendimentos terrenos; (2) enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo, seu séquito de anjos decaídos e seus representantes na terra, identificados com as outras religiões e sobretudo com os cultos afro-brasileiros; (3) não adotar os tradicionais e estereotipados usos e costumes de santidade, que até há pouco figuravam como símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo. (MARIANO, 1996, p. 26. *Grifo do autor*)

Inicialmente, o pentecostalismo atraiu a população mais pauperizada e “marginalizada”, pregando uma “desvalorização do mundo”, mas não um culto à pobreza, nem mesmo a salvação desta em plano terreno e transferida para o Reino dos Céus. No entanto, à medida que parte dos fiéis, “ainda que minoritária”, começou a ascender socialmente e, também, com a ampliação de fiéis da classe média sendo convertidos, ocorreu tensionamentos internos decorrentes das

pressões próprias da sociedade de consumo, fazendo com que as lideranças religiosas começassem a mudar seus discursos, sendo este radicalmente modificado com a Teologia da Prosperidade, que passa a atrelar os bens materiais, a prosperidade, à cura e a salvação na terra, sendo a pobreza vinculada à falta de fé. (MARIANO, 1996, p. 26-33)

Assim,

Para os defensores da TP, a expiação do Cordeiro libertou os homens da escravidão do Diabo e das maldições da miséria, da enfermidade, nesta vida, e da segunda morte, no além. Os homens, desde então, estão destinados à prosperidade, à saúde, à vitória, à felicidade. Para alcançar tais bênçãos, garantir a salvação e afastar os demônios de sua vida, basta o cristão ter fé incondicional em Deus, exigir seus direitos em alta voz e em nome de Jesus e ser obediente a Ele acima de tudo no pagamento dos dízimos. (MARIANO, 1996, p. 27-28. *Grifo do autor*)

Apesar das denúncias relacionadas a práticas de charlatanismo e corrupção existente há décadas, relatada por Ricardo Mariano (1996), tem-se identificado a forte presença de neopentecostais em espaços públicos, especialmente no que tange à esfera política, de modo que

A atuação em espaços que extrapolam o âmbito das práticas religiosas resultou em um movimento que “vai do púlpito em direção ao palanque, [em que este último] deveria ser instrumentalizado para a realização da obra de Deus” (ALMEIDA, 2009, p.40). O proselitismo de massa oriundo da participação nos meios de comunicação e da inserção na vida política se aprofundaram ao longo das décadas subsequentes e passaram a suscitar questionamentos em torno da hegemonia católica na esfera pública, bem como a própria presença e expressão da religião no sistema político. (TEIXEIRA, 2019, p. 53)

Desta forma, no censo de 2010 realizado pelo IBGE “os evangélicos representam 22,2% da população brasileira, ou seja, 42,3 milhões de pessoas. Um aumento de 6,8% em uma década, diante do recuo do catolicismo, que passou no mesmo período, de 73,6% para 64,6%” (MELO, 2012, p.18). Posteriormente, em dezembro de 2019, o Datafolha realizou uma pesquisa publicada em janeiro de 2020, através da qual identificou que 50% da população brasileira se afirmava católica, enquanto 31% evangélicos. Nessa pesquisa também foram consideradas outras religiões, como espíritas, religiões de matriz africana ou afro-brasileiras, ateus e sem religião, mas quase todas apresentaram índices quase inexpressivos, excetuando os “sem religião” que chegaram a 10% da população.

Na religião católica, 51% se declararam mulheres e 49% homens, enquanto na evangélica 58% se declararam mulheres e 42% homens. No que tange ao critério raça/cor, em ambas as religiões a maioria se autodeclara parda (católicos/as 41%, evangélicos/as 43 %).

Maria das Dores Campos Machado (2020) chama atenção para o fato de haver maior quantitativo de mulheres entre os segmentos evangélicos, destacando que

[...] esse fato torna mais complexa a análise das disputas travadas em torno da agenda de gênero. Afinal, embora a liderança cristã continue sendo majoritariamente do sexo masculino, são as mulheres que enchem os templos, assumem a tarefa de transmitir os valores religiosos para as novas gerações e vêm sendo mais mobilizadas para o ativismo conservador contra a “ideologia de gênero”. (MACHADO, 2020, p. 84)

Ainda, Karina Bellotti no Dossiê Evangélicos no Brasil (2012), realizado por Alice Melo, aponta que tal crescimento evangélico tem diminuído, em algumas regiões brasileiras, a quantidade de terreiros, devido, dentre outras questões, à conversão de pais e mães de santo à religião evangélica. (BELLOTTI APUD MELO, 2012, p. 17) Dessa forma, tem existido, através da conversão, não apenas a adesão de pessoas negras (já majoritárias) às religiões evangélicas, mas, por parte de alguns segmentos, especialmente os neopentecostais, a demonização e perseguição de religiões de matriz africanas.

Destaca-se que nem todo/a evangélico/a é neopentecostal, mas não foi possível identificar na pesquisa se “evangélicos” estão sendo considerados enquanto o conjunto de protestantes e evangélicos ou se está sendo direcionada a corrente pentecostal e neopentecostal. É necessário destacar que, como aponta Ângelo Adriano Faria de Assis (2012, p. 26) que “Embora “evangélico” e “protestante” sejam vistos como sinônimos, os termos têm significados distintos”, pois:

Em sua origem, “evangélico” diz respeito àquele que se submete ao ensinamento do Evangelho, sendo apenas a Bíblia sua fonte de revelação. O termo “protestante”, por sua vez, advém de um documento de protesto apresentado pelos luteranos na segunda Dieta de Spira (1529), que declarava a fé católica como a única legal. No Brasil, em geral, “protestante” se refere aos fiéis oriundos da Reforma, como os presbiterianos, luteranos e anglicanos, enquanto “evangélicos” abrange os seguidores das igrejas pentecostais e neopentecostais. (ASSIS, 2012, p. 26)

Para além desses dados, Maria das Dores Campos Machado (2020, p. 87 - 88) chama atenção também para o relatório da Oxfam Brasil (2018), o qual apresenta que o país, após ter reduzido entre os anos de 2002 e 2014 as taxas de desigualdade, passa a ocupar, em 2017, o nono lugar “entre as nações mais desiguais do mundo”, aumentando o índice de desemprego e de pobreza nesse período, bem como o aumento no índice de mortes violentas, segundo dados do *Atlas da Violência de 2018*. Assim, a autora apresenta que

A dupla situação de desigualdade social e de violência em um contexto de políticas de austeridade e cortes nos gastos sociais tende a se agudizar, fomentando a vulnerabilidade, o ressentimento e o medo em largos estratos das populações. É nesse terreno fértil, da insegurança e da ausência de direitos, que florescem as igrejas evangélicas e se dá o fenômeno da publicização do pentecostalismo, com o engajamento crescente de lideranças religiosas pentecostais no jogo político. (MACHADO, 2020, p. 88-89)

Dessa forma, o crescimento dos setores evangélicos apontado no período de duas décadas não pode/deve ser desconsiderado para explicitar o que vem ocorrendo na realidade brasileira, em especial na disputa em torno da laicidade do Estado, de forma que, como se deu em alguns países latino-americanos, a Igreja Católica, com a perda dos fiéis, mas também devido ao avanço nas pautas relacionadas mais diretamente aos direitos sexuais e reprodutivos que se fortalecem no Brasil nessas últimas décadas, se articulou em torno na Renovação Carismática Católica (RCC) e passou a ocupar de maneira mais explícita o espaço político.

Raniery Parra Teixeira (2019, p.58) apresenta que esta passou a atuar “compondo ao menos três frentes parlamentares: A Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família, a Frente Mista em Defesa da Vida e contra o Aborto, e a Pastoral Parlamentar Católica.” Há, ainda, a articulação entre os neopentecostais e a RCC - Renovação Carismática Católica, em torno da defesa da agenda moral religiosa. No entanto, apesar desta articulação se dar de forma processual, é no século XXI, que ela se fortaleceu a ponto de influenciar completamente o cenário político brasileiro.

A primeira década dos anos 2000 no Brasil se inicia com a vitória, nas eleições de 2002, do candidato Lula do Partido dos Trabalhadores sobre a candidatura de José Serra (PSDB) - partido historicamente eleito após a ditadura militar. Apesar de não ter rompido com as elites brasileiras, o então candidato às eleições, presidente Lula, foi eleito com uma agenda progressista, especialmente no que tangia às propostas de políticas sociais.

Nesse sentido, seu governo, que durou, por conta de uma reeleição, 08 anos (de 2003 a 2010), fez com que se fortalecesse uma gama de direitos sociais e avanços referentes a diversas pautas históricas de movimentos sociais que reivindicam os direitos humanos. Dentre eles, destacam-se os movimentos de luta por moradia, de combate ao racismo e reparações étnico-raciais, de direitos sexuais e reprodutivos e de direitos para a população LGBTQI+.

A partir de 2003 ocorreram dois marcos importantes no que tange à atuação pentecostal na política brasileira: a criação da frente Parlamentar Evangélica e a criação de frentes parlamentares “em defesa da vida e da família”, cujo foco é a luta contra o aborto (BIROLI, 2018, p. 150-152). Destaca-se que durante o período de gestão do governo Lula,

No que concerne a questões de gênero e sexualidade, Keila Deslandes (2016) afirma que a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2004, pelo então ministro da educação Tarso Genro, lançou as bases para a implementação de políticas educacionais visando promover a igualdade de gênero e o combate à homofobia.

O conflito entre iniciativas legislativas contra a homofobia e a posição religiosa se deflagra principalmente a partir da proposta da deputada Iara Bernardi (PT) do Projeto

de Lei 122/2006 (Campos *et alii*, 2015: 168). Programas governamentais como o “Brasil sem homofobia”, assim como os voltados para a discussão de temáticas de direitos humanos, gênero e sexualidade na escola trazem o debate para as políticas educacionais. (MISKOLCI E CAMPANA, 2017, p. 737 – 738)

Identifica-se então que, a partir de 2006, o processo de disputa de discursos, políticas e legislações entre os ultraconservadores e os setores mais progressistas ficam mais evidentes. Como apontam, Miskolci e Campana (2017), no país é possível identificar alguns marcos relacionados a tal processo, dentre eles destacam-se o Programa Brasil Sem Homofobia (2004), a discussão acerca do Plano Nacional de Direitos Humanos (2009), a eleição de Dilma Rousseff (2010), cuja campanha, conforme sinalizam, foi pautada em uma aproximação junto aos setores religiosos católicos e neopentecostais, com o compromisso de não alteração na “legislação sobre o aborto ou concernente ao matrimônio homossexual”.

Ainda, apresentam enquanto marcos, a proposta do Programa “Escola sem Homofobia” (2010-2011), conhecido de forma pejorativa enquanto “kit gay”, o reconhecimento do STF da união entre pessoas do mesmo sexo – casamento civil (2011), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2013), e o Plano Nacional de Educação (2014).

Quando o material “Caderno Escola sem Homofobia”, produzido em conformidade com a diretriz de combate à discriminação por orientação sexual no sistema educacional do programa “Brasil sem Homofobia” (2004), passava por avaliação para ser impresso e distribuído nas escolas, em 2011, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional, sobretudo o então Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), passaram a construir a narrativa de que o material promoveria a promiscuidade e a sexualização precoce das crianças (LACERDA, 2018). O material foi batizado pelo deputado como “kit-gay”. Richard Mikolsci (2018) afirma que Bolsonaro teve apoio da bancada evangélica, de congressistas católicos e conservadores em seu movimento contra a distribuição do material nas escolas. (TEIXEIRA, 2019, p. 80)

O autor continua apresentando que, para Balieiro (2018), é a partir disso que se impulsiona, “a narrativa de que crianças inocentes estavam ameaçadas pela difusão de ideologias feministas e “gayzistas” no sistema educacional (...) nos discursos desses atores para conter os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos no Congresso Nacional”. (TEIXEIRA, 2019, p. 80) Essa narrativa em torno das crianças ganhou força a partir de então, ainda não sob a nomenclatura da “ideologia de gênero”, mas, como uma espécie análoga a tal sintagma, uma vez que também dialoga com outros termos identificados dentre eles: *teoria do gênero transexual, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, ideologia do pensamento único homossexualista, ideologia comunista do gênero, ideologia LGBT, ideologia do lobby gay ...* (JUNQUEIRA, 2018),

Em meio a esses marcos de progresso do ponto de vista das políticas sociais e, em paralelo, do crescimento de um discurso ultraconservador, Sonia Corrêa e Isabela Kalil (2020, p.50) destacam a visita do papa Bento XVI ao Brasil, em 2007. As autoras analisam, a partir de Castilhos (2007), que essa visita serviu para um provável acordo – cuja negociação formal só se deu entre de 2008 e 2009 - envolvendo o “Estado brasileiro e o Vaticano”. Elas apontam que

(...) em janeiro de 2010, o Congresso ratificou o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Santa Fé, sem mais debates sobre seu conteúdo ou impacto potencial, seja ele legislativo, seja mais amplo com a sociedade. Esse acordo quebrou de uma vez por todas as fortes premissas de secularismo definidas pela República de 1989, que já se sobrepunham desde a década de 1930 (Corrêa, 2014). Seu conteúdo certamente teria sido questionado se tivesse ocorrido uma discussão mais ampla e transparente.

Nesse contexto de análise, no entanto, o aspecto mais importante a ser destacado é que sua ratificação provocou a reação imediata dos grupos evangélicos, resultando na apresentação, pela bancada evangélica, de um projeto de lei denominado Lei Geral das Religiões (conhecidas como Concórdia Evangélica) que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou em 2016, mas ainda não foi votada em plenário. (...).<sup>28</sup> (CORREA E KALIL, 2020, p. 50. *Tradução nossa*)

Além desse acordo firmado em 2010, no mesmo ano Dilma Rousseff apresentou durante a campanha eleitoral a Carta ao Povo de Deus, que, por uma lado, rendeu o apoio de setores evangélicos, inicialmente, mas que, por outro lado, fixaram ou comprometeram completamente o mandato da presidenta à uma agenda mais conservadora, de moral religiosa, especialmente no que tange ao Programa Escola contra a homofobia, intitulado pelos setores ultraconservadores de *kit gay*.

Fernando Balieiro (2018) menciona que, em 26 de maio de 2011, já presidenta em primeiro mandato, após seu governo suspender tal material, Rousseff afirmou que

O governo defende a educação e também a luta contra práticas homofóbicas. No entanto, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de “opções sexuais”. Sob pressão das críticas de seus aliados políticos, o desfecho do episódio atesta que o governo Dilma concordou que poderia haver incitação à homossexualidade no material, corroborando a ideia de que a iniciativa educacional continha ameaça às crianças. (BALIEIRO, 2018, *n.p*)

---

<sup>28</sup>(...) en enero de 2010, el Congreso ratificó el Acuerdo entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y la Santa Fe, sin que hubiera mayor debate sobre su contenido o impacto potencial, sea en legislativo, sea de manera más amplia con la sociedad. Ese acuerdo rompió de una vez por todas las premisas fuertes de laicidad definidas por la República de 1989, las cuales ya se estaban solapando desde los años 30 (Corrêa, 2014). Su contenido seguramente se habría cuestionado si hubiera ocurrido una discusión más amplia y transparente. En ese contexto de análisis, sin embargo, el aspecto más importante a subrayar es que su ratificación provocó la reacción inmediata de los grupos evangélicos, resultando en la presentación, por parte de la bancada evangélica, de un proyecto de ley llamado Ley General de las Religiones (conocido como la Concordia Evangélica) que la Comisión de Constitución y Justicia del Senado aprobó en el 2016 pero que no ha sido todavía votado en el plenario. (CORREA E KALIL, 2020, p. 50)

Assim, apesar dos avanços obtidos nos governos Lula-Dilma, é importante sinalizar que, a partir de 2010 a correlação de forças em relação às alas progressistas começou a se mostrar desfavorável, ascendendo, especialmente no campo das discussões de gênero, uma pauta com viés moralizante, numa agenda conservadora, sendo esta, em certa medida incorporada pelo Partido dos Trabalhadores – não avaliarei aqui por quais razões, mas entendo que para se manter na presidência da República, o PT abriu mão de defender pautas históricas centrais – cedendo ou ampliando o espaço para os setores conservadores e ultraconservadores.

Como apresenta Luis Felipe Miguel (2016), a partir de 2010 a onda ultraconservadora que já vinha se implantando no país ganhou maior expressividade e força. Segundo ele, a partir deste período, “as vozes abertamente conservadoras” avançam no debate público. Para o autor, no Brasil, esses discursos são fruto de “uma conjugação heteróclita entre o “libertarianismo”, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo”.

Miguel (2016, p.593) aponta que, o “libertarianismo” seria então uma ideologia ultraliberal, que “prega o menor Estado possível e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que pareça”. O fundamentalismo religioso, segundo o autor, é pautado em uma verdade absoluta, “que anula qualquer possibilidade de debate”.

(...) tornou-se uma força política no Brasil a partir dos anos 1990, sobretudo com o investimento das igrejas neopentecostais em prol da eleição de seus pastores (Oro, 2003; Machado, 2006). Por vezes se fala na “bancada evangélica”, mas a expressão não apenas ignora diferenças entre as denominações protestantes como deixa de lado a importante presença do setor mais conservador da Igreja Católica. (...) Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos. Fora do Congresso, pastores com forte atuação política e forte presença nas redes sociais, como Silas Malafaia (da Assembleia de Deus Vitória em Cristo), dão voz à sua pauta. (MIGUEL, 2016, p. 593)

Já o anticomunismo – que já se esperava “ultrapassado com o fim da Guerra Fria” - foi fortalecido no Brasil a partir das reeleições do governo petista e, mesmo após o golpe de 2016, que, segundo o autor, tem sido vinculado à ideia de uma ameaça “bolivarianista” e do Foro de São Paulo, que é uma “conferência de partidos latino-americanos e caribenhos de centro-esquerda e de esquerda”. O anticomunismo traz a ideia de uma “conspiração para dominar o subcontinente” e é sobreposto ao antipetismo, sendo um dos seus porta-vozes de maior destaque Olavo de Carvalho (MIGUEL, 2016, 593-594).



Destaca-se, então, a partir de, e concordando com a análise de Luis Felipe Miguel, que a articulação entre esses três vetores: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo, vem se dando de forma crescente no país e, aparentemente, o que esses setores tem utilizado em comum, enquanto principal eixo/espço de disputa, é a educação.

Apesar de o texto de Miguel ser anterior ao ano de 2018, quando ocorreram eleições presidenciais no Brasil e foi eleito, em segundo turno, Jair Bolsonaro (PSL), é possível afirmar que essas três correntes foram se articulando de tal forma que a eleição de um candidato com uma agenda ultraconservadora é também reflexo desse processo. O golpe de 2016 pode ser considerado resultado também dessa articulação, mas a candidatura e posterior eleição de Jair Bolsonaro, traz em si essas ideias centrais de forma explícita. É possível afirmar que ele sintetiza bem as “vozes abertamente conservadoras” apontada pelo autor.

Além do apresentado por Miguel, importa destacar também o papel importante que as manifestações de junho de 2013 ocuparam na convergência e fortalecimento de agendas conservadoras e ultraconservadoras no Brasil, principalmente por conta dos financiamentos para a formação de quadros de ultradireita e para Institutos neoliberais - inclusive por parte de empresas norte-americanas - e da queda da popularidade de Dilma Rousseff. (ROCHA, 2018, p. 47-52)

Em 2013 também ocorreu a primeira visita do Papa Francisco ao Brasil, na condição de papa, quando, segundo Sonia Corrêa e Isabela Kalil (2020, p. 52), são distribuídas "dois milhões de folhetos de bioética sobre aborto e reprodução assistida, com um apêndice sobre "ideologia de gênero"<sup>29</sup>" (*tradução nossa*), apesar de nesse momento o Papa não se manifestar publicamente acerca da temática, mas se posicionar de forma contraditória acerca da relação da Igreja com a homossexualidade (conforme visto na Seção 1 deste trabalho).

Ainda, em 2013, foi que:

A reação à decisão do STF e do CNJ reconhecendo juridicamente a união civil homoafetiva se estabeleceu com o Projeto de Lei nº 6.583/2013, conhecido como “Estatuto da Família”, que foi apresentado pelo então deputado Anderson Ferreira (PR-PE), membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Em seu artigo 2º, o Projeto define a família como “o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, Art. 2º, PL 6.583/2013).

As discussões em torno do reconhecimento da união civil homoafetiva, legitimada juridicamente pelo Superior Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre 2011 e 2013, contribui para ilustrar o poder que a noção de família tem no debate público e político no Brasil. O reconhecimento da união civil entre

---

<sup>29</sup> “(...) dos millones de cartillas de bioética sobre aborto y reproducción asistida, con un apêndice sobre “ideología de género” (CORREA E KALIL, 2020, p. 52)

peças do mesmo sexo como instituição familiar contribui para romper com a presunção da heterossexualidade, que incide tanto sobre os papéis de gênero – e, portanto, sobre a hierarquia entre homens e mulheres e a divisão sexual do trabalho –, quanto sobre a própria ordem sexual. (TEIXEIRA, 2019, p. 76)

Em 2014, no entanto, como parte ainda da discussão acerca do Plano Nacional de Educação, cuja discussão durou de 2010 a 2014, que, no Brasil, se torna favorável a arena para conchavos e, mais que isso, para a difusão de discursos ultraconservadores, LGBTfóbicos, misóginos e distorções teóricas em torno das discussões envolvendo gênero e sexualidades.

Nesse mesmo ano também ganhou destaque no país a Operação Lava Jato<sup>30</sup>, marcada por forte articulação entre os setores conservadores e a mídia, sob o discurso de combater a corrupção. Conduzida pelo então juiz Sergio Moro, tratou-se de uma operação que criminalizou o PT e trouxe prejuízos, segundo dados do INEEP, de “mais de três pontos percentuais do PIB”.

Como afirma Luis Felipe Miguel (2016, p. 599),

No Brasil, foram alvos prioritários o plano nacional de educação, aprovado em 2014 depois de longa tramitação, e os planos de educação votados em 2015 nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras municipais. Tais planos devem reger o ensino por um prazo de dez anos.

Evangélicos e católicos trabalharam juntos e obtiveram o banimento da temática de gênero do plano nacional e de muitos outros, estaduais e locais (Britto e Reis, 2015; Bergamim Jr., 2015). Durante a apreciação dos planos de educação, era comum ver câmaras ou assembleias tomadas por freiras, lado a lado com pastores de igrejas neopentecostais, pressionando os deputados e vereadores. (MIGUEL, 2016, p. 599)

Essa aliança religiosa na arena política em torno de uma agenda moral contou e ainda conta com a participação do movimento Escola sem Partido. Biroli (2018, p. 194) nos lembra que essa aliança atua

(...) contra professoras e professores, na tentativa de proibir qualquer debate sobre desigualdades de gênero e análises posicionadas da realidade social. Mas é possível compreender o padrão atual das investidas no país também como reação à participação das mulheres e à atuação feminista no âmbito estatal, em um contexto que teve como componente a campanha marcadamente misógina contra a primeira mulher a exercer a presidência da república no país. (BIROLI, 2018, p. 194)

Tal compreensão pode ser explicitada durante todo o processo do golpe que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff. As justificativas dos/as parlamentares que votaram “sim” para o a saída imediata da presidenta giraram majoritariamente em nome de Deus e pela defesa da família. (RUBIM e ARGOLLO, 2018)

Céli Pinto (2018, p.23) nos lembra que na Câmara dos Deputados, “com mais de 90% de homens” foi autorizada, em abril de 2016, a abertura de tal processo, sendo este finalizado

---

<sup>30</sup> <https://ineep.org.br/os-impactos-economicos-da-operacao-lava-jato-e-o-desmonte-da-petrobras>. Acesso em 12 de maio de 2021. Apresentaremos maiores elementos dessa operação mais à frente.

em agosto do mesmo ano, o Senado Federal composto por mais de 85% de homens, aprovou o *impeachment*. O movimento foi acelerado e contou com uma campanha que trazia em seu cerne não um suposto crime cometido pela presidenta, mas argumentos misóginos, com palavras e imagens que desqualificavam e violentavam a presidenta. Concordo com Nilma Lino Gomes (2018, p. 151), quando ela afirma que

Não se comprovou, mas se manipulou a opinião pública, através de um teatro do Legislativo, apoiado pelo jurídico e pela mídia hegemônica que induziram a população, à dúvida e à desconfiança. Colocaram em xeque a competência e a honestidade da primeira mulher chefe de Estado no Brasil.

Por isso, para mim, o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff foi um golpe. E não foi um golpe qualquer. Repito que foi um golpe parlamentar, midiático, jurídico, fundamentalista, de raça, classe, gênero e com orientação heteronormativa. Essas características do golpe estão explicitamente representadas na foto do governo golpista, um dia após usurpar o poder, e em todas as ações desencadeadas pelo Executivo, parte do Legislativo e do Judiciário e pela mídia hegemônica desde então. (GOMES, 2018, p. 151-152).

Desta forma, em meio a esse cenário de disputas de poder no país, o que se explicita em todo esse processo e, com o golpe em si, é também o destaque em torno da pauta de combate à “ideologia de gênero”, de retrocessos relacionados aos direitos das mulheres, de modo que Biroli (2018, p. 78) afirma que o golpe teve duas faces: a de classe, antipopular, pautada na “destruição da legislação trabalhista” que ocorreu pouco após o impeachment ; e a face relacionada ao “conteúdo de gênero”, cuja mobilização maior se dá a partir de 2015 em torno da “ideologia de gênero” sendo esta utilizada para “se restringir o debate sobre gênero nas escolas e a agenda da igualdade e da diversidade nas políticas públicas”.

As diferentes faces apresentadas não estão desarticuladas e, junto a elas, conforme exposto também anteriormente por Gomes, acrescenta-se a face de raça – uma vez que, pensando a formação da sociedade brasileira, a classe trabalhadora é majoritariamente negra e são as mulheres negras as que estão na base da hierarquia social do país, estando os filhos e filhas dessas mulheres inseridos/as majoritariamente nas escolas públicas: alvo preferencial do combate à “ideologia de gênero”.

Silvio Almeida (2018) afirma que

Como nos ensina Achille Mbembe, o avanço do projeto neoliberal instaura o que ele chama de “devir negro no mundo”, circunstância em que toda a violência e toda a violação de direitos que antes eram tidas como “coisa de negro” tornam-se o padrão de tratamento para todos os trabalhadores do mundo. No mesmo sentido, Christian Laval e Pierre Dardot alertam, em A nova razão do mundo, para o fato de que o neoliberalismo exige um processo de desdemocratização, ou seja, uma retirada progressiva de possibilidade de decisões democráticas ou oriundas da maioria de interferir na ordem econômica. Só assim se torna possível o estabelecimento de políticas de austeridade e de retirada de direitos sociais. (ALMEIDA, 2018, p. 32)

Tal afirmação ganhou ainda contornos mais evidentes – claros, no sentido de brancos mesmo – nos anos que se sucedem ao golpe, culminando com o assassinato em vias públicas, em março de 2018, de Marielle Franco – Vereadora pelo PSOL – RJ, negra, lésbica – e da vitória de Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente da república, no final do mesmo ano, após forte mobilização contrária por parte das mulheres em torno de uma campanha intitulada “Ele Não”.

Jair Messias Bolsonaro, votou a favor do *impeachment* clamando pelo torturador da então presidenta Dilma Rousseff<sup>31</sup>, é conhecido por seus 27 anos de parlamento com poucas propostas realizadas, porém marcados por discursos racistas, misóginos, lgbtfóbicos, classistas, pró-armamentista<sup>32</sup>, cuja campanha eleitoral foi marcada por discurso de ódio, *fake News*<sup>33</sup> e sem participação em debates eleitorais.

Vale ressaltar que Bolsonaro foi um grande apoiador do movimento Escola sem Partido, bem como seus filhos Eduardo e Flavio Bolsonaro, e que em seu primeiro discurso de posse afirmou, a partir do mote “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, dentre outras coisas que uma de suas missões é “(...) *unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas.*” (Folha de São Paulo, 2019, n.p)

Tudo em nome de uma suposta “democracia”, mas, mais ainda, em nome de Deus, da moral e da família.

### 3.3 AS AÇÕES FUNDAMENTADAS DIRIGIDAS AOS ESTUDOS DE GÊNERO

A Organização/O Movimento Escola sem Partido foi criado em 2004, após, segundo Miguel Nagib, coordenador e fundador do ESP, em 2003, sua filha ter tido uma aula de História

---

<sup>31</sup> Ver matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, publicada por Marcio Falcão, no dia 20 de abril de 2016, intitulada Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment, diz OAB. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763027-bolsonaro-fez-apologia-ao-crime-na-votacao-do-impeachment-diz-oab.shtml>> Acesso em 18 de setembro de 2020.

<sup>32</sup> Ver: Em 27 anos de Câmara, Bolsonaro prioriza militares e ignora saúde e educação Por Luisa Marini, publicado em 07 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/na-camara-bolsonaro-prioriza-militares-e-ignora-saude-e-educacao/>> Acesso 18 de setembro de 2019.

<sup>33</sup> Ver Rede de fake news com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas ativas. Por Eduardo Militão e Aiuri Rebello, Publicado em 19 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm>>

na qual o professor comparava Che Guevara a São Francisco de Assis, sendo esta identificada por ele como uma forma de doutrinação nas escolas.

Em 2017, ao descrever Miguel Nagib, Betty Espinosa e Felipe Queiroz (2017) apontavam que se tratava

de um advogado e procurador do Estado de São Paulo, que atua também como porta-voz da organização. Em suas redes, Nagib já esteve vinculado ao Instituto Millenium (Imil)(...). Nagib declara públicas simpatias em sua rede social do Facebook por políticos promotores do afastamento da Presidente Dilma Rousseff, como o Deputado Estadual e fundador do Movimento Brasil Livre (MBL), Marcel Van Hattem, e o controverso líder da direita, Deputado Federal Jair Bolsonaro. É importante assinalar que Nagib, com certa periodicidade, participa de eventos de corte conservador, pró-*impeachment*, além de exercer forte militância contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e a esquerda brasileira. (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017, p. 54-55)

Na página eletrônica do Escola sem Partido (escolasempartido.org), Nagib apresentava o ESP da seguinte forma:

**Escola sem Partido**, é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.

Como membros da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação.

Entretanto, nossas tentativas de combatê-la por meios convencionais sempre esbarraram na dificuldade de provar os fatos e na incontornável recusa de nossos educadores e empresários do ensino em admitir a existência do problema.

Ocorreu-nos, então, a idéia de divulgar testemunhos de alunos, vítimas desses falsos educadores. Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar. Afinal, como disse certa vez um conhecido juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, “a little sunlight is the best disinfectant”.

Quando começávamos a pôr mãos à obra, tomamos conhecimento de que um grupo de pais e estudantes, nos EUA, movido por idêntica preocupação, já havia percorrido nosso caminho e atingido nossa meta: NoIndoctrination.org.

Inspirados nessa experiência, decidimos criar o site EscolasemPartido.org, uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. (NAGIB, 20[??], n.p).

O movimento No Indoctrination, segundo Carla Viviane Paulino (2018), retirou sua página do ar em 2017. No entanto, como apresentam Betty Espinosa e Felipe Queiroz (2017), a página noindocrination.org teve como fundadora Luann Wright, que criou a criou “ao perceber um viés crítico nos textos e nas atitudes de um certo professor de literatura de seu filho, que orientava a leitura de artigos qualificados por ela como “tendenciosos” sobre o racismo dos brancos contra os negros”. (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017, p. 50)

As autoras apontam ainda que “O noindoctrination.org, tal qual o movimento Escola Sem Partido, utilizava um suposto apartidarismo para questionar os posicionamentos dos

professores em sala de aula”. No entanto, não o posicionamento de quaisquer professores, mas sim aqueles “com visões críticas ao conservadorismo.” (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017, p. 50)

Ressalta-se que, em 2017, numa formatação um pouco diferente de apresentação, mas reforçando a inspiração no NoIndocrination.org, o Escola sem partido se apresentava enquanto

um grupo se dividia em duas vertentes muito bem definidas, uma, que trabalha à luz do Projeto Escola Sem Partido, outra, uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.” (NAGIB, [20??],n.p.)

Apesar da descrição acerca do nascimento do ESP, Fernando Penna e Diogo Salles nos apresentam no texto *A dupla certidão de nascimento do Escola sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária* (2017) que, enquanto um projeto neoliberal, conservador, de privatização das escolas públicas, sob o discurso de combate às doutrinações ideológicas que ocorrem nesses espaços, o Escola sem Partido surge antes, sob forte influência, dentre outros atores, de Nelson Lehmann da Silva e Olavo de Carvalho, ambos membros do Instituto Liberal de Brasília (ILB), cuja defesa de escolas livres da doutrinação “esquerdista” aparecem antes do surgimento do Movimento em si.

Como sinalizam os autores,

Através da página do ILB podemos verificar na lista de associados da instituição os nomes de Miguel Nagib e Bráulio Porto de Matos – respectivamente, o atual coordenador e vice-presidente do MESP - como membros do ILB pelo menos desde 2002, bem antes dos ocorridos que, segundo a versão oficial da criação do MESP, levaram o movimento a se constituir. Através do ILB, temos um ponto de virada significativo com o desvelamento de uma história subterrânea do MESP, uma versão alternativa à narrativa oficial de Nagib. Contrariamente, o envolvimento dos próprios criadores do MESP com uma entidade como o ILB anos antes da fundação do grupo demonstra toda uma outra dimensão de interesses e motivações políticas por trás da existência do movimento. (PENNA E SALLES, 2017, p. 25-26)

Embora tenha nascido como projeto antes de 2004, mas oficializado enquanto Movimento no referido ano, como bem aponta Luis Felipe Miguel (2016), a pauta inicial do Movimento se deu inicialmente em torno da discussão da “doutrinação marxista” nas escolas, o que evidencia que “a oposição dos religiosos conservadores à educação progressista nas questões de gênero é inteiramente independente do Movimento Escola Sem Partido”, foi, em 2010, ao incorporar o discurso do combate à “ideologia de gênero” que o ESP ganhou corpo e visibilidade.

Assim, o ESP agregou, articulou e fortaleceu os três eixos apresentados inicialmente pelo autor (2016) como a conjugação heteróclita dos discursos reacionários brasileiros: o

“libertarianismo”, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo, como já apontado anteriormente. Nessa direção,

O crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016, p. 595-596)

Ao incorporar o combate contra a “ideologia de gênero”, o Escola sem Partido se fortaleceu e, sob um discurso de neutralidade promove/vem promovendo um processo de intensa criminalização em relação aos/às professores/as. Essa suposta neutralidade, bem como o suposto sem Partido podem ser lidos como uma falácia, uma vez que, conforme já apontado em diversos estudos, por trás desse discurso estão implicados projetos ultraconservadores e ultraliberais, na defesa da família cisheteronormativa, de uma educação moral e religiosa – implicando no fim da laicidade do Estado, visando a privatização especialmente das escolas públicas, junto com o avanço de projetos de homeschooling – “educação doméstica, fora de uma instituição escolar” (BIROLI, 2018, p. 128).

Nesse cenário, foi durante as discussões do Plano Nacional de Educação (PNE), entre 2010 e 2014, que o Movimento ganhou um impulso político sem precedentes, em torno, conforme já sinalizado, da “ideologia de gênero”. Em 2013, foi publicado um texto na página do Escola sem Partido intitulado “Quem disse que Educação Sexual é conteúdo obrigatório?”, sob autoria de Miguel Nagib. Neste texto, apesar de não ser utilizado o termo “ideologia de gênero”, algumas questões que envolvem a temática já estão postas. Um dos trechos afirma o seguinte:

Como ninguém ignora, as salas de aula estão sendo usadas de modo intensivo para promover determinados valores, com a finalidade de moldar o juízo moral, os sentimentos e as atitudes dos estudantes em relação a certos temas.

Que temas são esses? Depende da moda, das novelas, da ONU, da UNESCO e das minorias que controlam o MEC e as secretarias de educação. Pode ser orientação sexual, questões de gênero, “direitos reprodutivos” (p. ex., aborto), modelos familiares, ética, etc.

Os educadores chamam isso de “educação de valores”.

Não existe uma disciplina escolar intitulada “educação de valores”. Esse conteúdo é “espalhado” nas disciplinas obrigatórias do currículo -- Português, Matemática, Geografia, Biologia, História --, por meio de uma técnica chamada transversalidade. Assim, por exemplo, numa aula de Ciências, ao tratar do aparelho reprodutor, o

professor aproveita para explicar aos alunos “como se transa”; ou, numa aula de Comunicação e Expressão, o professor manda que os alunos leiam um texto que, a pretexto de combater o “preconceito”, promove o comportamento homossexual. (NAGIB, 2013, *n.p.*)

O autor continua sua explanação acerca da temática enfatizando que o objetivo desse “tipo de educação” é manipular o comportamento dos estudantes, ao se “inculcar valores e sentimentos na consciência do estudante”. No entanto, tais valores podem não coincidir com os valores morais – em especial no que tange à moral sexual – dos pais. (NAGIB, 2013, *n.p.*)

É possível identificar então as distorções existentes e difundidas que são adotadas no sintagma “ideologia de gênero”, dentre eles, uma das principais ideias é a de que ao se debater sexualidades e diversidade, numa educação voltada para a cidadania e combate aos preconceitos, a escola, mais especificamente os/as educadores/as estariam “promovendo o comportamento homossexual”. Não explicita-se ao longo do texto o que seria esse tal “comportamento homossexual”, mas podemos apontar de antemão que as homossexualidades se dão de diferentes formas, uma vez que as suas vivências partem de lugares, de corpos e de experiências diferenciadas, não sendo possível, portanto definir “o” comportamento homossexual.

Como afirmam Fernanda Pereira de Moura e Diogo da Costa Salles (2018), a disputa do Movimento Escola sem Partido, se dá em torno “da fronteira que o movimento construiu entre o direito da família de educar e o dever da escola de instruir conforme os critérios da família.” No entanto, como afirmam as autoras, o que está em jogo é um projeto de sociedade, sendo o “modelo de família” vislumbrado pelo movimento “uma definição bem específica, restrita e excludente de família”: a “família heteronormativa”.

Acrescentaram, ainda que essa família é “seguidora dos preceitos da tradição judaico-cristã”, sendo esta - como acontece em toda a estratégia adotada pela Igreja Católica – naturalizada. (MOURA; SALLES, 2018, p. 154) Nesse aspecto,

A pauta do MESP se alinha a da Igreja Católica, pois também se fundamenta na sacralização da família, como espaço intocável, com valores próprios, que não devem sofrer interferências do estado, assim como não devem ter seus valores debatidos em espaços públicos. Para eles, a construção moral e social de homens e mulheres não devem ser reinventadas, muito menos deve ser objeto de discussão na escola, já que a organização daquilo que é específico de homem e de mulher deve ser orientada pela família a partir de suas convicções morais, políticas, religiosas e ideológicas. Em boa parte das críticas que são formuladas, ao que eles mesmos denominaram como Ideologia de Gênero, é perceptível um apego à biologia, e à correspondência entre sexo, gênero e desejo. Para os críticos à inserção desse debate na escola, gênero não é compreendido como uma construção social, mas sim como algo determinado pelo sexo e em alguns casos, determinado por alguma força divina, que traça o destino do indivíduo a partir de sua genitália. Da mesma forma, a sexualidade é compreendida



como algo privado, que diz respeito somente ao indivíduo e suas famílias, não devendo assim ser motivo de debates ou discussões em espaços públicos. (SILVA, 2019, p.281)

Desta forma, para barrar tais discussões em sala de aula, o MESP apresenta que “[...] o governo, as escolas e os professores estão obrigados a respeitar o direito dos pais e a liberdade de consciência e de crença dos alunos. E os pais podem recorrer ao Judiciário para fazer valer esse direito.”, ou seja, podem processar as escolas, os/as educadores/as. (NAGIB, 2013, *n.p.*)

Para “elucidar” as possibilidades de judicialização ou de discordância dos pais no que tange às temáticas em sala de aula, o Escola sem Partido construiu uma lista apresentando os deveres dos professores a ser fixado nas escolas – foram elaborados e difundidos também adesivos com essa lista, a saber:

- 1 O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- 2 O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- 3 O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- 4 Ao tratar de questões políticas, sócio culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;
- 5 O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;
- 6 O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (Extraído de Imagem em Instagram do Escola sem Partido, publicado em 28 de julho de 2020)

Dessa forma, sob o pretexto “proteger” as crianças dos “doutrinadores” cria-se e estimula-se um processo de censura e vigilância das/os educadoras/es em sala de aula. Com base, especialmente nesse “documento”, em 2014, Flavio Bolsonaro, deputado estadual pelo Rio de Janeiro à época, solicitou de Miguel Nagib a formulação de um anteprojeto de Lei que trouxesse em seu arcabouço os ideais do Movimento, “A partir desse momento, o MESP buscará pelas vias institucionais do Estado as formas de se consolidar definitivamente”. (PENNA E SALLES, 2017, p. 14-15)

Nessa perspectiva, Fernanda Moura (2018) apresenta que

A partir de 2014, uma nova tendência passa a definir os rumos do movimento. O EsP e seu discurso passam a servir como base para a produção de Projetos de Lei (PLs) que visam institucionalizar politicamente a retórica de combate a “doutrinação ideológica” nas suas mais variadas formas. Assim, consideramos que o EsP deixa de ser um movimento social para começar a assumir a forma de um movimento político de constituição diferente daquela pré-2014. [...] E essa nova fase de avanço pelo legislativo que também coincide com o terceiro momento de crescimento do movimento, ligado ao contexto de crise política, que

fortalece o avanço conservador. Agora, as disputas políticas e morais abraçadas pelo EsP alcançam o nível da institucionalidade do Estado; o movimento de contenção representado pelo EsP passa a se integrar ao movimento parlamentar que atua no mesmo sentido. (MOURA, 2018, p. 92)

Ao abarcarem efetivamente o plano político, ao estimularem e terem como retorno gravações e denúncias envolvendo educadores/as em sala de aula discutindo gênero e sexualidades e ao apresentarem conhecimento, ao ponto de formularem textos em tons de denúncia, acerca de eventos acadêmicos de discussões/estudos de gênero, a censura – mesmo que sob o discurso de se fazer valer a “Lei” – está posta. À medida em que o Escola sem Partido avança nas suas ameaças, aumentam também os Projetos de Lei formulados em torno dele tanto em âmbito Federal, como estadual e municipal.

Inicialmente, tais PLs não traziam em seu bojo explicitamente o termo “ideologia de gênero”, mas com o crescimento exponencial das propostas, com um cenário de cruzada anti-gênero estabelecido, ainda mais a partir do golpe de 2016, com as reconfigurações dos PLs, a temática é inserida explicitamente nos Anteprojetos de Lei. Dessa forma,

Desde então, os anteprojetos passaram por algumas reformulações, adequando-se a algumas críticas formuladas ao longo do período. Enquanto o primeiro projeto apresentado possuía oito artigos, o anteprojeto atual possui apenas quatro; e se no primeiro projeto mencionava-se apenas a questão da moralidade e falava-se de doutrinação política e ideológica, o anteprojeto atual traz em seu artigo 2º que:

O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer o desenvolvimento de sua personalidade em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero. (MOURA, 2018, p. 92-93)

Em 2017, quando realizei uma pesquisa bibliográfica acerca do papel da escola para o Movimento Escola sem Partido, era possível identificar que o Programa Escola Sem Partido estava sendo defendido/proposto por partidos como o Partido Social Cristão (PSC-RJ), sob forte influência de Flavio Bolsonaro, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), dentre outros. Sinalizei à época que “Vale ressaltar que, se analisadas com cuidado, todas as proposições foram apresentadas por partidos historicamente conservadores. Não foi possível identificar em nenhuma das propostas apresentadas no site do Programa Escola Sem Partido ([www.programaescolasempartido.org](http://www.programaescolasempartido.org)) proposição de partido historicamente considerado progressista.

Além disso, se pesquisado o nome de cada deputado/vereador que encaminhou tal Projeto de Lei às devidas câmaras, é possível perceber a relação de diversos propositores com carreiras religiosas de matriz evangélicas.

Ainda, em 2017, ao realizarem uma Análise das Redes Sociais do MESP, Espinosa e Queiroz sinalizaram que

(...) ante a falta de transparência no que tange à publicação de listas com os nomes dos mantenedores, apoiadores e associados do Escola sem Partido, se escolheu a análise das afiliações dos atores individuais, pessoas com vínculo funcional ao Escola sem Partido e dos grupos políticos que aderem a sua causa, com o objetivo de identificar os projetos político-ideológicos que lhe subjazem. (ESPINOSA; QUEIROZ. 2017, p. 54)

Assim, identificando, além do próprio Miguel Nagib, cuja participação, sinalizam a/o autora e autor (2017, p. 54-60), era frequente nos eventos pró-impeachment de Dilma Rousseff em 2016, Marcel Van Hattem (Fundador do Movimento Brasil Livre), Jair Bolsonaro (à época deputado federal, atual presidente da República), Bia Kicis (seguidora de Olavo de Carvalho, procuradora do Distrito Federal, integrante do Foro de Brasília, “contribui para uma das petições de afastamento da Presidente Dilma, endereçadas ao Congresso Nacional”), Alexandre Frota (à época tinha relações mais próximas com o próprio Jair Bolsonaro – após as eleições de 2018 romperam os laços políticos), Carlos Bolsonaro e Flávio Bolsonaro (filhos de Jair Bolsonaro- atual presidente da República, vinculados, à época, ao PSC) Pastor Everaldo (à época presidente do PSC), Deputado Izalci (Também Bancada evangélica, há época PSDB/DF), Marcos Feliciano ( na época Deputado Federal pelo PSC/SP), dentre outros.

Em 2018, Fernanda Moura identificou 158 Projetos de Leis do Escola sem Partido e o que ela chama de “tipo EsP” - PLs com o mesmo teor do Escola sem Partido, mas sem se anunciar enquanto tal - “e contrários à ideologia de gênero em Câmaras Municipais, Assembleias Estaduais de todo Brasil e no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado)” Apresenta ainda que, dentre estes PLs 43 versam “especificamente sobre gênero”. (MOURA, 2018, p. 92-93)

Nesse cenário, a “ideologia de gênero”, dentre outras questões, aciona o pânico trazido pelo questionamento à ordem pelos estudos de gênero, por isso estes são focos de ataque de tal investida. Trabalhando então com as chaves centrais do pânico moral e ameaças podem ser consideradas as principais armas do ESP – isso também está posto nas estratégias da Igreja Católica em torno da construção e difusão da “ideologia de gênero”.

Como afirma Mary Garcia Castro (2018, p.136),

A campanha conservadora contra o que se demoniza como “ideologia de gênero”, defendendo como a única norma possível a heterossexualidade, vem contra ventos libertários, debate crítico sobre estereótipos em relação ao que seria ser mulher e ser homem, questionando desigualdades sócio-sexuais. As escolas tem sido alvo privilegiado de tal ataque e em tal campanha vem se divulgando pós-verdades, como a ideia de que uma educação em gênero retiraria a autoridade da família ou que propiciaria à pedofilia. O mais terrível é o apelo para a religiosidade do povo e a autoridade de religiosos junto a famílias, em especial de baixo poder aquisitivo. Estimula-se o medo e o ódio ao diferente. (CASTRO, 2018, p. 136)

Assim, esses ataques impactam mais diretamente os/as estudiosos/as da área, a população LGBTQI+ (especialmente a negra– maior público das escolas públicas), as mulheres (em especial as negras e indígenas, as quais tem o seu corpo, historicamente, controlado e violado pelo Estado) e, evidentemente, a laicidade do Estado que já se encontra em xeque.

Hoje, com 16 anos de existência e após as eleições de 2018 que levaram à Presidência da República um dos principais aliados/defensores do Escola sem Partido, bem como uma quantidade expressiva de candidatos que se elegeram defendendo tal bandeira, é possível identificar que os ataques aos estudos de gênero são parte de um projeto maior, cabe a nós tentarmos, a partir da compreensão de como esses ataques se dão, explicitar o que está em jogo a partir de tais investidas.

#### 4 RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE ULTRACONSERVADORISMO

Conforme discutido anteriormente, a América Latina tem vivenciado um processo considerado por algumas autoras como sendo de desdemocratização. (BIROLI, 2018; CORREA E PARKER, 2020; RAMIREZ, 2020) O Brasil, neste cenário, encontra-se, como afirma Flávia Biroli (2020) com a “erosão da democracia” em andamento. No entanto, a autora também chama atenção para o fato de que o processo de construção da democracia que conhecemos também é recente neste continente e, especialmente neste país, datando dos anos 1970-1980.

Estamos tratando de um território explorado, cujos povos, especialmente aqueles originários foram/são historicamente dizimados. Nesse sentido, a marca do autoritarismo antecede a ditadura, mas encontra, nesse período histórico, recente uma das suas facetas mais explícitas e, após findado este período, mesmo sob uma proposta de democracia, o autoritarismo não foi derrotado, especialmente no caso do Brasil, pois a democracia é um projeto que não chegou de fato a se consolidar no país. No entanto, hoje, mesmo essa frágil democracia – ainda uma democracia representativa – cujo povo apresenta dificuldades de interferência mais direta nas decisões, cuja participação ainda encontra-se limitada às eleições, através delas mesmas, especialmente com a eleição de Jair Bolsonaro, essa frágil democracia encontra-se ruindo.

Guilherme Gomes Ferreira (2016) nos lembra também que,

[...] os países latinos que experimentaram períodos de ditadura – e que tiveram depois governos “mais à esquerda” – não viveram a transição efetiva desses períodos de exceção e mesmo com a ascensão de partidos vinculados à tradição de esquerda, não houve uma reformulação das instituições e do modo como se relacionam as figuras políticas com o povo: a polícia manteve a matança aos pobres como padrão, o autoritarismo de quem detém cargos políticos triunfou sobre o povo, a “nova classe média” integrada pelo consumo se identifica com os que estão acima dela e a última década demonstrou um supercrescimento da população carcerária, especialmente no Brasil.

É “tempo de incoerência política”. No Brasil o quadro histórico vivido tem demonstrado que o conservadorismo moral e político aparece como o novo e a mudança. (FERREIRA, 2016, p. 167-168)

De modo que, através de um discurso de “novidade”, mas que, ao mesmo tempo, se afirma como em defesa da moral, da tradição e da família, temos visto avançar um cenário de ultraconservadorismo. Chamo de ultra pois entendo, assim como apresenta Ferreira (2016), que a raiz do conservadorismo deste momento é a mesma do conservadorismo vinculado ao

capitalismo, ao patriarcado e ao racismo, na tentativa ideológica de controle e exploração de determinados corpos/sujeitos – como já apresentado. Para o autor,

Sob uma pretensa ausência ideológica – embora carregado de ideologia unicamente pelo motivo de que ela não transforma, mas conserva –, o conservadorismo é a favor da vida, da “família”, do bem comum, da preservação da humanidade e dos costumes estabelecidos que dão sentido à realidade mais imediata e material, apelando ao mesmo tempo à ordem e à mudança. Na verdade, o conservadorismo contemporâneo “oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores” (Netto, 2011:16, grifos da autora), ao mesmo tempo em que é um pragmatismo imediatista (Iasi, 2015). Não requisita um pensamento homogêneo e uniforme: no interior de um pensamento conservador é possível encontrar diferentes posicionamentos em convivência e uma absorção do ethos político, econômico e cultural dominante através do qual o conservadorismo se constitui e se adapta. (FERREIRA, 2016, p. 169)

Com o aprofundamento do neoliberalismo, no entanto, entendo que o conservadorismo, articulado com ele, tem se configurado com facetas ainda mais extremas (em alguns aspectos já apresentados e que também serão complementados adiante) podendo apresentar elementos considerados neofascistas.

Flavia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione, no livro *Gênero, neoconservadorismo e democracia* (2020) trabalham com o conceito de neoconservadorismo, explicitando que compreendem que tal conceito articula cinco dimensões que ajudam a compreensão do fenômeno que estamos vivenciando em relação à gênero e democracia, sendo eles:

alianças entre atores adversos; juridificação dos conflitos políticos de caráter moral; desenvolvimento em contexto liberal-democrático, mas participando, no início do século, de processos iliberais e de erosão das democracias; caráter transnacional; e relação com o neoliberalismo, sobretudo na perspectiva da responsabilização das famílias em meio a processos amplos de privatização e mercantilização. (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 40).

A articulação destas cinco dimensões é de fundamental importância, mas, apesar de compreender que o debate sobre qual o melhor conceito para dar conta deste momento de conservadorismo (neoconservadorismo, ultraconservadorismo, dentre outros) que estamos vivenciando é extremamente relevante, devido às limitações deste trabalho, não pretendo me ater a este debate conceitual específico.

Quero destacar, ainda, que, independente do conceito utilizado, importa trazer que o conservadorismo ao qual estamos nos referindo tem cunho moralizador, ou, reforçando o apresentado por Maria Lúcia S. Barroco (2010, p. 163) a “moral acquire, no conservadorismo, um sentido moralizador”.

Nessa perspectiva, Flavia Biroli (2020, p.146) afirma que existe uma “nova combinação entre político, econômico e moral nas reações neoconservadoras aos fundamentos da agenda de gênero que estão em curso no século XXI”. De modo que,

A moralização do Estado pode contribuir para a redefinição ou mesmo fechamento do espaço cívico, enquanto a lógica econômica impõe limites à justiça social. Garantias e proteções sociais a minorias e grupos sociais mais vulneráveis podem ser restritas em nome de imperativos morais e econômicos.

O neoconservadorismo defende as tradições morais, mas o faz de modo a instrumentalizá-las na disputa política. Um dos aspectos dessa defesa é o louvor a uma antiga ordem na qual os papéis de gênero seriam “mais claros” e as mulheres cuidavam das demandas da vida familiar cotidiana enquanto os homens podiam “assumir os cargos da masculinidade”. Os defensores das tradições morais aderem em graus distintos a abordagens repressivas à diversidade e mobilizam visões antipluralistas, nas quais a aceitação e a naturalização de papéis e desigualdades sexuais funcionariam como resposta a um suposto declínio da ordem moral. (BIROLI, 2020, p. 149)

A ordem moral que encontra-se declinando é - como já vem sendo apresentada durante todo este estudo - a cristã, a heteronormativa, a burguesa, a centrada na branquitude. Esta vinha - e vem - sendo questionada pelos movimentos feministas, LGBTQI+, antirracistas e progressistas, majoritariamente vinculadas aos projetos societários de garantia de direitos para a classe trabalhadora e, alguns de ruptura com o Capital, reafirmando a luta de classes, por isso são esses os grupos que vem sendo perseguidos e criminalizados.

No que tange mais especificamente aos movimentos feministas, importa dizer que estes tem cumprido um papel de extrema relevância no processo de resistência a esse avanço ultraconservador no Brasil, mas também no mundo. Desta forma, para refletir as questões discutidas anteriormente, esta seção apresenta uma compreensão acerca da proposição dos PLs do MESP seguido da atual decisão do STF a qual aponta inconstitucionalidade em relação a não discussão dos estudos de gênero e sexualidades nas escolas; a contribuição do bolsonarismo para o aprofundamento do Escola Sem Partido, independentemente da relevância ou não do Movimento na atualidade; e, por fim, o que considero indispensável, a resistência feminista ao ultraconservadorismo.

#### **4.1 PROJETOS DE LEI: ENTRE ONDAS CRESCENTES E ESTAGNAÇÃO**

Como pôde ser observado, existe uma associação direta entre o crescimento do Escola sem Partido com a cruzada anti-gênero no Brasil, bem como na medida em que este crescimento

acontece, aumentam também os Projetos de Lei (PL) associados ao Movimento e em torno de tal cruzada.

Raniery Teixeira (2019, p. 101-102) apresenta “o PL 8.035/2010 - que tratava do Plano Nacional de Educação (2011- 2020), como embrião das discussões sobre um possível combate aberto à inclusão do termo gênero em políticas públicas e projetos de leis.” Isso significa dizer que é a partir de tal PL que se explicita, de fato, a cruzada anti-gênero no Brasil dentro de espaços de proposições e decisões legais no país.

Para Maria das Dores Campos Machado (2020),

O sintagma da “ideologia de gênero” vem sendo mobilizado para justificar propostas conservadoras no Congresso Nacional desde a primeira década do século XXI. Uma investigação realizada por Raniery Teixeira sobre as referências à terminologia “ideologia de gênero” no plenário da Câmara Federal assinala como marco inicial o ano de 2003 e revela uma curva ascendente a partir de 2013, com pico máximo de citações em 2017, ano que a curva começa a se inverter e o número de menções ao termo passa a refluir. A pesquisa indica também que foram os parlamentares do sexo masculino, católicos e evangélicos, que mobilizaram de modo predominante o sintagma em questão nos projetos de lei ali apresentados.” (MACHADO, 2020, p. 93-94)

Diferentes marcos ocorreram nesse período de crescimento da mobilização da “ideologia de gênero” no Congresso Nacional, bem como do seu refluxo nesse espaço. No que tange ao avanço, é possível destacar em 2014, um evento envolvendo uma aluna transexual no Colégio Pedro II (Rio de Janeiro), com repercussão nos anos seguintes, a Parada de Orgulho LGBTQI+ de São Paulo, realizada em 2015; ainda em 2015, as reações voltadas ao Plano Nacional de Educação relacionadas à chamada “ideologia de gênero”; em 2016, a consumação do já discutido golpe contra a presidenta Dilma Rousseff; em 2017, a vinda de Judith Butler ao Brasil.

Em 2014, na Escola Federal Dom Pedro II, conforme apresenta Raniery Teixeira (2019),

uma aluna transexual decidiu usar o uniforme do colégio de acordo com sua identidade de gênero, trocando a calça masculina pela saia feminina. Na ocasião, a direção da escola alegou que o Código de Ética Discente não permitia que alunos do sexo masculino utilizassem uniforme feminino. A repressão à aluna encetou a solidariedade dos colegas de sala que promoveram um ato em que os meninos foram para a escola usando saia em apoio à colega. À época, a direção da escola manifestou inclinação favorável em rever o Código de Ética Discente para que casos como esse não se repetissem. Em 2015, o Colégio, por meio da direção e dos professores, passou a adotar o “x” no lugar dos artigos “a” e “o” em avisos institucionais e em cabeçalhos de provas a fim de suprimir as diferenças de gênero. Em 2016, extinguiu a distinção de uniformes por gênero, retirando a menção ao masculino e feminino, deixando a cargo do aluno e da aluna escolherem qualquer um deles. (TEIXEIRA, 2019, p. 115-116)



Tais mudanças que se iniciam com o processo de reivindicação em torno do respeito à diversidade e à inclusão da aluna transexual, bem como do aprofundamento das discussões sobre gênero e sexualidades na escola, fizeram com que houvesse a mobilização de alguns pais e mães de estudantes<sup>34</sup>, bem como de jornalistas como Reinaldo Azevedo<sup>35</sup>, contrários à “doutrinação ideológica” que envolvem a tal “ideologia de gênero” na escola.

Alguns pais de estudantes chegaram a construir página no Facebook intitulada *Pais do Col. Pedro II contra Ideologia de Gênero e Doutrinação dos Alunos*, cuja descrição é “Esta fanpage é dos pais do Colégio Pedro II e de qualquer responsável que se opõe a Ideologia de Gênero e a doutrinação partidária nas escolas.”

Além dessas mobilizações, chama atenção o exposto por Raniery Teixeira (2019), que apresenta que foram apresentadas dois Requerimentos (REQ) na Câmara dos Deputados versando sobre a temática.

Na Câmara dos Deputados, o deputado federal Professor Victório Galli (PSC/MT), propôs o REQ 134/2015 solicitando que o Reitor do Colégio, Prof. Oscar Halac, explicasse a supressão do gênero masculino e feminino pela letra “x”, ato que incitaria a “ideologia de gênero” no âmbito educacional, contrariando o que foi aprovado pelo PNE de 2014. Em 2016, o deputado federal Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ), apresentou o REQ 5.591, que solicitava a criação de uma Comissão Externa Temporária para apurar o que chamou de “abusos de poder por parte da Reitoria da escola que aboliu a distinção de uniformes escolares por gênero e está impondo a Ideologia de Gênero sem consultar os pais e alunos” (BRASIL, 2016a). (TEIXEIRA, 2019, p. 115-116)

Ainda, Cristiane Pereira Cerdera (2018) ao tratar da temática apresenta que

O início do ano de 2017 trouxe com ele um desafio maior: o Ministério Público Federal abriu um processo contra um grupo de servidores do Colégio, com base em denúncias de pais que diziam haver doutrinação político-partidária na instituição, assim como “ideologia de gênero” em todas as disciplinas (MINISTÉRIO, 2017, p. 16).

Nas 78 páginas do processo, encontram-se frases nas quais se afirma “QUE a ideologia de gênero começou a ser implantada no CPII como um programa do PSOL dentro do Colégio” “QUE a possibilidade de meninos utilizarem saias no Colégio adveio da agenda do PSOL;” “QUE pela influência do PSOL, que defende a ideologia de gênero, também é possível que menino utilize nome de menina e vice versa;” (MINISTÉRIO, 2017, p. 34 *apud* CERDERA, 2018, *n.p*)

<sup>34</sup> <<https://www.facebook.com/PaisCP2/posts>> Acesso em 13 de janeiro de 2021.

<sup>35</sup> No dia 23 de setembro de 2015, com atualização em 31 de julho de 2020, foi publicada na página eletrônica da Revista Veja matéria de Reinaldo Azevedo intitulada “Patrulha gayzista e feminazi chega ao Colégio Pedro II, uma instituição federal”; em 2017, no dia 10 de março, na página eletrônica da mesma revista, dando continuidade ao seu posicionamento, foi publicada matéria de Reinaldo Azevedo intitulada “MPF move ação contra sem-vergonhice do PSOL no Colégio Pedro II”, reforçando o que afirma o wikipédia em relação à escola/tradição do jornalista. O wikipédia descreve Reinaldo Azevedo como “jornalista político brasileiro, de orientação política neoliberal”, cuja religião é católica e a Escola/tradição: “Direita política, anticomunismo, liberalismo”. Também afirma que ele é colunista do Jornal Folha de São Paulo.

O PSOL - Partido Socialismo e Liberdade, nesse processo de ataques e campanhas anti-gênero, tem se apresentado enquanto favorável às discussões de gênero nas Escolas, bem como numa luta pró direitos sexuais e reprodutivos, contra a LGBTQfobia, dentre outras pautas atreladas à agenda da diversidade de gênero e de sexualidades. Ou seja, atrela-se novamente a discussão anticomunista – no caso específico anti-socialista – às campanhas anti-gênero.

A partir de eventos inclusivos no campo de gênero na Escola, ocorreu a perseguição, não apenas sofrida pela reitoria do Colégio, como também de grupos de professores/as que se apresentaram favoráveis a tais discussões e movimentos, chamando ainda mais atenção ao fato de tais perseguições e ameaças chegarem na esfera da judicialização e acionamento da Câmara dos Deputados para tratar dessa questão específica numa perspectiva moralizante e, no mínimo, transfóbica.

Outros marcos são apresentados por Naara Luna (2017), que, ao realizar levantamento referente ao ano de 2015, identificou

[...]três pontos principais de mobilização dos parlamentares em 2015, considerando o número de discursos e de proposições legislativas: no tocante aos discursos, o assunto mais discutido foi a Parada LGBT em São Paulo em 2015. Com respeito às proposições legislativas, dois eventos concentraram o debate: 1. duas resoluções do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, órgão ligado à Secretaria de Direitos Humanos, que versavam sobre identidade de gênero. 2. uma reação à lei que aprova o Plano Nacional de Educação por contemplar conteúdos designados pelos parlamentares de “ideologia de gênero”, contrariando decisões anteriores das duas casas parlamentares. Menos numerosos, contudo bastante significativos para a questão da criminalização da ideologia de gênero, [...] duas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente e um projeto de lei sobre contágio de moléstia incurável e um requerimento de audiência pública com pessoas que deixaram de ser gays. (NAARA LUNA, 2017, *n.p*)

No que tange à Parada do Orgulho LGBT, a autora apresenta que este “foi o evento mais citado em discursos localizados pelas palavras-chave no ano de 2015. Dos 56 discursos identificados no levantamento, 26 tematizavam esse evento em São Paulo, dos quais apenas três defendiam a marcha, enquanto os demais a questionavam.” (LUNA, 2017, *n.p*)

A questão central de tais questionamentos estavam relacionados diretamente à performance de Viviany Beleboni, mulher transexual, que se apresentou fazendo alusão à crucificação de Jesus, ou seja, desfilou crucificada em alusão à violência e perseguição vivida pela população LGBTQIA+, mais especificamente às pessoas trans no Brasil. Como apresenta a autora a “atriz transexual declarou ter se prendido à cruz para reportar a dor e a discriminação

sofrida pela comunidade LGBT, em protesto contra a homofobia, mas não para ofender a Igreja.” (LUNA, 2017, *n.p*)

No tocante à parada do orgulho LGBT em São Paulo, nota-se que há uma inversão de acusações: dessa vez são os religiosos que acusam o movimento de intolerância religiosa por ter mobilizado símbolos cristãos em favor da denúncia da homofobia. Também acusam o movimento de desrespeito à diferença. (LUNA, 2017, *n.p*)

Ou seja, tem-se identificado a utilização do discurso democrático, ou melhor sob o discurso de garantir a democracia, para restringir direitos ou inverter pautas, como a da laicidade e a da luta contra a homofobia, por exemplo. Sobre isso, Vaggione afirma que

[...] o neoconservadorismo utiliza canais e espaços abertos pela democracia na conformação de sua agenda e na implementação de suas estratégias; em particular, a mobilização legal em defesa de uma agenda moralizante. Isso não implica desconhecer as formas antidemocráticas ou as restrições de direitos em seu acionamento. Porém, entendemos ser necessário compreender o fenômeno em suas manifestações paradoxais, de que fazem parte a utilização de canais e estratégias democráticas, em particular o uso do direito com o propósito de restaurar a moral ameaçada. (VAGGIONE, 2020, p. 45)

Nesse sentido a democracia defendida é uma democracia moralista/moralizante, uma democracia que atende interesses de alguns e não de todos, de uma suposta maioria ameaçada. Isso pode ser entendido enquanto estratégia da desdemocratização: aciona-se a democracia, para destruí-la, bem como aciona-se o combate à “ideologia de gênero” para manter a ideologia de gênero viva.

Ainda em sua análise, Naara Luna apresenta a discussão em torno do Plano Nacional de Educação (2014-2024), na qual, “Em anos anteriores, as duas casas legislativas haviam votado pela retirada de conteúdos referentes a gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação (o Senado em 2013 e a Câmara em 2014).” Como bem apresenta a autora, tal reação no campo da educação, são parte de um processo de tentativa de “recuperar o espaço perdido historicamente”, não à toa é empreendido por “parlamentares que se pretendem defensores da família, na maioria dotados de identidade religiosa”. (LUNA, 2017, *n.p*)

Cabe assinalar que esse avançar na Câmara dos Deputados está diretamente relacionado ao Movimento Escola sem Partido, o qual, como também apresenta Luna (2017), foi “demandado a ser participante nas audiências públicas referentes ao Plano Nacional de Educação e à Conferência Nacional de Educação, tem instruído proposições legislativas que denunciam a “ideologia de gênero”.”( LUNA, 2017, *n.p*) De modo tal que,

No dia 26 de março de 2015, a Mesa Diretora da CE apensou ao PL 7.180/2014 o PL 867/2015, de autoria do deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF), que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Assim, o combate à “ideologia de gênero” entra formalmente na agenda política dos defensores do programa Escola sem Partido. O fortalecimento da cruzada moral anti-gênero revigorou o Movimento Escola sem Partido (MESP), criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, e, até então, sem grande protagonismo na esfera política e na opinião pública brasileira. (TEIXEIRA, 2019, p. 117-118)

Além dessas questões e episódios, Raniery Teixeira (2019, p. 127) apresenta, dentre outros, que, em 2016, “o deputado federal Ezequiel Teixeira (PTN/RJ), Pastor da Igreja Projeto Vida Nova, propôs o PL 4.931/2016, que autorizava os profissionais de saúde mental a prestarem atendimentos a homossexuais que desejassem modificar sua orientação sexual”. No ano seguinte, em 2018, o REQ 759/2018 foi proposto por Diego Garcia (à época do PHS/PR) na perspectiva de discussão em torno da Cura gay enquanto prática a ser reconhecida pela psicologia.

Entre 2016 e 2018, em 2017, Teixeira (2019) relembra a vinda da filósofa norte-americana Judith Butler ao Brasil para “participar do colóquio *Os fins da democracia*, no Sesc Pompéia, em São Paulo”, quando

O deputado federal Flavinho (PSB/SP), solicitou que a Câmara dos Deputados aprovasse uma moção de repúdio pelo agendamento da palestra de Butler pelo Sesc Pompéia através do REQ 7.581/2017. Segundo o deputado, Butler não teria como objetivo palestrar sobre o tema da democracia, mas difundir a “ideologia de gênero” que compreende e promove ideias como pedofilia, sexo ou atos libidinosos em locais públicos, o escárnio e a discriminação a segmentos da sociedade (por exemplo, o segmento religioso e a família tradicional), promiscuidade sexual (fator relevante para o aumento de DST’s), dentre outras condutas que são absolutamente vedadas para o cidadão comum em geral (BRASIL, 2017c).

A divulgação pública da vinda da autora ao país desencadeou uma série de reações (violentas) via redes sociais de opositores à presença dela. No dia do evento, vários manifestantes se reuniram na frente do Sesc com cartazes ofendendo-a, chamando-a de pedófila, de bruxa, queimando bonecas com fotos do seu rosto e acusando-a de promover a “ideologia de gênero” no Brasil. No aeroporto de Guarulhos-SP, quando Butler e Wendy Brown estavam despachando suas bagagens para irem embora do país, as autoras foram agredidas – física e verbalmente – por manifestantes, que enquanto as agrediam, filmavam com celular as ofensas proferidas. (TEIXEIRA, 2019, p. 127-128)

Entre 2017 e 2018 ainda a professora Marlene Favere, da Universidade Estadual de Santa Catarina, teve ação judicial movida contra ela; a pesquisadora e antropóloga Debora Diniz, a professora Tatiana Lionço sofreram ameaças de morte, bem como a filósofa Marcia Tiburi e o ex-deputado Federal Jean Willys. (SANTOS, 2020; CORREA; KALIL, 2020) Algumas dessas pessoas precisaram sair do país como medida de proteção.

Os marcos citados são fundamentais para compreender e, ao mesmo tempo, evidenciar, o avanço e o impacto da cruzada anti-gênero nas vidas cotidianas das pessoas que defendem os estudos de gênero e sexualidades, ao mesmo, demonstra como vai se criando uma espécie de medo em se tocar nessas questões em sala de aula, por conta da censura gerada através das perseguições, impactando diretamente na construção de uma educação libertária, emancipatória e de garantia do respeito às diversidades. Vale ressaltar que foram apresentadas ameaças e ataques que tiveram maior visibilidade, mas existem casos que não temos acesso e outros, como o da professora doutora Janaina Guimarães, registrado no texto *“Relações de gênero na educação em tempos de ‘Escola sem Partido’ e de perseguição a ‘ideologia de gênero’, na cidade de Petrolina”* (2018), que não ganharam tanta visibilidade.

Apresentar tais ameaças/ataques importa porque, por vezes, quando realizamos discussões teóricas essas podem aparecer no plano das abstrações um tanto quanto distantes, pouco “palpáveis”. No entanto, tentamos demonstrar que quando ocorrem esses ataques, essa “cruzada” compromete, impacta, violenta sujeitos/as/es e, com isso, ao mesmo tempo, compromete e viola a democracia. Como bem apresenta Naara Luna (2017)

Alguns sujeitos importam e outros não. A negação da possibilidade de existência diversa reafirma o lugar privilegiado em termos morais que pretendem os agentes dessa mobilização conservadora a ponto de se propor não apenas excluir, mas até criminalizar a “ideologia de gênero”[...]. (LUNA, 2017, n.p)

A partir desse cenário, no dia 01 de dezembro de 2020, a Frente Escola Sem Mordada divulgou um documento intitulado “6 anos de projetos ‘Escola Sem Partido’ no Brasil: Levantamento dos Projetos de Lei Estaduais, Municipais, Distritais e Federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar”, o qual apresenta a atualização do mapeamento dos PLs de 2014 até novembro de 2020. Tal atualização, realizada por Fernanda Moura e Renata Aquino da Silva, contou com “financiamento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – (ANDES-Sindicato Nacional), do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).” (MOURA; SILVA, 2020, p.4) Conforme aponta o documento, foram identificados 247 projetos de Lei.

Entretanto agora no momento de redação do relatório, analisando novamente as informações, achamos por bem excluir os projetos que acrescentavam à proibição ao debate sobre gênero e sexualidade em planos municipais e estaduais de educação e libera-los a parte, bem como excluir alguns projetos de lei que tinham como foco bibliotecas públicas e não escolas. Desta forma, trataremos neste relatório de 237

projetos de censura ao todo, sendo 214 projetos apresentados em municípios e estados e no distrito federal e mais 23 projetos apresentados no congresso federal. (MOURA; SILVA, 2020, p. 13-14)

As autoras sinalizam que, apesar de haver muitos projetos, estão não são muito variados. No entanto, dentre as variações elas apresentam as seguintes categorias de Projeto:

**a) Escola sem Partido:** (...) são os projetos de lei que receberam de seus propositores este nome e que geralmente consta na própria ementa do projeto. Estes praticamente sempre seguem ao pé da letra os anteprojetos de lei criados por Miguel Nagib e disponíveis nos dois sites oficiais do movimento Escola sem Partido, a saber: [escolasempartido.org](http://escolasempartido.org) e [programaescolasempartido.org](http://programaescolasempartido.org).

**b) Tipo Escola sem Partido:** Estes são os projetos de lei que seguem as ideias do movimento Escola sem Partido sem, no entanto, utilizar os anteprojetos exatos e por isso sem utilizar o nome. (...)

**c) Anti-gênero:** São projetos e leis que censuram especificamente e somente o direito à educação em gênero e sexualidade. Entretanto, alguns projetos “Escola sem Partido” ou “tipo Escola sem Partido” também possuem um artigo ou um parágrafo único para proibir a abordagem das questões relativas à gênero e sexualidade. Por isso “anti-gênero” é tanto um tipo como um subtipo que caracteriza alguns projetos. Como exemplo de projeto anti-gênero, o PELOM 125/2016 de Jundiá (SP) e como exemplo de projeto Escola sem Partido + anti-gênero, vide o PL 7535/2017 de Blumenau (SC)

**d) Infância sem Pornografia:** São os projetos que visam proibir a discussão sobre gênero e sexualidade usando, no entanto, uma suposta proteção da infância contra pornografia como meio para isso. Usa, portanto, de uma estratégia comum na direita mundial: associar homossexualidade, tema forte ao se discutir sexualidade na escola, à pedofilia. (...) (MOURA; SILVA, 2020, p. 7-8, *grifos das autoras*)

Dentre os dados apresentados quando da apresentação do documento, importa destacar que tanto no âmbito federal, quanto no âmbito municipal, o Sudeste se apresenta enquanto a região do país em que mais parlamentares apresentaram PLs voltados à censura nas escolas. No entanto, chama a atenção, no âmbito federal, a Bahia, estar posicionada no ranking referente a *Estados pelos quais os propositores dos PLs de censura foram eleitos*, apenas atrás de Minas Gerais (com 10), São Paulo e Rio de Janeiro (com 14 cada), com 09 propositores.

Dentre estes, no que se refere à Bahia especificamente, na esfera federal, identificamos a partir do mapeamento dos projetos de censura no Congresso, cuja última atualização, em 2020, foi realizada por Fernanda Moura e Renata Aquino da Silva, por iniciativa da Frente Nacional Escola sem Mordaça<sup>36</sup> e, também, a partir de conferência de status na página eletrônica da Câmara dos Deputados, 02 Projetos de Lei (PL) e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) por Erivelton Santana (Pastor Erivelton – partido PSC) – identificados como *Tipo Escola sem Partido*, sendo que os PLs encontram-se tramitando enquanto que a PEC

<sup>36</sup> Disponível em: < <https://profscontraoesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/> >

encontra-se arquivada, 02 PLs anti-gênero, sendo 01 organizado pelos partidos PRB; PSDB; PTB;PV;PROS; PMDB; PSB, tendo dentre os organizadores Antonio Imbassahy (PSDB) e 01 proposto pelo Pastor Sargento Isidório, pelo partido Avante, ambos em tramitação.

Na proposta do Pastor Sargento Isidório, foi possível identificar, além do PL anti-gênero que “Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valorização da IDEOLOGIA DE GÊNERO.” ( PL 1239/2019, em tramitação), o PL 925/2019 que “Institui o "Dia Nacional do Orgulho Heterossexual", a ser comemorado anualmente no terceiro domingo de dezembro”; o PL 2200/2019 que “Dispõe sobre a proibição da participação de atletas transexuais do sexo masculino (HOMENS TRAVESTIDOS OU FANTASIADOS DE MULHER) em competições do sexo feminino em todo o Território Nacional.”; e o PL 2587/2019 que “Altera a Lei nº 4.119, de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo para permitir o atendimento a casos de problemas de ajustamento e transtornos psicológicos, inclusive os relacionados a identidade de gênero e à orientação sexual.”, demonstrando que a frente anti-gênero vem sendo uma das principais frentes sobre a qual o deputado baiano – que já concorreu à prefeitura de Salvador (capital da Bahia) e tem ampla divulgação midiática, inclusive no que tange à defesa das comunidades terapêuticas religiosas no fortalecimento da Guerra às drogas-tem mobilizado as suas atividades.

Em âmbito municipal, foram identificados, a partir do mapeamento dos projetos de censura no Congresso, também com última atualização em 2020, realizada por Fernanda Moura e Renata Aquino da Silva, por iniciativa da Frente Nacional Escola sem Mordça<sup>37</sup>: 01 PL em Vitória da Conquista, identificado como *Escola sem Partido (sem status identificado)*, proposto por Gilzete Moreira do PSB; 01 em Santo Antônio de Jesus, identificado como *Infancia sem pornografia (em vigor)*, proposto por Gerson Pereira da Silva (Irmão Gerson), do PHS, 03 em Salvador, 02 PLs identificado como *Anti-gênero (tramitando)* e 01 Projeto de Indicação (PIN) *Escola sem partido (aprovado)* sendo todos propostos por Alexandre Aleluia do DEM, 01 em Jacobina, também identificado como *Anti-gênero*, proposto por Pedro Mario Carvalho Nascimento, do MDB (*com status de derrubado*).

---

<sup>37</sup> Disponível em: < <https://profscontraoesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/>>

Outro dado muito importante de trazer é que foram identificados, dentre os “Partidos que mais apresentaram projetos de lei de censura”, os que “se apresentam como sendo partidos de centro, o que contraria a crença corrente de que projetos de censura são apresentados majoritariamente por partidos que se identifiquem como de direita”, contrariando o que eu havia identificado em 2017.

Sobre isso importa dizer que, apesar da apresentação desses partidos enquanto sendo de “centro”, a linha entre centro, direita, centro-direita e centro-esquerda pode se apresentar muito tênue a depender da correlação de forças e dos interesses em determinados contextos. Não acrescentei a esquerda, mas, no Brasil especificamente, também podemos questionar se de fato alguns partidos identificados por alguns/mas como de esquerda (como é o caso do PT e do PCdoB) não seriam mais fáceis de serem identificados enquanto de centro-esquerda, centro. Considero este um debate necessário para, inclusive, construirmos e nos organizarmos em torno de projetos societários mais definidos, no entanto, levando em consideração a limitação desse trabalho, não me aprofundarei na temática.

Importa apresentar, ainda, que, na pesquisa realizada por Raniery Teixeira (2019), o autor apresenta que

Durante a 55ª legislatura (2015-2019), 28 partidos políticos dispunham de representação política na Câmara dos Deputados, e o levantamento de dados feito nessa [...] constatou que, no combate à agenda de igualdade de gênero, 22 partidos políticos tiveram pelo menos um deputado assinando uma proposição. São eles: PSB, PRB, PMDB, DEM, PSD, PSDB, PR, PEN, PSC, PMN, SD, PTC, PR, PHS, PROS, PTB, PP, PV, PDT, PSL, PTdoB, PATRIOTA. (TEIXEIRA, 2019, p. 130-131 )

Destes, o autor identifica que dentre os 140 parlamentares, haviam 133 homens e 7 mulheres, destacando que este baixo número de mulheres pode estar relacionado à sub-representatividade feminina no legislativo federal,

contudo, isso não minimiza o fato de que se reproduz a lógica de que são homens, supostamente heterossexuais, tratando de questões relativas às minorias sexuais e políticas. Por outro lado, no âmbito da sociedade civil organizada, é crescente o fenômeno de formação política de mulheres ligadas às igrejas e instituições religiosas e que passam a ser convocadas para defender os interesses das mulheres a partir de uma perspectiva cristã conservadora em seminários e audiências públicas que tratam dessa temática.” (TEIXEIRA, 2019, p. 130-131 )

Ainda, na análise apresentada por Fernanda Moura e Renata Aquino da Silva, com a qual concordo, tal dado pode indicar, dentre outras tendências,

o despudor em adotar projetos de direita para ganhar capital político com o familismo; uma forma inerentemente autoritária de pensar o que é um processo de ensino-aprendizagem ético; a força do termo e da ideia de uma Escola sem Partido como



simbolizando o projeto político da direita para a escola. (MOURA; SILVA, 2020, p.15-16)

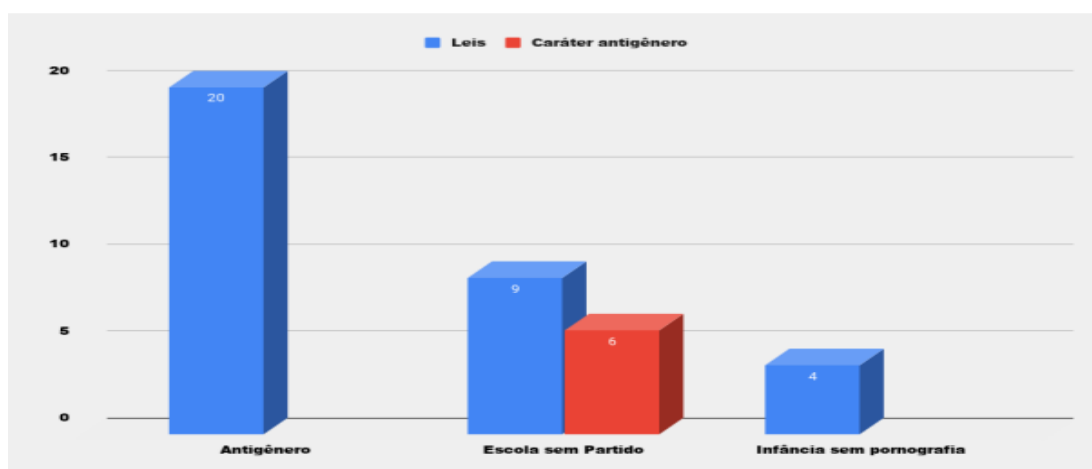
Ainda, os dados indicam que, no âmbito estadual e municipal, entre 2017 e 2018, foram os anos que apresentaram o maior quantitativo de PLs tanto no que tange à apresentação dos Projetos em si, quanto aos que chegaram a ser convertidos em Lei. (MOURA; SILVA, 2020, p. 17-18) No entanto, no que diz respeito aos Projetos de Lei em âmbito federal, foram identificados 2015 e 2019 como anos de crescimento de apresentação de PLs.

Naquele período já estava em curso o golpe que culminou com o impeachment de 2016, apresentado na seção anterior e 2019 é o primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro enquanto presidente da República. Em relação à crescente de 2019, as autoras apresentam que esse movimento “mostra com força o posicionamento e a atividade do PSL na questão”. Havendo um “apreço do partido de extrema-direita pela linguagem e ideias do Escola sem Partido” (MOURA; SILVA, 2020, p.22-23)

No que tange mais especificamente às censuras relacionadas à gênero, ao apresentar o gráfico que trata dos “Tipos dos projetos estaduais, municipais e distritais que estão em vigor”, as autoras apresentam que

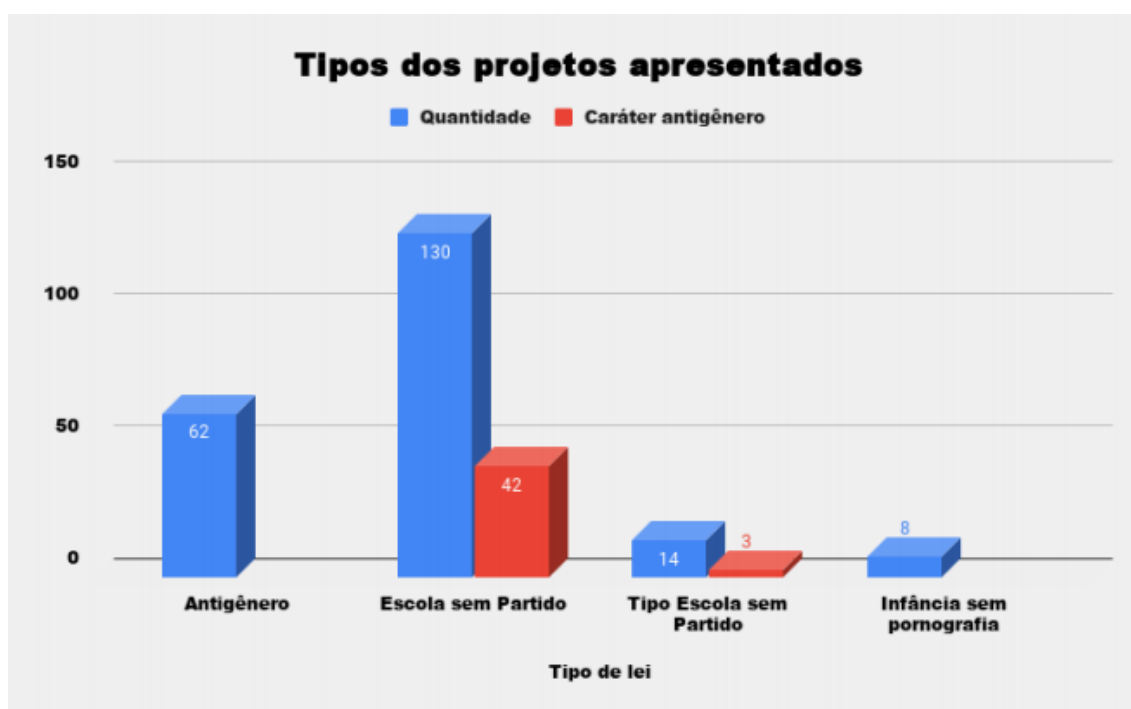
(...) a censura a gênero tem um potencial de mobilização elevado. (...) o Escola sem Partido, movimento criado por conservadores neoliberais, consegue adesão e difusão do seu projeto quando adiciona à sua mobilização os grupos fundamentalistas religiosos. O pânico moral, algo que surge dessa moralização das inseguranças como diz Flavia Biroli, medo de perder sua família em um período de crise econômica, é um combustível primário da censura. (MOURA; SILVA, 2020, p. 19)

O gráfico apresentado pelas autoras é o seguinte:



3.2.4 Tipos dos projetos estaduais, municipais e distritais que estão em vigor (MOURA; SILVA, 2020, p. 18-19)

A partir deste gráfico é possível visualizar, de fato, o grande investimento em torno da agenda anti-gênero, bem como essa pauta possibilita diferentes possibilidades de articulação envolvendo as outras pautas em questão. Essa possibilidade de articulação fica ainda mais evidente quando as autoras apresentam o gráfico referente aos Tipos de projetos apresentados:



### 3.2.5 Tipos de projetos apresentados (MOURA; SILVA, 2020, p. 19-20)

Sobre este gráfico, as autoras apresentam que

Para organizar a categorização utilizamos a censura a gênero como categoria principal e também como subtipo. Isto porque ela pode ser tanto o objeto principal de um projeto de lei, como por exemplo o PELOM 1/2018 de Caratinga (MG) constituído somente por dois artigos, como pode ser parte de um projeto Escola sem Partido, como por exemplo o projeto de lei 447/2017 que tramitou na Assembleia Legislativa do Espírito Santo que possui a censura anti-gênero em seu Art. 2º – “O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero” – de um total de sete artigos. Esse modelo de ESP + anti-gênero é muito presente porque desde o final de 2015 o anteprojeto divulgado no site do movimento possui um parágrafo dedicado a proibir gênero no ensino. (MOURA; SILVA, 2020, p. 20)

Além do fato de que tais gráficos servem para ilustrar a incorporação da investida anti-gênero da ESP e a seus aliados, seja no campo das leis, seja em âmbito de caráter de PL, importa trazer a significativa/expressiva relação entre direito e religião, articulação que vem galgando

espaço no processo analisado por Juan Marco Vaggione (2020) enquanto juridificação reativa do religioso. Para o autor,

Utilizamos o conceito de juridificação reativa para nos referirmos ao uso do direito por parte de atores religiosos e seculares em defesa de princípios morais que estes consideram violados pelas demandas dos movimentos feministas e LGBTQI, empregando diferentes argumentos e estratégias. Esse processo, que tem lugar na interface entre direito e religião, abarca não apenas a mobilização por direitos religiosos (...), mas também a utilização do direito como instrumento para a defesa de princípios morais. (VAGGIONE, 2020, p. 42)

Tais reações, em forma de Projetos de Leis, que se dão a partir de espaços/arenas, conforme também apresentado pelo autor, democráticas, se dão a partir do avanço das pautas feministas e LGBTQI+ no próprio âmbito do direito. Elas se apresentam no intuito de restaurar a moral e preservar a família. Desta forma, o direito atua tanto como arena de disputa, quanto estratégia que tem sido acionada para refletir “a moral cristã, ou seja, a juridificação dessa moral, é uma forma de “evangelização secular”, já que as normas legais passam a servir como instrumento para pregar um posicionamento a respeito da família, da vida e da liberdade.” (VAGGIONE, 2020, p. 58) Assim, “nesse processo, o advogado ou operador do Direito parece substituir, metaforicamente, o pastor ou o sacerdote” (p. 58). Nessa direção, conforme ainda apresentado pelo supracitado autor, uma das estratégias tem sido “a apresentação de projetos de lei que proíbem o uso de conceitos associados à “ideologia de gênero” (p. 74)

No Brasil, apesar do expressivo quantitativo de PLs identificados no documento da Frente Escola sem Mordaça apresentado, o Supremo Tribunal Federal (STF) já apresentou decisões que afirmam a inconstitucionalidade da impossibilidade de se discutir gênero e sexualidades nas escolas. O documento elaborado por Moura e Silva (2020, p. 25) apresenta a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 457, que teve como relator o ministro Alexandre de Moraes e julgou, em 24 de abril de 2020, inconstitucional a Lei n. 1516/2015 de Novo Gama (GO), a qual versava sobre a proibição de “material com informação de ideologia de gênero nas escolas municipais de Nova Gama”.

A decisão sobre a ADPF 457/GO, de 27 de abril de 2020 afirma, dentre outras questões, sobre a Lei n. 1516/2015 de Novo Gama (GO) que

(...) 4. Ao aderir à imposição do silêncio, da censura e, de modo mais abrangente, do obscurantismo como estratégias discursivas dominantes, de modo a enfraquecer ainda mais a fronteira entre heteronormatividade e homofobia, a Lei municipal impugnada contrariou um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, relacionado à promoção do bem de todos (art. 3º, IV, CF), e, por consequência, o princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (art. 5º, caput, CF)

5. A Lei 1.516/2015 do Município de Novo Gama – GO, ao proibir a divulgação de material com referência a ideologia de gênero nas escolas municipais, não cumpre com o dever estatal de promover políticas de inclusão e de igualdade, contribuindo para a manutenção da discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. Inconstitucionalidade material reconhecida (STF -ADPF 457/GO, 2020)

Além dessa ADPF, o documento elaborado por Moura e Silva (2020, p. 25) apresenta que

Em 8 de maio, foi julgada procedente a ADPF 526 e derrubou-se o § 5º do art. 162 da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu, acrescido pela Emenda n. 47/2018 – o trecho proibia qualquer menção a gênero ou orientação sexual em atividades pedagógicas da rede municipal de ensino. Em 28 de maio julgou-se a ADPF 467, sobre legislação de Ipatinga (MG) que excluía da política municipal de educação qualquer referência à diversidade de gênero e à orientação sexual. Na decisão, o relator, Ministro Gilmar Mendes, entende não apenas que a censura ao debate é inconstitucional, como também que a abordagem de gênero e sexualidade é uma obrigação de secretarias de educação, escolas e professores. “O dever estatal de promoção de políticas de igualdade e não discriminação impõe a adoção de um amplo conjunto de medidas, inclusive educativas, orientativas e preventivas, como a discussão e conscientização sobre as diferentes concepções de gênero e sexualidade”, afirma o voto de Mendes. Não só não é proibido discutir gênero, como é um dever do Estado. Em 29 de junho chega-se a igual decisão sobre a ADPF 460, que se refere ao artigo 2º do Plano Municipal de Educação de Cascavel (PR), de 2015 que censurava gênero explicitamente. Esta foi relatada pelo ministro Luiz Fux. (MOURA; SILVA, p. 25)

As autoras apresentam ainda que, em agosto de 2020, o ministro Barroso julgou três ADPFs: 461, 465 e 600 e três Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra o Escola Sem Partido de Alagoas – “Escola Livre”, de modo que

(...) foram julgadas procedentes e suas respectivas leis impugnadas, derrubadas definitivamente. Na avaliação do relator das ações, ministro Barroso, que já havia suspenso liminarmente os dispositivos, as normas comprometem o acesso de crianças, adolescentes e jovens a conteúdos relevantes, pertinentes à sua vida íntima e social, em desrespeito à doutrina da proteção integral. (...) (MOURA; SILVA, p. 25-26)

Nesse sentido, é possível identificar uma posição progressista por parte do STF em relação a tal decisão. No entanto, cabe reforçar que a arena jurídica é uma arena em disputa e, conforme tentou-se apresentar também, é/tem sido marcada por um forte avanço do conservadorismo legal.

O próprio STF tem sido, inclusive, tensionado em diversos momentos para que se apresente enquanto órgão que garanta – minimamente – os direitos sociais frente à tantos retrocessos que estamos vivenciando, aderindo, por vezes, a posturas mais progressistas, mas, em outras situações, posturas mais reacionárias, como foram os caso do golpe de 2016, quando

houve uma certa “omissão” do STF ao passo em que houve o vazamento de um áudio de Romero Jucá afirmando que, para estancar a Lava Jato seria necessário o impeachment de Dilma Rousseff e, para isso, um grande acordo nacional deveria ser feito “com Supremo, com tudo”<sup>38</sup>, e, mais recentemente, em 2020, quando o STF decidiu pela manutenção da validade do processo de impeachment, após Dilma ter entrado com pedido para que os processos judiciais tivessem um novo julgamento, sob alegação de fraude, fazendo com que a própria ex-presidenta se manifestasse em seu blog<sup>39</sup>. Além desses posicionamentos mais reacionários, vale ressaltar também o lembrado pelas autoras Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues Elias e Isadora Vier Machado (2021, p. 196) acerca dos “debates sobre a ADI<sup>40</sup> 4.439, no contexto da qual, em 2019, o Supremo assentou a possibilidade de que o ensino religioso nas escolas tenha natureza confessional” – vale ressaltar que esse debate foi voltado às escolas públicas.

Desta forma, após a decisão da inconstitucionalidade do PL anteriormente aprovado em Alagoas, Miguel Nagib, no dia 22 de agosto de 2020, publicou na página do Movimento Escola sem Partido nota anunciando o fim da sua participação no Movimento, bem como entrevista ao canal da Rádio Guaíba explicando a sua saída, sob a alegação de que o próprio STF estava blindando a “propaganda ideológica e partidária dentro das instituições de ensino” e que, neste momento, ele acreditava ser importante escrever um livro relatando a sua vivência no MESP.

Além disso, Nagib também apontou que esperava, após a eleição que colocou Jair Bolsonaro na presidência, maior apoio do governo federal e de outros apoiadores do Movimento. Com isso, apesar de o Movimento apresentar fragilidades, e de o próprio Nagib na entrevista apresentada na Rádio Guaíba (2020) afirmar que verifica dificuldades nas condições de o Movimento prosseguir, é importante refletir todo o processo de complexidade que envolve o crescimento do Movimento e o seu “declínio”, a juridificação reativa, bem como a real necessidade, neste momento de ascensão ultraconservadora no Brasil, de um MESP para representar interesses de censura ao conteúdo de gênero e sexualidades nas escolas, uma vez que o próprio presidente da República e seus secretários/a e ministros vem representando/executando esse projeto. Apesar das decisões do Supremo serem importantes,

---

<sup>38</sup><https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2017/06/08/para-entender-o-noticiario-do-dia-com-o-supremo-com-tudo/> > Publicado em 08/06/2017, por Mário Magalhães. Acesso em 19 de maio de 2021.

<sup>39</sup> < <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/03/em-nota-historica-dilma-rousseff-contesta-decisao-do-stf-sobre-golpe-de-2016/> > Publicado em 14 de março de 2020, por Fabio M Michel. Acesso em 19 de maio de 2021.

<sup>40</sup> Ação Direta de Inconstitucionalidade

elas não dão conta de findar com os ataques e perseguições aos estudos e estudiosas de gênero, aos movimentos feministas e à população LGBTQI+.

#### **4.2 BOLSONARISMO E ESCOLA SEM PARTIDO NA CRUZADA ANTIGENERO**

Como apresentado anteriormente, Jair Messias Bolsonaro, grande apoiador do Movimento Escola sem Partido, cujo um dos filhos foi o primeiro sujeito a solicitar diretamente a Miguel Nagib a formulação de um anteprojeto de Lei com as reivindicações do ESP, foi eleito, em 2018, presidente da República Federativa do Brasil.

Apesar de as campanhas eleitorais para a presidência terem ocorrido oficialmente em 2018, a partir de 2014, com a primeira fase da operação Lava Jato – operação desenvolvida em âmbito jurídico, conduzida pelo então juiz Sergio Moro, e com forte apoio midiático (dos principais veículos de comunicação do país, como, por exemplo, a Rede Globo), a ponto de se considerar a operação *jurídica e midiática* - ganhou força no país um forte discurso de combate anticorrupção, discurso esse sobre o qual Bolsonaro se agregou e conseguiu escalar politicamente, aderindo, inclusive, o próprio Sergio Moro à sua campanha eleitoral – sendo este indicado, posteriormente para a assumir o Ministério da Justiça, cargo que já não ocupa após desavenças explícitas com o atual presidente.

Apesar do discurso anticorrupção, a condução da operação esteve basicamente focalizada em membros do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente no próprio ex-presidente Lula, principal liderança do partido, e em aliados do partido, de modo que o discurso anticorrupção era de fato um discurso anticorrupção petista, ou, em outras palavras, antipetista. O PT – colocado na caixa dos partidos comunistas – virou sinônimo de tudo que não prestava no país, de modo que Bolsonaro se utilizou disso posteriormente para se autopromover nas campanhas eleitorais de 2018, defendendo que *sua bandeira jamais seria vermelha*. Sugere-se, para melhor explicitar como esse discurso ganha força, especialmente midiática – a partir das jornadas de junho de 2013 e, depois com a Lava jato, culminando, posteriormente, com as eleições de Bolsonaro, o documentário disponível no Youtube intitulado “*Nossa bandeira jamais será vermelha*”.<sup>41</sup>

Assim, como apresentam Monalisa Soares Lopes, Grazielle Albuquerque e Gabriella Maria Lima Bezerra,

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hr4TRs6gjkq>

A avalanche promovida pela Lava Jato sobre os partidos tradicionais adensou o sentimento de desconfiança e de aversão à política, contribuindo para o desejo de uma liderança outsider “com discurso combativo e antipolítica” (Gonzales-Ocantos e Pavão 2018). O discurso anticorrupção e de defesa da Lava Jato perpassou a maior parte das 13 candidaturas do pleito ganhando destaque na campanha de Jair Bolsonaro (PSL), que se constituiu como o representante genuíno das insatisfações populares com o sistema. Desde 2014, Bolsonaro vinha percorrendo o país e atuando nas redes sociais com vistas à candidatura em 2018. (LOPES; ALBUQUERQUE; BEZERRA, 2020, p. 382)

Além da Operação Lava Jato, Sonia Correa e Isabela Kalil (2020, p.77-83) chamam a atenção para o fato de que em 2016 ocorreu o primeiro grande evento pré-campanha oficial de Bolsonaro durante o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Na ocasião o então deputado federal votou a favor do impeachment em nome da família, contra a “ideologia de gênero” e, o que deu grande destaque ao mesmo, em homenagem ao torturador da então presidenta, Coronel Brilhante Ustra, gerando grande polêmica em torno de uma homenagem tão grave e que violenta não apenas a presidenta mas todos/as as/os vítimas da ditadura militar desse país.

No mesmo ano, lembram ainda as autoras, Jair Bolsonaro foi batizado pelo pastor Everaldo Pereira (Igreja Assembleia de Deus e presidente do Partido Social Cristão - PSC) – no dia da apuração do Senado em relação ao impeachment – reforçando ainda mais “(...) a aproximação de Bolsonaro com os evangélicos. Bolsonaro, antes declaradamente católico, ganhou com esta cerimônia religiosa de conversão o apoio dos líderes e fieis evangélicos o qual foi decisivo para garantir a vitória nas eleições presidenciais.”<sup>42</sup> (CORREA; KALIL, 2020, p. 83 – *Tradução livre*)

O segundo grande evento apresentado pelas autoras (2020, p. 77) é a já comentada manifestação contra a vinda da filósofa Judith Butler ao Brasil em 2017. Elas comentam que tratou-se de um evento que iniciou uma “(...) nova forma de articulação política nas ruas e nas redes sociais; em uma aliança entre “católicos e evangélicos” contra a “ideologia de gênero”<sup>43</sup>.” (CORREA; KALIL, 2020, p. 77 – *tradução livre*)

No evento, foi possível observar como as posições, mesmo sem uma identificação clara do ponto de vista da intenção de voto em Bolsonaro, estavam sendo capturadas por ele a partir das orientações morais e / ou religiosas. Segundo dados da pesquisa coletados naquele dia, 45,5% dos opositores a Butler concordaram totalmente com a

<sup>42</sup> [...] la aproximación de Bolsonaro con los evangélicos. Bolsonaro, antes declaradamente católico, ganó con esta ceremonia religiosa de conversión el apoyo de los líderes y fieles evangélicos<sup>95</sup> el cual fue decisivo para garantizar la victoria en las elecciones presidenciales. (Sonia Correa, Isabela KALIL, 2020, p. 83)

<sup>43</sup> [...] una nueva forma de articulación política en las calles y en las redes sociales, en una alianza entre “católicos y evangélicos” contra la “ideología de género”. (Sonia Correa, Isabela KALIL, 2020, p. 77)

afirmação: "a solução para o Brasil pode vir de intervenção divina" e 72,97% concordaram total ou parcialmente com a afirmação: "uma intervenção militar pode ajudar o Brasil".

Por outro lado, 19% dos favoráveis disseram não acreditar em direita e esquerda no Brasil, enquanto 16,2% dos opositores não acreditam. Se somarmos os que não souberam responder, esse percentual de descrentes à esquerda e à direita e indecisos representa 27% dos opositores e 28,5% dos favoráveis. Chama a atenção o fato de que 40% dos que se opunham a Butler não apoiavam o Bolsonaro naquela época, e os indecisos em relação ao voto alcançaram quase um quarto dos presentes no ato de repúdio<sup>44</sup>. (CORREA; KALIL, 2020, p. 79 – *tradução nossa*)

Com isso, é possível afirmar que a pré-campanha de Jair Bolsonaro ganhava impulso com o golpe de 2016, período também em que a campanha anti-gênero estava se disseminando no país. Antes desses episódios, mas não dissociados deles, conforme já exposto, entre 2010 e 2011, Bolsonaro começou a ganhar maior destaque a partir das falsas notícias em torno do kit contra a homofobia, pejorativamente denominado kit gay. As falsas notícias ou "Fake News" marcaram também a campanha eleitoral do então candidato à presidência da república, Bolsonaro, em 2018.

Natal dos Reis Carvalho Júnior e Roberta dos Santos Pereira de Carvalho (2019, p.227-229) apresentam, sobre as campanhas de 2018, que as pesquisas de intenção de voto apresentam Lula como o candidato que marcava a liderança das eleições de 2018. No entanto, ainda como consequência da Operação Lava Jato ele foi preso em abril do mesmo ano – o que não altera a sua liderança nas pesquisas. Lula foi registrado pelo Partido dos Trabalhadores enquanto candidato para as disputas eleitorais para a Presidência da República, mas em setembro do mesmo ano tem seu registro indeferido pelo Tribunal Superior Eleitoral sob a alegação de não responder os requisitos apresentados pela "Lei da Ficha Limpa", indicando Fernando Haddad (ex prefeito de São Paulo e ex ministro de Educação) como o candidato do PT – seu candidato – para concorrer às eleições presidenciais de 2018.

Carvalho Júnior e Carvalho (2019, p.227-229) apresentam ainda que, após a facada recebida por Jair Bolsonaro durante a realização da campanha eleitoral, publicamente, em setembro de 2018, o candidato ganhou maior visibilidade. De modo que

---

<sup>44</sup> En el evento fue posible observar cómo posiciones aun sin una identificación clara del punto de vista de intención de voto en Bolsonaro fueron siendo captadas por él a partir de las pautas de cuño moral y/o religioso. De acuerdo con datos de la investigación recolectados ese día, 45,5% de los contrarios a Butler concordaban totalmente con la afirmación: "la solución para Brasil puede venir de una intervención divina" y 72,97% concordó totalmente o en parte con la afirmación: "una intervención militar puede ayudar a Brasil".

Por otro lado, 19% de los favorables afirmaron no creer en derecha e izquierda em Brasil, mientras que 16,2% de los contrarios no creen. Si sumamos a los que no supieron responder, este porcentaje de incrédulos en izquierda y derecha e indecisos representa el 27% de los contrarios y el 28,5% de los favorables. Llama la atención el hecho de que el 40% de los contrarios a Butler no apoyaban a Bolsonaro en ese momento, y los indecisos con relación al voto llegaban a casi un cuarto de los presentes en el acto de repudio. (CORREA; KALIL, 2020, p. 79)



O acontecimento trágico mobiliza manifestações de solidariedade dos demais candidatos à presidência que precisam, então, recalcular seus movimentos contra Bolsonaro. Na campanha do PSL, em que pese a tragédia, Bolsonaro, além do benefício gerado pela comoção do fato, ganhava pontos interessantes. Primeiramente, tendo pouco tempo no horário eleitoral, ganhava a atenção maciça da mídia e dos noticiários que faziam cobertura em período integral da porta do hospital. E em segundo lugar ganhava um providencial argumento de saúde para não precisar frequentar os debates presidenciais, área em que a própria campanha reconhecia sua inabilidade.

Com Haddad oscilando entre momentos bem sucedidos e trapalhadas, suas e do PT, na tentativa de substituir Lula; e Bolsonaro blindado pelo evento da facada os dois são levados ao segundo turno.

No segundo turno Bolsonaro mais uma vez opta por não participar de debates. Um movimento feminino que já se desenhava desde o primeiro turno intitulado “ele não” tentava impedir a vitória de Bolsonaro, mas as pesquisas indicavam que a contrarreação não estava sendo suficiente. A campanha de Haddad também não lograva êxito em reunir as demais forças políticas do país contra “uma proposta de ultra direita de Bolsonaro”. Poucos candidatos do primeiro turno aderem a campanha de Haddad. A esperada manifestação incisiva de apoio por parte de Ciro Gomes, que havia ocupado o terceiro lugar no primeiro turno, não veio. A eleição no dia 28 de outubro de 2018 confirma o resultado que já era esperado. Bolsonaro é eleito o 38º Presidente do Brasil com 55,13% dos votos válidos. (CARVALHO JÚNIOR; CARVALHO, 2019, p.227-229)

Ou seja, trataram-se de campanhas na qual basicamente não se contou com a presença física do candidato eleito, ou, como afirma Isabela Kalil (2018, p.4) “o que chama atenção nestas eleições é que se Lula fez boa parte de sua campanha da prisão, Bolsonaro fez sua campanha do hospital”.

Dentre as questões que chamam atenção, uma é o crescimento do PSL – Partido Social Liberal e, a outra, foi o crescimento e a importância – ainda maior – dos votos femininos. No que tange ao PSL, partido no qual Bolsonaro se filiou pouco antes do início das campanhas eleitorais, em 2018, “passa de 01 para 52 Deputados Federais, entre eles, Eduardo Bolsonaro, seu filho, com a maior votação do país. Entre os 04 Senadores eleitos pelo PSL também estava Flávio Bolsonaro, eleito pelo Rio de Janeiro.” (CARVALHO JÚNIOR; CARVALHO, 2019, p.227-229). Tal resultado explicita, como também afirmam o/a autor/a que “o resultado das urnas de 2018 para Bolsonaro era maior que a presidência.” No entanto, vale uma ressalva, Bolsonaro se desfilou do Partido pouco depois de iniciado o seu mandato, em 2019.

Em relação à importância, ou melhor, ao destaque dado ao voto feminino, Isabela Kalil (2018) apresenta que

O aspecto mais inesperado nesta série de eventos é que as primeiras pesquisas de intenção de voto (atualizadas quase diariamente) mostraram a rejeição de Bolsonaro cair entre o público feminino e seu apoio aumentar exatamente logo após a realização de uma série de atos da campanha #EleNão em que mulheres foram às ruas expressar repúdio à sua candidatura. A divulgação destes dados gerou, inclusive, reações

controversas que passaram a ver no movimento #EleNão a razão para esta mudança, contrária aos objetivos do próprio movimento.

Se de um lado, essa inflexão parece ter revelado traços fortes de antifeminismo no eleitorado feminino, por outro, é preciso analisar esse aumento da adesão de mulheres à campanha do candidato de extrema direita tomando em conta outros acontecimentos que ocorreram no mesmo final de semana dos atos #EleNão. Entre eles, mudanças nas estratégias de campanha do candidato, a declaração de intenção de voto de líderes religiosos, ações de propaganda por parte de seus apoiadores e sua alta hospitalar. (KALIL, 2018, p.4)

Nessa direção, em meio às contradições e, como reforça a autora, da complexidade desse processo eleitoral, vale registrar que o período das campanhas eleitorais intensificou o processo de polarização que vinha ocorrendo no Brasil, sendo marcado por grande tensão e episódios de violência e ameaças. Tudo isso, acrescido e/ou estimulado por uma campanha amplamente marcada pelo uso das redes sociais e pela formulação e divulgação das chamadas Fake News – Notícias Falsas, dentre elas as que versavam/versam em torno de temas de gênero e sexualidades.

Sobre isso, Sonia Correa e Isabela Kalil (2020) apresentam que

A questão das notícias falsas sobre questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar também é fundamental para entender a eleição presidencial brasileira de 2018, pois contribui para a compreensão de como Bolsonaro conseguiu atrair parte do eleitorado feminino. No início de sua campanha e campanha pré-eleitoral, Bolsonaro, que assumiu um discurso misógino sem modéstia, teve uma forte rejeição das mulheres.

Com uma potencial base eleitoral composta por jovens (no início da campanha, 3 em cada 4 potenciais eleitores eram homens), Bolsonaro fez um discurso mais moderado e conseguiu atrair o voto de diferentes eleitores, como mulheres, negros, indígenas e pessoas LGBTTI, grupos contra os quais Bolsonaro já havia se posicionado em seus discursos. Nesse contexto, o pânico moral gerado em torno da "ideologia de gênero" como estratégia de sexualização e homossexualização das crianças certamente garantiu a adesão das mães do sexo feminino, particularmente das mulheres de classe média. (CORREA; KALIL, 2020, p. 85-86. *Tradução livre*)<sup>45</sup>

Nesse sentido, apesar de, por vezes, durante a campanha eleitoral, como nos lembra Isabela Kalil, os discursos de Bolsonaro parecerem contraditórios e incoerente, “a estratégia de comunicação do candidato Jair Bolsonaro, até a realização do primeiro turno eleitoral se baseou

---

<sup>45</sup> La cuestión de las fake news sobre los temas de género y sexualidad en el ambiente escolar también es clave para la comprensión de las elecciones presidenciales de Brasil en el 2018, pues contribuye en el entendimiento de cómo Bolsonaro logró atraer a parte del electorado femenino. A principios de su campaña y precampaña electoral, Bolsonaro, que asumía un discurso misógino sin pudor, contaba con un fuerte rechazo de las mujeres.

Con una base de potenciales electores formada por hombres jóvenes (a principios de la campaña, 3 de cada 4 potenciales electores eran hombres)100, Bolsonaro asumió un discurso más moderado y logró atraer el voto de diferentes electores, tales como mujeres, negros, indígenas y personas LGBTTI, grupos contra los cuales Bolsonaro ya se había posicionado en sus discursos. En ese marco, el pánico moral generado en torno a la “ideología de género” como estrategia de sexualización y homosexualización de las y los niños y niñas seguramente garantizó la adhesión de las mujeres madres, en particular de clase media. (Sonia Correa, Isabela KALIL, 2020, p. 85-86)

em segmentar as informações para os diferentes perfis de potenciais eleitores” (KALIL,2018, p. 6) A autora chama atenção ainda para algumas semelhanças entre a campanha de Bolsonaro e Donald Trump, eleito presidente dos Estados Unidos da América em 2016, “tanto pelas alusões do candidato brasileiro ao presidente americano, quanto pelo fato da família Bolsonaro ter estabelecido uma proximidade com assessores da campanha de Trump, como o caso de Steve Bannon, fato amplamente divulgado por um dos filhos do candidato, Eduardo Bolsonaro”. (KALIL, 2018, p.6)

O documento “6 anos de projetos ‘Escola Sem Partido’ no Brasil: Levantamento dos Projetos de Lei Estaduais, Municipais, Distritais e Federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar” (2020), organizado por Fernanda Moura e Renata Silva, aponta que,

Enquanto cresciam politicamente também defendendo a ditadura militar, a família Bolsonaro construiu pra si a imagem de viris protetores das crianças e dos jovens frente aos seus temíveis professores “doutrinadores” que segundo eles “desvirtuam” a juventude com sua defesa do comunismo e sexualização precoce. Essas ideias foram defendidas durante a eleição de 2014 e durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 no qual os grupos conservadores, dentre eles o clã Bolsonaro, votou “pela família”, “por Deus”, “pelo Escola Sem Partido” e “contra a Ideologia de Gênero”(…) Foi através dessa narrativa de cruzada, incentivando um pânico moral e mirando-o contra os professores, que o Movimento Escola Sem Partido cresceu e a família Bolsonaro pavimentou seu caminho rumo à presidência: vendendo a imagem de “defensores da família brasileira” contra o inimigo que eles mesmos inventaram (MOURA; SILVA, 2020, p. 11)

É possível, então, afirmar que a chegada de Bolsonaro à presidência da República foi marcada por discursos e práticas ultra-conservadoras, numa perspectiva moralizante de Estado e de perseguições a setores progressistas e/ou que questionavam as suas posições públicas. Por isso, não há surpresa, quando, Maria das Dores Campos Machado (2020) apresenta que, logo ao assumir a presidência, em 2019, Jair Bolsonaro fez

(…) profundas alterações nas secretarias e nos ministérios dos campos da cultura, dos direitos humanos e das políticas para mulheres, que foram ocupados por integrantes da coalizão cristã neoconservadora. Uma das modificações mais drásticas foi o fim da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A introdução do termo família no nome da pasta que vinha desenvolvendo políticas para as mulheres nas últimas décadas e a nomeação de uma pastora para assumir o novo Ministério são indicadores do avanço do neoconservadorismo na política brasileira. (MACHADO, 2020, p. 104-105)

Dameres Alves assumiu tal Ministério e apresenta uma postura de criminalização do aborto e das mulheres que abortam, contra a “ideologia de gênero”, “pró-vida”, “pró-família, enfim, ultraconservadora, no que tange à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Além

disso, ela está entre as apoiadoras<sup>46</sup> da ANAJURE – Associação Nacional de Juristas Evangélicos que, conforme apresenta Vaggione (2020, p. 66) é um exemplo de organização profissional, parte do processo de judicialização conservadora, no campo evangélico, “criada no Brasil em 2012, que tem participado de numerosos *amicus curiae* no Supremo Tribunal Federal (STF) com o propósito de defender os valores da vida, da família e dos direitos humanos numa perspectiva cristã”.

Maria das Dores Campos Machado (2020, p. 105) aponta que Damares Alves tem aparelhado a pasta que assumiu, “escolhendo pastores e ativistas conservadoras, evangélica e católicas, para desenvolver políticas públicas para mulheres, indígenas, idosos, crianças, adolescentes e jovens”. Tais políticas, continua a autora, vão na direção contrária ao que foi construído pelo governo do PT, especialmente no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, retirando *gênero* da posição de eixo central e substituindo-o por *família*.

Rayani Mariano dos Santos (2020), apresenta que

Entre as ações do primeiro ano como ministra estão: o início de estudos para auxiliar a elaboração de projetos de lei que versem sobre acolhimento e adoção de idosos; formulação de implementação de política pública visando a iniciação sexual tardia; cancelamento da Conferência Nacional da Criança e do Adolescente; elaboração de um canal de denúncias contra escolas/professores que tratem de questões “contra a moral, a religião e a ética da família” (CANOFRE, 2019); criação do canal Disque 100 para professores denunciarem pais que não acompanham a vida escolar do filho. (SANTOS, 2020, p.70)

Além dessas ações, a evidente campanha/luta contra os direitos sexuais e reprodutivos realizados por Damares pode ser representada em um “evento” que envolveu uma criança de 13 anos que foi estuprada por um tio, “evento” este que contou com a participação de Sara Winter. Sara Winter<sup>47</sup>, que se apresenta enquanto ex-feminista, foi membro do FEMEN – considerado por muitas feministas enquanto um movimento não feminista, mas femista. (Júlia MOITA, 2013)

O Femen é um grupo que apareceu na Ucrânia em 2008 visando combater o turismo sexual e a prostituição no país. Marcado pela performance, as ativistas misturam política e teatro para realizar suas ações. Quase sempre seminuas, elas atuam em espaços públicos de forte apelo simbólico (monumentos nacionais, parlamentos,

<sup>46</sup> Para maiores informações sobre a relação de Damares com a ANAJURE, ver nota de Esclarecimento, publicada no dia 29 de outubro de 2020, em matéria do The Intercept. A matéria afirmava que Damares Alves era uma das fundadoras da Associação, no entanto, foi notificada pela ANAJURE de que, levando em consideração que Damares não assinou a ata de fundação da Associação, esta não seria uma fundadora do grupo. Disponível em: < <https://theintercept.com/2020/10/18/anajure-juristas-evangelicos-brasil-teocratico/> >

<sup>47</sup> Ver: *No forrobodó do balacobaco: As muitas vidas da extremista Sara Winter*, de Renato Alves (2020). Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/no-forrobodo-do-balacobaco/> Acesso em 05 de setembro de 2020.

praças públicas), afirmam que o elemento erótico contido nos protestos é intencional e visa chamar a atenção da mídia para as causas em combate. Fortemente internacionalizado, o movimento está presente em dezenas de países, sempre repetindo o *modus operandi* original. (MOITA, 2013, p. 1-2)

Ao sair do movimento brasileiro (após ser basicamente excomungada do movimento internacional de mesmo nome) Sara Winter passou a defender os valores da família, contrários ao aborto, à população LGBTQI+, chegando a ser convidada pela atual ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para ocupar um cargo na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), conforme aponta Carolina de Assis (2019). Para a autora,

Não é por acaso que Sara Winter foi chamada pela ministra Damares Alves a ocupar um cargo na Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A cruzada antifeminista está no cerne do atual governo federal, eleito com uma plataforma baseada na reação aos avanços movidos pelos movimentos feministas e ao fortalecimento desses e de outros movimentos sociais na última década.

Um dos avanços destes movimentos é justamente o espaço ocupado por Alves, e futuramente por Winter, no governo. A instituição da SPM em 2003 foi um marco na história do país por ser o primeiro órgão estatal no primeiro escalão do governo voltado para a elaboração de políticas públicas em prol das mulheres. Sofreu reverses desde então, que culminam em seu encolhimento em um ministério que se diz “da mulher”, mas somente daquela que está junto à “família” – a cristã, a única digna de reconhecimento em um governo que se colocou acima tudo, inclusive da lei, com seu deus acima de todos. (ASSIS, 2019, *n.p*)

Apesar de Sara só ter permanecido no cargo por 05 meses, esta tem uma trajetória de proximidade com Damares que antecede este período no governo, a ponto de na campanha eleitoral de 2018 Winter ter se candidatado a Deputada Federal pelo Rio de Janeiro pelo PSL – partido de Bolsonaro à época – e ter tido a presença da atual ministra em sua campanha, que chegou a chamá-la de filha.

Ao sair do governo, Sara organizou os “300 do Brasil”. Por conta das ameaças à democracia, em especial a ameaças realizadas a Alexandre de Moraes, ministro do STF, Sara chegou a ser presa.

Quinze dias antes de ser presa, Sara liderou, na madrugada do domingo 31 de maio, um protesto na frente do STF. Era uma manifestação de um grupo que se denomina 300 do Brasil, uma organização de extrema direita que apoia o presidente Jair Bolsonaro e cujos integrantes, em alguns casos, andam armados. O ato não reuniu mais do que trinta pessoas, mas chamou a atenção pela estética. Reunidos à noite em frente ao tribunal, os manifestantes trajavam roupas pretas e máscaras brancas, e carregavam tochas, lembrando a Ku Klux Klan (KKK), grupo terrorista da ultradireita norte-americana que prega a supremacia branca. Enquanto caminhavam, em passos marcados como se marchassem, gritavam: “Viemos cobrar, o STF não vai nos calar.” Criadora do grupo, Sara estava de cara limpa, à frente dos manifestantes. (ALVES, 2020, *n.p*)

Refletindo esta biografia, Sara Winter junto a Damares Alves estiveram envolvidas em uma situação que apresenta, do ponto de vista da política de extermínio e da criação de inimigo, que, como apresentado por Débora Diniz (2020), não se questionam, pelo contrário, reforçam o que o “patriarcado faz em nós”: uma criança de dez anos foi engravidada por conta de estupro realizado pelo seu tio – estupros estes que já ocorriam desde que a menina tinha 06 anos. Ao solicitar a realização do aborto, conforme previsto em Lei, e tendo o aborto sido autorizado pela justiça, a criança teve seus dados vazados e estes publicados em rede social por Sara Winter. Levando a menina e sua família – que a apoiou – a sofrerem perseguições a ponto dela ter tido inicialmente o procedimento negado por uma instituição pública e, posteriormente, ter tido manifestação em frente ao hospital que aceitou realizar o procedimento.

Como afirma matéria publicada na revista Piauí, por Renato Alves (2020),

A terrível história da menina de 10 anos grávida do próprio tio ficou ainda pior com a intervenção da militante bolsonarista Sara Winter. A menina, que vinha sendo estuprada pelo parente desde os 6 anos, recebeu autorização da Justiça para interromper a gravidez. O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, em Vitória, no Espírito Santo, se recusou a fazer o procedimento, alegando que a gestação já passava de 22 semanas, e a menina então foi encaminhada para outro hospital em Recife, em Pernambuco. Sara Winter, que se tornou militante antiaborto, revelou publicamente a identidade da garota – que vinha sendo protegida, como manda o Estatuto da Criança e do Adolescente – e o endereço do hospital em Recife. Com isso, transformou a vida da menina e de sua família num tormento ainda maior: militantes contra o aborto assediaram a criança e a família para convencê-las a manter a gravidez. Cada vez que ouvia falar nisso, a garotinha teve crises de choro. Ela não queria levar a gravidez adiante. (n.p)

Damares foi envolvida na situação porque houve questionamentos acerca do vazamento dos dados sigilosos à Sara Winter e, também, porque, a partir de matéria publicada na Folha de São Paulo<sup>48</sup> no dia 20 de setembro intitulada “Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos”, a qual afirmava que a ministra enviou equipe para tentar retardar o procedimento, bem como chegou a participar de reuniões nesse intuito, o Ministério Público entrou com uma solicitação, junto ao Tribunal de Contas da União, para que o caso fosse apurado<sup>49</sup>.

<sup>48</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml> > Publicada por Carolina Vila-Nova, em 20 de setembro de 2020. Acesso em 17 de maio de 2021.

<sup>49</sup> Para maiores informações ver: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/mp-quer-apuracao-de-acao-de-damares-no-caso-da-menina-de-10-anos-vitima-de-estupro-24652081> > Publicada por Paula Ferreira e Contança Tatsch, em 21/09/2020. Acesso em 17 de maio de 2021.

Importa dizer que essa criança, vítima de seu tio e do Estado, era negra e pobre, já refletindo em seu corpo o que o sistema racista, patriarcal faz sobre os corpos de quem não pode pagar por um aborto seguro. Nesse sentido, podemos afirmar que, apesar de o aborto ter ocorrido, em certa medida essa operação de exposição e perseguição serviu como mais um instrumento para tentar criminalizar e intimidar mulheres – especialmente as vítimas de estupro, situação até então permitida por lei – de terem seu direito ao aborto assegurado. Como já é sabido: não é o fato de criminalizar o aborto que faz com que ele não aconteça, no entanto as maiores vítimas do aborto clandestino são as que não podem pagar por ele: majoritariamente mulheres negras pobres.

Além dessa aliança entre Damares Alves e Sara Winter – que aparentemente sofreu uma “ruptura” – Maria das Dores Campos Machado (2020, p. 105) nos sinaliza que a ministra indicou Ângela Vidal Gandra da Silva Martins, advogada católica e filha de Ives Gandra, para assumir a secretaria nacional da Família. Vale ressaltar que Ives Gandra – advogado, católico vinculado ao Opus Dei - é um agente muito importante na cruzada anti-gênero no Brasil.

Nessa direção, a autora, dentre outras questões, nos chama atenção para o importante papel das mulheres neoconservadoras nas campanhas anti-gênero, sendo a “valorização da família e a ênfase no cuidado das crianças” os principais elementos que mobilizam as mulheres cristãs no Brasil. Assim, apresenta que,

Paradoxalmente, as campanhas anti-gênero, que tem consequências nocivas para vários segmentos sociais, entre eles feminino e infantojuvenil, têm mobilizado mulheres de diferentes grupos cristãos. Às mulheres sempre coube a tarefa de transmitir as crenças religiosas para os familiares e para as novas gerações. Agora, como ativistas dos movimentos neoconservadores, elas desempenham um papel simbólico importante no confronto com as feministas; afinal, são mulheres desqualificando e questionando as teses emancipacionistas de outras mulheres. O ativismo dessas cristãs na luta contra a “ideologia de gênero” reafirma, na sociedade, a existência de um grupo de mulheres que valoriza a religião e que não quer renunciar aos valores propagados por sua comunidade confessional. Ou seja, o ativismo das mulheres cristãs neoconservadoras joga luz nas diferenças ideológicas dentro do segmento feminino, tornando a tarefa das feministas ainda mais espinhosa. As diferenças e os embates fazem parte do jogo democrático. O problema se instala quando os cristãos neoconservadores fomentam a intolerância [...] e adotam procedimentos políticos para abolir as diferenças – por exemplo quando apresentam projetos de leis vetando o debate político partidário e a educação sexual nas escolas.” (MACHADO, 2020, p. 131)

No que tange ao campo da Educação, mais diretamente, Maria das Dores Campos Machado (2020, p. 111) também apresenta que inicialmente havia sido escolhido uma indicação de Olavo de Carvalho, o teólogo católico, Ricardo Vélez que, conforme aponta a autora,

“assumi o cargo declarando que sua gestão seria marcada pela defesa dos “valores tradicionais ligados à preservação da família e da moral”.

Na ânsia dessa defesa, o então Ministro chegou a instituir uma “comissão para fazer uma análise ideológica das questões preparadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com o objetivo de eliminar questões relacionadas a diversidade sexual e relações de gênero e que criticassem a ideologia do novo governo”. (MACHADO, 2020, p. 111-112)

Apesar disso, o Ministro foi demitido rapidamente e substituído pelo polêmico ultraconservador, com articulação entre católicos e evangélicos, Abraham Weintraub. Este ficou cerca de 01 ano e 02 meses (abril de 2019 a junho de 2020) no Ministério da Educação, mas foi tempo o suficiente para pôr em prática o aprofundamento da perseguição aos/as professores/as e o ataque às Instituições Públicas de Ensino, em nome da moral, da família e do combate à “ideologia de gênero”.

Após a saída de Weintraub, chegou a ser publicada a nomeação de Carlos Decotelli enquanto ministro, no entanto, após ampla polêmica por conta de informações envolvendo o currículo do mesmo as quais não condiziam com a realidade, este não chegou de fato a assumir o cargo, tornando a nomeação sem efeito<sup>50</sup>. Vale ressaltar que outros ministros do governo Bolsonaro também tiveram seus currículos questionados<sup>51</sup>, no entanto, o único negro envolvido em algo nesse sentido foi o único a não assumir o cargo.

Assim, desde 16 de julho de 2020, o Ministério foi ocupado por Milton Ribeiro, pastor presbiteriano, formado em teologia e direito, doutor em educação, o qual chegou a afirmar, dentre outras questões que, “Hoje, ser um professor é ter quase que uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa<sup>52</sup>”. Além disso, o ministro que se apresenta enquanto um defensor da família e opositor à “ideologia de gênero”, em março de 2021 nomeou Sandra Lima de Vasconcelos Ramos, crítica à "ideologia de gênero" e que compartilha alguns

---

<sup>50</sup> Para maiores informações ver: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53242665> > Publicada em 30 de junho de 2020. Acesso em 17 de maio de 2021.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Para maiores informações, ver: Ministro da Educação insulta professores, de Gabriel Grabowski. Publicado 5 de outubro 2020. Disponível em: <[extraclasse.org.br/opinião/2020/10/ministro-da-educacao-insulta-professores/](http://extraclasse.org.br/opinião/2020/10/ministro-da-educacao-insulta-professores/)> Acesso em 28 de janeiro de 2021.



posicionamentos com Damares Alves, como coordenadora dos materiais didáticos para Educação Básica da pasta<sup>53</sup>.

Além desses ministros, não me debruçarei sobre, mas cabe chamar atenção para o Ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem sido o principal executor da política neoliberal do governo Bolsonaro, levando ao extremo a ideia de estado mínimo (para os direitos sociais) e máximo para o Capital, mesmo em um período de pandemia mundial, de modo a aprofundar a crise da reprodução social a qual denunciam Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019), uma vez que “quando uma sociedade retira a sustentação pública à reprodução social e engaja suas principais provedoras em longas e cansativas horas de trabalho mal remunerado, ela esgota as próprias capacidades sociais de que depende” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 111)

Além dele, cabe alertar para o Meio Ambiente, onde o ministro Ricardo Salles tem conseguido tocar um projeto completamente pró-agronegócio, agradando a bancada do boi e aproveitando a pandemia do novo corona vírus – já que a cobertura midiática estava focada nesta pauta -, como ele mesmo sinalizou em reunião realizada no dia 22 de abril de 2020<sup>54</sup>, para ir “passando a boiada”, em detrimento do desmatamento desenfreado das nossas florestas e de mortes e perseguições ao povo indígena, devido à exploração/ invasão das terras.

Importa chamar atenção, ainda, sobre os Ministros da Saúde, os quais, frente à Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) tiveram três substituições: Luiz Henrique Mandetta foi substituído por Nelson Teich; que, por sua vez, foi substituído pelo general Eduardo Pazuello; Pazuello, posteriormente, foi substituído por Marcelo Queiroga. Mandetta foi demitido após dar credibilidade e reforçar as medidas de prevenção recomendadas pela Organização Mundial de Saúde em contraponto às falas do presidente Jair Bolsonaro que chegou a afirmar que o isolamento social não era necessário.

Já Teich pediu demissão do cargo com menos de um mês de mandato (de 17 de abril a 15 de maio de 2020) por conta de divergir do presidente em relação à eficácia da cloroquina no tratamento referente ao Coronavírus – o ministro afirmava que não havia comprovação de tal

---

<sup>53</sup> Para maiores informações ver: <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/milton-ribeiro-nomeia-critica-da-ideologia-de-genero-para-coordenar-materiais-didaticos-do-mec-24917844> > Guilherme Amado. Publicado em: 10 de março de 2021. Acesso em 17 de maio de 2021.

<sup>54</sup> A íntegra da cobertura da reunião ministerial de 22 de abril de 2020 está disponível no Youtube. Para maiores informações, ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=TjndWfgiRQQ> >

eficácia, enquanto o presidente se debruçava em divulgar que esta seria basicamente a cura para o Coronavírus, aprofundando cada vez mais a gravidade das *fakenews*.

Com a saída de Teich, o general Pazuello foi nomeado inicialmente como ministro interino do Ministério da Saúde. Em setembro de 2020 foi efetivado como ministro. Este atendeu as solicitações do presidente, sem entrar em divergência com o mesmo. Fazendo jus à política de morte – seja por conta da displicência, por meio de brincadeiras, por propagação de fake News, mas principalmente pela negação de evidências científicas de formas de controle e cuidado à Covid -19, especialmente a partir do estímulo ao tratamento (chamado por ele posteriormente de atendimento) precoce à COVID-19, sem eficácia científica comprovada, como sendo a própria negação das ciências. No entanto, por conta de inúmeras polêmicas, Pazuello foi substituído, em março de 2021, por Marcelo Queiroga – que ainda encontra-se no início da gestão.

Nessa perspectiva, importa dizer que a “cruzada-anti-gênero”, no Brasil, ao avançar na arena pública, atrela-se também ao que vem sendo denominado por alguns/algumas autores/as de neofascismo brasileiro, o qual, importa dizer, tem sido refletido em relação direta com o bolsonarismo - considerado por Filgueiras e Druck (2019) enquanto um movimento cujo principal meio de mobilização e organização, diferentemente do “fascismo histórico” se dá, não através de um partido político unificador, mas sim, através das redes sociais e da constituição de “milícias digitais bolsonaristas”.

Desse modo, podem ser identificados no movimento neofascista brasileiro três núcleos (todos eles representados no Governo Bolsonaro) que atuam de forma relativamente independente, mas que convergem, podendo vir a se constituir na base de um futuro Partido Neofascista: 1- as milícias digitais presentes nas redes sociais e que constituem o núcleo original e central do bolsonarismo; 2- as Igrejas Evangélicas, político-ideologicamente neoliberais e reacionárias na cultura, na moral e nos costumes; 3- a Lava jato, entendida no seu sentido amplo, político, que agrega segmentos do Judiciário, inclusive membros do STF e do Ministério Público, e a Polícia Federal. Pairando sobre todos eles, encontram-se Instituições privadas de extrema direita (algumas financiadas pelo imperialismo), grupos de empresários e organizações empresariais do grande capital (de diversos setores) com uma agenda neoliberal extremada e fundamentalista.” (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019 *n.p.*)

Como afirmam os/as autores/as, apesar da presença de elementos neofascistas, o governo Bolsonaro ainda não se configura enquanto um regime neofascista, uma vez que ainda há resistência por parte da própria direita tradicional neoliberal e de militares, que entendem

como não-fascistas, bem como com resistências que ocorrem dentro das próprias instituições estatais e dos movimentos sociais organizados.

Filgueiras e Druck (2019) apontam que o neofascismo é “um produto político” que advém do modo de produção capitalista, em seu aprofundamento neoliberal.

Portanto, está-se diante de um “neofascismo neoliberal”: uma espécie de combinação aparentemente bizarra de nacionalismo xenófobo com neoliberalismo. Mas, ao mesmo tempo, o Estado de Exceção acompanhado, ou não, de um movimento/regime neofascista parece ser, cada vez mais, a forma política mais adequada ao capitalismo neoliberal – tendo em vista a incapacidade estrutural deste em incorporar os interesses dos “de baixo”.

Em suma o Estado de Exceção (de natureza neofascista ou não) é a resposta que decorre do conflito, cada vez mais agudo, entre capitalismo e democracia, ao mesmo tempo em que expressa a crise do Estado nacional colocado em “xeque” pela mundialização do capital. Por isso, e diferentemente do fascismo histórico, o Neofascismo contemporâneo, de braços dados com o neoliberalismo, não consegue mobilizar o Estado como condutor de um projeto nacional totalizante, que incorpore as distintas esferas constitutivas da sociedade: econômica, social, política e cultural. (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019 n.p.)

No entanto, apesar de trazer em seu discurso um nacionalismo exacerbado, vide o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” do governo Bolsonaro,

[...] o bolsonarismo, como todo neofascismo na periferia do capitalismo, só é nacionalista retoricamente; a condição dependente das burguesias periféricas não levou à constituição de nações completas, os seus interesses estiveram historicamente, desde sempre, articulados de forma subalterna aos interesses do imperialismo em suas distintas fases. O papel do falso nacionalismo no Neofascismo Neoliberal Periférico tem por objetivo político-ideológico negar a existência de classes sociais e seus distintos interesses, sobretudo desconstruindo a possibilidade de uma identidade política própria das classes trabalhadoras. Em síntese, a dimensão nacional substitui e apaga a dimensão social, inclusive deslegitimando distinções étnicas, de gênero e de orientação sexual. (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019 n.p.)

Desse modo, como parte desse processo de deslegitimação, o que se pode afirmar acerca do combate à “ideologia de gênero” neste governo é que ele tem aprofundado de forma ainda mais rápida uma política de ódio e de violência às mulheres e à população LGBTQI+ no país, causando enormes prejuízos aos direitos humanos, especialmente das mulheres (cisgêneras, transgêneras, negras, indígenas, pobres), a partir também de um grande ataque aos estudos de gênero.

Apesar das fragilidades do neofascismo brasileiro, que, conforme apresenta Boito Jr (2020, p. 118) “dá mostras de incompetência organizativa”, é fato que ele é resultado de um processo que tem colocado em xeque a democracia (apesar de burguesa) frágil e recente do Brasil. Desta forma, é possível evidenciar que, mesmo sem o Movimento Escola sem Partido

tendo grande atuação (ou visibilidade) após a eleição de Bolsonaro, as ações que o presidente e os/as seus ministros/as tem realizado tem servido para pôr em prática o ataque aos estudos de gênero e de sexualidades, bem como às mulheres e à população LGBTQI+, especialmente as/os negras e indígenas, mesmo com a decisão do STF em relação à inconstitucionalidade dos PLs e mesmo com a – até então - principal liderança do MESP se retirando do Movimento.

Como apresenta o documento da Frente Escola sem Mordaça (2020),

(...) este ano também cresceu o movimento de militarização de escolas públicas. Depois do governo federal criar no ano passado o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, um incentivo financeiro e programático para escolas públicas cujas comunidades escolares decidam pela sua militarização, a militarização parece estar ocupando o lugar de grande solução para a educação no discurso conservador. Recentemente, o governo do Paraná decidiu militarizar 215 escolas públicas, quase a mesma meta do governo federal para os 4 anos de governo bolsonarista (216). No anúncio do ato o governador do Paraná, Ratinho Junior, dizendo que o estado precisa de “novas ideias”, chamou a escola militarizada de “modelo vencedor” graças às suas boas notas no IDEB. Ele usa de argumento esdrúxulo, a comparação de escolas com desigualdades categóricas de financiamento, – escolas públicas comuns e escolas militares com estrutura muito diferente – para defender o programa. Sabe-se, porém, que a articulação desse projeto à figura de Bolsonaro e a censura que acontece em escolas militarizadas transforma esse modelo no novo Escola sem Partido conservador. (MOURA; SILVA, 2020, P.26)

O avanço da militarização das escolas públicas tem servido como forma de controle dos corpos e das sexualidades dos/as jovens/as, especialmente negros/as, desse país, sob a lógica da necessidade do estabelecimento da ordem, da moral e dos bons costumes. Importa reforçar a aliança estreita entre Jair Bolsonaro e o que autores como Pedro Marín vem denominando de “Partido Fardado”, por isso também ao falar do fascismo no Brasil, Carlos Eduardo Rebuá, (2019) nos aponta que

O Brasil de Bolsonaro, Moro, Damares e Guedes é um país que já não estranha o medo há muito, tornando-o capital político e diapasão entre e intra classes e aperfeiçoando um *habitus* que é encontrar justificativas estapafúrdias e cínicas, porque todas elas são, para a tortura, a execução de negros e negros pobres, a expulsão dos indesejáveis de seus locais de moradia, o fim das aposentadorias, o estupro de quem merece, metralhar adversários, esterilizar quilombolas, *uberizar* o trabalho, condenar o aborto em todos os casos, armar o professor a fim de se evitar massacres em escolas (e nunca matamos tanto nos espaços de saber), prender mais gente, internar mais gente, corroer mais gente. (REBUÁ, 2019, n.p)

Com isso, apesar de, como aponta o documento da Frente Escola sem Mordaça (2020), ter se criado uma ideia de que ao assumir o governo, Bolsonaro iria tornar o Escola sem Partido

em uma política nacional, como afirmam Moura e Silva (2020), rompendo com as expectativas do próprio MESP, isso não aconteceu. Para elas,

O Escola sem Partido pode ter esfriado porque sua visão de mundo está plenamente representada nesse governo. Vindo de um berço neoliberal, a austeridade genocida de Guedes e Bolsonaro é contemplada. O fundamentalismo religioso tem uma representante impermeável no governo, a ministra Damares, que não só defende a abstinência como quer esvaziar a função da comissão de anistia. Em muitas formas a composição atual do governo espelha também a composição ideológica que criou, manteve e difundiu a existência do “problema da doutrinação”. Para este movimento e o governo atual, os marcadores sociais de desigualdade e opressão como gênero, raça, classe e sexualidade, são armas do marxismo cultural. Conhecimento científico é conspiração globalista, e a força disso na sociedade atualmente certamente deve agradecer ao Escola sem Partido por ter limado a respeitabilidade de professores nos últimos anos. (MOURA; SILVA, 2020, p. 12 – 13)

Nesse sentido cabe estarmos atentas e fortes - ainda mais - afinal não é de hoje que em nome de Deus, da família, e da moral se realizam barbaridades. Essas reflexões servem como um caminho possível para analisarmos o contexto atual. Graça Druck e Luiz Filgueiras (2018;2019) ao apontarem a possibilidade de um movimento neofascista no Brasil, estavam realizando análises conjunturais e, portanto, assumiram explicitamente a possibilidade do erro de análise, uma vez que esta se dá no momento em que os eventos históricos estão ocorrendo. Da mesma forma, compartilho com a autora e o autor a possibilidade do equívoco na análise do momento presente. No entanto, acredito que refletir tal contexto se faz imprescindível para pensarmos as estratégias de enfrentamento ao ultraconservadorismo.

### **4.3 FEMINISMOS: NENHUM MINUTO DE SILÊNCIO AOS ATAQUES E RETROCESSOS**

Nas seções anteriores apresentei a escalada ultraconservadora e os ataques que os estudos e as estudiosas de gênero vêm sofrendo a partir da difusão da chamada “ideologia de gênero” pelo Movimento Escola sem Partido no Brasil. Nesta seção, no entanto, considero fundamental explicitar que, ao longo desses ataques e retrocessos, os movimentos feministas, em suas mais diferentes frentes, tem se posicionado e enfrentado essas reações frente aos pequenos, porém importantes avanços em suas agendas.

Em meio a todo esse cenário, entendo importante iniciar esse destaque a partir da atuação de duas frentes feministas de extrema relevância: as católicas feministas e as feministas evangélicas. Afinal, em meio ao avanço do ultraconservadorismo apresentado anteriormente,

fica nítido o papel da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas na construção, difusão e perseguição aos estudos e estudiosas de gênero, aos movimentos feministas, às mulheres e LGBTQIA+, dentre outros, no entanto as instituições “oficiais” por si só não dão conta da pluralidade que a compõe, bem como acabam por ocultar as inúmeras resistências existentes interna e externamente.

Assim, como afirma Maria das Dores Campos Machado, “(...) existem divergências ideológicas e disputas entre os segmentos católicos e evangélicos pela hegemonia cultural na sociedade, bem como vozes dissonantes no interior de cada um desses braços do cristianismo.” (MACHADO, 2020, p. 132). Nesse sentido, cabe dizer que tais vozes dissonantes não são recentes. Fabíola Rohden (1997) nos lembra que dentro do catolicismo, por exemplo, já na década de 1960, especialmente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as mulheres passam a se organizar dentro da Igreja, numa perspectiva – a partir também da Teologia da Libertação – de renovação da própria Igreja, mas é a partir da década de 1980 é possível identificar a produção de uma teologia feminista no Brasil.

Existem muitas críticas de teólogas católicas em relação à Teologia da Libertação e a forma como as CEBs, por vezes, estavam pautadas numa lógica de hierarquia patriarcal e misógina, apesar de ser composta, em ampla maioria, por mulheres. Ao ser questionada por Maria José Rosado-Nunes sobre “Quais foram e quais são os pontos de maiores contatos e enriquecimento entre a Teologia da Libertação e a Teologia Feminista? Como a Teologia Feminista articula as reivindicações feministas com aquelas de justiça social, uma vez que as preocupações com a questão social estão na origem da TF?”, Ivone Gebara, teóloga feminista católica, assim como Rosado-Nunes referência no debate da Teologia feminista, responde:

Os pontos de maior contato estão na perspectiva ética encontrada no texto do Evangelho. A Teologia da Libertação se estruturou em torno da opção pelos pobres, dos oprimidos, como critério para a reconstrução do mundo, com base para o processo de salvação. Essa matriz ética presente nos profetas e profetizas e na tradição de Jesus é retomada igualmente pela Teologia Feminista. Entretanto, a maior parte das teologias feministas separa-se de certa forma da teologia masculina da libertação quando se trata da manutenção da dogmática patriarcal, das imagens de Deus masculinas e de um conceito de salvação estreito que inclui apenas a pessoa individual de Jesus de Nazaré. (ROSADO-NUNES, 2016, p. 299-300)

Nesse sentido, é possível identificar uma ruptura das teólogas católicas em relação às hierarquias e imagens patriarcais perpetradas pela Igreja. Em meio a essas rupturas,

Um marco fundamental nesse processo, para as teólogas católicas, é o diálogo entre elas e militantes feministas que começa a ser travado no início da década de 1990. Teólogas e feministas passam a se aproximar, descobrir as diferenças e semelhanças

dos seus trabalhos com mulheres e trocar suas experiências. Isso se dá particularmente a partir da temática dos Direitos Reprodutivos, que volta a ganhar mais atenção na agenda feminista dos anos 1990. As teólogas, ao pretenderem trabalhar com a questão feminina, tiveram que se deparar com esta problemática, a partir do seu contato com as mulheres de camadas populares, em especial as mulheres das CEBs, que já há algum tempo vinham assumindo um comportamento reprodutivo de certo modo contrário às normas oficiais da Igreja. Diante da dificuldade de lidar com a questão, as teólogas aceitam o chamado das militantes feministas para um diálogo centrado nesse tema. São realizados, então, uma série de encontros que visavam debater o tema Teologia e Direitos Reprodutivos. (ROHDEN, 1997, p. 59)

Dentre as feministas católicas, não podemos deixar de mencionar o trabalho histórico das Católicas pelo Direito de Decidir – Brasil, segmento brasileiro das Católicas pelo Direito de Decidir que surge nos Estados Unidos da América e se articula hoje em 12 países, para apresentar a complexidade desses processos.

Católicas pelo Direito de Decidir (CDD-Br) é uma organização não-governamental feminina de caráter ecumênico que busca justiça social e mudança de padrões culturais e religiosos vigentes em nossa sociedade, respeitando a diversidade como necessário à realização da liberdade e da justiça. Desde sua criação no Brasil, em 1993, CDD-Br promove os direitos das mulheres (especialmente sexuais e reprodutivos) e luta pela igualdade nas relações de gênero e pela cidadania das mulheres, tanto na sociedade como no interior da Igreja Católica e de outras igrejas e religiões, além de divulgar o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar decisões sobre todos os campos de suas vidas. (CDD, 2004, p. 13)

Em 2003, antes do Movimento Escola sem Partido ganhar a visibilidade e um ano antes da sua criação oficial, as Católicas Pelo Direito de Decidir comemoraram seus 10 anos de organização. Como comemoração foi lançado o caderno com a edição de aniversário cujo título já era: *Afirmando o Sagrado Direito de Decidir em tempos de fundamentalismos* (2004), no qual já apontavam a necessidade de fortalecer as lutas contra o avanço dos fundamentalismos e denunciavam, em certa medida, a articulação entre religião e política/políticos.

De lá pra cá, as Católicas pelo Direito de Decidir mantem-se questionando a moral sexual religiosa, a hierarquia da Igreja e se articulado, ainda mais, com diferentes frentes feministas, em especial na luta pela legalização do aborto e pela laicidade do Estado. Para elas, “a legalização do aborto não deve se subordinar a um debate religioso. É tarefa para o Estado, que constitucionalmente é laico. É a Constituição que oferece as bases para a garantia desse direito e não a bíblia ou qualquer outro livro religioso.” (CDD, 2020, *n.p.*)

Além da articulação que tal Organização realiza em torno da legalização do aborto, nos últimos anos ela tem realizado diferentes ações em prol do direito à educação sexual nas escolas, contra o Movimento Escola sem Partido e denunciando também a cruzada em nome do combate à “ideologia de gênero”. Em 2016 organizaram um debate intitulado *Conservadorismo na*

*Educação: uma ameaça à Democracia*, no qual, segundo a chamada exposta em sua página eletrônica, apresentava um convite para discutir o cenário de ataques realizados por “políticos e religiosos conservadores infiltrados em todas as instâncias governamentais” (CDD, 2016, n.p.).

A CDD divulgou, em 2017, o resultado de uma pesquisa que tinha “o objetivo de levantar a opinião dos brasileiros sobre a abordagem de assuntos relacionados à Educação Sexual e à igualdade de gênero nas escolas” (CDD, 2017, n.p), pesquisa esta encomendada pela Organização ao IBOPE Inteligência. Os resultados da pesquisa apresentaram, dentre outras coisas, que

Para 42% dos entrevistados na pesquisa, os(as) alunos(as) de escolas públicas deveriam receber aulas de educação sexual a partir dos treze anos ou mais, 36% preferem a partir dos dez anos e outros 10% antes dos dez anos. Apenas 9% dos brasileiros disseram que os(as)alunos(as) de escolas públicas não deveriam receber aulas de educação sexual. Somam 3% os que não sabem ou se abstêm de responder. (CDD, 2017, n.p)

Com os resultados da pesquisa, em 2018, a CDD realizou um evento intitulado “*Escola Sem Partido e a Perpetuação das Injustiças de Gênero*”, denunciando que

Apesar dos números revelados pela pesquisa apresentarem um cenário favorável a uma conversa aberta e democrática nas escolas, a incidência no legislativo de grupos fundamentalistas em favor da censura deste debate vem crescendo e ameaçando a consolidação de um Estado verdadeiramente laico. (CDD, 2018, n.p)

Essas e outras denúncias, ações e mobilizações da CDD-BR ao longo da sua história, mas, especialmente, nestes últimos anos conforme apresentados, fizeram com que, em 2020, a Organização sofresse uma grave retaliação, tendo sido proibida judicialmente de utilizar o termo “Católicas” em seu nome. Contestando tal proibição, reafirmando-se católicas, em apoio à CDD-BR, a Rede de Católicas pelo Direito de Decidir afirma que

**Esse tipo de ação fundamentalista não nos enfraquece.** Pelo contrário, nos une num abraço latino-americano e caribenho, para levantarmos nossas vozes em conjunto; fortalece-nos para que, em uníssono, possamos exigir a validade e a garantia efetiva de todos os direitos, pois estes não podem e não devem ser revertidos. Por isso, as mulheres em toda a nossa diversidade, sem abandonar a nossa fé, continuarão muito atentas para defender com toda a dignidade que “o pessoal é político”. Por isso, todas as Católicas pelo Direito de Decidir, de onde estivermos, continuaremos imparáveis nesta aposta justa e necessária em defesa do sagrado direito de decisão das mulheres. (CDD, 2020, n.p., *grifos das autoras*)

Evidente que a retaliação posta à CDD- Brasil é sinal do incomodo de setores ultraconservadores frente à atuação das Católicas. Ao proporem essa retirada de nomenclatura,



basicamente, eles estão tentando negar o lugar de fé dessas mulheres, deslegitimando-as. No entanto, a demarcação de apoio latino americano e caribenho da rede CDD reforça não apenas a internacionalização das resistências feministas, mas também, o fortalecimento de bandeiras históricas referente à liberdade, ao direito de decisão dessas mulheres sobre si, sobre sua fé, sobre os seus corpos que tentam silenciar.

Nesse processo de resistência, soma-se às feministas católicas as feministas evangélicas protestantes. Segundo Heloisa Buarque de Hollanda e Lilia Dias Mariano (2018)

Precisamos mapear alguns pontos: não há movimentos feministas em igrejas pentecostais ou neopentecostais; as feministas pioneiras vieram das igrejas protestantes históricas (luterana e anglicana) e inspiraram as feministas das igrejas protestantes de missão, sendo as metodistas as pioneiras. Toda a práxis feminista entre protestantes de missão é resultado da entrada das mulheres em posições de sacerdócio, algo que até a primeira metade do século XX era impensável e ainda o é no catolicismo. (HOLLANDA; MARIANO, 2018, P. 401)

Apesar da existência de tal frente, as autoras apontam que

A caminhada de feministas cristãs nem sempre é perceptível para os coletivos de mulheres fora do ambiente eclesial, porque o próprio ambiente religioso é opressor. Por isso é muito raro ver feministas cristãs engajadas em movimentos em prol da regularização da profissão das prostitutas, pela legalização do aborto ou aderindo à Marcha das Vadias, o que não significa que sejamos contrárias aos direitos pleiteados nesses movimentos. Ocorre, porém, que existem aspectos teológicos profundos envolvidos nesses que são os verdadeiros “vespeiros” nos ambientes institucionais, de forma que nossas práticas acabam voltando-se mais à questão da violência contra a mulher em todas as suas formas. Assim, o cuidado de vítimas de violência, o trato e a denúncia dos violentos, a restauração emocional da mulher violenta e violada (sim, porque também há mulheres violentas) se tornam o enfoque principal. (HOLLANDA; MARIANO, 2018, P. 408-409)

Apesar desses “vespeiros”, Romi Bencke, pastora evangélica e secretária-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), afirma em entrevista no Podcast das Catolais (2020), que “nenhum assunto é proibido”, de forma que reforça a necessidade da luta contra os fundamentalismos e das discussões pela garantia dos direitos das mulheres, em especial direitos sexuais e reprodutivos.

Nessa direção, Maria das Dores Campos Machado (2020), chama a atenção para os coletivos feministas evangélicos, “como Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Frente Evangélica pelo Estado de Direito, Feministas Cristãs etc., que atuaram nos últimos anos e seguem atuando na contracorrente dos neoconservadores” (MACHADO, 2020, p. 132) Essas frentes católicas e evangélicas, somam-se à outras frentes feministas que tem atuado de forma potente no enfrentamento ao ultraconservadorismo.

Nessa perspectiva, como é sabido, os movimentos feministas passaram, após a chamada “terceira onda”, por um momento de pouca visibilidade em relação às suas ações. Isso não significa dizer, no entanto, que as feministas estavam paradas. Pelo contrário, é possível afirmar que os avanços conquistados nos últimos anos, os quais vem sofrendo grandes ataques são resultado da luta desses movimentos que não são recentes.

Nos últimos anos, vimos despontar o que algumas autoras denominam de quarta onda feminista, o que podemos entender enquanto um momento no qual vem ocorrendo grande mobilização e visibilização das pautas feministas. Esta tem sido marcado pela grande presença da juventude e agrega pautas históricas, como o fim da violência contra as mulheres, a legalização do aborto, o direito ao corpo, dentre outras pautas, mas o seu principal canal de mobilização e, por vezes de denúncias, seriam as redes sociais.

Na contramão do backlash, novos grupos de feministas despontam nas redes sociais presenciais, nas manifestações públicas e nas redes da internet. Distintos e inovadores coletivos como blogueiras feministas, cyberfeministas, marcha das vadias, organização das mulheres indígenas, mulheres da floresta, mulheres amazônicas, mulheres ribeirinhas vão dando lugar à manutenção e à consolidação de lutas feministas diversas. Alcançar a legalização do aborto, a sexualidade livre e responsável, a autonomia para construir diversos arranjos familiares e estilos de vida, a igualdade no trabalho e o acesso a diferentes profissões, a direitos sociais, à vida livre de violência, à saúde, aos direitos reprodutivos, ao erotismo, ao “poliamor”, às relações livres (sexuais), à diversidade de gênero, ao direito de se vestir de forma “não comportada”, são grupos, coletivos e temas que tanto inovam quanto se repetem e se apoiam.

Grupos de blogueiras feministas que acompanham os eventos que incidem contra os direitos das mulheres, que denunciam estupros, em parte, me fazem lembrar, dos grupos de reflexão, nos anos setenta e início dos oitenta, que propiciaram tantas decisões e manifestações. Ciclos se alternam. ( MACHADO, 2016, *n.p*)

Nessa alternância de ciclos, as redes sociais acabam por ganhar um espaço de extrema relevância, uma vez que, como afirmam Heloisa Buarque de Hollanda e Cristiane Costa (2018), nunca “as táticas e a militância das mulheres foram tão potencializadas e produziram reações e alianças na escala que se vê hoje”. (HOLLANDA; COSTA ,2018, p. 43). Nesse sentido tem sido possível estabelecer alianças feministas entre os territórios mundiais, reforçando e ampliando agendas coletivas comuns e específicas ao mesmo tempo. Paralelo a isso, tem sido fundamental o resgate das referências que antecederam o ciclo atual, bem como o diálogo (quando possível) entre as agentes dos diferentes momentos históricos.

Para Heloisa Buarque de Hollanda e Cristiane Costa (2018)

A multiplicação de vozes ativas proporcionada pelas redes permitiu um ganho significativo de visibilidade de correntes do feminismo até então pouco amplificadas, como o feminismo negro, trans ou lésbico. As questões mais recorrentes nas redes não

diferem muito das pautas das ondas feministas anteriores: violência, assédio, sexualidade, aborto, trabalho, sexismo, padrões compulsórios de beleza e de comportamento. A grande diferença hoje não está apenas na pauta do feminismo jovem, mas no encaminhamento dessas questões através da capacidade multiplicadora e articuladora da internet. Outro dado importante é que a rede potencializou uma estratégia feminista histórica, que se baseia na força agregadora do privado e das narrativas pessoais. (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 60)

Apesar da importância da amplificação dessas estratégias a partir das redes, cabe sinalizar algo que tem sido apontado, especialmente a partir de 2018, com o Manifesto do Feminismo para os 99%, que é o avanço do feminismo liberal, o qual, para Cinzia Arruzza (ARRUZZA, 2019, *n.p.*), é “ (...) um feminismo centrado na liberdade e igualdade formais, que procura certamente eliminar a desigualdade de gênero, mas através de meios que estão disponíveis apenas para mulheres da elite”.

Por isso, é importante que tais narrativas pessoais se potencializam a partir dos reconhecimentos coletivos, mas não só, que também acabem por, em determinados momentos, agregarem às lutas coletivas em torno de pautas mais amplas. Nessa perspectiva, alguns marcos destacam essa onda crescente de articulações feministas no Brasil e no mundo que agregam as redes sociais e as ruas. Dentre eles destacam-se o início da Marcha das Vadias que surgiu, como afirma Flavia Biroli (2018, p. 198), a partir das manifestações realizadas em Toronto, no Canadá, em 2011, por conta de um policial ter afirmado que estupros poderiam ser estimulados (ou não) a partir das roupas que as mulheres utilizam.

Assim, “No Brasil, uma primeira marcha ocorreu no mesmo ano, em São Paulo, seguida em 2012 de marchas em 23 cidades.” (BIROLI, 2018, p. 198); dentre os marcos, em 2015, tivemos o ato unificado pelo “Fora, Cunha!”, no qual, como afirmam Heloisa Buarque de Hollanda e Maria Bogado (2018),

(...) as mulheres protagonizaram com rapidez impressionante uma reação diante do retrocesso que significou a aprovação do projeto de lei (PL) 5069/2013, apresentado por Eduardo Cunha, cujo objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais. Por todo o Brasil, eclodiram mobilizações semanais com fortes protestos que culminaram em um ato nacional pelo “Fora, Cunha!”, no dia 13 de novembro. Nas ruas, vozes femininas ressoavam palavras de ordem como: “O cunha sai, a pílula fica”, “Meu útero não é da Suíça para ser da sua conta”, “As puta, as bi, as travas, as sapatão, tá tudo organizada pra fazer revolução” e “O Estado é laico, não pode ser machista, o corpo é nosso, não da bancada moralista (BUARQUE; BOGADO, 2018, p. 29)

Ainda em 2015, segundo as mesmas autoras, logo após o “Fora, Cunha!” aconteceu “a Primeira Marcha das Mulheres Negras, com 50 mil ativistas vindas de todas as regiões do país.” (BUARQUE; BOGADO, 2018, p. 30) e a quinta Marcha das Margaridas. “A quinta marcha das

trabalhadoras do campo, em agosto de 2015, reuniu 70 mil mulheres em Brasília. O nome da Marcha é uma homenagem a Margarida Alves, figura fundamental nas lutas das mulheres rurais, assassinada em 1983 ao reivindicar direitos das trabalhadoras do campo na Paraíba” (BUARQUE; BOGADO, 2018, p. 31)

Além dessas, importa destacar a conquista histórica, apesar de tardia, que garantiu direitos básicos às empregadas domésticas no mesmo ano. Por fim, em 2015, não podemos deixar de falar das ocupações das escolas por estudantes secundaristas que se iniciaram em São Paulo - por conta de o governo Geraldo Alckmin anunciar uma reorganização escolar para os colégios da rede estadual que, dentre outras questões, culminaria no fechamento de muitas escolas.

Esse movimento, que ficou conhecido como Primavera dos Secundaristas, não deixaria de ecoar a Primavera Feminista. O convívio nas ocupações permitiu que as meninas se articulassem com mais força e levantassem outras pautas. Uma delas foi o questionamento do controle das vestimentas femininas e masculinas. (BUARQUE; BOGADO, 2018, p. 38)

O ano de 2016, ano do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, também foi marcado por atos conjunto dos movimentos feministas a outras/os trabalhadoras/es, contra o golpe que estava sendo instaurado no país. Essas Primavera Secundarista também se reacendeu e/ou se desdobrou em ocupações e atos com outras categorias estudantis e de trabalhadores/as por 2016 a partir da proposta do governo Temer por uma reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 746) que, de forma não dialogada, dentre outras coisas, previa a não obrigatoriedade nos currículos escolares de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física e da chamada Proposta de Emenda Constitucional (PEC – 55/2016, anteriormente PEC 241), mais conhecida como PEC da Morte ou PEC do fim do mundo, uma vez que congela por vinte anos o orçamento previsto para “gastos” públicos, impactando diretamente nos investimentos sociais em áreas como a Educação e a Saúde.

Para além desses marcos, no mesmo ano ocorreu o estupro de uma adolescente por 33 homens. Esse estupro foi filmado pelos agressores e divulgado por eles nas redes sociais, atestando o que os movimentos feministas afirmam há muitos anos sobre a violência sobre os nossos corpos e a objetificação destes. Ao mesmo tempo, houve a culpabilização por parte da grande mídia e de setores da sociedade da jovem violentada. Com isso, “Em maio de 2016, as ruas do Rio de Janeiro e de outras cidades do Brasil foram tomadas por milhares de mulheres indignadas com o inaceitável estupro de 33 homens contra uma adolescente na zona oeste da

cidade. “Mexeu com uma, mexeu com todas”, gritavam.” (BUARQUE; BOGADO, 2018, p. 36)

Em 2017 impulsionou-se no mundo inteiro as greves transnacionais do 08 de março. Tais greves se iniciaram em 2016, na Polônia,

(...) quando mais de 100 mil mulheres organizaram paralisações e marchas em oposição à proibição do aborto no país. No fim do mês, a ressurgência dessa recusa radical já havia atravessado o oceano e chegado à Argentina, onde mulheres grevistas enfrentaram o perverso assassinato de Lucía Perez como o grito combativo “Ni una menos”, que logo se espalhou por países como Itália, Espanha, Brasil, Turquia, Peru, Estados Unidos, México, Chile e dezenas de outros. (ARRUZZA;BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.31)

Estes movimentos se transnacionalizaram de fato em 08 de março de 2017, “quando organizadoras de todo o globo decidiram entrar em greve juntas” (ARRUZZA;BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.32), repolitizando e reposicionando nas agendas feministas o Dia Internacional das Mulheres, na contramão do feminismo liberal, a luta anticapitalista, antirracista, anti-imperialista, ecossocialista, que ganham ainda maior impulso em 2018, com o Manifesto para os 99%.

O movimento foi impulsionado pela Marcha das Mulheres em Washington, que atraiu entre 3,2 e 5,2 milhões de pessoas em 653 cidades do território norte-americano em 21 de janeiro de 2018, dia seguinte à posse de Donald Trump, e se tornou o maior protesto de um único dia da história dos Estados Unidos. Outras 261 marchas foram organizadas ao redor do mundo, não só pelos direitos das mulheres e dos LGBTQIS, mas também pelas lutas racial, trabalhista, ambiental e dos imigrantes. Os protestos demonstraram o desejo e a capacidade de o feminismo se articular com outras lutas e se tornar o mais inclusivo possível.” (BUARQUE; BOGADO, 2018, p.40)

Inúmeros atos feministas foram realizados no Brasil, em 2018. Dois deles são destacados nessa dissertação: os atos decorrentes do assassinato da vereadora Marielle Franco, que culminou também na morte de Anderson Gomes - motorista que dirigia o veículo em que estava a vereadora - em vias públicas e os atos do “Ele Não”, em oposição ao então candidato à presidente da República Jair Bolsonaro. Como afirma Talíria Petrone, no prefácio brasileiro do Manifesto para os 99%,

Marielle encarnava no seu corpo, na sua história e nas suas lutas as pautas desse movimento feminista dos 99%, internacionalista, anticapitalista e antirracista. Em vida, Marielle nunca se ausentou de um ato feminista sequer conta os golpes políticos, contra os cortes de direitos, conta o genocídio negro, pela descriminalização do aborto e pela vida das mulheres. Não por acaso foi assassinada, com quatro tiros nesse corpo socialista e libertário (...). Embora as investigações ainda não tenham sido concluídas, é possível afirmar que tramaram e executaram o plano de sua morte, em conluio, políticos e agentes do Estado envolvidos em milícias para-estatais. Mataram o seu corpo. O seu espírito de luta, não. (PETRONE, 2019, p. 21)

Nessa perspectiva, o espírito vivo de Marielle Franco fez com que, nas eleições de 2018, o Brasil tivesse uma quantidade expressiva de candidaturas feministas negras, e uma mulher indígena concorrendo, pela primeira vez, à vice-presidência do país por um partido de esquerda (Sônia Guajajara, pelo PSOL), além de ter reforçado a ânsia por justiça por Marielle Franco e Anderson Gomes. Até hoje, após três anos do seu assassinato, nos perguntamos: Quem mandou matar Marielle Franco e por quê? Continuamos em luta!

Como afirma Maria das Dores Campos Machado

[...] os movimentos feministas e os movimentos pelos direitos humanos e pela diversidade sexual seguem ativos em toda América Latina, ainda que com maior ou menor impacto, a depender da sociedade nacional, mobilizando a população contra as propostas políticas regressivas no campo da saúde reprodutiva e da sexualidade. Basta lembrar a difusão, entre diferentes países, do movimento #NiUnaMenos [Nem uma a menos] e do Paro Internacional de Mujeres contra o Patriarcalismo (Greve Internacional das Mulheres, no dia 8 de março); a mobilização das argentinas, em 2018, pela legalização do aborto; a viralização, em 2019, da performance artística do grupo chileno Lastesis “Um violador em tu caminho” [Um violador em seu caminho] etc. (MACHADO, 2020, p. 132)

Assim, é possível observar que não paramos, não cedemos. A importância desses atos está na visibilidade que ele dá as nossas pautas, às nossas reivindicações, nas inúmeras articulações que temos conseguido realizar, apesar das tentativas de silenciamento cada vez mais brutais, mas também – e hoje principalmente – para nos lembrar que não estamos sós, que somos muitas, que somos potências revolucionárias.

Como parte dessas potências, cabe chamar atenção para a atuação dos Núcleos de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismos no Brasil, que frente aos ataques que tentam não apenas deslegitimar seus estudos e produções, mas também demonizá-los e, ainda, fazê-los sucumbir junto, especialmente, às Universidades Públicas a partir dos cortes orçamentários que têm impactado e modificado suas estruturas e sustentação financeira, ao passo que também impactam e contribuem com as lutas contra os retrocessos. Tais Núcleos apresentam resistência, continuando a sua produção teórica no campo dos estudos de gênero e sexualidades, mas também construindo outros espaços de luta coletiva pela garantia dos direitos humanos, especialmente dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+.

Pensando, por exemplo, na atuação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre as Mulheres, da Universidade Federal da Bahia, criado em 1984, é possível identificar a indispensável articulação entre teoria e prática militante tanto nas próprias produções acadêmicas – indispensáveis para a leitura e intervenção na realidade -, quanto através da

publicação de notas de repúdio e apoio e da participação nas organizações de ato e presença de algumas professoras, pesquisadoras e estudantes feministas nos espaços de luta e militância, reafirmando assim a práxis feminista para além do espaço acadêmico.

Tais atuações podem ser percebidas, por exemplo, em eventos, como *O empoderamento das mulheres, a mídia e a luta pela democracia*, realizado em 2016<sup>55</sup>, no Ato público “Vai ter gênero nas escolas baianas, sim!”, como forma de manifestação diretamente vinculada à “defesa da permanência da perspectiva de gênero no Plano Estadual de Educação da Bahia.” (2016), organizado junto a outros coletivos, cursos e grupos de estudos da Universidade Federal da Bahia em 2016<sup>56</sup>, e que teve como resultado a criação da Frente Pró-diversidade no Plano Estadual de Educação da Bahia, a qual também contou com a participação do Núcleo<sup>57</sup>. Ainda, conforme apresenta em sua página do Instagram, em 2018, também esteve presente no ato do Ele Não e, dentre outras diferentes ações e produções, em 2021 participou da Greve Internacional de Mulheres (8M) a partir da ocupação virtual intitulada “mulheres vivas, na luta e pelo fora Bolsonaro”.

Nesse sentido, como afirma Soraia Carolina de Mello (2019)

Os movimentos sociais, as articulações e lutas, iniciativas individuais e coletivas, políticas públicas em prol da igualdade de gênero, que têm levado a cabo também debates sobre sexualidade e, através de diferentes frentes, têm transformado as vidas das pessoas – e salvado tantas outras – só podem ser específicos para os sujeitos hegemônicos. Lá na ponta dos processos, no final das contas, é para isso que servem os estudos feministas, para transformar e salvar vidas, para erradicar escandalosas e históricas injustiças sociais. (MELLO, 2019, *n.p.*)

Não à toa, sob o governo de Jair Bolsonaro estivemos/estamos, junto a outros movimentos, na luta contra esse governo de características neofascistas.

Desde 2020, temos vivenciado a pandemia mundial do Novo Coronavírus que, devido ao seu altíssimo contágio, tem como medida de prevenção o isolamento social. Desta forma, as mulheres, especialmente, mas não apenas as feministas, têm denunciado constantemente a retirada dos direitos sociais pelo governo Bolsonaro, precarizando, ainda mais, a vida das mulheres, com o aumento dos feminicídios<sup>58</sup>, o agravo da violência contra as mulheres,

<sup>55</sup>Ver: <<http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/o-empoderamento-das-mulheres-midia-e-luta-pela-democracia>>.

<sup>56</sup> Ver: <<http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/ato-publico-vai-ter-genero-nas-escolas-baianas-sim>>.

<sup>57</sup>Ver: <<http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/neim-participa-da-criacao-da-frente-pro-diversidade-em-defesa-do-plano-estadual-de-educacao-da-bahia>> .

<sup>58</sup> Segundo Dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre março e abril de 2020 comparando com os mesmos meses do ano anterior, houve um aumento de 22% no índice de feminicídio durante a pandemia. Para maiores informações ver: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/01/numero-de-casos-de->

especialmente pelos seus parceiros de relacionamento, a sobrecarga de trabalho, uma vez que as que conseguiram manter seus empregos em trabalho remoto ou em teletrabalho, por conta da conhecida divisão sexual do trabalho, tem tido que dar conta de inúmeras tarefas em seus domicílios ao mesmo tempo, a alta taxa de desemprego, o sucateamento das instituições públicas, em especial as de Educação (com cortes cada vez mais drásticos no orçamento), e ainda uma maior precarização do trabalho, em especial dos realizados pelas empregadas domésticas, composto majoritariamente por mulheres negras.

Além disso, temos visto o impacto do novo coronavírus na gravidez e o alto índice de mortalidade materna decorrente deste vírus e da ausência de assistência às mulheres grávidas, impactando majoritariamente as mulheres negras<sup>59</sup>. São tempos difíceis, mas seguimos.

Dentre alguns avanços obtidos, cabe olhar para as argentinas, irmãs latino-americanas, que em meio à pandemia, conseguiram legalizar o aborto no país, resultado de muita luta e organização coletiva. Como aponta o Manifesto para os 99%, “a nova onda de ativismos feminista combativo está redescobrando a ideia do impossível, reivindicando tanto pão como rosas: o pão que décadas de neoliberalismo tiraram de nossas mesas, mas também a beleza que nutre nosso espírito por meio da euforia da rebelião.” (ARRUZZA;BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.36).

Nessa direção, é na luta pela vida, pelo alimento, pela beleza e pela liberdade que bradamos, conforme diria o trecho de uma das nossas palavras de ordem, que “Feminismo é Revolução!”. E, é pela vida das mulheres, das LGBTQIA+, negras/os e indígenas, trabalhadoras/es que, nesse momento especialmente, importa, dentre outras coisas, continuar desvelando o que está por trás dos ataques em nome do combate à “ideologia de gênero” e criar outras estratégias de enfrentamento coletivas, uma vez que, conforme apresentado neste último tópico é possível perceber que muitas estratégias e articulações já estão postas.

---

femicidio-no-brasil-cresce-22-durante-a-pandemia.htm#:~:text=Dados%20levantados%20pelo%20F%3%B3rum%20Brasileiro%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica,de%20117%2C%20em%202019%2C%20para%20143%20neste%20ano.> Publicado em: 01 de junho de 2020. Acesso em 19 de maio de 2021.

<sup>59</sup> Em pesquisa realizada até junho de 2020, publicada pela revista médica *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, “foram notificadas 160 mortes de grávidas e puérperas em todo o mundo por Covid-19, sendo 124 delas no Brasil. Esses números apontam que o país é responsável por 77% das mortes mundiais.”; Ainda, no Brasil, “A mortalidade materna em mulheres negras devido à Covid-19 foi quase duas vezes maior que a observada em mulheres brancas”, conforme aponta o documento *Disproportionate impact of Covid-19 among pregnant and postpartum Black Women in Brazil through structural racism lens*. Para maiores informações e acesso aos documentos, ver: < <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/gestantes-puerperas-morrem-por-coronavirus-no-brasil/> > Publicado em: 1 jul 2020, por Isabela Schincariol. Acesso em: 19 de maio de 2021.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu **analisar os ataques realizados pelo Movimento Escola sem Partido, fundamentados no que denomina “ideologia de gênero”, aos estudos de gênero.** Para tanto, tentei articular nas seções que compõem este trabalho às categorias de *gênero*, *ideologia e moral*, por entender, a partir das leituras realizadas sobre a temática, que estas seriam chaves analíticas que contribuiriam para o que eu estava propondo enquanto objeto de investigação.

De antemão, acredito que as escolhas foram importantes para mim, na medida em que finalizo essa dissertação com o sentimento – e a compreensão ainda inicial - de que tais ataques, tratam-se de parte de um sistema patriarcal, racista e burguês e de moral cristã e burguesa ultraconservadora que identifica nos estudos de gênero uma grande ameaça ao *status quo*, por conta da própria radicalidade (no sentido de ir às raízes, especialmente das opressões) a que se propõe tais estudos.

Através de um percurso que se valeu de elementos da análise de discurso crítica, e da tentativa de uma análise a partir da epistemologia do ponto de vista feminista, pude identificar que os estudos em torno dessa temática compreendem que a cruzada contra a chamada “ideologia de gênero” é um fenômeno transnacional. Apesar de ter apresentado brevemente como esse fenômeno tem se espreado – de forma rápida e intensa - pela América Latina, vale destacar que ele atravessa o Atlântico, estando presente também em outros continentes, e, em cada localidade, assume diferentes roupagens, apesar de a lógica ser, na minha compreensão, a mesma: a manutenção de sistemas hierárquicos de poder, de dominação e de exploração sobre/de determinados corpos, ou, em outras palavras, a manutenção do referido sistema patriarcal, racista, capitalista, heteronormativo.

Conforme a seção 2, essa Cruzada “nasce” e se intensifica em períodos em que os debates em torno dos estudos de gênero e sexualidades, bem como o avanço dos direitos das populações negras, indígenas, das mulheres e da população LGBTQIA+ (mesmo que possamos refletir que muitos direitos atendem à lógica liberal do capitalismo), travada – ou gestada – pela instituição da Igreja Católica durante os preparativos e as Conferências Mundiais da ONU, majoritariamente a partir da década de 1990.

Apesar de a Igreja Católica ser identificada no processo de construção inicial dessa Cruzada já ser algo bem reconhecido dentro dos estudos acerca da temática – fato que pude identificar a partir dos levantamentos e leituras -, fiz questão de ressaltar esse histórico para,

primeiramente tentar sistematizar elementos de quando, em que contexto e com que finalidade se iniciam os ataques aos estudos de gênero em nome do combate à “ideologia de gênero”; segundo porque ao levantar esse histórico conseguimos entender como, no Brasil, esse discurso ganha corpo, especialmente nas disputas religiosas e nos debates entre secularismo e laicidade no que tange ao Estado; terceiro porque, no senso comum, pensando a nível de Brasil, vemos como as Igrejas Evangélicas, ao ganharem especial destaque midiático, aparentam ser o principal sujeito nesse cenário, invisibilizando o papel fundamental da Igreja Católica.

Por último, mas não menos importante, ao expor esse histórico, especialmente a partir da análise de alguns documentos produzidos pela Igreja e da tentativa de identificação de como o combate à “ideologia de gênero” vai sendo travado ao longo dos papados, tendo nas escolas e universidades espaços de destacado interesse da Instituição – mesmo por um papa tido como progressista em outras áreas, como é o caso do papa Francisco - , tentei apresentar como temos permitido que os nossos estudos em torno da ideologia de gênero sejam captados e distorcidos para um significado que não é o que ele se propõe.

Tal destaque dado à Igreja Católica não significa desconsiderar, muito menos minimizar o papel das Igrejas Evangélicas – e de outros atores - e o seu papel estratégico na apropriação e difusão de tal sintagma especialmente na arena política. No entanto, se pretendeu explicitar como tal Instituição cumpriu e cumpre papel central na construção da “ideologia de gênero” e na sua difusão.

Nesse sentido, resalto que trata-se, também de uma disputa ideológica e epistemológica. Considero que estamos perdendo algumas batalhas, especialmente por não reivindicarmos uma produção que, além de ter sido produto histórico de algumas feministas, pode nos ajudar a desvelar o cenário atual – e também histórico – que vivemos – que é o conceito de ideologia de gênero ou da ideologia *patriarcal* de gênero.

Nessa disputa, a América Latina ganha destaque, especialmente a parti de 2017, com o “Documento de Aparecida”. Entendo que esse destaque se deu/dá pelo histórico enquanto território colonizado por forte influência da Igreja Católica, de disputas entre laicidade e secularismo, mas também pelo fato de no período de avanço de tal Cruzada ter se destacado enquanto um território de conquistas progressistas no campo dos direitos humanos, mais especialmente das mulheres, das LGBTQIA+, das populações negras e indígenas (esses os que considero que tiveram menos conquistas).

O avanço do pentecostalismo, mais especialmente do neopentecostalismo, nesse território, foi um elemento importante para entender o avanço de agendas ultraconservadoras

voltadas à barrar definitivamente os avanços dos direitos de populações historicamente oprimidas, tudo feito sob o discurso da proteção à família (no singular) e às crianças. Nesse percurso, ainda na seção 3, tentei expor como, em meio a tantas distorções e disputas o Escola sem Partido ganha corpo no Brasil.

É possível identificar que o ESP se fortalece à medida em que adere ao discurso contra a “ideologia de gênero”, especialmente durante as discussões do Plano Nacional de Educação, articulando setores das áreas mais conservadoras do cenário nacional. Para mim, essa conjuração também é responsável pela posterior eleição presidencial de Jair Bolsonaro, em 2018, este, inclusive, articulado com o MESP e forte defensor do combate à “ideologia de gênero”, promovendo ataques contínuos aos estudos de gênero, no processo de distorção desses, bem como na defesa de políticas antidemocráticas e anti-direitos humanos.

Na última seção tentei aprofundar um pouco mais em como os ataques aos estudos de gênero vem ocorrendo no país e como temos resistido a eles. Considero importante destacar que, por escolha metodológica, optei por não focar em cada Projeto de Lei, mas em seus conjuntos, tendo como documento central o documento produzido pela Frente Escola Sem Mordaga. Essa decisão foi por conta de um dos desafios encontrados ao realizar este trabalho que foi a grande quantidade de produções sobre o ESP, tendo muitos documentos que já apontam questões de alguns Projetos de Lei, de modo que preferi não centrar nessas análises e entendi que o Relatório *6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar*, elaborado por Fernanda Moura e Renata Silva, me traria os elementos que tinha interesse em abordar.

Um dos principais elementos diz respeito ao fenômeno denominado *juridificação reativa*, no qual percebi que tem se intensificado não apenas no país, tendo, o ESP, a partir do Programa Escola sem Partido com sua frente de modelos de PLs, sido um importante agente mobilizador no campo dos ataques. Além disso, tentei trazer também, a partir do Relatório, que as decisões do STF, apesar de serem favoráveis e importantes às pautas de defesa do ensino de gênero nas escolas, não necessariamente tem implicado em um retrocesso da onda anti-gênero no país, o que pode ser percebido com o avanço bolsonarista no Brasil.

Apesar dessa reflexão inicial, acredito que seja necessária uma atenção especial ao STF, levando em consideração as contradições entre algumas decisões já tomadas, bem como à saída de Miguel Nagib do próprio Escola sem Partido, tratando-se estas de questões que ainda se encontram em suspense no que tange aos seus desdobramentos a longo prazo.

Outro elemento apontado no Relatório e que também destaquei – acredito ser um dos pontos que posso ter trazido mais colaborações diferenciadas (apesar de ainda incipientes) em relação a outros trabalhos - é como o avanço Bolsonarista ganha força inicialmente junto ao ESP, mas ultrapassa este e, com as campanhas eleitorais, mas especificamente com as eleições de Bolsonaro, o combate à “ideologia de gênero” se torna uma espécie de projeto de governo, de modo que os ataques aos estudos de gênero estão diretamente articulados com os campos de reflexão destes estudos, especialmente com o campo das políticas sociais voltadas às mulheres, LGBTQIA+, indígenas e negros/as.

Deste modo, tentei apresentar que o projeto do bolsonarismo está diretamente relacionado à cruzada anti-gênero e, conseqüentemente, aos ataques aos estudos de gênero, sendo as políticas de Damares Alves as que tem obtido maior êxito no governo Bolsonaro, longe de serem cortina de fumaça. Além dela temos agentes como Bia Kicis dando continuidade e tentando fortalecer o discurso anti-gênero no campo da educação e outras mulheres ultraconservadoras, ou neoconservadoras, trazendo múltiplos - e perigosos - tensionamentos aos movimentos feministas.

Escrever essa dissertação foi um grande desafio. Iniciei ela antes da pandemia do Covid – 19, mas já com alguns receios que envolviam diretamente o cenário sobre o qual estávamos/estamos vivendo no Brasil após o golpe de 2016. Dentre os desafios da pesquisa, chamou atenção a grande quantidade de produções sobre o Escola sem Partido, o que, em certa medida, me fez questionar a originalidade deste estudo. No entanto, apesar de inúmeros documentos (matérias, livros, *lives*, artigos, dissertações, teses, etc) que existem, de fato, termino essa dissertação com algumas perguntas novas perguntas, que foram sendo formuladas ao longo da produção, dentre elas, uma das principais é: apesar de tanta produção acadêmica sobre o Escola sem Partido e suas articulações nos ataques aos estudos de gênero, para além dos muros acadêmicos, onde essa discussão tem chegado? A quem, de fato, ela tem alcançado?

Em pequenas conversas com amigas/os e familiares, percebi que essa discussão estava, se não completamente, parcialmente desconhecida. Não acho que é por acaso que vemos muitos pais e mães pedindo reabertura das escolas em meio a uma pandemia por um lado e outros reforçando a lógica do *homeschooling*, se aproveitando do cenário de mortes.

Outro desafio que tive ao realizar esta pesquisa foi o fato de se tratar não apenas de um fenômeno recente – do ponto de vista de como se apresenta a Cruzada e a utilização da “ideologia de gênero” como sintagma -, mas também, por se tratar de um fenômeno multifacetado que, por conta de poder ser associado à diferentes temáticas (enquanto sintagma

guarda-chuva) consegue se reconfigurar rapidamente, em distintos cenários, a ponto de a todo tempo surgir algo novo sobre o assunto – o que torna muito difícil de ser acompanhado.

Assim, algumas lacunas teóricas ficam explícitas com esse trabalho. A primeira, penso, é, a partir de uma reflexão mais aprofundada, refletindo se de fato é possível afirmar que vivemos uma desdemocratização no Brasil (levando em consideração que o projeto de implementação de democracia ainda estava em andamento e já com bastante esforço para se consolidar), qual o papel do ESP nesse processo? Bem como de que forma ele se articula efetivamente com as Igrejas Católicas e Evangélicas na disputa contra a (precária) laicidade do Estado? Quais são os outros atores que contribuem para que essa articulação se realize?

Acredito que algumas lacunas são decorrentes também de se tratar de um campo de pesquisa recente e que ainda esta sendo desvelado. Assim, foi possível identificar o esforço e a dedicação de autoras/es na tentativa de desvelamento da Cruzada anti-gênero, nos estudos sobre o Escola sem Partido e na articulação desses dois elementos, tentando de fato sair do campo da aparência do discurso de combate à “ideologia de gênero” para a essência de tal discurso, ou seja, tentando explicitar o que ele esconde. Foi o que também tentei, por isso, como também identifiquei em diferentes autoras e autores que tem pesquisado sobre a temática, essa pesquisa não se pretende a encerrá-la, mas sim, ser uma contribuição no processo de desvelamento da realidade social que temos vivenciado.

Apesar desses desafios, a pesquisa me trouxe muitas lembranças da luta presencial, que também tentei apontar na última seção. Ver como somos potências e como a luta coletiva tensiona e modifica as realidades também revigora em meio a um cenário de tantas mortes, perdas, cortes e de ascensão de projetos neofascistas. Em meio a tanto caos e ataques, percebi ainda mais a relevância das/os professoras/es contra o Escola sem Partido, principal frente - que identifiquei - de enfrentamento ao ESP, que atualiza seus conteúdos a todo tempo em sua página eletrônica, ao passo que gera mobilizações em torno da defesa de um projeto de educação sem censura, em defesa das diversidades, contra toda forma de discriminação e violências e de garantia dos direitos humanos, de modo que, a partir dos levantamentos, entendo como a construção coletiva de um dos trabalhos mais importantes do campo da educação atual.

Por fim, em meio a tantos ataques, penso que caiba trazer uma percepção que se deu a partir de conversas com companheiras do campo dos estudos de gênero, que, juntas, temos percebido – apesar de eu não ter encontrado registro documental disso – que, nesse cenário de retrocessos, o campo dos estudos de gênero tem se ampliado, de forma que sua defesa, por

vezes, tem se dado – não de forma explícita – mas pelo ingresso nos cursos de gênero, pelas produções teóricas a respeito do campo e pela difusão de informações também sobre o campo.

No que tange à academia, parte disso, acredito, como bell hooks, que está nas possibilidades de experiências libertárias nas salas de aula feministas, mesmo com as mudanças no que tange ao compromisso com novas pedagogias. Tratam-se de espaços com muitas potencialidades, de reflexão e prática que visam o enfrentamento às opressões.

Afinal, basicamente, é sobre isso que tratam os estudos de gênero: desvelar as opressões que tentam cercear as liberdades dos sujeitos, a partir das construções de hierarquias de poder sobre os corpos, buscando, em última instância, a construção de uma sociedade justa, livre de todas as opressões. Portanto, os ataques a tais estudos representam tempos de censura, de aprisionamentos, de tentativa de controle – ainda maiores – sobre nós.

Para além da acadêmica, mas também nela, cabe pensar essa percepção de expansão também com uma atenção maior ao fenômeno do feminismo liberal que tem se difundido e, também, por vezes, tentado transformar nossas pautas históricas em pautas mercadológicas. No entanto, entendo a percepção dessa expansão enquanto uma forma de resistência aos ataques e aos retrocessos, que perpassa diversos espaços e instituições, mas, e principalmente, as lutas coletivas dos movimentos feministas, LGBTQIA+ e antirracistas. O que significa dizer que ao mesmo tempo que tentam nos censurar, continuamos resistindo, criando, questionando e tentando subverter os sistemas.

Assim, apesar das dores, das angústias e das inúmeras incertezas que se ampliaram com essa pesquisa, finalizo esse trabalho com a esperança de que possamos, ao fim, combater a ideologia de gênero, aquela que conforme tentei apresentar neste trabalho, não diz respeito ao sintagma cunhado pela Igreja Católica, mas a ideologia de gênero a qual serve tal sintagma: a do patriarcado, racista, capitalista e heteronormativo que tenta nos aprisionar e submeter à sua lógica. Como bem afirmamos: Seguiremos em luta, até que sejamos livres!

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. Esther Solano Gallego (Org.) São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32

ALVAREZ, Sônia E. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. In: **Revista Feminismos**. Vol.2, N.1 jan. - abr. 2014. pp. 57-77.

ALVES, Renato. No forrobodó do balacobaco: As muitas vidas da extremista Sara Winter, a extremista de ideias zigodátilas. In: **Revista Piauí**. Edição 167, Agosto de 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/no-forrobodo-do-balacobaco/> . Acesso em 05 de setembro de 2020.

ANDES – SN. **Docentes da UFBA são ameaçados por conta de suas pesquisas**. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9178>> . Acesso em: 28 de dezembro de 2017.

ANDRADE. Darlane. Para abaixo da Linha do Equador: O *standpoint* e as produções feministas acadêmicas do terceiro mundo. In: **Revista Feminismos**. Vol.3, N.2 e 3, maio - dez. 2015. Pp: 36-47

ARAÚJO, Viviane da S.. Não se meta com meus filhos: gênero, família e discurso conservador na crise democrática latino-americana. *Revista Transversos*. “**Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática**”. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp. 86-106. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER; Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Enfim a Reforma. Após séculos de monopólio católico, a vinda da família real permitiu que os protestantes aportassem e se espalhassem pelo Brasil. Dossiê Evangélicos no Brasil. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 8, nº 87, dez. 2012, p. 24-26.

ARRUZZA, Cinzia. O Feminismo para os 99%, uma alternativa anticapitalista ao feminismo liberal – Entrevista com Cinzia Arruzza. Trad. Lina Hamdan. In: **Esquerda Diário**. 2019. Disponível em: <<https://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=1063>> Acesso em: 21 mar. 2021.

ASSIS, Carolina de. A cruzada antifeminista do governo Bolsonaro. In: **Gênero e Número**. 2019. Disponível em: < <http://www.generonumero.media/cruzada-sara-winter/> > Acesso em: 29 de agosto de 2020.

CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO. **V Conferência geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe: Documento Final**. Aparecida - SP. 2007.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n. 53, Campinas, SP, 2018.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2010.

BATISTA JR. José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen: 2019.

BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto. In: **Feminismo e Política**: Uma introdução. Luis Felipe Miguel; Flavia Biroli. (Orgs) São Paulo: Boitempo, 2014. p. 123-130.

\_\_\_\_\_. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**: Disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BLÁZQUEZ-RODRÍGUEZ, Maribel. CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO-GALÁN, José I. La disputa del género en el Estado Español desde el análisis del activismo católico. In: **Ex æquo**, n.º 37, 2018, pp. 47-61.

BOITO Jr., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo? Miolo\_Rev **Crítica Marxista-50** (GRAFICA).indd 111, 2020.

BRACKE, Sarah. PATERNOTTE, David. Desentrañando el pecado del género. In: ¡Habemus Género! La Iglesia Católica y Ideología de Género. **G&PAL** – Género & Política em América Latina (2018)

BRASIL. **Projeto de Lei N° 867 / 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola Sem Partido". Brasília, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. ALLAIN, Clara (trad). **Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>> Acesso: 27 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda (org.) Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 213–230.



\_\_\_\_\_. **Precisamos parar o ataque à “ideologia de gênero”**. Disponível em: < <https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094> >. Publicado em 23 de janeiro de 2019. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

CAIRO. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Plataforma de Cairo**. 1994.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. In: **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

CARDOSO, Helma de Melo. OLIVEIRA, Anselmo Lima de. **A presença da heteronormatividade em filmes infantis: uma análise do filme Toy Story**. 2015. Disponível em: < <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Comunica%C3%A7%C3%A3ooralHelmademelocardoso.pdf> >. Acesso em 29 de novembro de 2017.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda.(Org.) Rio de Janeiro : Bazar do tempo, 2019, p. 313-321.

CARRARA, Denise. Webnário A ideologia de gênero existe - mas não é o que você pensa que é. **Semana da Ação Mundial 2020**. Campanha Nacional Pelo Direito à Educação. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=fEdBt6aiWys> > Acesso em: 18 de junho de 2020.

CARVALHO JÚNIOR, Natal dos Reis; CARVALHO, Roberta dos Santos Pereira de. Bolsonarismo e desdemocratização: o alerta nas conquistas de cidadania e consolidação democrática. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, n. 7, p. 224-245, out/2019

CASTRO, Mary Garcia. O golpe de 2016 e a demonização de gênero. In: **O Golpe na Perspectiva de gênero**. Linda Rubim e Fernanda Argolo. (Orgs.) Salvador: EDUFBA, 2018, p. 127 – 145.

CATOLAICAS. **Podcast - #2 - Não ameace o meu direito! Fundamentalismo religioso, a ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres**. Coordenação geral: Gisele Pereira; Apresentação: Solange Helena, Roteiro; Edição: Raquel Melo; Sonoplastia: Fábio ACM. Publicado em dezembro de 2020. Disponível em: < <https://open.spotify.com/episode/63gz5gzGSNHjLZs4m4AWEh> >.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR (CDD). **Católicas pelo Direito de Decidir, 10 anos** : 2003 : afirmando o sagrado direito de decidir em tempos de fundamentalismos / (organizadora) Maria José Rosado...[et al.] – São Paulo : Católicas pelo Direito de Decidir, 2004.

\_\_\_\_\_. **Católicas Promove Debate Sobre Conservadorismo Na Educação Brasileira**. Publicado em 22 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://catolicas.org.br/notas/conservadorismo-educacao/>> Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Maioria da população brasileira é favorável à educação sexual nas escolas, revela pesquisa Cdd/Ibope Inteligência.** Publicado em 26 de junho de 2017. Disponível em: < <https://catolicas.org.br/releases/maioria-da-populacao-brasileira-e-favoravel-a-educacao-sexual-nas-escolas-revela-pesquisa-cddibope-inteligencia/> > Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Escola sem Partido e a perpetuação das injustiças de gênero é tema de evento gratuito e aberto ao público.** Publicado em 19 de junho de 2018. Disponível em: < <https://catolicas.org.br/eventos/evento-em-catolicas-escola-sem-partido-e-a-perpetuacao-das-injusticias-de-genero-e-tema-de-gratuito-e-aberto-ao-publico/> > Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Somos Católicas e defendemos a legalização do aborto no Brasil.** Publicado em 28 de setembro de 2020. Disponível em: < <https://catolicas.org.br/notas/somos-catolicas-e-defendemos-a-legalizacao-do-aborto-no-brasil/> > Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento da Rede de Católicas pelo Direito de Decidir em apoio a Católicas pelo Direito de Decidir – Brasil.** Publicado em 2 de novembro de 2020. Disponível em: < <https://catolicas.org.br/notas/pronunciamento-da-rede-de-catolicas-pelo-direito-de-decidir-em-apoio-a-catolicas-pelo-direito-de-decidir-brasil/> > Acesso em: 05 de janeiro de 2021. asil

CERDERA, Cristiane Pereira. “Por isso, sem Temer foi sempre o nosso lema”: “Ideologia de Gênero”, organização e resistência no Colégio Pedro II. In: **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade** [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

CLACAI. **Gênero sob ataque.** Documentário. Dir. Jerónimo Centurión Aguirre. 2018. Disponível em: < GÊNERO SOB ATAQUE. DOCUMENTAL / subtítulo em português. - YouTube > Acesso em: 05 de outubro de 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO SANTO PADRE DURANTE O VOO BAKU-ROMA. 2 de outubro de 2016. Disponível em: < [http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/october/documents/papa-francesco\\_20161002\\_georgia-azerbaijan-conferenza-stampa.html](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/october/documents/papa-francesco_20161002_georgia-azerbaijan-conferenza-stampa.html) > Acesso em: 12 de agosto de 2020.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **“Homem e mulher os criou”:** Para uma via de diálogo sobre a questão do *gender* na educação. Cidade do Vaticano, 2019.

CORREA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

\_\_\_\_\_ ; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero en América Latina: Brasil – ¿la catástrofe perfecta?** Género e Política en América Latina: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

\_\_\_\_\_ ; PATERNOTTE, David; KUCHAR, Roman. **A globalização das campanhas anti-gênero.** 2018. Disponível em: < <https://sxpolitics.org/ptbr/a-globalizacao-das-campanhas-anti-genero/8513> > Acesso em: 12 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_ ; PARKER, Richard. Prefácio. In: **Políticas antigênero en América Latina – “Ideología de género”, lo “postsecular”, el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: la vocación anti-democrática.** Gabriela Arguedas Ramirez. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020, p. 5-6.

\_\_\_\_\_. **Políticas antigênero en América Latina: Resúmenes de los estudios de caso nacionales – El caso de Uruguay.** IGLESIAS, Nicolás; KREHER, Stefanie; ABRACINSKAS, Lilián; PUYOL, Santiago. Políticas Antigênero en América Latina: Uruguay - El mal ejemplo. Género e Política en América Latina: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

\_\_\_\_\_ ; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas anti-gênero. In: **Psicologia Política.** vol. 18. nº 43. pp. 444-448. set - dez. 2018

CORTÊS, Thiago. **Guarulhos: onde a Marcha das Vadias se mete na educação de crianças.** 2015. Disponível em: < <http://www.escolasempartido.org/educacao-moral/547-guarulhos-onde-a-marcha-das-vadias-se-mete-na-educacao-de-criancas>>. Acesso: 30 de novembro de 2017.

CRUZ NETO, Otavio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002, p. 51-66. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> > . Acesso: 05 de outubro de 2018.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.) – 1. Ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120–138.

DINIZ, Debora. **Um redemoinho de ódio se move na sociedade brasileira’, diz uma das principais pesquisadoras do aborto.** Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/um-redemoinho-de-odio-se-move-na-sociedade-brasileira-diz-uma-das-principais-pesquisadoras-do-aborto-24621877> > Publicado em 04 de setembro de 2020. Acesso em 17 de maio de 2021.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução.** São Paulo : Boitempo, 2019.

ELIAS, Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues; MACHADO, Isadora Vier. Democracia, STF e a “ideologia de gênero”. In: **Direito: justiça, políticas públicas e as relações entre estado e sociedade.** Orgs. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021; p. 195-212

EL PAÍS. **Golpe baixo no Brasil**: A destituição de Dilma Rousseff implica um dano imenso às instituições brasileiras. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472665844\\_695837.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472665844_695837.html)>. Acesso: 27 de novembro de 2017.

ENCONTRO COM OS SACERDOTES, RELIGIOSOS, RELIGIOSAS, SEMINARISTAS E AGENTES DA PASTORAL DISCURSO DO SANTO PADRE. Tbilisi, 2016. Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/october/documents/papa-francesco\\_20161001\\_georgia-sacerdoti-religiosi.html](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/october/documents/papa-francesco_20161001_georgia-sacerdoti-religiosi.html)> Acesso em: 12 de agosto de 2020.

ESPINOSA, Betty R. Solano. QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola Sem Partido. In: **Escola sem Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017, p. 49-62.

ESQUERDA DIÁRIO. **Papa Francisco contra as mulheres: “Todo feminismo termina sendo um machismo de saia”**. 2019. Disponível em <[http://www.esquerdadiario.com.br/Papa-Francisco-contra-as-mulheres-Todo-feminismo-termina-sendo-um-machismo-de-saia?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Newsletter](http://www.esquerdadiario.com.br/Papa-Francisco-contra-as-mulheres-Todo-feminismo-termina-sendo-um-machismo-de-saia?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletterhttp://www.esquerdadiario.com.br/Papa-Francisco-contra-as-mulheres-Todo-feminismo-termina-sendo-um-machismo-de-saia?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter)> Acesso em: 09 de maio de 2020.

FALCÃO, Marcio. **Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment, diz OAB**. Jornal Folha de São Paulo, 20 de abril de 2016 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763027-bolsonaro-fez-apologia-ao-crime-na-votacao-do-impeachment-diz-oab.shtml>> Acesso em 18 de setembro de 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. In: **Lutas Sociais**. São Paulo, vol.20 n.36, p.166-178, jan./jun. 2016

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. Análise de conjuntura: O governo Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-governo-bolsonaro-o-neofascismo-e-a-resistencia-democratica/>> Publicado em: 12 de novembro de 2018. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Labirinto. Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, Neofascismo e burguesia no Brasil. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/para-entender-a-conjuntura-neoliberalismo-neofascismo-e-burguesia-no-brasil/>> Publicado em: 27 de maio de 2019. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro promete unir o Brasil, valorizar a família e libertar país do socialismo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/em-primeiro-discurso-como-presidente-bolsonaro-pede-pacto-e-acena-a-base.shtml>> Publicado em: 1 de janeiro de 2019. Acesso em 01 de junho de 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós-sinodal Amoris Lætitia**: aos bispos aos presbíteros e aos diáconos às pessoas consagradas aos esposos cristãos e a todos os fiéis leigos sobre o amor na família. Roma, 2016.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. **In: Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.) Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 25-46.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola sem Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Gaudêncio Frigotto. (Org) Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

**G1 - 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha**. Política. G1 (globo.com) Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml> > Acesso em 29 de agosto de 2020.

GARBAGNOLI, Sara. Contra la herejía de la inmanencia: el “género” según el Vaticano como nuevo recurso retórico contra la desnaturalización del orden sexual. In: *La Iglesia Católica y Ideología de Género*. Orgs. Sara Bracke; David Paternotte. **G&PAL – Género & Política em América Latina**, 2018. pp. 54-80.

GOMES, Nilma Lino. Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. In: **O Golpe na perspectiva de gênero**. Linda Rubim; Fernanda Argolo. (Orgs.) Salvador: Edufba, 2018. p. 147-160.

GRAFF, Agnieszka “Ideología de género”: conceptos débiles, política poderosa. In: ¡Habemus Género! *La Iglesia Católica y Ideología de Género*. Orgs.: Sara Bracke; David Paternotte. **G&PAL – Género & Política em América Latina**, 2018. pp. 84-91.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. Os direitos das mulheres no contexto internacional – da criação da ONU (1945) à conferência de Beijing (1995). In: **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**. Curso de Direito - N. 8, JAN/JUN 2010. Disponível em: < <http://re.granbery.edu.br/artigos/MzUx.pdf> > . Acesso em: 13 de junho de 2019.

GUIMARÃES, Janaina da Fonseca e Silva; ROSENO, Camila dos Passos. Relações de gênero na educação em tempos de “Escola sem Partido” e de perseguição a “ideologia de gênero”, na cidade de Petrolina. **XX REDOR: Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR)**. 2018

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In. **Cadernos Pagu** (5). 1995: pp. 07-41.

HAMLIN, Cynthia Lins. Gender Ideology: An Analysis Of Its Disputed Meanings. In: **Sociol. antropol.** Rio de janeiro, v.10.03: 1001 – 1022 , sep. – dec., 2020.

HARDING, Sandra. ¿ Existe un método feminista? Trad. Gloria Helena Bernal. In: Eli Bartra (org.), **Debates em torno a uma “metodologia feminista”**, México, D.F.: UNAM, 1998, pp.:09-34.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.) Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95–118.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; BOGADO, Maria. Parte 1: A nova geração Política - Rua. In: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. Heloisa Buarque de Hollanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 23-42.

\_\_\_\_\_ ; COSTA, Cristiane. Parte 1: A nova geração Política - Rede. In: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. Heloisa Buarque de Hollanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 43-60.

\_\_\_\_\_ ; MARIANO, Lilia Dias. Parte 3: Os feminismos da diferença - Feminismo Protestante. In: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. Heloisa Buarque de Hollanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 400-428.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. -2. Ed – São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IGLESIAS, Nicolás; KREHER, Stefanie; ABRACINSKAS, Lilián; PUYOL, Santiago. **Políticas Antigênero en América Latina: Uruguay - El mal ejemplo**. Género e Política en América Latina: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: **E24 Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Paula Regina Costa Ribeiro, Joanalira Corpes Magalhães. (Orgs.) Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

\_\_\_\_\_. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária anti-gênero. In: **Psicologia Política**. vol. 18. nº 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018.

\_\_\_\_\_. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: **Educação contra a barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. Fernando Cassio. (Org.) São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-140.

\_\_\_\_\_. Webnário A ideologia de gênero existe - mas não é o que você pensa que é. **Semana da Ação Mundial 2020**. Campanha Nacional Pelo Direito à Educação. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=fEdBt6aiWys> > Acesso em: 18 de junho de 2020.

KALIL, Isabela Oliveira (Coord). **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Outubro, 2018.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.) Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 121-155.

LOPES JUNIOR, Orivaldo Pimentel. Salve-se quem puder. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 8, nº 87, dezembro 2012 – pp. 35-37.

LOPES, Monalisa Soares; ALBUQUERQUE, Grazielle; BEZERRA, Gabriella Maria Lima. “2018, a batalha final”: Lava Jato e Bolsonaro em uma campanha anticorrupção e antissistema. Dossiê: Luta contra a corrupção: estado da arte e perspectivas de análise. In: **Revista Civitas** 20 (3): 377-389, set.-dez. 2020

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e prática de Metodologia Científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.) Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. Dossiê conservadorismo, direitos, moralidades e violência. In: **Cadernos Pagu** (50), 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. In: **Cadernos Pagu** (47), 2016.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 83-133

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. In: **Novos Estudos**, CEBRAP nº 44, 1996. Pp: 24-44

MARINI, Luisa. **Em 27 anos de Câmara, Bolsonaro prioriza militares e ignora saúde e educação**. Publicado em 07 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/na-camara-bolsonaro-prioriza-militares-e-ignora-saude-e-educacao/>> Acesso 18 de setembro de 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 2006.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008, p. 333-357. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf>>. Acesso em: 09 de outubro de 2018.

MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Vivane Martins. **As críticas ao Gênero e a pluralização do Feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual.** 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-26X2013000200003/25775>>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

MELLO, Soraia Carolina de. Por que os estudos feministas são importantes? (Artigo). In: **Café História – história feita com cliques.** Publicado em 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/por-que-os-estudos-feministas-sao-importantes/>> Acesso em 08 de julho de 2021.

MELO, Alice. Deus me dê fama: O sucesso da indústria gospel sintetiza a crescente participação evangélica na vida cultural nacional. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Ano 8, nº 87, Dez. 2012, p. 14-19.

MELO, Iran Ferreira de. Histórico da análise de discurso crítica. In: **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas.** Orgs. José Ribamar Lopes Batista Jr., Denise Tamaê Borges Sato, Iran Ferreira de Melo. – 1 ed. – São Paulo: Parábola, 2018. Pp. 20 - 35

MENA-LOPEZ, Maricel; ARISTIZÁBAL, Fidel Mauricio Ramírez. Las falacias discursivas en torno a la ideologia de género. In: **Ex aequo**, n.º 37, 2018, p. 19-31.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Trad. Marco Oliveira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 32, nº 94. 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flavia. **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis.** Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016, p. 590-621.

MILITÃO, Eduardo; REBELLO, Aiuri. **Rede de fake news com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas ativas.** Publicado em 19 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm>> Acesso em 08 de dezembro de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>> . Acesso: 05 de outubro de 2018.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.) – 1. Ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96–118.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Revista Sociologias,** Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.



\_\_\_\_\_ ; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, Set/dez, 2017.

MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. Antifeminismo na luta pela emancipação das mulheres: o Femen Brazil revisita o essencialismo. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013

MOURA, Fernanda Pereira de. O movimento Escola sem Partido e a reação conservadora contra a discussão de gênero na escola. In: **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Fernando Penna, Felipe Queiroz, Gaudencio Frigotto, (Orgs.) Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018. P. 89-110

\_\_\_\_\_ ; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil**: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordça, 2020.

MUELLE, Camila Esguerra. Como fazer necropolíticas em casa: Ideologia de gênero e acordos de paz na colômbia. In: Sexualidad, Salud y Sociedad. (Rio de Janeiro): [online]. 2017, n.27, pp.172-198

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ**, 05 de novembro de 2003.

NAGIB, Miguel. **Quem disse que educação sexual é conteúdo obrigatório?** 2013. Disponível em: <<http://Escolasempartido.org/educacao-moral/442-quem-disse-que-educacao-sexual-e-conteudo-obrigatorio>> Acesso: 07 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **A ideologia de gênero no banco dos réus**. 2015. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/artigos-top/559-a-ideologia-de-genero-no-banco-dos-reus>> . Acesso: 30 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **O Movimento**. [20??] Disponível em <<https://www.programaEscolasempartido.org/movimento>> Acesso em: 21/08/2017

\_\_\_\_\_. Entrevista na Rádio Guaíba - **Fundador do ESP explica porque se desligou do Movimento**. Publicada em 16 de agosto de 2020. Disponível em <<https://youtu.be/uwSpMNIWRjg>> Acesso em: 06 de dezembro de 2020.

NEIM - UFBA. **Nota Pública**. 2017. Disponível em < <http://www.neim.ufba.br/wp/nota-publica/> > Acesso em: 28 de dezembro de 2017.

NOZAK, William. Os impactos econômicos da Operação Lava Jato e o desmonte da Petrobras. In: **Jornal GGN**. Disponível em: < <https://ineep.org.br/os-impactos-economicos-da-operacao-lava-jato-e-o-desmonte-da-petrobras/> > Publicado em: 27 DE AGOSTO DE 2018. Acesso em 12 de maio de 2021.

O'LEARY, Dale. **A agenda do Gênero: Redefinindo Igualdade**. Condensado da obra de Dale O'Leary "The Gender Agenda: Redefining Equality. Lafayette: Vital Issues Press, 1997.

\_\_\_\_\_. El feminismo de género: Corrientes de pensamiento que impiden la promoción de la mujer. In: **L'Osservatore Romano**, nº 47, 2004.

ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 281-310, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Religião, Coesão Social e Sistema Político na América Latina. In: **Coesão Social na América Latina: Bases para uma Nova Agenda Democrática**. IFHC - Instituto Fernando Henrique Cardoso. CIEPLAN- Corporación de Estudios para Latinoamérica. 2008. Disponível em: < <https://fundacaoofhc.org.br/files/papers/434.pdf> >. Acesso em: 08 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_; ALVES, Daniel. Renovação Carismática Católica: movimento de superação da oposição entre catolicismo e pentecostalismo? In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 33(1): 122-144, 2013.

PATRIOTA, Tânia. Apresentação. In: **Relatório da Conferência Internacional sobre população e Desenvolvimento** - Plataforma de Cairo, 1994. Disponível em: < <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf> > Acesso em 11 de agosto de 2020.

PAULINO, Carla Viviane. O impulso neoliberal e neoconservador na educação brasileira: a imagem do "professor doutrinador" e o projeto "Escola sem Partido". In: **Revista Educere Et Educare**, Vol. 13, N. 28, maio/ago. 2018.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de fenômeno educacional. In: **Escola sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Gaudêncio Frigotto. (Orgs.) Rio de Janeiro : UERJ; LPP, 2017, p. 35-48.

\_\_\_\_\_; SALLES, Diogo da Costa. A dupla certidão de nascimento do Escola sem Partido: Analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. Altemar de Costa Muniz, Tito Barros Leal (Orgs.). Fortaleza: EdUECE, 2017, p. 13-37.

PEQUIM. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher** - Pequim, 1995.

PERFIL deputado Flávio Bolsonaro. Disponível em: <<http://www.flaviobolsonaro.com.br/html/perfil.html>>. Acesso: 29 de novembro de 2017.

PETRONE, Talíria. Prefácio à edição brasileira. In: ARRIZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER; Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019. pp. 11-22.

PINTO, Céli Regina Jardim. Dilma – uma mulher política. In: **O Golpe na perspectiva de gênero**. Linda Rubim; Fernanda Argolo (Orgs.) Salvador: Edufba, 2018. p. 23-32.

RANKE – HEINEMANN, UTA. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1996.

RAMIREZ, Gabriela Arguedas. **Políticas antigênero em América Latina** – “Ideología de género”, lo “postsecular”, el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: la vocación anti-democrática. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

RANQUETAT JR., Cesar A. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. In: **Revista Sociais e Humanas**. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Humanas Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. 2008, p. 67-75.

REBUÁ, Carlos Eduardo. **Das normalidades**: fascismo e o Brasil sob Bolsonaro. Publicado em 25/07/2019. Disponível em:

< <https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/25/das-normalidades-fascismo-e-o-brasil-sob-bolsonaro/#prettyPhoto> > Acesso em: 08 de dezembro de 2020

REIS, Toni. EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.

REVOREDO, Oscar Alzamora. **A ideologia de gênero: seus perigos e alcances**. Lima: Comissão Ad Hoc da Mulher; Comissão Episcopal de Apostolado Laical, Conferência Episcopal Peruana, 1998.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. Esther Solano Gallego (Org.) São Paulo : Boitempo, 2018.

ROCHA, Décio. DESUDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. In: **ALEA**. - Volume 7, n.2; Julho – Dezembro 2005; p. 305-322.

ROHDEN, Fabíola. Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente. In: **Cadernos Pagu** (8/9), 1997: pp.51-97.

RODRIGUES, Odiombar. **Ensino, Educação e Doutrinação**. 2015. Disponível em: < <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/554-ensino-educacao-e-doutrizacao> > Acesso em: 08 de novembro de 2017.

ROSADO-NUNES, Maria José. Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: Entrevista com Ivone Gebara. In: **Revista Estudos Feministas**, janeiro/abril 2006 /vol.14. pp. 294-304.

RUBIM, Linda. ARGOLO, Fernanda. (Org). **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Graphium/Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, Rayani Mariano dos. A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. In: **Agenda Política**. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Volume 8, Número 1, São Carlos, 2020, 50-77

SARDENBERG, Cecilia M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO**, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, 5 a 10 de junho de 2006. Disponível em: < <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848> > Acesso em: 08 outubro de 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.) Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49–80.

SCHOOYANS, Michel. **O Evangelho perante a Desordem Mundial**. Lisboa: Grifo, 2000.

SILVA, Elder Luan dos Santos. A ‘Ideologia de Gênero’ no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas. In: **Periódicus**. n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019 p. 269-296.

SOUZA, Rafael de Freitas e. OLIVEIRA, Tiago Fávero de. A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo. In: **Escola sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Gaudêncio Frigotto. (Org.) Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017, p. 121-132.

STF - **ADPF 457/GO – GOIAS** 1000061-56.2017.1.00.0000, Rel. Min. Alexandre de Moraes, data de julgamento 27 de abril de 2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-137 03-06-2020. Disponível em: < <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/865369489/arguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamental-adpf-457-go-goias-1000061-5620171000000/inteiro-teor-865369499> > Acesso em : 03 de junho de 2021.

TEIXEIRA, Raniery Parra. **“Ideologia de gênero”?** As reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. (Dissertação de mestrado)

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> > Acesso em: 12 de agosto de 2020.

UBIETA, Carmen Bernabé; HENRIQUES, Fernanda; TOLDY Teresa. A “Ideologia de Género” da Igreja Católica. In: **Ex aequo**, n.º 37, 2018, pp. 9-17.

VAGGIONE, Juan Marco. Francisco I y la “ideología de género”: herencia, desplazamientos y continuidades. In: ¡Habemus Género! La Iglesia Católica y Ideología de Género. Orgs.: Sara Bracke; David Paternotte. **G&PAL – Género & Política em América Latina**, 2018. pp. 92-99.

\_\_\_\_\_. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 41-82

VERDÚ, Daniel. Vaticano condena “ideologia de gênero” na educação. In: **El País: Internacional**. 2019. Disponível em: <

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/11/internacional/1560232651\\_176929.html#:~:text=O%20documento%20n%C3%A3o%20tem%20valor,como%20a%20teoria%20de%20g%C3%AAnero.&text=Esse%20%C3%A9%20um%20fen%C3%B4meno%20que,Francisco%20qualificou%20como%20%E2%80%9Cmoda%E2%80%9D.](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/11/internacional/1560232651_176929.html#:~:text=O%20documento%20n%C3%A3o%20tem%20valor,como%20a%20teoria%20de%20g%C3%AAnero.&text=Esse%20%C3%A9%20um%20fen%C3%B4meno%20que,Francisco%20qualificou%20como%20%E2%80%9Cmoda%E2%80%9D.) > Acesso em 12 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_. Igreja Católica busca fiéis na África e na Ásia para atenuar declínio no Ocidente. In: **El País: Catolicismo**. Roma, 2019. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/14/actualidad/1563113403\\_732211.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/14/actualidad/1563113403_732211.html) > Acesso em: 12 de agosto de 2020.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Apresentação. In: **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher** - Pequim, 1995. 2006. Disponível em: < [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf) > Acesso em: 11 de agosto de 2020.

VOZES CATÓLICAS. **A Igreja Católica e a Conferência do Cairo**: Uma linguagem comum. [Catholics and Cairo: A common language. Catholic Voices; Catholic for a free Choice, EUA, 1999] Trad. Emerson Lalucce Ricci. Cadernos n° 2 – Católicas Pelo Direito de Decidir. São Paulo, 2004.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.) Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 83-92.